

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Fundamentos da ordem republicana: repensando o Pacto de Campos Sales

(Tese elaborada como requisito para a obtenção do grau de Doutora em Ciência Política)

Ana Luiza Backes

ORIENTADOR: Pedro Cezar Dutra Fonseca

Porto Alegre
2004

SUMÁRIO

PARTE I – INTRODUÇÃO E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	Pág.
Introdução	1
Cap. 1 - O Pacto e as interpretações	6
1.1. A visão tradicional	7
1.2. Interpretações sobre o Pacto	23
1.3. As correntes de idéias	30
1.4. Movimentos políticos: jacobinismo e florianismo	41
1.5. Apresentando a pesquisa	51
PARTE II – OS PRINCIPAIS CONFLITOS DO PERÍODO	
Cap. 2 - A união dos republicanos históricos	54
2.1. Os republicanos históricos: a obsessão modernizadora	55
2.2. Governo provisório: conflitos entre deodoristas e históricos	60
2.3. Governo de Floriano e a explosão de patriotismo republicano	62
2.4. A união dos históricos ao redor de Floriano	65
2.5. O PRF – o partido da República	69
Cap. 3 - O Congresso polarizado: florianistas x “legalistas”	72
3.1. Os principais conflitos no Congresso	73
3.2. A cisão do PRF	91
3.3. Jacobinos acuados após a triste vitória em Canudos...	95
3.4. As dificuldades para a governabilidade	97
Apêndice: Posição das alas do PRF nas votações sobre navegação de cabotagem	100
PARTE III – O PACTO	
Cap. 4 - O desafio político de Campos Sales: construir maioria num Congresso dividido	102
4.1. Um Congresso dividido: “republicanos” x “concentrados”	103
4.2. A reforma do regimento	109
4.3. A regionalização parcial da política	117
Cap. 5 - O novo sistema institucional	120
5.1. Do Império à República: o fim do Poder Moderador	120
5.2. O sistema coronelista	127

5.3. O presidencialismo: principais traços	130
Cap. 6 - As alternativas institucionais em disputa	137
6.1. As intervenções nos estados como estratégia	138
6.2. A disputa pelo controle do partido nacional	140
6.3. A proposta vencedora	145
6.4. Conseqüências do modelo adotado	149
Cap. 7 - O programa do Pacto	162
7.1. O discurso de união dos republicanos históricos	162
7.2. Deslocamento do debate: o central passa a ser o “combate á crise”	166
7.3. A política econômica do pacto: mais que simples defesa do café	169
7.4. Austeridade econômica: um ponto que unia os republicanos históricos	175
7.5. Pacto isola os jacobinos	192
7.6. Positivismo ou <i>laissez-faire</i> ?	195
Conclusão	198
Bibliografia	203
ANEXOS	208
1) índice cronológico	208
2) lista de parlamentares jacobinos	211
3) lista de parlamentares positivistas	212

AGRADECIMENTOS

Esta tese foi escrita graças a uma liberação para estudos, concedida pela Câmara dos Deputados. Tive assim as melhores condições para fazê-la, podendo me dedicar integralmente à pesquisa e elaboração, por dois anos. Sou extremamente agradecida a todos que me propiciaram essa oportunidade.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a meus colegas da Área XIX: Antônio Octávio Cintra, Lúcio Reiner, Luiz Henrique Vogel, Marcelo Lacombe e Márcio Rabat. Não apenas por terem me apoiado para que obtivesse a licença, assumindo a carga de trabalho maior, dela decorrente, como pela possibilidade constante de debate e de reflexão conjunta, alegre e bem-humorada. Ao Cintra devo muito: guiou meus primeiros passos na Ciência Política, com generosidade e paciência, sempre pronto para o debate (sem falar nas provocações...) O Márcio também merece gratidão especial, pelo cuidado e atenção com que tantas vezes leu trechos e capítulos, sempre contribuindo para melhorar o trabalho. As colegas de outras áreas, Miriam Campello de Mello Amorim, Luciana Botelho Pacheco e Debora Bithiah de Azevedo são parte essencial desse ambiente estimulante.

A Administração da Casa deu integral apoio ao pedido de licença. Em especial, quero registrar os nomes dos Diretores da Consultoria Legislativa, Flávio Freitas Faria e Ricardo Rodrigues, que contribuíram para agilizar o processo. Os Diretores Gerais Ademar Sabino e Sérgio Sampaio tiveram papel decisivo, ao considerar importante o investimento na formação profissional dos funcionários da Casa. Na Diretoria Geral, os Coordenadores da Assessoria Técnica, Milso Nunes Andrade, João Ricardo Carvalho de Souza e Cristiano Viveiros de Carvalho foram fundamentais para o sucesso do pedido; mas este não teria sido possível sem a compreensão da Mesa, que, na pessoa de seus Primeiros Secretários, Deputados Ubiratan Aguiar e Severino Cavalcanti, autorizou o afastamento.

Para os trabalhos de pesquisa e elaboração da tese, também foi decisivo o apoio de funcionários da Câmara, especialmente do Centro de Documentação e Informação (CEDI): quero destacar o nome de Casimiro Pedro da Silva Neto, quem, com competência e dedicação, deu grande ajuda na localização das matérias nos Anais parlamentares. Seu nome está associado também a um serviço de valor inestimável que a Câmara presta à pesquisa: todos os Anais da Câmara dos Deputados, desde 1826, estão disponíveis na página da Câmara na Internet, de uma forma clara e prática para o pesquisador. A maior parte das consultas aos documentos parlamentares foi feita sem sair de casa.

Também no CEDI quero agradecer a Frederico Silveira Santos, do Setor de Documentos Audiovisuais, por permitir o acesso às Nominatas dos Deputados das Primeiras Legislaturas da República, as quais estão sendo organizadas no setor, e a Maria Aparecida de Lima, da Coordenação de Bibliotecas, que contribuiu para a organização das referências e citações.

No Senado, não posso esquecer de Júlio Caesar Ramos, da Subsecretaria de Anais, o qual, além da ajuda à pesquisa fez um comentário que contribuiu decisivamente para a forma de apresentação deste trabalho – quando lhe disse que estava pensando se não devia transcrever os textos dos Anais para o português atual, ele me contestou com

ardor: “Você não pode roubar aos leitores a sedução do texto original”!! O quanto ele tinha razão pode ser julgado a seguir, pois aceitei seu conselho.

A meu orientador, Pedro Cezar Dutra Fonseca, queria que essas palavras tivessem o poder de transmitir meu reconhecimento, por ter recebido uma orientação no sentido melhor que a palavra possa ter: estímulo, críticas, e ao mesmo tempo total liberdade. Mas é mais que isto: tive a sensação de estar “pensando junto”, o que é um privilégio.

No Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tive todo o apoio necessário, especialmente dos professores Carlos Arturi e Mercedes Loguércio Cánepa, sempre atenciosos e prontos a ajudar.

Devo um agradecimento também à professora Elizabeth Cancelli, da Universidade de Brasília, por insistir que algumas explicações sobre a Primeira República poderiam ser repensadas, incentivando-me a seguir nessa direção.

E por fim, ao Ingo: meu primeiro leitor, meu primeiro filtro – conseguiu evitar as maiores imperfeições, embora algumas tive de manter, em nome de meu canhestro estilo...

FONTES E ABREVIACÕES

A principal fonte de pesquisa foram os Anais da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, que podem ser consultados no Centro de Documentação e Informação da Câmara, na Seção de Documentação Parlamentar, e na Subsecretaria de Anais do Senado. Na página da Câmara na Internet, www.camara.gov.br, estão disponíveis todos os Anais dessa Casa, desde 1826, localizáveis pelas respectivas datas, por consulta direta. A página do Senado, www.senado.gov.br, permite a consulta aos Anais por assuntos escolhidos.

A referência das fontes foi indicada pelas seguintes abreviações:

ANAIS CD – Anais da Câmara dos Deputados

ANAIS SF – Anais do Senado Federal

ANAIS AC – Anais da Assembléia Constituinte de 1891

Os dados sobre a composição da Câmara, por legislatura e por estado, usados nas análises das votações, foram obtidos junto à Seção de Documentos Audiovisuais do Centro de Documentação e Informação da Câmara (CEDI), que permitiu o acesso às Nominatas dos Deputados das Primeiras Legislaturas da República que o setor está organizando para publicação.

TERMOS USADOS

Os termos “republicanos” e “concentrados”, sempre que usados com aspas, referem-se aos dois grupos parlamentares que se originaram da cisão do Partido Republicano Federal em 1897.

INTRODUÇÃO

Esta tese nasceu do interesse por estudar os mecanismos que facilitam aos Presidentes a construção de apoio parlamentar. Dado que o presidencialismo é um sistema político que assenta nas origens distintas dos poderes Executivo e Legislativo, a possibilidade de confronto entre os dois poderes está sempre presente, confronto este sem solução institucional definida *a priori*. Estudos comparativos sugerem, contudo, que apesar dessa potencial ameaça, não se comprova empiricamente que os sistemas presidencialistas sejam especialmente instáveis.¹ Que mecanismos os sistemas presidencialistas desenvolvem para possibilitar maior harmonia entre os poderes? Quais as formas específicas do caso brasileiro? Na busca de respostas, a pesquisa voltou-se para a história, buscando entender o sistema em seus primórdios: o início da República é um momento muito instigante para a reflexão sobre as instituições, pois é substituída a forma centralista e parlamentarista do Império por um sistema federal com Presidente forte.

A primeira década após a Proclamação foi um período de disputa entre várias alternativas para fazer funcionar as novas instituições, até que Campos Sales promoveu o pacto que consolidou a República. À sombra do novo regime, desenvolveu-se o sistema coronelista estudado por Vitor Nunes Leal, propiciando laços peculiares de solidariedade entre Executivo e Legislativo.

Apesar da evidente riqueza das questões que se abrem do ponto de vista das relações institucionais, são muito poucos os estudos que abordam o período por este ângulo. Algumas objeções levantadas quanto ao interesse de um trabalho histórico desse tipo indicam possíveis razões para esta lacuna: não teria validade o estudo dos mecanismos representativos num sistema que na verdade “não representava” – as eleições na República Velha eram o reino das fraudes e manipulações as mais grosseiras, como é sobejamente conhecido. Qual seria o sentido de estudar a representação de interesses num sistema manipulado? Ainda mais sendo este um sistema que não incluía os conflitos fundamentais

¹ Ver por exemplo Shugart & Carey, 1992; Mainwaring & Shugart, 2001

da sociedade, pois o jogo eleitoral era um jogo de elites (basta dizer que apenas 2% da população tinha direito a voto)?

Ora, é necessário considerar que apesar de ser um sistema manipulado, a “fabricação” dos eleitos se dava dentro de certas regras que necessitavam ser legitimadas, e se transformar em normas aceitas pelas elites que participavam do jogo. A reforma do Regimento, que traça as linhas mestras do pacto de Campos Sales, por exemplo, tinha de ser aprovada pelo Congresso. Havia instâncias institucionais definidas, que deviam ser respeitadas. O sistema coronelista não é a imposição do poder dos coronéis, mas tem uma face legal e institucional muito bem definida desde o centro do país.

Por outro lado, reconhecer que o jogo era das elites não implica ignorar as diferenças entre elas. Não é apenas o conflito “povo x elites” que tem interesse para a explicação histórica; ao contrário, as diferenças entre as elites são importantes não apenas para entender o funcionamento do sistema como até mesmo para o conflito com as forças populares: entre as diferenças que podem se desenvolver, estão as entre elites que procuram apoio e aliança nos setores populares, e as que rechaçam aproximações.

Apesar de grande parte das interpretações difundir a idéia de que as diferenças que se expressavam na política seriam principalmente as regionais, as primeiras leituras sobre a época indicavam a presença de conflitos claramente ideológicos, em torno de questões como o positivismo, o nacionalismo, o protecionismo, e a formação de correntes no Congresso em torno destas questões. As elites estavam nitidamente divididas nos primeiros anos da República. Qual a relação entre o novo sistema institucional e esses conflitos pouco estudados parecia um tema interessante e necessário para avançar na compreensão do período.

Afastadas assim as objeções, foi preciso contudo redirecionar os objetivos de pesquisa – se inicialmente o plano de estudos estava dirigido para as relações institucionais, logo ficou evidente que seria preciso dedicar-se também a redefinir os confrontos e as forças políticas postos no cenário.

Para enfrentar essas definições, a pesquisa procurou apreender na política da época quais questões foram relevantes e capazes de aglutinar interesses. O principal campo de estudos foi o Congresso: que questões foram polêmicas? Que grupos se defrontaram? Que idéias

foram defendidas? Através dessas questões procuramos identificar se havia diferentes projetos de nação se enfrentando, não apenas no terreno das idéias, mas no terreno propriamente decisório, das votações e decisões que passavam pelo Congresso.

A demarcação dos grupos não foi feita a partir de suas origens sociais, ou de sua inserção na estrutura produtiva. Não por propor que a política deva ser entendida independente das classes, mas sim por defender que não deve ser delas derivada. Fundamenta essa opção a noção de autonomia relativa da política, indicando que a luta política coloca questões que são próprias, e que devem ser estudadas e conhecidas em si mesmas. Para entender a estruturação de uma nova ordem, como a que está acontecendo no início da República, certamente é necessário procurar as relações entre as questões e posições políticas com os interesses postos a partir da esfera produtiva. Mas buscar entender estas relações é diferente de explicar a luta política como a luta entre interesses que já vêm definidos da base da sociedade. Assim, antes de procurar as raízes sociais dos grupos políticos na estrutura produtiva, é necessário entender como esses grupos se formam, a partir e em torno de que questões: os atores políticos devem ser procurados na política.

Quem eram os principais atores políticos no início da República? Ao buscá-los, acontece um interessante fenômeno – se nos debates parlamentares e nos relatos da época podem ser reconhecidos como atores os “republicanos históricos”, os “jacobinos”, “os florianistas”, na historiografia tradicional eles são substituídos por atores como “as oligarquias agrárias” (divididas por estados), “os militares”, “as classes médias” – grupos definidos a partir de sua inserção social, regional ou no aparelho de Estado. Mesmo grupos que chegaram a ter expressão organizada, tomando a forma de partido, como o Partido Republicano Federal e as facções em que se dividiu (os “concentrados” e os “republicanos”), desapareceram das explicações sobre o início da ordem republicana, sem deixar rastros. As questões políticas que orientaram as definições e as lutas do período são subestimadas – os conflitos, inclusive armados que se desencadearam em torno de questões como Monarquia x República, presidencialismo x parlamentarismo, federalismo x centralismo, são tidos como secundários, meras questões de forma frente aos verdadeiros conflitos que são ou os regionais ou os entre “dominantes e dominados”. Essa interpretação impede de entender movimentações políticas fundamentais do período. Sem incorporar a “paixão” pela República nas análises, por exemplo, não é possível explicar o pacto de Campos Sales – o

acordo só foi possível por conseguir reunir o apoio dos republicanos históricos, comprometidos com a defesa da Constituição de 1891.

A conexão com a economia, por outro lado, não pode ser perdida – a elite que liderou o pacto é claramente identificada com a cafeicultura. Veremos, no entanto, que dentro dessa própria elite delineiam-se diferentes alternativas, construídas em diferentes acordos políticos, traduzidos em diferentes propostas institucionais. Assim, o que se procura não é negar a análise das estruturas sociais, mas recuperar traços especificamente políticos desse momento histórico, para entendê-lo em sua complexidade.

A perspectiva aqui adotada implica romper com um outro entendimento muito arraigado sobre a política da época: a idéia de que a supremacia da elite paulista era reflexo quase direto de sua evidente supremacia econômica. Ao contrário, a construção da hegemonia da elite ligada ao café foi um processo altamente sofisticado: era preciso detonar a alternativa nacionalista e jacobina, subordinar as alas corporativas dos cafeicultores e edificar um predomínio da ortodoxia econômica na opinião pública. Tudo isso das mais diversas formas: por propaganda na imprensa, por repressão, e, o aspecto que nos interessa aqui, por acordos políticos, para obter maioria legislativa.

O Congresso, mesmo sem representação popular e elegendo apenas elites, era uma instância de disputa de poder, abrigo de uma corrente nacionalista muito atuante. E a elite cafeeira precisava garantir mecanismos institucionais de controle do parlamento (necessitava aprovar medidas de ajuste econômico radicais e mostrar controle sobre a política, para dar as garantias de estabilidade e credibilidade que lhe permitiriam a abertura aos créditos e capitais internacionais).

Nesta tese, são explorados dois aspectos essenciais para o estabelecimento do predomínio dos republicanos paulistas: sua política de alianças e as estratégias institucionais com que se esforçaram por estabilizar o jogo político sob sua direção. Será defendido que o pacto expressou a aliança entre os republicanos históricos, em torno de um programa que era consensual para sua maioria: presidencialismo, federalismo, a defesa de uma administração moderna e técnica, e austeridade financeira. Quanto à organização institucional, serão analisadas as várias alternativas que se apresentavam para resolver os dilemas de

governabilidade no novo sistema, analisando como e por que a de Campos Sales se impôs e lançou os fundamentos da nova ordem republicana.

Capítulo 1: O Pacto e as interpretações.

O período que se inicia com a Proclamação da República é extremamente complexo. Ocorrem conflitos de todos os tipos, passando por revoltas armadas contra o governo federal e contra governos estaduais; é formado um partido nacional, que logo se desfaz; o Congresso é fechado; um Presidente é deposto, e outro escapa por pouco de um atentado. A tumultuada primeira década republicana termina com um arranjo que pacifica as relações entre os grupos, o qual ficou conhecido como o Pacto dos Governadores.

O comportamento dos indivíduos e dos grupos políticos nesse quadro revela um processo de árdua interpretação. Há muitas questões importantes sobre a forma do Estado e sobre os rumos da economia a dividirem a opinião e lealdade dos atores: República x Monarquia, industrialismo x “vocação agrária”, liberalismo x positivismo, parlamentarismo x presidencialismo, centralismo x federalismo, papelismo x metalismo. Alianças e aproxima es fazem-se e desfazem-se em torno desses pontos, tornando difícil a compreensão sobre os padrões que orientam as decisões.

A interpreta o predominante sobre o período prioriza invariavelmente os interesses regionais – os atores se definem a partir de seus estados de origem; os principais conflitos e alianças são explicáveis como pactos ou oposi es entre estados.

Pretende-se aqui questionar essa visão, defendendo que enfatizar o regionalismo levou a que se perdesse de vista outros fatores essenciais da luta política na virada do século XX. Não se trata de negar a importância dos interesses locais, certamente cruciais na época, mas sim mostrar que as explica es sobre o comportamento das elites de então não podem ser a eles reduzidas.

Outras explica es para os conflitos, como as centradas em fatores institucionais (luta entre poderes, o surgimento de adeptos fanáticos do presidencialismo) ou em motiva es pessoais (ambi es, conflitos entre famílias) também não fornecem a chave para interpretar movimentos de aproxima o e diferencia o entre certos grupos, em muitos casos explicáveis por afinidades ideológicas.

Procurar-se-  mostrar que, se de um lado havia fatores que levavam   dispersão regional, de outro atuavam forças agregadoras, no nível nacional, que não podem ser desprezadas. Formaram-se no período alianças consistentes entre grupos de diferentes

estados, que tinham posições próximas sobre questões fundamentais da economia e da política; os grupos também se enfrentaram duramente em questões nas quais se diferenciavam seus projetos, indo até conflitos armados.

O Pacto de Campos Sales inegavelmente promoveu uma forte regionalização da política – explicar este processo, no entanto, exige que se considere o que estava sendo disputado na arena nacional.

Serão examinadas a seguir as principais interpretações sobre o período

1.1. A “visão tradicional”

Apesar de escritas nos anos 1960 e 1970 do século passado, as obras clássicas sobre a República Velha mantiveram seu vigor, e continuam estabelecendo as principais balizas para a compreensão do período. Os autores aqui selecionados são fundamentais para entender como se processavam as disputas políticas do início da República.

Esses autores têm alguns pontos em comum, em especial, a ênfase na explicação regionalista. O principal vetor a organizar a luta política era o regionalismo: tivessem as elites as idéias que tivessem, o que acabava por determinar seu comportamento eram os seus interesses regionais. São eles que ditam as negociações do Pacto dos Governadores: o arranjo de Campos Sales não é mais que o reconhecimento desta realidade. O Presidente paulista, ao assumir, teria percebido que a verdadeira política era a regional, e oficializou esta situação promovendo um acordo com os governadores. Esta visão sobre o Pacto é a que estamos chamando aqui de “visão tradicional”.

Correndo o risco de simplificar o pensamento de alguns autores, apresenta-se a seguir de forma sintética as idéias que parecem mais marcantes sobre o período.

1.1.1. Carone

Edgar Carone talvez seja um dos autores mais influentes na formação de parâmetros interpretativos que definiram o enfoque predominante. Vejamos alguns pontos que caracterizam sua explicação para o comportamento das elites da Primeira República.

A República significou, para ele, o poder dos coronéis ampliado. Com o fim do Poder Moderador, os coronéis passaram a escolher diretamente seus representantes: “Desde a

Colônia os coronéis comandam a política. A República é uma ampliação de seu domínio, pois a quebra do Poder Moderador permite que eles próprios escolham seus representantes em todos os graus” (Carone, 1970, p. 151-2).

A Política dos Governadores, então, foi apenas a oficialização do coronelismo:

É só através do conhecimento desta situação geral – coronelismo e oligarquia - que se pode compreender o jogo entre realidade e sistema jurídico, formas pragmáticas e sistema constitucional. A dualidade é norma fundamental da sociedade brasileira, pois, num país onde imperam descentralização geográfica e poderes locais, torna-se impossível o funcionamento de formas representativas modernas. Daí, o uso da força, o domínio do mais forte, apesar do sistema eleitoral e jurídico. A realidade é tão premente que acaba se impondo e Campos Sales oficializa a situação de fato, através da chamada Política dos Estados (Política dos Governadores). (Carone, 1977, p. 11)

Esta é a explicação consagrada sobre o Pacto: Campos Sales promoveu o arranjo pois reconheceu a força dos governadores, o poder dos coronéis. A “realidade” do país é a descentralização, a regionalização, que acabam se impondo – as formas representativas modernas são “ficção jurídica”.

Os partidos políticos não expressam posições programáticas ou ideológicas. As oposições em geral são pragmáticas, e os grupos oposicionistas praticamente sempre acabam por compor com a situação (Carone, 1970, p. 299). Na análise dos conflitos da época, é destacada a ausência de consistência ideológica e programática das lideranças: “A luta dos grupos pela hegemonia é complexa, porque as lideranças – ex-monarquistas, republicanos, militares – agem em geral desordenadamente, prendendo-se a interesses locais e coronelísticos, e não a fórmulas ideológicas ou partidárias” (Carone, 1977, p. 36).

Neste quadro, é muito difícil que se formem partidos nacionais:

Além disso, exclusivismo social e regionalismo levam ao fracasso das tentativas de fundar partidos nacionais: aqueles que tentam se organizar funcionam em bases pessoais, não sobrevivem aos motivos aparentes de sua fundação. Os Partidos Republicano Federal, Republicano Conservador e Republicano Liberal desaparecem com Francisco Glicério, Pinheiro Machado e Rui Barbosa (Carone 1970, p. 312).

O que ele entende por exclusivismo social é explicitado em outra passagem:

O desaparecimento do Partido Republicano Federal, logo após a proclamação do novo regime, é sinal da tendência regionalista dominante: a crise é inevitável, pois os PRs proclamam constantemente o seu federalismo, e a nova situação confirma-o. Os antigos partidos unitários – Republicano, Conservador e Liberal – são substituídos,

agora, pelos estaduais. A nova realidade é expressão da organização de uma única classe: a aristocracia agrária. (Carone, 1970, p. 311).

Aqui se vê que esta concepção está estreitamente associada com a noção de classes sociais: as oligarquias não são mais que as facções regionais da classe no poder, a classe dos proprietários da terra.

Resumindo esquematicamente, a concepção de Carone assenta nos seguintes pilares: o sistema político é monopolizado por oligarquias; as oligarquias representam a classe dos proprietários de terra; os interesses de classe destas oligarquias são os mesmos – o que as divide são apenas seus interesses locais. Os conflitos entre elites da República Velha expressam, assim, não conflitos de classe mas basicamente conflitos regionais.

Na base deste raciocínio, contudo, existe uma confusão entre o conceito de oligarquia e o de classes agrárias, como mostrou limpidamente Pedro Fonseca:

Não resta dúvida de que o termo “oligarquia” veio e vem sendo utilizado por economistas, sociólogos e historiadores em diferentes acepções, o que dificulta muito seu uso, sempre sujeito a confusões, mal-entendidos e críticas. O termo possui duas conotações *historicamente interligadas*: o monopólio do sistema político e da propriedade da terra – daí a afirmação de que as ‘oligarquias rurais’ (aí já adjetivadas) detinham o poder econômico e político no Brasil durante a República Velha, ou, pelo menos, o compartilhavam com “sócios menores”. *Mas a identidade entre setores agrários e oligarquias não pode ser entendida como identidade absoluta*. De imediato, nota-se a imprecisão deste uso, pois, a rigor, ele permite dizer que tais ‘oligarquias rurais’ detinham o poder não apenas durante a República Velha, mas também no Império. Em outras palavras, o termo, nesta acepção tem um sentido tão amplo que é capaz de abarcar várias situações históricas distintas; sem constrangimentos, poder-se-ia afirmar, por exemplo, que as oligarquias rurais foram detentoras do poder desde a época colonial: o que confere caráter “oligárquico” aos cafeicultores paulistas do início do século XX, ou aos pecuaristas gaúchos da mesma época, que os senhores e plantadores de cana-de-açúcar de Pernambuco no século XVII não tinham? Entre outras coisas, a imprecisão reside no duplo significado do termo “oligarquia”, usado ora para denominar um aspecto do sistema político (“controle do voto”), ora uma classe social (os proprietários de terra). (...)

Este procedimento induz a pensar que *as oligarquias não são burguesas*, ou seja, *exercem sua influência em um sistema não ou pré-capitalista*; nele está subjacente o entendimento de que só existe uma burguesia – a industrial – que, pela forma com que é constituída a análise, se opõe à oligarquia, ou mesmo entra em composição com ela de forma subordinada. (Fonseca, 1999, p.140-1).

Nesta tese, o termo oligarquia é usado com o sentido de grupo que detém o monopólio do sistema político. Nesta acepção, não há dúvidas de que a política na Primeira República era oligárquica – a representação era controlada ferrenhamente por elites políticas que não admitiam oposição. No entanto, que os interesses políticos defendidos

pelas oligarquias fossem sempre os da classe agrária, é uma suposição implícita, não demonstrada. O elo estabelecido entre oligarquia e os proprietários da terra talvez derive de uma concepção etapista do desenvolvimento político (com a burguesia teriam de se desenvolver formas representativas “modernas”, em oposição às oligárquicas).

Assumir que a política é controlada por oligarquias não é igual a dizer que é um sistema pré-capitalista, ou que a burguesia não possa encontrar expressão política e necessite romper esse sistema. Com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, desde o século XIX, emerge a burguesia e esta gradualmente fará representar seus interesses no sistema político. O que impede que se forme uma oligarquia burguesa industrial, ou uma oligarquia burguesa agrária? Em outras palavras, parece que não é necessário que a participação da burguesia na política se dê em oposição ao sistema oligárquico, formando um partido nacional e derrubando barreiras regionais – em determinadas condições pode ser interessante e até inevitável participar do jogo oligárquico e regional.

O interesse de assentar este ponto é apenas reconhecer que distinções importantes entre as oligarquias da época poderiam expressar não diferenças regionais, mas diferenças de projetos, expressando inclusive os interesses de diferentes classes sociais. O objetivo deste trabalho, contudo, não é estudar a estrutura social da República Velha, mas sim identificar diferenças políticas entre as oligarquias que disputaram o poder no período. Veremos que estavam postos diferentes projetos para o país, e que a luta entre eles pode ter determinado a forma que assumiu o arranjo institucional da consolidação.

Um outro problema da interpretação de Carone é assumir que o fim do Poder Moderador deslocou o poder para os estados e para os coronéis locais, perdendo de vista o quanto as lutas locais eram determinadas pela política nacional. Para criticar essa visão, vale a pena examinar outro texto clássico, onde ela está bem desenvolvida.

1.1.2. Campello e Souza

Em texto marcante sobre o período, em que analisa os conflitos políticos da República Velha, Maria do Carmo Campello e Souza (1968) enfatiza outra idéia tradicional sobre o período: a associação entre República e federalismo. O grande objetivo da luta republicana seria livrar-se das peias da centralização imperial. Vejamos os principais traços dessa interpretação.

Os conflitos principais da época giram em torno da autonomia estadual: “Os embates violentos e as cisões políticas havidas no correr do período fizeram-se certamente em torno do princípio da autonomia estadual”(Souza, 1968, p. 163).

A regionalização da política é determinada pela regionalização da economia. A estrutura econômica é um conjunto de seções independentes, e este é o fundamento básico da estrutura constitucional federativa:

O Brasil, marcado pelas características de seu desenvolvimento como colônia exportadora de matérias primas, apresentava-se como um ajuntado de unidades primário-exportadoras em vários estágios de evolução, dependente cada uma dos embalos da demanda externa para determinação de seu peso e importância na economia do país. Cada unidade produtora atrelava-se ao mercado internacional, indiferente à sorte das demais e independente delas. Quando o elo que as ligava – o mercado nacional de escravos – se desfez, resultou o país composto de pequenas seções justapostas, que conservavam entre si alguns frágeis vínculos, suficientes apenas para que a nação não se desintegrasse totalmente.

A Carta Constitucional Republicana parece ter vindo propiciar os meios jurídicos para o funcionamento de uma estrutura que a precedera historicamente. (Souza, 1968, p. 164).

Uma destas unidades, São Paulo, prevaleceria sobre as outras, por ser a mais dinâmica da economia. A luta principal dos paulistas era para cortar as amarras do Império, sua rígida centralização, e promover ligações diretas do estado com o mercado internacional. Essa elite dirigente, contudo, não se diferenciava essencialmente das elites imperiais – para a autora, os grupos condutores da República eram “os mesmos do Império”:

Dadas as linhas gerais que definem o quadro político e econômico, resta ainda apontar os grupos condutores do processo político republicano. Eram de modo geral os mesmos grupos políticos civis do Império, com nova nomenclatura, detentores também de privilégios, especialmente os de propriedade, acompanhados do grupo militar ativo recém-chegado à arena política. (Souza, 1968, p. 165-6).

O grupo dirigente era o grupo cafeeiro, no essencial ainda a classe dos grandes proprietários rurais, à sombra do qual se desenvolve um núcleo urbano-industrial. As mudanças de regime (Império, República) nesta visão não envolveriam conflito de classes, ou transformações importantes: as diferenças seriam antes de nomenclaturas.

A organização de um movimento republicano esgotar-se-ia assim na luta pela autonomia regional - as divergências políticas que se expressam são as divergências entre estados. A regionalização começa na economia: não há economia nacional, mas

“pequenas seções justapostas”, e a luta política reflete os interesses distintos destas seções. A política só pode ser estadual:

O panorama geral da Primeira República, que vimos esboçado, encontra correspondência num sistema político cujo foco de poder se localiza nos estados, sob a hegemonia dos economicamente mais fortes, liberal na sua forma, oligárquico quanto ao funcionamento efetivo. (Souza, 1968, p. 167).

A República transferiu o poder para os estados: com isto, a política passa a decidir-se no âmbito estadual. Não há questões administrativas que pudessem dar sentido ideológico aos confrontos:

Iniciada a forma federativa de governo, os anos que vão da Proclamação da República aos princípios do quadriênio Campos Sales (1889-1900) definem-se, no nível político, pela luta em torno da formação das estruturas de dominação nos estados. A quebra dos quadros políticos estaduais, terminada a Monarquia, trouxe ao Governo Provisório da República problemas bastante sérios, relativos à reorganização dos poderes estaduais, cujo controle era desejado por várias facções. A forma federativa de governo estabelecida com a República, ao transferir o foco do poder para os estados, tornou a organização deste um problema fundamental do novo regime. A não ser o princípio da autonomia estadual, basicamente não havia nenhuma idéia nova ou aspiração relativas à ordem administrativa, capazes de caracterizar intuítos em contraste que dessem sentido ideológico às lutas partidárias que se iniciavam. (Souza, 1968, p. 170).

O artigo da autora foi marcante, sendo sua atualidade demonstrada por servir de base para obras recentes importantes.¹ Nele é refutada a tese de que os conflitos políticos da época expressassem a oposição “grupos burgueses” x “grupos agrários”, ou os conflitos entre o setor exportador e o setor urbano interno. Segundo ela, o setor interno não apresentava qualquer oposição fundamental à estrutura vigente que levasse seus representantes à tentativa de superá-la (p.165). Questionava, assim, a possibilidade de diferenciação ideológica entre os representantes do sistema industrial e os da cafeicultura exportadora, o que a levou a questionar também que esta oposição pudesse explicar a Revolução de 1930.

O fato de que os industriais paulistas em 1930 apoiavam o governo da oligarquia paulista realmente dificulta interpretações simplistas, como a de reduzir a luta política ao confronto entre os “interesses agro-exportadores”, representados por Washington Luís *versus* “os interesses burgueses industriais” representados por Getúlio. Isto não significa, contudo, que não houvesse diferenças ideológicas significativas entre os

grupos políticos da época, como é assumido ao final do artigo. Ao descartar a oposição burguesia x latifúndio como a explicadora dos conflitos, a autora acaba por descartar outras diferenciações que aparecem, reduzindo a luta política ao regionalismo.

A questão republicana é subestimada, não sendo consideradas diferenças entre a elite que conduz a República e a elite imperial. São ignorados dados que apontam para especificidades do movimento republicano: os partidos republicanos do tempo da propaganda se diferenciaram dos demais partidos do Império, construíram, pelo menos no Rio Grande do Sul e em São Paulo, partidos razoavelmente disciplinados e organizados, construíram um partido nacional, (o PRF), defenderam unidos uma política econômica austera, estiveram em oposição ao governo de Deodoro.

A República não foi simplesmente a federação – significou a entrada de um novo grupo no poder, do qual até então era excluído, os propagandistas republicanos. A liderança desta nova elite republicana não foi pacífica - para se impor, necessitou derrotar resistência inclusive armada. No Capítulo 2, veremos como os republicanos históricos polarizaram a política nacional no final do século XIX.

O grande problema da análise, no entanto, está em perder a relação entre conflitos estaduais e política nacional: a lógica da “formação de estruturas de dominação nos estados” estava intimamente entrelaçada com a formação de maioria no Congresso Nacional. Os estados tornam-se um problema na República principalmente porque, com a quebra do Poder Moderador, perde-se o mecanismo principal do Executivo para produzir maiorias legislativas.² Enquanto não se consolida o arranjo dos governadores, os primeiros presidentes republicanos se esforçam para construir maioria num jogo que passava por intervenções estaduais - as trocas de governadores são na maior parte decorrências das diferenças na política nacional. Os conflitos em torno da política econômica, por exemplo, repercutiam nos estados. As lutas em torno da autonomia estadual refletiam a resistência às intervenções do poder central.

O Pacto dos Governadores surgiu neste quadro como solução. É fundamental considerar, contudo, que não era possível pacificar as relações entre as oligarquias

¹ Exemplo é o conhecido livro de Abrucio “Os Barões da Federação”, de 1997. O capítulo sobre as relações Presidente-Governadores na República Velha baseia-se principalmente na interpretação de Souza, nos pontos que procuramos destacar.

² O sistema monárquico brasileiro assentava sobre o Poder Moderador, um conjunto de poderes especiais do Imperador, entre os quais o de nomear o Executivo e os governadores, dissolver o Parlamento e chamar novas eleições, que sempre confirmavam o Executivo escolhido. Ver o Cap. 5

regionais sem um acordo em torno da política nacional. Este ponto será desenvolvido nos capítulos que examinam como Campos Sales viabilizou esse arranjo e quais as disputas institucionais que se inauguram com o fim do Poder Moderador.

1.1.3. Love

Joseph Love é, sem dúvida, um dos brazilianistas que mais contribuiu para a compreensão de nossa história. Suas obras são densas e muito ricas em dados de pesquisa. Em artigo recente, intitulado “A República brasileira: federalismo e regionalismo (1889-1937)” (Love, 1997), sintetizou muitas das idéias a partir das quais vem analisando o período, reafirmando a ênfase regionalista que caracterizou suas obras anteriores.

Em seu título, o artigo já indica uma noção básica, em torno da qual o autor constrói sua argumentação. A República é o regime que instaurou o federalismo. E os republicanos, especialmente os gaúchos e paulistas, são vistos como os aguerridos defensores da autonomia estadual.

Esta compreensão reafirma-se na periodização, definida em função da oposição centralismo-federalismo. O período estudado, nas quatro obras de Love que constam da bibliografia desse trabalho, inicia com a República Federativa pondo fim ao centralismo do Império; e tem seu fim delimitado não pela Revolução de 1930, mas pelo golpe de estado de 1937 e a volta ao centralismo, com a ditadura do Estado Novo.

A Primeira República caracteriza-se, pois, pelo federalismo e pelo regionalismo. O primeiro é um sistema de governo que define uma dada distribuição de competências entre estados e União. No caso brasileiro, a parcela de poderes retida pelos estados foi maior que a de outros países latino-americanos (os estados detinham poderes importantes como os de taxar exportações e comércio interestadual, fazer empréstimos do exterior e manter polícia própria, dentre outros).

Os atores da época definem-se por uma orientação política que privilegia o regionalismo, é definida principalmente pelos interesses de seus estados:

O regionalismo, por outro lado, é o padrão de comportamento político característico do regime federativo. Nele, os atores regionais aceitam a existência de uma entidade maior, o Estado-nação, mas buscam o favorecimento econômico e a proteção política desse mesmo Estado-Nação, mesmo que isso coloque em risco o próprio regime político. No Brasil, durante o período em questão, os estados eram unidades políticas

coesas: os partidos políticos existiam apenas em nível estadual, e assim mesmo, em alguns estados apenas.” Love (1997), p. 124

Como os estados eram “unidades políticas coesas”, pode-se considerar sua atuação em bloco, e analisar como se comportavam “São Paulo”, o “Rio Grande”, por exemplo. Os atores políticos são os estados, e as máquinas partidárias são estaduais. As clivagens políticas que ocorrem, os conflitos, são explicados por diferenças de interesses regionais, por demandas conflitantes com relação à implementação de determinadas políticas federais e à distribuição de favores políticos.

O federalismo da República Velha era extremamente desigual, imperavam os estados mais fortes (São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul). Os líderes destes três estados queriam o poder nacional, especialmente a Presidência, importante para garantir a política econômica e financeira desejada (Love 1971, p. 118). Love diferencia os três grandes estados dos estados menores, dominados pelas oligarquias familiares, nos quais impera o coronelismo e sua base social, prevalecendo o poder privado (Love, 1971, p. 142).

A ênfase no regionalismo faz com que o autor subestime elementos essenciais para a compreensão do período, especialmente a influência do positivismo e de outras correntes modernizadoras. Quanto ao Norte e Nordeste, a análise ignora os elementos positivistas, que em vários estados conquistaram representação nacional, na Constituinte e nas legislaturas subseqüentes, e chegaram mesmo a exercer o governo de alguns estados (Pernambuco, Ceará, Espírito Santo, Pará). Ainda que a falta de estudos sobre o assunto impossibilite uma avaliação da real importância do movimento positivista nessas regiões, veremos que sua influência na política da época não pode ser ignorada. Quanto aos grandes estados, embora Love veja um funcionamento mais horizontal da política, tende também ali a subestimar a importância de questões políticas ou ideológicas: a grande questão a polarizar a política é sempre o federalismo.

A associação entre República e Federação fica especialmente clara na análise do PRP, o qual é visto como um agrupamento quase sem ideologia – é sublinhado que os paulistas queriam acima de tudo a constituição de uma República Federativa (Love, 1982, p. 150-1; p. 251). Salientando que o comportamento político dos republicanos paulistas caracterizava-se pelo pragmatismo, assegura que “a descentralização foi um dos poucos pontos em relação ao qual o PRP jamais transigiu” (Love, 1982, p. 151).

A insistência do autor em relacionar os republicanos com a luta pela autonomia provincial dificulta que se perceba quais os traços que diferenciavam os republicanos dos outros grupos paulistas. É verdade que o descontentamento com a centralização imperial reunia “paulistas de diferentes tendências políticas”, sendo alimentado por fatos como as transferências de receitas do estado para a União, oito vezes maior que o valor devolvido para os gastos na província (Love, 1982, p. 150). Assim, é provável que, quanto à defesa de São Paulo, os políticos paulistas fossem unidos; mas, e quanto ao resto? O próprio Love fornece, contudo, várias evidências que apontam para a demarcação de campos ideológicos divergentes dentre os paulistas: os republicanos se constituem como partido diferenciado, têm estrutura organizacional própria e são seus quadros que detêm os cargos mais importantes no estado em toda a República Velha.

O estudo sobre o Rio Grande do Sul padece do mesmo problema: elementos que apontam para aproximações ideológicas ou programáticas dos gaúchos com grupos de outros estados são sistematicamente descartados ou subestimados. Apesar de reconhecer a existência de uma influência ideológica, o positivismo, este é confinado nos limites do estado. O autor não considera a influência das idéias de Comte no resto do país. As ligações nacionais que aparecem são com “o Exército”, e não com correntes de idéias:

Quando o PRR se tornou uma força nacional, depois de 1910, o fez graças à sua aliança com o Exército, e ao tirar proveito das divisões entre os partidos republicanos de Minas e São Paulo. As excelentes relações entre o partido rio-grandense e o Exército derivam, em parte, do grande contingente de soldados aquartelados no estado (em caso de conflito com a Argentina) e da vocação militar putativa dos gaúchos. (Love, 1971, p. 139)

Vários dados citados por Love evidenciam, contudo, que Castilhos estava articulado com outros grupos nacionais. Os republicanos gaúchos, na guerra contra os federalistas, foram decididamente apoiados por Floriano e pelos republicanos paulistas; Júlio de Castilhos apoiou o Vice Vitorino, e teria conspirado contra Prudente (Love, 1971, p. 96); posicionou-se ao lado da ala republicana radical no cisma do PRF, inclusive quase sendo seu candidato na eleição contra Campos Sales³. Seu nome é aclamado em manifestações públicas no Rio de Janeiro, como a de 7 de setembro de 1897. É apenas após o atentado contra Prudente e o enfraquecimento dos militares que adota atitude ambígua e pragmática na eleição, não fazendo oposição a Campos Sales (nem o apoiando).

³ Glicério teria sido contra o nome de Castilhos, por achá-lo muito radical. Love, 1971, p.100.

O mesmo pragmatismo de Castilhos se observa quando, em 1901, o Partido Republicano Riograndense (PRR) acaba por apoiar a candidatura de Rodrigues Alves à Presidência. Os republicanos gaúchos se acreditavam na iminência de nova invasão por parte de seus adversários federalistas, refugiados no Uruguai e Argentina, e decidem se aliar com os moderados paulistas para garantir seu controle sobre o estado. A decisão teria sido muito dura e difícil para Castilhos, pois teve que romper com aliados nacionais de maior afinidade política; teria inclusive consternado jacobinos do Rio de Janeiro, que o julgavam o único digno da Presidência (Love, 1971, p. 105). Love sublinha que a capitulação dos gaúchos foi para “conservar sua máquina em segurança”. Mas vê a máquina mais ligada à personalidade de Júlio de Castilhos que a suas crenças:

Para a maioria dos elementos do PRR, porém, o positivismo continuava a ser um enfeite ideológico de pouco significado real. Mesmo Teixeira Mendes, sucessor de Lemos na direção do Apostolado, reconhecia que o que propiciou a Castilhos seguidores tão devotados, foi mais sua personalidade do que suas crenças. (Love, 1971, p. 111)

Essa interpretação fica difícil de sustentar frente às recentes pesquisas sobre o conteúdo programático do positivismo gaúcho (Pinto, 1986; Fonseca, 1999; Bosi, 1992). Estas têm reconhecido que a elite gaúcha tinha características ideológicas próprias. Boris Fausto aponta a importância de uma reavaliação de algumas elites da República Velha, no Prefácio da Reedição de 1997 de seu livro sobre a Revolução de 30:

A reconsideração das elites políticas paulista e mineira à luz das pesquisas que se desenvolveram ao longo dos últimos vinte anos implica algumas revisões, mas nada que em seu alcance, assemelhe-se ao caso da elite gaúcha. Quando escrevi o ensaio, os estudos eram parcos e meu conhecimento incipiente. De lá para cá, o quadro mudou, destacando-se no conjunto o trabalho de Pedro Cezar Dutra Fonseca. Fonseca trouxe à luz algumas características da elite que controlava o Partido Republicano Riograndense (PRR), compatíveis com a percepção e o manejo da conjuntura vigente no país a partir dos anos 30. Referindo-se à chamada geração de 1907, da qual Getúlio fazia parte, demonstrou suas inclinações ideológicas pelo intervencionismo estatal acompanhado do controle do capital estrangeiro, bem como sua descrença na democracia liberal. (Fausto, 1997, p. 14).

O positivismo não apenas ultrapassou a personalidade de Castilhos, como se corporificou em conteúdos programáticos precisos, distinguíveis, e próximos a positivismo de outros países, especialmente a concepção intervencionista do Estado:

A doutrina do Partido Republicano Rio-grandense compunha-se de algumas idéias diretamente inspiradas no credo político de Augusto Comte. Não se tratava, a rigor, de uma idiossincrasia local. As mesmas idéias enformavam os projetos estatizantes dos colorados uruguaios, cujo líder, o Presidente Jorge Battle, conheceu o comtismo de

Pierre Lafitte nas mesmas reuniões da rua Monsieur-le Prince que Miguel Lemos freqüentara no começo dos anos 80. Valores afins constavam do programa radical de Hipólito Yrigoyen, Presidente da Argentina em 1916. (...)O positivismo social, transferido quase em estado puro para o contexto republicano gaúcho (ou variadamente combinado com o racionalismo krausista no Uruguai colorado), deu à nova configuração econômica modelos de ação política cuja coerência interna ainda hoje impressiona. O que distinguiu a teoria e a prática do castilhismo gaúcho do filão maior, burguês e progressista, que desaguou na Lei Áurea e na proclamação do novo regime? Precisamente a sua tendência de atribuir ao poder público a função de promover e, no limite, controlar, os rumos do desenvolvimento econômico. (Bosi, 1992, p. 281-2, grifos meus).

A ênfase em ver apenas “os estados como atores”, e a política dos governadores como uma política imposta “pelos três estados mais fortes” ignora outros tipos de elos políticos que se estabeleciam entre as elites da época. A defesa da República, por exemplo, aproximou republicanos paulistas, militares florianistas, jacobinos e positivistas de todo país. A própria representação política podia ultrapassar as barreiras estaduais: Castilhos ofereceu uma vaga de deputado federal para o pernambucano Barbosa Lima, na legislatura de 1900-1903⁴.

Love não deixa de reconhecer, contudo, que houve uma importante mudança com a República, diferenciando-se de autores que enfatizam os traços de continuidade na transição do Império para a República:

Na minha perspectiva, a mudança de regime em 1889 não foi insignificante. A ruptura permitiu uma maior realização do papel que os governos modernos devem desempenhar. Não é que a República fosse tão moderna assim: o Império é que decididamente não o era. (Love, 1997, p. 154).

Se a República significou uma diferença, qual o grupo político que propôs e sustentou essa realização do papel “moderno” dos governos? A resposta de Love seria provavelmente que foram “os três estados preponderantes”. Mas esta resposta não parece ser suficiente, pois não considera que as elites republicanas tiveram que derrotar as elites adversárias, tanto em seus próprios estados como no nível nacional.

Será defendido aqui que o Pacto de Campos Sales não foi simplesmente entre estados ou com governadores, mas foi com os republicanos históricos, em torno de um programa nacional que propunha modernizar o país.

⁴ Barbosa Lima era um positivista pernambucano, que chegou a ser governador do Pernambuco por nomeação de Floriano Peixoto, mas depois ficou isolado quando o ex-monarquista Rosa e Silva assumiu o controle do estado.

Veja-se agora outro autor que também enfatiza a força do regionalismo, embora de outro ângulo.

1.1.4. Faoro

A análise de Faoro (2000), no clássico “Os Donos do Poder”, também destaca a força dos interesses regionais – o Pacto dos Governadores é a consolidação da “distribuição natural do poder” entre as oligarquias regionais.

A tentativa de fundar um partido republicano nacional, o Partido Republicano Federal, fracassa quando este se cinde em 1897. É interessante ver como Faoro descreve este processo em que o Presidente entra em confronto com o Congresso e com o partido do qual fazia parte (ver Cap. XIII, vol. II).

O PRF foi fundado em 1893, como o primeiro partido nacional da República. Para Faoro, contudo, a agremiação não conseguiu passar de um grande aglomerado; “vivos e atuantes” eram apenas os partidos estaduais. Os conflitos entre Prudente e o Congresso devem-se de um lado aos interesses estaduais e, de outro, à presença militar (“lembranças de Floriano”, que polarizam a política). A partir da cisão do partido, que ocorre em 1897, impõe-se a “distribuição natural de poder” e ressurgem “os Estados, armados e aguerridos”:

“O comando da capital federal sobre o país, do Rio de Janeiro sobre o Brasil, só seria possível, como demonstrara o Império nos seus dias derradeiros, mediante uma corporação coesa e armada. O processo de inversão da distribuição natural do poder exigiria a ditadura centralizadora, incompatível com a riqueza regional, regionalmente autodeterminada. O apelo às camadas médias, que o jacobinismo esboça e promete, não se mostrara viável, quer pela fraqueza interna do setor, quer pela preponderância dentro dele, do tropismo liberal. Nessa encruzilhada de indecisões, entrecortadas de sangue e violência, uma convicção já conquistara todos os espíritos: os Estados não se deixariam subjugar pelo Rio de Janeiro, pela Rua do Ouvidor ou pelos quartéis.” (Faoro, 2000, p. 178)

Os estados são os atores de destaque em toda descrição (“a Bahia desconfia, o Rio Grande almeja”, etc.) O PRF fracassa, derrotado pelas realidades regionais:

O sistema de um acordo dos partidos num agrupamento central que comandasse o Congresso e disciplinasse os poderes do presidente da República não se compatibilizava com a estrutura social. As realidades regionais, enredadas em reivindicações e em compromissos locais, não se homogeneízam em uma linha de conduta nacional, capaz de justificar a ação comum e solidária de governadores, senadores e deputados. Por isso, prevalece sobre o partido de cúpula, mais ponto de encontro de políticos enviados ao Rio de Janeiro, o comando central do presidente da República. (Faoro, 2000, p. 178)

O autor destaca no processo a atuação do Presidente. Prudente, para vencer o conflito com a liderança do PRF, dirige-se diretamente aos governadores. E “nesse apelo direto estava quebrado o sistema partidário de intermediação: o presidente só reconhece os chefes estaduais.” No enfrentamento entre partido e Presidente, vence o último (Faoro, 2000, p. 175).

Este é um ponto importante, onde o autor se distingue: em sua análise não são “os coronéis” que mandam - quem predomina, quem acaba por se impor, é o Presidente. A ênfase na força do Poder Central o diferencia de autores para quem o domínio absoluto na época era dos coronéis. José Murilo de Carvalho aponta para esta importante distinção teórica, considerando que boa parte das interpretações sobre a República Velha e sobre o coronelismo podem ser divididas em duas vertentes: a linha que enfatiza o poder privado dos coronéis, representada por Maria Isaura de Queiroz e Nestor Duarte, e a linha que enfatiza o poder do Estado, da qual Faoro e Vitor Nunes Leal são as figuras de proa (Carvalho, 1997).

Mas, ainda que Faoro ressalte o poder do Presidente, sua análise privilegia o ângulo regional. O Presidente representa São Paulo. As forças políticas com quem o Presidente negocia, os atores considerados representam sempre os estados, embora considere também o Exército. Os interesses em jogo são basicamente interesses regionais, ou corporativos (“os militares”), ou ambições pessoais.

Essa interpretação ainda está em vigor – mesmo trabalhos relativamente recentes, como o de Renato Lessa (1999) partem da idéia de que política real era a dos estados, e que o Pacto simplesmente consolidou a distribuição natural do poder.

Torna-se difícil, nesta perspectiva, compreender elementos essenciais: por exemplo, que nem os militares nem as oligarquias eram corpos homogêneos; ou então, que parte dos militares e parte das oligarquias estabeleceram alianças nacionais, expressas em partidos ou em facções nacionais (o Partido Republicano Federal e as duas alas em que se dividiu, os “concentrados” e os “republicanos”).

Os militares se dividiram, primeiro na oposição Deodoro x Floriano, e depois durante o governo Prudente. Este só se atreveu a enfrentar o PRF, Glicério e os florianistas, no episódio da Escola Militar, depois de se assegurar de ter controle sobre boa parte do Exército.

Os debates e votações do Congresso analisados nesta tese indicam claramente que também as oligarquias de vários estados estavam divididas, inclusive em São Paulo. Não só estavam divididas, mas, por outro lado, estavam unidas, em outros elos, que ultrapassavam as fronteiras estaduais. Não é possível explicar as proximidades entre castilhistas, florianistas, positivistas, de diversos estados, apenas por ambições pessoais ou guerras de famílias. Glicério, um dos políticos mais poderosos, paulista, visto por Faoro como um político oportunista, movido por ambição pessoal, vai ao ponto de perder seu poder ao resistir à punição dos alunos da Escola Militar do Rio de Janeiro, pois faz parte do grupo florianista.

Especificamente a análise de Faoro não explica um dado crucial: a força de Prudente não foi suficiente para lhe garantir apoio legislativo, para lhe dar hegemonia. Os florianistas continuavam ativos e organizados, embora tivessem recuado momentaneamente após o fracasso do atentado contra a vida do Presidente e sua grande repercussão negativa.

O Congresso, ainda em 1899, apesar dos esforços de Prudente para se articular com os governadores e enfraquecer a liderança do PRF, estava dividido em duas frações – os “Concentrados”(os florianistas) e os “Republicanos legalistas” (a maior parte dos republicanos paulistas e ex-monarquistas), e as duas preparavam-se para a guerra das eleições de 1900. A oposição entre os dois grupos cindia vários estados, inclusive Minas Gerais e São Paulo. É nesse quadro polarizado entre dois grupos opostos que Campos Sales interveio com a famosa reforma do Regimento⁵. Assim, de fato, é apenas Sales quem consegue quebrar o sistema partidário de intermediação. Mas como ele procede? Como é que um Congresso, dividido entre dois grupos radicalmente opostos, transmuta-se no aglomerado de representações estaduais da política dos governadores?

As explicações para esta transformação não são satisfatórias. Em geral, aceita-se tacitamente que o regionalismo e/ou o personalismo das lideranças corroeu os frágeis elos nacionais. A polarização do Congresso entre “concentrados” e “republicanos” é completamente desconsiderada. Não é que a existência da cisão seja desconhecida – apenas, não lhe é atribuído valor algum nas explicações. As facções políticas da época, pelas quais os atores de então se denominavam (o PRF, os “concentrados”, jacobinos, florianistas), desaparecem todas da história sem deixar vestígios, como se fossem

⁵ A reforma do Regimento foi uma alteração nas regras de reconhecimento dos Deputados, que lançou as bases do pacto de Sales. Este ponto será desenvolvido no Cap. 4.

criações artificiais, idéias fora do lugar, que se desvanecem quando as verdadeiras forças, as oligarquias estaduais, entram em ação.

A interpretação aqui apresentada procura recuperar a complexidade do momento inaugural da República, mostrando que estas denominações tiveram presença real, com forma, ações e programas reconhecíveis: esses grupos partidários são um ponto chave para entender a política dos governadores.

Defenderemos que para Campos Sales governar, era necessário não apenas pactuar com as forças regionais, mas também com esses grupos em que se dividia o Congresso. Seu esforço foi para rearticular o grupo dos republicanos históricos, unido no início da República. O Pacto de Campos Sales não se deu, portanto, apenas com os governadores – o Presidente fez um acordo com a maioria do grupo dos “concentrados”.

Uma das conseqüências principais desse arranjo foi reforçar o regionalismo da política, enfraquecendo as ligações nacionais que existiam entre grupos de vários estados. O regionalismo da representação congressional foi assim em grande parte produzido por este acordo. Entretanto, para ser produzido exigia um acordo nacional em torno de Sales e de sua política econômica.

Parece que a análise tradicional de certa forma foi feita “de trás para frente”. Tomou o regionalismo da República Velha como um “dado” da realidade, que não precisa ser explicado. É como se o Império tivesse construído uma centralização “artificial” por sobre a realidade regional, e uma vez retirada essa força centrípeta, a dispersão fosse o resultado “natural”.

Esse enfoque subestima as instituições políticas nacionais que estavam em funcionamento desde o Império – especialmente o Exército e o Parlamento. Neste último, discutiam-se questões cruciais como as que envolviam a política econômica da Nação (os confrontos entre metalistas x papelistas, industrialistas x anti-protecionistas, definindo questões cruciais como a política de câmbio, o orçamento, os gastos do Estado, o grau de endividamento da Nação). No momento em análise estava posta uma questão crucial: a credibilidade do país junto às instituições financeiras internacionais, o que envolvia a capacidade de o país enfrentar a pressão por reformas financeiras e orçamentárias, a maior parte das quais necessitava ser aprovada pelo Legislativo. Em torno destas questões formavam-se alianças nacionais e estabeleciam-se confrontos, que não podem ser compreendidos apenas pelos interesses regionais.

O esforço empreendido nesta tese foi justamente para entender a movimentação política do período em relação com as principais questões decisórias debatidas no Congresso. São estudadas as principais disputas legislativas do período, e como os grupos se posicionavam.

Poucos estudos sobre a política da época dão importância aos conflitos no Legislativo: foram analisados os diferentes projetos de organização do Estado na Constituinte de 1891 (por exemplo, Roure, 1979; Franco, 1967); economistas estudaram votações sobre os planos de valorização; o trabalho de Nícia Luz (1961) dedicou-se às posições no Congresso sobre a industrialização; Sueli Queiroz (1986) analisou os pronunciamentos parlamentares dos jacobinos. Não foi estudado o Congresso, porém, do ângulo da governabilidade, ou seja, priorizando as relações entre Executivo e Legislativo. Que questões geravam conflitos? Como os conflitos eram resolvidos?

Adota-se aqui esta perspectiva, analisando o Pacto dos Governadores como um arranjo para dar maioria legislativa ao Presidente. Em parte essa compreensão assenta-se em alguns autores reconhecidos; de outra parte, porém, foi necessário propor uma nova definição dos atores envolvidos – nem é simplesmente um pacto “entre estados” nem é a simples expressão do predomínio da classe cafeicultora.

1.2. Interpretações sobre o Pacto

A contribuição de Fernando Henrique Cardoso para a compreensão do arranjo de Campos Sales foi essencial. O autor o descreveu como um acordo para garantir ao Executivo maioria no Legislativo, definindo claramente o núcleo central do Pacto: o Presidente estabelece um acordo que lhe garante apoio nas grandes questões no Congresso, comprometendo-se a respeitar o poder das oligarquias locais em seu âmbito. A reforma do Regimento garante o reconhecimento no Congresso dos indicados pelos governadores – neste sentido, garante o poder das oligarquias locais. Consolida, de outro lado, o poder do Presidente de conduzir a política nacional, contando com o apoio incondicional do localismo.

Se esse ponto foi claramente estabelecido por Cardoso, parece, contudo que é necessário compreender melhor para que políticas o Presidente precisava o apoio do Congresso, e como o conseguiu. Sobre essas questões não há consenso.

A política econômica é destacada na análise, com ênfase no confronto entre as correntes industrialistas e agrária. Existiria no Congresso uma forte oposição entre os cafeicultores e uma corrente “industrialista”, que lutava por políticas protecionistas, liderada por Serzedelo Corrêa (Cardoso, 1975, p. 35).

A liderança de Campos Sales representaria o predomínio de uma nova classe, a burguesia agro-exportadora paulista:

Os sucintos elementos de juízo apresentados mostram que, além dos militares, das revoltas de 92 e seguintes e das marchas e contra-marchas políticas, houve no primeiro decênio republicano uma profunda alteração no equilíbrio de forças no país. (...) Uma nova classe constituíra-se não apenas em bloco de sustentação do poder, mas em segmento dirigente da República. (Cardoso, 1975, p. 36-7).

A interpretação do autor induz a pensar que o Pacto simplesmente consolidou os interesses da cafeicultura. Veremos que não é tão simples.

Essa análise foi questionada por Lessa, por reduzir o sistema ao predomínio dos fazendeiros de café:

Já Fernando Henrique Cardoso considera com maior detalhamento o modelo Campos Sales, mas acaba por limitá-lo a um mero arranjo político adequado às necessidades do predomínio econômico dos fazendeiros do café. A República Velha se apresenta assim como um arranjo institucional *simples*, um campo de provas ideal para confirmar a supremacia das estruturas econômicas sobre os outros planos da vida social. (Lessa, 1999, p. 26).

Mas qual a solução de Lessa para superar o que lhe parece simplificado? É introduzir na análise “os valores”. Sua abordagem propõe uma distinção entre valores e procedimentos:

No tratamento do Modelo Campos Sales, a estratégia seguida será diferente da dos autores que já se ocuparam do assunto. Minha hipótese é a de que este modelo contém dois aspectos distintos: o que se refere a *procedimentos* e o que diz respeito a *valores substantivos*. O primeiro é composto por um conjunto de procedimentos postos em ação para obter estabilidade e dotar a República de um padrão mínimo de governabilidade. Eles se resumem à montagem da política dos governadores e à operação da Comissão de Verificação de poderes. O segundo aspecto diz respeito aos valores que Campos Sales atribuiu ao seu modelo, notadamente uma concepção despolitizadora e administrativa do governo, dotado da atribuição de resguardar o interesse nacional. (Lessa, 1999, p. 28).

No nível dos procedimentos, o autor reafirma a visão tradicional: o Pacto consolida o poder das oligarquias regionais. O movimento republicano é reduzido ao federalismo,

único ponto consistente da plataforma dos propagandistas (Lessa, 1999, p. 59-62, 80-4, 164-5).

A novidade estaria em incorporar à análise os valores; segundo Lessa, é importante considerar a simbologia do modelo, à qual o discurso recorre permanentemente:

Se o objetivo (do modelo) fosse exclusivamente produzir um arranjo emergencial, não seriam necessárias considerações sobre as paixões ou sobre os verdadeiros critérios de organização partidária e de obtenção da felicidade pública, dissolvidas no elogio do estado administrador e despolitizado. Mesmo na correspondência com seus pares, oligarcas imunes à sofisticação intelectual e com os quais Campos Sales falava claramente quando se tratava de solicitar apoio para decisões concretas, a simbologia substantiva é utilizada de modo permanente, não se limitando a simples recurso retórico. Até prova em contrário, os valores do pacto podem ser percebidos como permanentes, e constituem a fábula de criação da ordem pública no Brasil que resultou da primeira utopia republicana. (Lessa, 1999, p. 195)

O autor dedica-se a analisar os elementos simbólicos do Pacto, os valores em torno dos quais foi construído, a sua utopia. Campos Sales teria não apenas definido os procedimentos que deram governabilidade ao regime, como teria proposto uma utopia - novas bases morais e doutrinárias para a política nacional, através do desenho de uma comunidade política despolitizada e prioritariamente voltada para a “obra administrativa”. Um dos requisitos centrais dessa ordem seria dominar as paixões, que inviabilizam a atividade governamental (Lessa, 1999, p. 137).

No entanto, creio que apesar da importante contribuição de incorporar a variável simbólica na análise, o autor não estabelece uma clara conexão desses valores com o movimento político da época. É importante perceber que a referência a uma administração moderna, despolitizada, não era mera retórica, mas, tampouco surgia de um vago reino da utopia, ou das idéias: esta simbologia foi resgatada dos valores que o movimento republicano consolidou ao longo das décadas da propaganda. Com esse discurso, Campos Sales está propondo a seus pares não a construção de uma ordem “ideal” qualquer, mas a construção de uma ordem republicana. Obviamente ideal e destinada a perdurar no tempo, mas nem por isto deixando de deitar raízes no legado simbólico de um movimento muito concreto.

Esse ponto não pode ser percebido por Lessa, pois ele explicitamente recusa a idéia de que houvesse uma utopia republicana, endossando a visão tradicional de que o único objetivo reconhecível da ação das elites era o federalismo:

É um engano supor que o Golpe de Estado de 15 de novembro foi a materialização de um projeto de utopia, lentamente amadurecido por duas décadas de ação republicana. Talvez seja mais prudente supor que a relevância da propaganda republicana se deve, apenas, ao fato de que se proclamou uma república, que lhe reivindicou como memória. (...) Neste vasto continente de pragmatismo, onde nenhuma utopia é possível, o federalismo aparece como ponto mais consistente” (Lessa, 1999, p. 59-60)

Procurarei mostrar que a “utopia” de Campos Sales era um ingrediente essencial na costura das alianças, e é por este motivo que é insistentemente reforçada. O discurso da neutralidade e competência do Estado, a concepção administrativa do governo eram bandeiras do movimento republicano. A ênfase nestes pontos tinha uma função muito “real” nas disputas da época, a de construir um discurso hegemônico, atraindo os grupos de republicanos históricos.

Também as considerações sobre as paixões, e sobre os verdadeiros critérios de organização partidários, não podem ser dissociadas dos objetivos concretos de Sales: o combate aos “apaixonados” jacobinos. As dificuldades por eles criadas para o “desdobramento tranquilo da atividade governamental” são do mundo real, são pontos constantemente referidos por Sales (as dificuldades para a negociação dos empréstimos com os Rothschild, p. ex.).

Assim, é necessário ultrapassar a idéia tradicional de que a “política real é a política dos estados”, e perceber a existência de outros atores, como os republicanos históricos, os florianistas, os jacobinos. Só dando esse passo é possível aceitar que fazia sentido um discurso do Presidente dirigido a um forte movimento republicano, com expressão no Congresso Nacional. A simbologia do Estado competente e despolitizado dirige-se a uma geração de políticos que não eram “oligarcas pouco sofisticados”, que só se preocupavam com seus feudos, mas que eram formados na luta republicana, grande parte da velha guarda, muitos no grupo dos “concentrados”.

Este discurso, portanto, era essencial para o acordo, pois, e este é um dos pontos centrais defendidos nesta tese, o Pacto de Campos Sales só foi possível porque ele conseguiu unir a maior parte dos republicanos históricos, conquistando o apoio dos “concentrados” para sua plataforma de governo.

Assim, embora se concorde com Lessa que a proposta de Sales não pode ser reduzida ao simples predomínio da classe cafeicultora, não se pode perder de vista a conexão do discurso com o movimento republicano. Deve ser esclarecido que o que se contesta não é o predomínio da classe cafeicultora na época, algo, aliás, difícil, dado sua indiscutível

força econômica; mas, o que se procura nesta tese é valorizar os mecanismos políticos da construção de sua hegemonia, os quais não são simplesmente dedutíveis de seu poder econômico.

Apesar do conteúdo classista da análise de Fernando Henrique Cardoso ser dessa forma relativizado, sua definição do Pacto é o nosso ponto de partida. O autor estabeleceu de forma cristalina seu núcleo essencial: assegurar maioria no Legislativo para o Presidente. Para ir adiante, buscar-se-á desenvolver a compreensão dos seguintes pontos:

- a) sobre os atores que lideraram o Pacto (o PRP representava mais que São Paulo ou a classe dos fazendeiros de café);
- b) sobre a política econômica defendida (não é a simples defesa do café);
- c) sobre os mecanismos usados para construí-lo (não foram atraídos apenas os governadores, mas também os republicanos históricos).

Para entender o processo, é essencial ter em mente as questões postas na política da época, especialmente as econômicas. Se a análise descartar o mundo da economia nacional como possível definidor de importantes clivagens, tenderá a ficar presa em um outro no qual apenas existem militares, oligarquias regionais, coronéis, políticos ambiciosos ou idealistas. Para que necessitava Campos Sales de maioria? Esta questão precisa ser respondida para que se possa entender a República Velha.

Examinando os debates da época, tanto os do Congresso, como as obras de políticos de então, que procuraram consolidar uma visão sobre o período (Campos Sales, Alcindo Guanabara, Serzedello Correia), é fácil concluir que a questão central para o Pacto era a econômica (o saneamento da moeda, uma política orçamentária rígida e o reerguimento do crédito internacional do país).

O interessante é que as pesquisas efetuadas para esta tese constataram que, ao contrário do que sugere Fernando Henrique Cardoso, a sustentação dessa política no Congresso não se deu contra a corrente de Serzedelo e dos positivistas – ao contrário, ver-se-á que os principais líderes da corrente industrialista apoiaram decididamente a política econômica de Campos Sales (ver Cap. 7).

O acordo entre os grupos em torno da condução da economia não foi o “simples predomínio da classe exportadora de café”. As diferenças entre as estratégias dos dois presidentes paulistas são elucidativas a respeito – enquanto que Prudente teve em franca oposição as correntes positivistas e industrializantes, Campos Sales foi capaz de atraí-las. Como se deu esta atração?

A idéia de que o Pacto dos governadores teve em vista garantir para o Presidente aprovação de seu plano econômico de governo, foi contestada por Carone:

Campos Sales ideou sua doutrina – a famosa política dos governadores – por compreender a tendência geral (ao regionalismo) e a necessidade de consolidá-la através do reforço de seus elementos básicos. A idéia de que ela se deve à necessidade de estabilização financeira, em 1898, é a mais errônea possível, pois desde 1896 ele anuncia suas idéias, num momento em que o Executivo se reforça, a inflação é galopante, a guerra civil devasta o país, e as oligarquias lutam pelo seu predomínio nos estados. (Carone 1970, p. 302)

Entretanto, não é nova. Antônio Octávio Cintra, por exemplo, ressaltou que o arranjo da política dos governadores foi um mecanismo centralizante, engendrado para garantir que o Governo central pudesse implementar a política financeira e cambial que interessava aos estados hegemônicos:

Logo no começo da experiência republicana patenteou-se que o federalismo à outrance redundaria em prejuízo para os setores regionais mais dinâmicos, como por exemplo, os localizados em São Paulo, a promoção de cujos interesses necessitava da intermediação do Governo Federal. Tinham conseqüências vitais para esses interesses a política financeira e cambial e a satisfação dos compromissos externos. Seria de todo impossível uma política coerente, caso operassem com total autonomia os Estados e suas representações no Congresso. O mecanismo centralizante engenhado, na ausência das instituições imperiais e dada a fraqueza, na época, do Exército Nacional, comparado com as brigadas estaduais sob o controle das oligarquias, foi a “política dos governadores”. Resumidamente, esse arranjo reconhecia a hegemonia nacional de alguns estados, principalmente São Paulo e Minas Gerais, garantindo-lhes o controle da máquina do governo federal. Com isso, concentrava-se poder para permitir políticas difíceis, se não impossíveis, no federalismo pleno, quais sejam as de ordem fiscal e monetária, as relativas aos compromissos financeiros externos e as de amparo à lavoura cafeeira. Criavam-se, acima dos interesses locais e regionais, interesses nacionais, que eram, em grande parte, os interesses da região economicamente dinâmica do país, e os mecanismos políticos de efetivá-los. A política do centro expressava, pois, os interesses dos Estados hegemônicos. (Cintra, 1974, p. 38-9)

Love (1997, p. 143) vincula a Política dos Governadores à política fiscal e monetária exigida pelos Rothschild. E Wanderley Guilherme dos Santos também associa a reforma do Regimento com a necessidade do governo central de implementar seu programa de saneamento monetário:

Foi sob a Constituição liberal de 1891 que Campos Sales precisou dar curso a seu programa econômico e financeiro de saneamento monetário, redução do débito externo e restrição dos gastos governamentais em todos os níveis. Para tanto, necessitava limitar a autonomia dos estados, pelo menos quanto à capacidade de decidir sobre políticas econômicas sem o assentimento do governo central, e a resposta foi encontrada no dispositivo político chamado Comitê de Credenciais, cujo objetivo era rever os resultados eleitorais e reconhecer os eleitos. O governo central controlava através desse comitê a representação política, afastando qualquer ameaça potencial a suas decisões e propostas. (Santos W. G., 1998, p. 33)

Mas, ainda que Cintra e Love reconheçam no Pacto um mecanismo centralizante, ele é relacionado por ambos com os interesses dos grandes estados - quem promove o Pacto é São Paulo, “os paulistas”, em acordo com os outros dois grandes estados.

Defenderemos outra interpretação: é impossível explicar os confrontos e alianças da época como tendo sido apenas “entre estados”. É necessário relacionar o Pacto com as principais forças políticas que então se expressavam, como os republicanos paulistas, os positivistas, os florianistas e os jacobinos, e explicar como se comportaram frente ao governo de Sales.

Uma dificuldade com que se depara ao reconstituir os conflitos políticos do período é com a definição precisa de cada grupo. Ainda que o tempo inteiro sejam usadas as noções como “os jacobinos”, “os florianistas,” nem sempre eles formam um grupo homogêneo, especialmente quando se trata de entender suas propostas de governo. Também a identificação dos membros de cada grupo às vezes é confusa (por exemplo, todo nacionalista radical tende a ser classificado como jacobino, apesar das profundas diferenças que separam as concepções de um Serzedello Correia das de um Erico Coelho, como veremos adiante). O conhecimento sobre as fronteiras ideológicas que demarcam os campos é incipiente, talvez exatamente porque grande parte dos estudos ainda se prenda à visão tradicional que só vê oligarquias estaduais em ação.

A bibliografia trabalhada deixa em aberto várias definições, mesmo em obras dedicadas especificamente ao estudo dessas correntes. Apresentaremos a seguir os principais estudos que balizaram as definições adotadas nesta tese, mostrando em que pontos pareceu necessário adotar uma classificação diferente.

1.3. As correntes de idéias

Alguns trabalhos procuraram dissecar as correntes de idéias que se manifestavam no fim do século XIX. Destacaremos dois autores: José Murilo de Carvalho e Alfredo Bosi.

1.3.1. Alfredo Bosi e as idéias modernizadoras

Bosi (1992) estudou as raízes, no pensamento brasileiro, de uma concepção oposta ao Estado liberal: o Estado-providência. Nesse esforço, registrou o surgimento de um forte movimento intelectual modernizante, surgido em torno do ano de 1868:

Um movimento intelectual forte, que retoma ‘cientificamente’ os ideais das Luzes, estava em curso ao longo desses anos. Sílvio Romero resumiu-o com a expressão ‘um bando de idéias novas’, fixando também em 1868 o seu ponto de partida. Positivismo e evolucionismo, Comte e Spencer, formam o eixo principal de referência. O trabalho livre e um regime político mais representativo eram metas a ser atingidas. (Bosi, 1992, p. 235)

O autor procura recuperar a importância desse movimento e sua influência sobre a política da época. São apontadas diferenças entre as vertentes spenceristas e comtianas:

Cabe registrar uma diferença de modos de pensar a relação entre sociedade civil e Estado. O positivismo ortodoxo (Miguel Lemos, Teixeira Mendes e, menos enfaticamente, Benjamin Constant), sustentava o projeto de um Estado centralizante, racionalizador e, no limite, tutelar. O evolucionismo de tipo spenceriano (de um Sílvio Romero, por exemplo) pendia para o liberalismo clássico e acreditava na sabedoria da seleção natural que, mediante processos de concorrência premiaria os mais capazes. Coerentemente: os positivistas ortodoxos queriam um presidente forte, um cérebro ativo na chefia do estado; os evolucionistas ao contrário, farão o elogio do parlamentarismo burguês com suas reformas espontâneas, lentas e graduais. Uns e outros, porém (e este é um signo de sua modernidade), propunham um modelo político que substituísse o do velho Império oligárquico e escravista. (Bosi, 1992, p. 236).

Ressalte-se, contudo, que apesar das diferenças, é reconhecida uma convergência de comtismo e spencerismo em um modelo político oposto ao imperial. Essa idéia é importante, pois pode ajudar a compreender alianças entre grupos que propõem a modernização do Estado (entre os comtianos gaúchos e os spenceristas paulistas, por exemplo). Nesta tese são explorados os indícios de que diversos grupos modernizadores atuaram juntos na política, irmanados na defesa de um novo modelo político que “substituísse o do velho Império oligárquico e escravista”. Há bons motivos para supor que o “bando de idéias modernizantes” encontrou expressão política num conjunto de republicanos modernizantes. A coalizão republicana que se forma ao redor do Marechal

Florianópolis associava a idéia de República com a idéia de modernização, como veremos no Capítulo 2.

Por outro lado, na passagem citada acima, o spencerismo é associado com parlamentarismo. Talvez essa fosse a posição de Sílvio Romero, mas não era a dos paulistas, também fortemente influenciados por Spencer (Carvalho, 1990, p. 24). A ala paulista que predominou no PRP nos anos iniciais da República (Campos Sales, Bernardino, Glicério) defende convictamente o presidencialismo com Presidente forte, acima dos partidos. É necessário investigar melhor os grupos políticos que se formaram a partir dessas propostas inovadoras e quais suas propostas políticas específicas.

As importantes contribuições dos estudos voltados para as correntes de idéias ainda são pouco desdobradas no plano dos confrontos políticos concretos. Especialmente faz falta entender melhor suas relações com o movimento da propaganda republicana. Mesmo a análise de Bosi sobre os políticos da época parece ter considerado apenas os parlamentares do Império (os liberais como Nabuco, Tavares Bastos, Patrocínio). Não é dado destaque para os propagandistas republicanos, talvez porque não tinham representação no parlamento, antes da República (nos estados mais estudados, como SP, RS, PE, MG, BA, os únicos republicanos a conquistar cadeiras no parlamento nacional foram dois paulistas, Campos Sales e Prudente de Moraes, na legislatura de 1886). A análise dos “homens políticos” do Império exclui, portanto, justamente as correntes políticas que traziam as propostas mais inovadoras na organização do Estado (pelo menos eram as que estavam excluídas do arranjo imperial).

Qual a expressão do spencerismo e do comtismo nas propostas dos republicanos históricos? Como as divergências e convergências entre essas correntes teóricas se expressavam nas lutas políticas da primeira década republicana? Nas propostas de governo? Nas alianças e cisões?

A relação entre o positivismo e os republicanos gaúchos já está bastante estudada. No entanto, falta compreender os demais positivismos, como o paraense, o mineiro e o carioca, e a relação do spencerismo com o movimento republicano paulista. E especialmente falta entender melhor quais as bases da aproximação nacional desse “bando modernizante”.

1.3.2. José Murilo de Carvalho e os modelos de República

No livro “A formação das almas”, Carvalho (1990) introduz um elemento que é essencial para este trabalho: a idéia de que havia um embate ideológico entre três modelos de República, o liberalismo à americana, o jacobinismo e o positivismo: “As três correntes combateram-se intensamente nos anos iniciais da República, até a vitória da primeira delas, por volta da virada do século”(p. 9).

O autor explora as diferenças ideológicas entre os três modelos, especialmente as utopias e símbolos envolvidos em cada um. A classificação é baseada na distinção entre liberdade dos antigos e liberdade dos modernos, a clássica distinção entre a liberdade do homem público, subordinado aos interesses coletivos, e a do homem privado, onde o coletivo é a soma dos interesses individuais.⁶ Esta distinção também pode ser concebida em termos da oposição entre os modelos norte-americano e francês de República.

A primeira das concepções de República analisada por Carvalho é a dos proprietários rurais, especialmente os paulistas, partidários da liberdade moderna. O pacto social é definido a partir dos interesses individuais, à maneira dos federalistas americanos:

A primeira era a dos proprietários rurais, especialmente a dos proprietários paulistas. Em São Paulo existia, desde 1873, o partido republicano mais organizado do país, formado principalmente por proprietários. A província passara por grande surto de expansão do café e sentia-se asfixiada pela centralização monárquica. Para esses homens, a república ideal era sem dúvida a do modelo americano. Convinha-lhes a definição individualista do pacto social. Ela evitava o apelo à ampla participação popular tanto na implantação como no governo da república. Mais ainda, ao definir o público como a soma dos interesses individuais, ela lhes fornecia a justificativa para a defesa de seus interesses particulares. A versão do final do século XIX da postura liberal era o darwinismo social, absorvido no Brasil por intermédio de Spencer, o inspirador do principal teórico paulista da República, Alberto Sales. (Carvalho, 1990, p. 24-5).

Os adeptos da liberdade dos antigos se dividem em dois grupos: os jacobinos e os positivistas. Os primeiros são assim descritos: “Havia um setor de população urbana,

⁶ Baseando-se em Benjamin Constant, Carvalho explica que a liberdade dos antigos, adotada pelos jacobinos, era a que caracterizara as antigas repúblicas de Atenas, Roma e especialmente Esparta. “Era a liberdade de participar coletivamente do governo, da soberania, era a liberdade de decidir na praça pública os negócios da república. Em contraste, a liberdade dos modernos, a que convinha aos novos tempos, era a liberdade do homem privado, a liberdade dos direitos de ir e vir, de propriedade, de opinião, de religião. A liberdade moderna não exclui o direito de participação política, mas esta se faz agora pela representação e não pelo envolvimento direto” (Carvalho, 1990, p. 17).

formado por pequenos proprietários, profissionais liberais, jornalistas, professores e estudantes, para quem o regime imperial aparecia como limitador das oportunidades de trabalho” (p. 25). Eram radicais, idealistas pouco práticos:

Para essas pessoas, a solução liberal ortodoxa não era atraente, pois não controlavam recursos de poder econômico e social capazes de colocá-las em vantagem num sistema de competição livre. Eram mais atraídas pelos apelos abstratos em favor da liberdade, da igualdade, da participação, embora nem sempre fosse claro de que maneira tais apelos poderiam ser operacionalizados. A própria dificuldade de visualizar sua operacionalização fazia com que se ficasse no nível das abstrações. A idéia de povo era abstrata. Muitas das referências eram quase simbólicas. Os radicais da República falavam em Revolução, (queriam mesmo que esta viesse no centenário da grande Revolução de 1789), falavam do povo nas ruas, pediam a morte do príncipe-consorte da herdeira do trono (era um nobre francês), cantavam a Marselhesa pelas ruas. (Idem, p. 26).

Já os positivistas ofereciam uma alternativa mais concreta, com propostas que permitiam operacionalizar a República:

O arsenal teórico positivista trazia armas muito úteis. A começar pela condenação da Monarquia em nome do progresso. Pela lei dos três estados, a Monarquia correspondia à fase teológico-militar, que devia ser superada pela fase positiva, cuja melhor encarnação era a república. A separação entre Igreja e estado era também uma demanda atraente para esse grupo, particularmente para os professores, estudantes e militares. Igualmente, a idéia de ditadura republicana, o apelo a um executivo forte e intervencionista, servia bem a seus interesses. Progresso e ditadura, o progresso pela ditadura, pela ação do estado, eis aí um ideal de despotismo ilustrado que tinha longas raízes na tradição luso-brasileira, desde os tempos pombalinos do século XVIII. Por último, a proposta positivista de incorporação do proletariado à sociedade moderna, de uma política social a ser implementada pelo Estado, tinha maior credibilidade que o apelo abstrato ao povo e abria caminho para a idéia republicana entre o operariado, especialmente o estatal. (Carvalho, 1990, p. 27).

Essa proposta atrairia especialmente os militares.

A concepção do autor foi o ponto de partida para tentar entender o comportamento dos grupos nas disputas da época, especialmente os debates no Congresso; ela apresentou, contudo, várias dificuldades.

Uma delas aparece quando se procura relacionar a concepção jacobina acima descrita com o movimento político de mesmo nome, que surgiu na política brasileira durante o governo de Floriano, promovendo a mobilização popular de forma que extrapolava os limites da excludente política do século XIX. Um grupo intitulado de jacobino tem atuação destacada no Congresso, exatamente no período trabalhado (entre o governo de Floriano e o de Campos Sales).

Sueli Queiroz estudou esse movimento que tomou forma nos batalhões patrióticos, nos jornais jacobinos e nos parlamentares que se chamavam ou eram chamados de jacobinos entre 1893 e 1897. A partir deste estudo, o jacobinismo aparece associado com o positivismo, com o nacionalismo e com atitudes radicais e violentas; além disto, segundo ela, o grosso do movimento jacobino seria constituído, ou ao menos liderado por militares.

A concepção de jacobinismo de Carvalho, ao contrário, parece ter sido extraída da pregação de Lopes Trovão e Silva Jardim, conhecidos propagandistas; mas, não parece possível tentar explicar o movimento nacionalista radical que explode no governo de Floriano pelo “modelo de República jacobino” ou pela “base social” concebidos a partir destas raízes. O que não invalida a classificação dos modelos proposta pelo autor, pois as correntes de idéias que ele identifica estão presentes e se diferenciam, mas evidencia que há problemas com aplicar essa terminologia diretamente aos movimentos políticos concretos. O problema de não distinguir é que se pode tomar os discursos dos auto-intitulados jacobinos como filiados a uma tradição francesa, igualitária, quando na verdade estariam mais próximos do positivismo. Ao menos nos debates do Congresso, muitos dos parlamentares classificados como jacobinos revelam uma concepção hierárquica, militarista, evolucionista, profundamente autoritária, mais próxima de Comte que de Rousseau.

Voltaremos aos desafios desta classificação logo adiante, quando examinarmos o trabalho de Sueli Reis de Queiroz.

Outro problema da classificação de Carvalho está na definição dos republicanos paulistas. A classificação proposta se equilibra entre dois pólos – a definição de classe (os fazendeiros de café) e o liberalismo à americana. Revelou-se porém difícil explicar a plataforma de governo de Sales, suas alianças e seu discurso (o conjunto de valores) a partir destes critérios.

É muito forte em toda a bibliografia a tendência a igualar os republicanos aos fazendeiros de café. Afinal, é um dado conhecido que no partido predominavam os cafeicultores - na convenção de 1873, em Itu, 2/3 dos participantes seriam fazendeiros de café (Kugelmas, 1986, p. 31).

É necessário muito cuidado, porém: reduzir o PRP à sua extração de classe pode levar a perder as distinções entre as diferentes estratégias políticas desenvolvidas pelos

fazendeiros. Não estou questionando que os grupos paulistas expressassem os interesses do café – mas a defesa desses interesses podia tomar corpo em diferentes estratégias. Como diz Fonseca (1999), “em cada momento histórico, vários projetos apresentam-se como possíveis, inclusive para uma mesma classe social”.

Talvez a posição no mínimo ambígua dos republicanos paulistas com relação à abolição tenha contribuído para que a maioria das interpretações já de antemão lhes negue a possibilidade de propor e quanto mais de dirigir um projeto que fosse modernizador, restringindo-os à defesa do café.

Existe a idéia de que a posição de produtores escravistas impossibilitava aos fazendeiros de café conduzir mudanças radicais como a modernização do Estado. Para relativizá-la, é necessário considerarmos alguns argumentos quanto a seus interesses econômicos.

Décio Saes teoriza essa impossibilidade – os fazendeiros de café não podiam liderar a reforma do Estado, concebida pelo autor em termos da passagem do Estado escravista para o Estado burguês. O raciocínio segue os seguintes passos: a agricultura do café não é capitalista, nem se torna logo após a extinção do trabalho escravo. Os fazendeiros de café precisam da escravidão. Logo, não são os fazendeiros que lideram o processo de transformação burguesa do estado brasileiro:

Ao nosso ver, a extinção legal da escravidão e a abertura formal do aparelho de estado aos membros de todas as classes sociais não corresponderam ao interesse da classe dos fazendeiros escravistas ou de qualquer das suas frações regionais. Tal classe não se constituiu, portanto, na força dirigente do processo de transformação burguesa do Estado brasileiro; mais ainda, foi a classe social *derrotada* neste processo de transformação superestrutural (revolução política burguesa), embora essa derrota política não tenha impedido a sua vitória relativa (isto é, sua transformação em proprietários fundiários não-escravistas, e não sua total desapareição) no processo geral de passagem ao capitalismo (revolução burguesa num sentido amplo). (Saes, 1990, p. 197).

Os fazendeiros não teriam nenhum interesse em eliminar o trabalho escravo, especialmente os da zona em expansão do café, a qual, ao contrário, estava atraindo escravos (argumento baseia-se em que no Oeste novo aumentou enormemente a população escrava no período – de 3.584 em 1836 para 67.036 em 1886).

Reconhece o autor que nesse mesmo período começa a introdução de trabalhadores imigrantes. Mas afirma que

este fato histórico inegável – o surgimento do colonato no seio da própria plantação escravista – está longe de indicar que o fazendeiro escravista quisesse, ao introduzir o trabalhador imigrante em sua plantação, substituir o trabalhador escravo pelo colono;

ou que o fazendeiro escravista quisesse se desfazer do trabalhador escravo em geral por considerá-lo um obstáculo ao desenvolvimento das suas atividades produtivas (em razão de sua ‘baixa rentabilidade’ ou do fato de implicar ‘imobilização de capital em força de trabalho antes do processo produtivo, etc). (Idem, p. 199).

A afirmação taxativa de que os fazendeiros não quiseram substituir a mão de obra escrava não é, no entanto, demonstrada, apenas se argumenta que a prática demonstrou que os fazendeiros não tinham em vista senão suplementar a escravidão (p. 200). Nesse argumento, tudo se explica pelas leis de reprodução do modo escravista. A abertura de oportunidades para o café teria reforçado a escravidão:

A rigor, podemos discernir no caso paulista a operação das leis de reprodução e de transformação do modo de produção escravista moderno: a abertura de oportunidades (demanda ampla, bons preços) para um gênero agrícola no mercado mundial reforçava, ao invés de debilitar, o caráter escravista da plantação, não obstante as dificuldades com o abastecimento em escravos (preços elevados, dada a relativa escassez); a luta de classes determinava a germinação, na área mercantilizada, de novas relações de produção (colonato), provocava a transformação da superestrutura, e, ao fazê-lo, permitia que se estabelecesse a dominância das novas relações de produção. (Idem, p. 200).

Este raciocínio parece muito mecânico. Muito mais plausível seria supor que os limites do modelo escravista estivessem claramente colocados, como aponta Kugelmas:

A precariedade da solução dada pelo tráfico inter-provincial não podia ocultar os limites à própria acumulação implícitos na situação. Daí podermos dizer que para surpresa (ou desorientação) dos analistas mais incautos, o próprio êxito da empresa mercantil-escravista punha em xeque a permanência da escravidão.⁷

Parte da elite cafeeira percebia os limites da escravidão e partiu para a ação – substituir a mão-de-obra escrava pela imigrante. Mas, sem deixar de plantar café, evidentemente; enquanto se dava a substituição, continuava usando os escravos.

De fato, são os fazendeiros que dirigem a substituição da mão-de-obra escrava pela assalariada.⁸ E quando, em 1886, se assegura definitivamente a corrente migratória subsidiada, estão prontos para aceitar o fim da escravidão.

Esses mesmos fazendeiros estavam, na mesma época, formando sociedades anônimas, construindo estradas de ferro, fundando bancos, trazendo imigrantes. Não são “proprietários rurais de café” simplesmente, mas uma camada que, como diz Florestan

⁷ Kugelmas, 1986, p. 17. O autor analisa longamente esta questão, apoiando-se em João Manuel Cardoso de Mello, Sérgio Silva, Flávio Saes e outros

⁸ Ibidem, p. 24-5. O autor fornece dados sobre as associações que desde 1871 promoviam a imigração, muitas das quais dirigidas por republicanos.

Fernandes, estava se transformando, os “fazendeiros homens de negócios”. Neste processo, parte importante deles tornou-se republicana e abolicionista.

Havia uma corrente abolicionista forte no PRP, e algumas de suas principais lideranças são apontadas como fervorosos líderes da causa (Love cita Vitorino Gonçalves Carmilo e Bernardino de Campos, eleitos para a comissão executiva do PRP em maio de 1887, o último para presidi-la, inclusive). Glicério, um dos principais líderes, era mulato, e conduzia uma política de compromisso, lutando para que não saíssem do partido os abolicionistas. Em julho de 1887, os líderes do partido declaram que todo republicano deveria dispor de seus escravos até a data do centenário da Revolução Francesa (Love, 1982, p. 155).

Os membros da ala abolicionista tiveram papel destacado no conflituoso período inicial da República (Bernardino será Presidente da Câmara, governador de São Paulo e Ministro da Fazenda; Glicério participa da Proclamação, do governo provisório como Ministro da Agricultura e é fundador e líder incontestado do PRP, partido que busca unificar os republicanos do país).

Por outro lado, nem sempre a política dos republicanos paulistas pode ser reduzida aos interesses diretos da cafeicultura. O acordo nacional construído em torno da política econômica de Sales não é compreensível se considerarmos que os paulistas simplesmente “representavam o café”. Como explicar que esta política teve resistência importante de cafeicultores? E a decidida sustentação de positivistas e industrialistas à política econômica de Campos Sales?

O PRP representava uma alternativa específica de poder, com traços que os distinguiram dos outros grupos paulistas, e que permitirão alianças com outros grupos nacionais. Que traços são estes?

Para Carvalho, o modelo de Campos Sales é o americano, com liberalismo, spencerismo e federalismo. De todas estas, a característica destacada é o federalismo:

Convinha-lhes também a ênfase americana na organização do poder, não apenas por estar na tradição do país, mas principalmente, pela preocupação com a ordem social e política, própria de uma classe de ex-senhores de escravos. Convinha-lhes, de modo especial, a solução federalista americana. Para os republicanos de São Paulo, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, três das principais províncias do Império, o federalismo era talvez o aspecto mais importante que buscavam no novo regime. (Carvalho, 1997, p. 25).

Acentuar o federalismo cai no velho problema de tratar os interesses federativos como os predominantes. Assim, neste caso, a definição dos republicanos paulistas se associa com os interesses de defesa da província de São Paulo. O PRP realmente teve sucesso em atrair vários grupos do estado, dirigindo uma estratégia de defesa dos interesses de São Paulo. No entanto, é arriscado dizer que este era o seu principal objetivo. Os republicanos paulistas lançaram-se decididamente à política nacional, fizeram alianças com castilhistas, com florianistas (de tendência centralizadora), construíram um partido nacional e defenderam aguerridamente a República. Não parece que o ímpeto federalista possa explicar esta política de alianças.

Tampouco a simpatia pelo desenho institucional norte-americano (presidencialismo e federalismo) os distinguiu. Uma ala de origem positivista parece ter aceitado esse modelo com entusiasmo. Além disso, as instituições norte-americanas estavam na moda, eram exemplo de sucesso para toda a América.

A ênfase individualista na organização do poder (em oposição à concepção ‘comunitarista’, centrada nas virtudes cívicas, dos positivistas e jacobinos) os aproximava de liberais como Rui Barbosa. Não obstante, nos dois principais confrontos da primeira década da República, os peerrepistas aliaram-se não com os liberais, mas decididamente com os positivistas e demais florianistas: nos debates cruciais quanto à política econômica, os republicanos de São Paulo criticaram duramente o emissionismo de Rui Barbosa e de Lucena e votaram com as bancadas positivistas; nos conflitos armados contra Floriano e Castilhos, defenderam decididamente os dois governos, seja votando favoravelmente no Congresso as medidas de exceção requeridas, seja cedendo armas e recursos.

É verdade que no governo Prudente a maior parte dos paulistas afasta-se dos seguidores do Marechal de Ferro; mas, veremos que Campos Sales recompõe a união desse grupo, aliando-se com grande parte dos florianistas.

Assim, geralmente se privilegia as diferenças entre os paulistas e os positivistas, quando talvez faça falta considerar as semelhanças: em que terreno foram construídas tantas alianças entre castilhistas, positivistas e peerrepistas?

Fernando Henrique Cardoso aponta para a crença numa ordem republicana como um elemento essencial para entender o período e a contraditória aliança entre florianistas e peerrepistas:

Sem este elemento de crença numa ordem republicana, a transição de Prudente seria inconcebível. Porque a maioria dos intérpretes atêm-se ao paradigma formal da análise das instituições democráticas, escapa freqüentemente este aspecto da institucionalização republicana. Fica-se mais a lamentar que as teses de Rui – o legitimador doutrinário por excelência – tenham sido quase sempre derrotadas. Não se vê com isso que a ‘democracia republicana’ de democracia tinha muito pouco, mas nem por isso deixava de institucionalizar-se e de ter força valorativa. Se não se entende isso, o florianismo vira uma farsa, que é mera máscara para o arbítrio. De fato, parece-me, sem que se entenda a articulação real que houve (embora contraditória) entre o espírito oligárquico da burguesia agrária e o mandonismo ascético do jacobinismo florianista não se entende a passagem do militarismo a um controle civil que jamais foi realmente civilista. (Cardoso, 1975, p.45)

Na citação, a ênfase de Cardoso recai no apego de Floriano a ideais republicanos – sem contradizer o autor, pode-se mudar a ênfase, reconhecendo que a força valorativa dos ideais republicanos impregnava mesmo os paulistas, especialmente a parcela que passa a controlar o partido neste período (Campos Sales, Bernardino de Campos, Francisco Glicério).

Grande parte dos pontos indicados por José Murilo de Carvalho como característicos dos positivistas serviriam bem para descrever o grupo de Campos Sales: a condenação da Monarquia em nome do progresso, a separação entre a Igreja e o Estado (aliás, quem conduz a secularização do Estado no início da República é justamente Campos Sales, como ministro da Justiça de Deodoro) e o apelo a um Executivo forte. Os republicanos paulistas, ou ao menos uma parte considerável deles, tinham uma aproximação com outros republicanos em torno de uma proposta modernizante do Estado.

O PRP diferenciava-se claramente dos partidos do Império. Apesar de praticamente excluído da representação política (só elegeu 2 representantes para o Congresso, em todo período imperial), o PRP manteve uma identidade definida, demonstrada por exemplo frente aos liberais:

Se algum mérito pode ser atribuído aos republicanos paulistas no plano moral foi o de resistir à tentação de se incorporarem novamente ao Partido Liberal quando este retornou ao poder em 1878, após 10 anos na oposição. Tal passo poderia ter sido facilmente dado, já que muitos deles haviam sido liberais e os partidos apresentavam muitas afinidade ideológicas. (Love, 1982, p. 153).

Essa identidade própria expressava-se em características organizacionais diferenciadas: o PRP tinha sede permanente e secretário pago, dedicado integralmente à sua organização. Love reconhece que “era, sem dúvida, mais do que uma mera rede elaborada de relações entre clientelas e parentelas” (Love, 1982, p. 163).

O grupo histórico, apesar de incorporar ao partido elites dos partidos do Império, manteve o controle do poder, garantindo para si os cargos mais importantes. Durante a primeira República, nove dos governadores paulistas foram republicanos históricos, e somente dois ex-monarquistas.⁹

A influência das idéias de Comte no partido também é pouco estudada. O estudo de Lins sobre o positivismo no Brasil registra sua influência em vários políticos do PRP ou dele próximos. Bernardino de Campos é incluído entre os políticos influenciados por Comte (ver Lins, 1967, p. 146). Bulhões (o ministro da Fazenda de Rodrigues Alves) e Galeão de Carvalho (deputado federal) são apontados por Lins como positivistas declarados (Lins, 1967, p. 152 e 160). É interessante que esses dois últimos têm atuação destacada na defesa da política de austeridade econômica “liberal” de Rodrigues Alves (Kugelmas, 1986, p. 118-9).

Na Faculdade de Direito de São Paulo, onde estudaram vários dos republicanos paulistas (e de outros estados, especialmente gaúchos), era grande a penetração das idéias de Comte (Lins, 1967, Cap. 4). O Jornal positivista “A Luta”, que usava inclusive o calendário de Augusto Comte, ao invés do tradicional, tinha entre seus colaboradores destacados Campos Sales, Alberto Sales, Assis Brasil, Alcides Lima, Martinho Prado Jr. O chefe de gabinete de Campos Sales no Ministério da Justiça era um positivista conhecido, Santos Werneck. Alberto Sales teria sido próximo ao positivismo, de acordo com Lins.

A condução do ensino primário e secundário em São Paulo também teria tido a marca de positivistas, como Cezario Motta, Deputado Federal, criador do Ginásio e da Escola Modelo no governo de Bernardino, ou Miguel Alves Feitosa, diretor do Ginásio, além de vários professores, da Escola Normal entre outras (Lins, 1967, p. 154-5).

Assim, mesmo que tenham se afastado do positivismo, muitos republicanos de São Paulo podem ter conservado sua influência em concepções e valores. Na defesa de Campos Sales de um Estado neutro e despolitizado, acima dos partidos e facções, talvez tenha Comte deixado sua marca.

É difícil identificar claramente o que cimentava o Partido Republicano Paulista, em torno de que construiu identidade, fosse nas duras épocas da oposição, no Império, fosse

⁹ É diferente de MG, onde republicanos e ex-monarquistas entraram em acordo partidário, em 1889, mas os últimos tinham a liderança. Em PE, nenhum republicano histórico elegeu-se governador, apenas um,

nos longos anos no poder. Estas questões não foram bem estudadas, pois o PRP há longo tempo vem sendo definido como o partido do café, de ideologia liberal e cujo principal interesse na República era o federalismo.

Nesta tese, ainda que sem a pretensão de centrar na definição da concepção política dos republicanos paulistas, o que demandaria um estudo específico, considera-se que a elite dirigente do PRP tinha uma proposta modernizante, fez alianças nacionais para concretizá-la com outros grupos modernizantes e a partir deste projeto é que teve condições de dirigir a consolidação da República.

Estaria em construção um “Estado burguês”, como afirma boa parte da literatura (Fonseca 1999, Saes, 1990 e 2001, Fernandes, 1981)?

A resposta afirmativa é plenamente defensável. Justamente os pontos destacados por Saes como característicos da mudança (o estabelecimento de novas relações jurídicas para o trabalho e a criação de uma burocracia burguesa) estão no centro das propostas dos republicanos paulistas.¹⁰

Parece interessante pensar em uma busca de hegemonia por parte desse grupo paulista, esforçando-se por tornar o interesse de sua classe o interesse da Nação. Mas com esforço para superar o corporativismo cafeeiro, propondo um projeto para o país: o progresso, um Estado moderno, com uma “burocracia neutra”, baseada na competência, e, ainda, assentado no reerguimento do crédito internacional.

De toda forma, o objetivo desta tese não é discutir o caráter de classe dos atores e suas propostas, mas sim estudar qual era esse projeto, ou seja, seus propósitos e objetivos, para além das fronteiras estreitas traçadas pelo regionalismo.

1.4. Movimentos políticos: jacobinismo e florianismo

Desde 1980 nota-se crescente curiosidade em entender os movimentos radicais que surgiram durante o governo de Floriano Peixoto: de especial interesse são os trabalhos

Barbosa Lima, foi nomeado por Floriano (Love, 1982, p. 160)

¹⁰ “Relembremos sumariamente os elementos fundamentais do conceito de Estado burguês: um direito (normas, organizações materiais que façam cumprir tais normas) que iguale agentes de produção antagonicos (proprietários dos meios de produção e produtores diretos não proprietários), atribuindo a todos a condição de sujeitos de direitos; e um aparelho de Estado (burocracia) organizado segundo os princípios formalizados da não-proibição de acesso, às tarefas do Estado, de membros da classe explorada (produtores diretos) e da hierarquização das tarefas do Estado segundo a competência (burocratismo).” Saes (1990).

de Suely Robles de Queiroz (1986) sobre os jacobinos e o de Lincoln Penna (1997) sobre o florianismo.

Os autores resgatam a presença de um movimento político forte, que coloca questões novas na política: a mobilização popular, que toma forma de comícios, assembleias, organização de batalhões patrióticos voluntários, uma imprensa “nanica” ativa, espalhada pelo país. Ambos os estudos apontam também para uma aproximação desses movimentos com as correntes representadas no Congresso e no governo; constatam que, após o desgaste do Exército em Canudos e após o atentado contra a vida de Prudente, os movimentos radicais ficam isolados. É destacado também que a República permanece um arranjo elitista.

Será sugerido, contudo, que, apesar de trazerem à luz aspectos muito importantes, os dois trabalhos subestimam a diferenciação intra-elites que irá se evidenciar neste momento, priorizando a novidade da mobilização popular e seu significado na política oligárquica. Esta opção dificulta a compreensão das movimentações das correntes que levaram ao Pacto de Campos Sales.

1.4.1. Suely Robles de Queiroz

Sueli Queiroz (1986) estudou os jacobinos da República brasileira. É um estudo muito importante, um dos primeiros a ver no período outros projetos além dos clássicos interesses regionais, destacando a forte mobilização popular que se deu durante o governo do Marechal Floriano Peixoto, que permanecia quase ignorada. Teve também o mérito de deixar ouvir as vozes dos parlamentares: a autora identificou vários jacobinos com assento no Congresso Nacional, e estudou seus pronunciamentos. Sua fonte principal, contudo, foi a imprensa jacobina.

São indicadas algumas das dificuldades de lidar com os jacobinos: não constituem um partido político estruturado, não representam uma classe social única. O termo é usado como adjetivo, em geral vinculado a ações políticas radicais.

Existia contudo uma face do movimento bem definida: os clubes jacobinos e os batalhões patrióticos, que tiveram seu auge durante a Revolta da Armada. Existiam clubes jacobinos pelo país afora, compostos exclusivamente de brasileiros natos e geralmente presididos por militares de baixa ou mediana patente (Queiroz, 1986, p. 83). Desses clubes saíram os integrantes dos batalhões de defesa da República, uma espécie

de milícia organizada para defender a República em caso de perigo. Organizavam *meetings*, protestos, atos bélicos. Sua imprensa era atuante e disseminada pelo país.

As principais características do movimento seriam: a paixão pela República, o nacionalismo, o militarismo, a defesa do presidencialismo e de um governante forte, muitos desejavam mesmo uma ditadura militar. O movimento se distinguiu por ações radicais, pela violência. Uma característica sobretudo lhe deu especificidade: o culto a Floriano, que se desenvolve a partir da Revolta da Armada. Assim, o jacobinismo é datado: surge em 1893, durante o governo de Floriano, e teria findado em 1897, após o fracasso de Canudos e do atentado contra Prudente:

O movimento tem, portanto, balizas cronológicas precisas: 1893-7. No espaço de tempo compreendido entre essas datas, os radicais da República agitam o cenário político, sem contudo conseguir impedir o agrarismo cafeicultor de atingir o objetivo que lhe fora subtraído no 15 de novembro: tornar-se realmente hegemônico. (Idem, p. 265)

Apesar da grande contribuição da autora, há alguns pontos que não parecem bem resolvidos. É constatado que os jacobinos em várias oportunidades atuaram conjuntamente a outras correntes políticas, especialmente no Congresso. Formou-se uma corrente de sustentação a Floriano que ultrapassava em muito os estreitos limites do jacobinismo. Ao explicar esta aproximação, a autora distingue duas forças, os jacobinos e os civis de cúpula, as clássicas oligarquias. Esses políticos tradicionais na verdade teriam como centro de suas lutas a política estadual, e “se utilizam” dos militares ou dos jacobinos para estes fins regionais. Comentando a aproximação de políticos como Nilo Peçanha, Francisco Glicério, Júlio de Castilhos, Pinheiro Machado com os jacobinos, afirma: “Partidários da aliança com a Força Armada como forma de manterem-se à tona no emaranhado das políticas estaduais, muitos deles encontravam nos jacobinos a vocalização das discordâncias que os opunham aos implantadores da hegemonia dos grandes estados” (Queiroz, 1986, p. 173; grifos meus).

Ressurge aí a visão tradicional – as oligarquias, os políticos tradicionais são na verdade homogêneos, suas diferenças estão na política estadual; as elites dominantes são “os grandes estados”. A aproximação dos “políticos tradicionais” com o jacobinismo é apenas instrumental, e não ideológica, pois como membros da oligarquia rural, estavam “presos na ideologia da classe rural”.

Por outro lado, como os setores propriamente jacobinos são profundamente heterogêneos, oriundos das classes médias que, no dizer de Weffort, citado pela autora, “nunca conseguiram formular uma ideologia adequada à situação brasileira, adotando os princípios da democracia liberal que constituem o horizonte ideológico dos setores agrários”, só se pode concluir que “fica clara a inexistência de um projeto alternativo ao do grupo agrário capaz de lhe abalar os alicerces” (Queiroz, 1986, p. 266 e 268). Esta impossibilidade de romper com a ideologia agrária dominante é uma das razões para o fracasso do movimento:

No fracasso do jacobinismo há ainda outro aspecto a considerar: o da impossibilidade de o grupo romper com a ideologia da classe rural e viabilizar um projeto político alternativo àquele por ela desenvolvido. Uma rápida análise a respeito pode esclarecer a afirmação. Os civis de cúpula implicados na conspiração de 5 de novembro, vários deles pertencentes às dissidências oligárquicas, gravitavam naturalmente no mesmo universo ideológico da classe dominante. (Queiroz, 1986, p. 266).

Ora, esta visão parece descartar apressadamente a idéia de que houvesse oligarquias com projeto diferente de um projeto “agrário liberal”. Por exemplo, dentre os citados “civis de cúpula” presos e desterrados após o atentado, estavam líderes importantes do industrialismo, como Alcindo Guanabara. Não parece apropriado confiná-lo ao “mesmo universo ideológico da classe dominante”. Francisco Glicério, outro dos acusados de conspiração, também se distanciou dos interesses da ala mais tradicional dos cafeicultores, aproximando-se dos florianistas, como será visto no Capítulo 3. Contrariamente ao que afirma a autora, alguns de seus posicionamentos eram claramente diferenciados da ideologia agrária tradicional, como quando vota contra a liberação da navegação de cabotagem para navios estrangeiros, medida pela qual pressionavam os representantes da lavoura, especialmente os de São Paulo (Ver ANAIS CD, 5/11/1894).¹¹

A aproximação entre os radicais e um grupo dos chamados políticos tradicionais não foi ocasional: tomou forma institucional no grupo parlamentar chamado de “Concentração”, que surgiu em 1897 da cisão do grande partido fundado em 1893 por Francisco Glicério. O Partido Republicano Federal, o primeiro partido nacional dos

¹¹ Para Queiroz, Glicério jamais teria votado contra os interesses da lavoura: “O antigo rábula campineiro vinculava-se à oligarquia paulista. Embora pela origem social proviesse das camadas médias da população, sua trajetória alinhou-o com os cafeicultores. Desde muito jovem, difundiria os interesses da lavoura. Quando deputado, jamais se posicionou frontalmente contra os assuntos que interessassem aquela, como imigração subvencionada, contratos de locação de serviços, etc.” Queiroz, 1986, p. 237

republicanos, divide-se em duas alas naquele ano. A ala dos “concentrados” reuniu no Congresso os jacobinos e parlamentares paulistas como Glicério, castilhistas, positivistas e industrialistas de diversos estados, tanto militares como civis. Praticamente todos os parlamentares classificados de jacobinos pela autora faziam parte dessa corrente, que tem atuação destacada no Congresso entre 1897 e 1899. (O Anexo 2 contém a lista destes parlamentares).

É necessário considerar a idéia de que a aproximação entre os jacobinos e esse grupo de políticos que se uniu na ala dos “concentrados” pudesse expressar uma convergência programática, apesar das diferenças de estilo e estratégia. Alguns dos pontos ideológicos que, segundo Sueli, identificavam os jacobinos, caracterizavam muitos destes políticos rotulados de “tradicionais”: o ideal republicano, a defesa do presidencialismo, o nacionalismo, a identificação com Floriano.

Ao recusar essa dicotomia entre “políticos tradicionais presos no emaranhado das lutas estaduais” e jacobinos, resta um problema: como distinguir as diferentes correntes que convergiram no apoio ao Floriano? Como diferenciar os jacobinos desses políticos que sustentaram o Marechal, no Congresso e nas armas, como Glicério, Bernardino, Guanabara, os positivistas gaúchos? Lincoln Penna propõe uma distinção em termos de florianismo de rua e florianismo de governo.

1.4.2. Lincoln Penna

O estudo de Lincoln Penna (1997) é outro que contribuiu grandemente para a compreensão do período. O autor dá um passo além com relação ao estudo de Queiroz – estuda o florianismo, e não o jacobinismo. O florianismo não como simples adesão à figura de Floriano, mas como movimento em que ocorre uma identificação com o caráter imprimido pelo Marechal à idéia de República. Procura assim compreender não apenas os movimentos radicais, de manifestação mais visível (as manifestações de rua, os batalhões patrióticos, etc), mas também as correntes que defenderam o Marechal no governo e no parlamento.

A relação entre estas duas faces do movimento não é conceituada em termos de “radicais + políticos tradicionais”, mas em termos de “florianismo de rua + florianismo de governo”. A inovação está em ver as diferentes correntes que integram o florianismo com uma plataforma comum, e não como oligarquias que usam os radicais no seu jogo

estadual. José Murilo de Carvalho, no Prefácio, destaca este ponto como uma das importantes contribuições do autor:

O florianismo de rua, ou jacobinismo, é muitas vezes tratado independentemente de sua vinculação com a grande política representada pelo jogo de poder presidencial e pela disputa em torno da definição da nova ordem republicana. Lincoln traz um novo entendimento do florianismo ao distinguir e integrar as duas dimensões do fenômeno. (Carvalho, no Prefácio a Penna, 1997, p. iv).

Essa visão implica uma ruptura com a visão tradicional: o florianismo representa a proposta de uma nova ordem, e não a reafirmação da ordem pré-existente à República; representa a convergência de diferentes forças, inclusive membros das oligarquias, em torno de um projeto nacional, de reforma da ordem, que se corporificava na defesa da República:

Este livro se propõe a examinar uma dessas abordagens possíveis, aquela na qual o florianismo desponta como uma proposta de ordem, e não como a reafirmação da ordem pré-existente, a partir de uma perspectiva na qual a personagem central é o conjunto diversificado de forças sociais e políticas que gravitaram em torno do indivíduo Floriano Peixoto, com quem essas forças se solidarizaram e estabeleceram elos de afinidade durante o processo histórico que possibilitou a afirmação do regime republicano no Brasil. (Penna, 1997, p. 15)

A proposta de uma nova ordem, contudo, não era homogênea, reunia diferentes correntes. O autor ressalta a diferença entre o florianismo de governo e o florianismo de rua:

O florianismo comportou duas tendências, a que denominamos florianismo de governo e a que designamos florianismo de rua. Na primeira, encontram-se os que sustentaram organicamente a política do Marechal, no Congresso e especialmente nas Forças Armadas, bem como através do Partido Republicano Federal. Nesta vertente, o florianismo não chegou a se situar como uma expressão original na política, não se caracterizando enquanto fenômeno político. Ao contrário, o florianismo de rua, espontâneo e dissociado dos canais convencionais, foi a mais pura adesão a uma liderança política convencional, ignorando as instituições e mantendo com o Marechal uma relação de absoluta fidelidade. (Penna, 1997, p. 15)

O novo, o original seria o florianismo de rua; o florianismo de governo incluiria as correntes que se representam nos canais convencionais e que de um modo ou outro aderiram ou apoiaram o Marechal nesses canais. Essa distinção está centrada naquilo que é o fundamental para o autor: ressaltar o surgimento de um movimento político não-convencional, “de rua”, que escapa do elitismo da política republicana.

Apesar dos avanços dessa conceituação, contudo, ela cria uma nova dificuldade: ao englobar todas as correntes que defenderam o Marechal e a República sob o mesmo rótulo, perde de vista as diferenças entre aqueles que apenas o sustentaram no momento que a República esteve ameaçada, e depois vão se afastando de sua herança, de outros que permaneceram identificadas com o modelo republicano de Floriano, bem depois de sua morte e do recuo dos movimentos radicais em 1897.

Parece, pois, necessário restringir a classificação de florianismo – o conceito é aplicado com propriedade apenas ao conjunto de forças que assume e defende a herança do Marechal no Congresso e nas ruas, defendendo um nacionalismo radical e mobilizador. A ala majoritária dos republicanos paulistas assim, jamais fez parte do florianismo – a aliança que estabeleceram em torno do Marechal significou a união dos republicanos históricos, que fizeram um pacto pela vitória do regime republicano e pela derrota das correntes identificadas com o modelo anterior. Mas, tão logo a República se consolida, as distinções se demarcam claramente. Sob a liderança de Glicério, o florianismo irá tomar uma forma clara no Congresso, no grupo dos “concentrados”.

É curioso que nem Penna nem Queiroz se preocupem com o florianismo ou o jacobinismo pós-1897, ignorando totalmente a cisão do PRF e seus desdobramentos. Talvez isto se explique pela ênfase dada em ambos estudos à novidade que foi a participação popular, os batalhões patrióticos, os clubes jacobinos, o povo nas ruas. Parece ter sido assumido que, com o refluxo desta mobilização, teria sido derrotada a possibilidade de inovação, e a política voltado a correr nos trilhos de sempre.

Não há dúvidas de que a derrota das ruas determinou os rumos elitistas e excludentes tomados pela República. Mas, é necessário considerar a hipótese de que não houvesse apenas dois projetos disputando a definição da República, o “das elites” *versus* o “das ruas”. Nesta tese, propomos que havia um projeto diferente do agrário tradicional, o projeto florianista, para o qual haviam convergido os jacobinos com uma parcela das elites. Essas elites também foram derrotadas, ainda que tivessem capacidade de recompor um arranjo com o grupo vitorioso. Como se deu esse processo ainda é pouco estudado – o que talvez não é de estranhar, se recém começa a ser aceita a própria existência de um movimento florianista.

A definição do modelo de República florianista também não parece bem resolvida, apesar de todo o avanço que significou o trabalho de Penna. Veja-se, por exemplo, sua avaliação do projeto dos radicais. O ponto de partida são os modelos europeus (o

jacobinismo e o positivismo), avaliando sua adaptação ao Brasil. A versão brasileira é considerada elitista, muito longe do igualitarismo da versão francesa. Mesmo o nacionalismo da versão brasileira seria imitação caricata do original:

No que se refere à questão do nacionalismo, verdadeiro culto presente em ambas as expressões, a original e a caricata, as razões que a propiciaram na França revolucionária foram incomparavelmente mais densas que na sua versão brasileira. (Penna, 1997, p. 114).

E, mais adiante:

Por outro lado, se o nacionalismo do jacobinismo francês se fundamenta na crença da nação pela nação, o jacobinismo carioca alimenta o seu patriotismo tendo como referência o ‘elemento português’. Este xenofobismo lusófono chegava às vezes a extremos.” (Penna, 1997, p. 119)

O jacobinismo brasileiro, dessa ótica, parece-lhe o fruto de ressentimentos do exército e das classes médias urbanas. Essa avaliação subestima o nacionalismo brasileiro, não considerando o quanto a República é desafiada, neste momento de sua constituição, em suas relações com as grandes potências – tanto a defesa do território (ameaçado nas invasões do Amapá pela França e da ilha de Trindade pela Inglaterra), como a integração na ordem econômica mundial exigem das elites definições cruciais sobre que tipo de relações estabelecer, que limites observar, como se fazer respeitar.

Os debates do Congresso mostram as divergências na condução da política externa, como no caso dos protocolos italianos e dos tratados de arbitramento sobre as invasões do território nacional, bem como a resistência às pressões internacionais, especialmente dos Rothschild, por mudanças na legislação financeira do país. O nacionalismo era uma questão central, e não apenas uma imitação caricata do nacionalismo francês. Assim, talvez não se deva medir o jacobinismo brasileiro a partir da distância com o modelo francês – seu sentido principal na política pode não estar relacionado com uma proposta de república cidadã, mas sim com uma proposta de República nacionalista, autoritária, militarizada, capaz de resistir às ameaças internacionais.

Parte das dificuldades da avaliação pode ter origem da confusão de termos apontada anteriormente, ao comentarmos a definição de José Murilo de Carvalho, pois a denominação de “jacobinismo” acaba por remeter ao original francês.

Por outro lado, se é fácil reconhecer que a definição de florianoismo passa pelo nacionalismo, é muito difícil delimitar as diferenças internas entre os grupos

heterogêneos que o compunham. O que diferencia jacobinos, positivistas, líderes como Glicério, industrialistas como Serzedello e Guanabara?

Aliás, mesmo dentro do próprio jacobinismo havia diferenciações – Queiroz indica divergências entre correntes como a do jornal “O jacobino”, de Deocleciano Martyr, caracterizada por forte xenofobia e um zelo paranóide na defesa da República, (observável por exemplo na maneira como se comportaram em Canudos associando o movimento com a Monarquia, com os portugueses, convocando a população para ir defender a República) e a do jornal “A Bomba”, rebatizado de “O Nacional”, que divergia publicamente de seu rival “O Jacobino”. A definição dessas correntes aguarda, pois, estudos mais aprofundados.

Assim, embora com o auxílio desses autores tenha-se avançado grandemente na percepção das forças políticas da época, muitas questões permaneceram em aberto.

Especificamente, faltavam conceitos seguros para balizar a definição dos grupos no Congresso. Como suprir esta lacuna? Não era possível direcionar a pesquisa para estudar o movimento republicano: para isso, seria necessária outra tese, baseada em outra pesquisa. Por outro lado, também não se podia ignorar o problema da definição das correntes, ou seria impossível interpretar as movimentações no Congresso. Especialmente importante neste contexto era decidir como interpretar o grupo cuja atuação no Congresso é fundamental no período, os “concentrados”. Seriam eles jacobinos? Ou florianistas de governo? Que traços os distinguem?

Frente ao dilema, a opção foi:

- a) adotar a denominação de florianismo apenas para as correntes que se identificavam com o conteúdo nacionalista e austero imprimido pelo Marechal à República, distinguindo-se pelo nacionalismo, pela defesa do presidencialismo, pela paixão republicana e por uma propensão a aceitar o autoritarismo na política para defender a República e a Nação (inclusive a ditadura militar); seu modelo de progresso é centrado no princípio da legitimidade, nos termos da distinção estabelecida por Penna (1997, p. 14), acima citada;
- b) definir os “concentrados” como a expressão do florianismo no Congresso, um grupo heterogêneo que incluía os radicais jacobinos, os positivistas e outros setores moderados, como Glicério, Serzedello, Guanabara;

c) distinguir o florianismo do restante dos republicanos que apoiaram o Marechal no Congresso e nas revoltas armadas. Ao invés de adotar a denominação de “florianismo de governo” para explicar a aproximação inicial que se dá entre paulistas, positivistas e jacobinos, como faz Penna, preferimos concebê-la como “união dos republicanos históricos”, os quais sustentaram o governo de Floriano;

d) enfatizar o caráter modernizante das propostas dos republicanos paulistas, que os aproximava dos demais propagandistas da República; procuramos acentuar as diferenciações internas entre eles (que aparecem p. ex. nas diferenças entre Glicério, que irá liderar os florianistas, e Prudente e Campos Sales);

f) chamar a ala dos republicanos históricos que, na cisão do PRF, adotou a denominação de “republicanos” pelo nome de “republicanos legalistas”, para evitar confusões com os demais republicanos e para enfatizar o modelo de progresso centrado no princípio da legalidade, conforme a distinção de Penna (1997, p. 14)

g) usar o termo jacobino como equivalente a florianismo radical. Neste estudo, serão enfocados apenas os parlamentares assim classificados. A caracterização desses parlamentares põe ênfase no nacionalismo radical e mobilizador, por nos parecer ser este o aspecto mais saliente de sua atuação no período;

h) tratar como positivistas não apenas os membros do Apostolado, mas parlamentares que tenham recebido influência forte das idéias de Comte, seja no Exército, seja nas Faculdades de Direito, seja nos grupos de estudo relatados por Lins.

A partir dessa classificação, será defendido que os primeiros conflitos da República operaram, de um lado, os deodoristas e, de outro, uma grande frente de republicanos históricos, que funda o Partido Republicano Federal. Durante o governo de Prudente de Moraes, o PRF divide-se em duas alas, de um lado os florianistas e, de outro, os republicanos “legalistas”. No governo de Campos Sales, os florianistas moderados afastam-se dos radicais jacobinos e aliam-se aos republicanos “legalistas”.

A explicação para estas alianças não pode ser reduzida aos interesses estaduais dos políticos tradicionais. Se os positivistas e líderes industrialistas como Serzedello e Guanabara se aliaram com Campos Sales não é porque fossem presos à ideologia “rural”, mas porque era possível uma convergência parcial com o programa vencedor (em torno da “ordem para o progresso”, do saneamento das finanças, etc.). Assim,

talvez até por não terem outra opção, após a derrota jacobina, contentaram-se com a lenta expansão da ordem.

Resumindo, pretende-se mostrar que:

- 1) as lutas políticas da época republicana se deram em grande parte em torno de questões nacionais, ideológicas, que uniam e opunham grupos de diferentes estados brasileiros;
- 2) o Congresso era uma arena importante para essa disputa;
- 3) um dos pontos principais de confronto era a política econômica;
- 4) o movimento pela República extrapolava a questão da federação; e
- 5) o movimento florianista teve atuação destacada no Congresso neste período.

1.5. Apresentando a pesquisa

Esta tese estuda o Pacto de Campos Sales e as condições nas quais foi gerado. Partindo da idéia básica de que se tratou de um pacto para garantir maioria legislativa para o Executivo, a ênfase central da pesquisa foi dirigida para a identificação das principais questões que foram objeto de deliberação congressional no período. As fontes pesquisadas foram os Anais do Congresso Nacional, no período de 1889 a 1900, especialmente os debates em torno da política econômica, além de fontes indiretas (retirando dados dos autores que estudaram o período).

As principais indagações que orientaram a investigação foram: para que matérias necessitava Campos Sales do apoio do Legislativo? Que grupos políticos dirigiam a ação legislativa? Como se posicionavam quanto a essas questões? E, por fim, qual a estratégia de Campos Sales para atrair estes grupos e obter maioria no Congresso?

A identificação das matérias foi relativamente simples. A centralidade da questão econômico-financeira para Campos Sales já estava claramente estabelecida. Outras questões emergiram da leitura dos Anais, cotejadas com a bibliografia.

A identificação dos grupos no Congresso foi mais trabalhosa, pois, como se viu, predomina na maior parte da literatura a idéia de que os parlamentares representavam as “oligarquias regionais”, adicionados de uma minoria jacobina. Na parte II da tese são

examinados os principais conflitos do período, procurando delimitar as forças políticas que se destacaram.

O primeiro grupo cuja existência foi constatada é o dos republicanos históricos, o qual apresenta um discurso comum de defesa da República, enraizado nos heróicos tempos da propaganda; em vários episódios importantes, esse grupo teve atuação conjunta. A união dos históricos tomou forma no Partido Republicano Federal, fundado em 1893 sob liderança dos republicanos paulistas. As evidências disponíveis sobre as aproximações entre os históricos foram reunidas no Capítulo 2. Ali procurou-se recuperar os sinais de uma grande aliança dos históricos ao redor do Marechal Floriano, sugerindo que essa aliança tinha um projeto modernizador, propunha uma nova ordem.

Mas a união dos históricos não subsistiu: uma vez consolidada a República, e derrotados seus principais adversários, apareceram as divergências. Estas tomam forma clara em 1897, com a cisão do PRF. Este divide-se irremediavelmente em duas alas – de um lado, ficaram os “concentrados”, grupo parlamentar que atraiu os florianistas, sob o comando de Francisco Glicério; de outro, os republicanos “legalistas”, incluindo a maior parte dos históricos paulistas aliados a deodoristas e a velhos políticos do Império.

No Capítulo 3, é examinado o governo de Prudente de Moraes e suas relações com o Congresso. São examinadas as causas da cisão do PRF, a partir do exame dos enfrentamentos legislativos. Demonstra-se que a ala dos “concentrados” congregou a maior parte dos parlamentares que defenderam posições nacionalistas e intervencionistas neste período, reunindo jacobinos, positivistas, militares nacionalistas. É destacada a força do nacionalismo. O governo Prudente se encerra com um Congresso altamente polarizado entre florianistas e antiflorianistas, apesar de todas as pressões exercidas pelo Presidente. Essa polarização será o grande desafio de Sales.

A Parte III da tese é dedicada ao Pacto, enfatizando basicamente três pontos: com que forças políticas Campos Sales fez acordo; que mecanismos institucionais foram acionados; e por fim, qual o programa acordado.

No início do governo de Campos Sales, a Câmara dos Deputados ainda está dividida entre “concentrados” e “republicanos”, mas a maior parte dos “concentrados” passa a apoiar o governo. Nesse contexto, procuro comprovar a seguinte hipótese: o acordo que aprovou a reforma do Regimento não foi negociado apenas com os governadores, pois

estes não controlavam as bancadas. Campos Sales conseguiu conquistar no Congresso o apoio do grupo dos “concentrados”, de diversos estados. Este é o conteúdo do Capítulo 4.

No Capítulo 5, são analisadas as mudanças do ângulo institucional, procurando definir quais os desafios organizativos que a introdução do federalismo e do presidencialismo desencadeou. Procura-se demonstrar que o sistema coronelista que se desenvolve à sombra da nova ordem republicana só é compreensível como uma alternativa para dotar os Presidentes de uma sólida maioria no Congresso.

Este arranjo não se impôs porque a regionalização era a única alternativa possível: foi necessário derrotar as outras alternativas institucionais que disputavam a definição do novo regime: a de Glicério, de um partido nacional que comanda o governo, e a de Prudente, de um Executivo forte que intervém no partido e nos estados quando necessário. A regionalização promovida por Campos Sales foi parcial, pois garantiu ao Presidente a condução inequívoca dos assuntos nacionais. No Capítulo 6 é examinado o embate entre estas diferentes alternativas.

No Capítulo 7, é defendido que, para a alternativa de Sales se impor, foi necessário um acordo nacional em torno de um programa, que era basicamente o mesmo do PRF: defesa do presidencialismo, do federalismo, de um governo técnico e administrativo e, principalmente, do reerguimento das finanças. É defendido que a plataforma de Sales e Rodrigues Alves não era a defesa pura e simples do café: esse grupo enfrenta e derrota a resistência dos cafeicultores em vários momentos. A política de austeridade econômica e de restauração da credibilidade internacional é uma política de aliança com outros grupos nacionais, especialmente com os positivistas. Campos Sales conseguiu recompor a união dos republicanos históricos, atraindo não apenas os governadores, mas os líderes da Concentração. O acordo, porém, isolou as alas radicais do florianismo.

Finalmente, na Conclusão é feito um breve balanço das principais conseqüências do arranjo.

Capítulo 2: Governo Floriano - a união dos republicanos históricos

O Governo do Marechal Deodoro havia começado formando uma ampla frente, a qual reunia republicanos de longa trajetória aos recém convertidos. Eram correntes heterogêneas, grande parte sem experiência de governo, organizadas estadualmente, com poucos e frágeis laços entre si.

Ao longo da primeira década da República, contudo, ao redor dos desafios de construção da nova ordem, observa-se o surgimento de articulações nacionais: os republicanos de São Paulo aliam-se aos militares florianistas, os revoltosos da Armada unem-se aos federalistas, os castilhistas desfazem aliança com deodoristas e unem-se aos florianistas; é fundado um partido nacional pela República, o PRF, mas este logo se divide ao meio. Enfim, este é um período de intensa movimentação, no qual se sedimentam algumas alianças e se desmancham outras.

Para compreender como se formou o Pacto que levou à consolidação da República e das novas instituições, é necessário entender em torno de que pontos os conflitos afloraram, que grupos se delinearam, que alianças se consolidaram.

Essa é uma tarefa complexa, pois na literatura, como se viu, a identificação das forças políticas ainda está presa aos interesses regionais. Não foram encontrados estudos que diferenciassem no Congresso os parlamentares que vinham da propaganda dos demais; também não foram localizadas relações dos parlamentares positivistas ou dos jacobinos¹. Existem relações dos deputados militares nas duas primeiras legislaturas republicanas, como a de Morgado (1997, p. 93).

Apesar de não haver um quadro completo das forças, estabelecendo suas origens por outro critério que não o de estado, existe um grupo no Congresso, cuja afinidade de discurso é perceptível, podendo ser classificado como “republicanos históricos” – parlamentares de diferentes estados, que fazem constantes menções ao tempo da propaganda, com uma defesa apaixonada da República, e que vão construindo uma atuação conjunta.

¹ Ao longo do estudo de Lins, são mencionados parlamentares que teriam sido próximos ao positivismo; ao longo do trabalho de Sueli Reis encontra-se a menção a parlamentares jacobinos; nenhum dos estudos contudo procurou especificamente identificar a expressão parlamentar desses grupos. De qualquer forma, nos Anexos, ao final, encontram-se relacionados os parlamentares mencionados nesses estudos.

Serão evidenciados neste Capítulo os traços de um conflito que foi se delineando no início da República entre esse grupo de “históricos” e os deodoristas. O confronto desemboca no golpe de 3 de novembro de 1891 e no contragolpe de 23 de novembro, com o qual Floriano Peixoto conquista o poder, e, com ele, os históricos.

2.1. Os republicanos históricos: a obsessão modernizadora

O 15 de novembro foi antecedido pelos anos de luta ideológica da “propaganda republicana”. Em vários estados havia grupos políticos republicanos razoavelmente organizados, difundindo o ideário republicano e disputando eleições sem muito sucesso: os candidatos dos partidos republicanos ficam de fora do parlamento nacional durante todo o Império, com exceção de dois representantes do PRP eleitos em 1886. Em alguns estados, elegeram representantes para as Assembléias Legislativas. As análises sobre o bipartidarismo do Império costumam ignorar esses grupos, que apesar de excluídos da representação nacional, disputavam as eleições e tinham organização e fisionomia própria, ao menos em São Paulo, em Minas Gerais, no Rio Grande do Sul e no Distrito Federal.

Parte dos propagandistas, especialmente os paulistas e cariocas, participam da Proclamação. Os militares positivistas, como Benjamim Constant, tiveram participação destacada.

A organização dos partidos ou movimentos republicanos era regional. Não havia um movimento unificado nacional, com direção única. No entanto, é necessário considerar que havia laços nacionais entre eles – grande parte dos republicanos iniciou sua atuação nos bancos das faculdades de Direito de São Paulo e Recife, desde onde se espalhava a influência das idéias modernizadoras. Esses grupos tinham contatos nacionais e até internacionais – são noticiados contatos entre os cariocas, os paulistas, os gaúchos, e também com argentinos. Glicério, do PRP, viaja à Argentina e ao Rio Grande do Sul, em dezembro de 1887, para contatar os militantes próximos (Santos J., 1960, p. 60). No Exército também se forjavam articulações entre republicanos de vários estados, muitos dos quais depois entraram na política.

A influência do positivismo era muito grande, especialmente nas instituições de ensino: nas escolas militares, escolas de Direito, especialmente as do Rio e SP, escolas de Engenharia, etc. Ivan Lins relata a existência de grupos positivistas fortes nos estados

do Maranhão, Ceará, Pernambuco, Paraíba, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo, os quais elegeram representantes para a Constituinte e para as subseqüentes legislaturas. Outros tipos de cientificismo, como o spencerismo, também tinham grande penetração. Esses grupos convergiam em idéias modernizantes. Faziam seminários pelo país afora, discutindo textos de Comte e de seus seguidores (Lins, 1967, e Bosi, 1992).

Existiam também, especialmente no Rio de Janeiro, os radicais jacobinos, inspirados pelos ideais da Revolução francesa, como Lopes Trovão e Silva Jardim (Carvalho, 1990).

Ainda que o movimento republicano não fosse homogêneo, distinguia-se da política imperial. Os propagandistas entravam na política para propor uma mudança.

Não se sugere que os diversos grupos que se dedicavam à propaganda dos ideais republicanos chegaram à República com um projeto pronto, e com uma articulação nacional para sustentá-lo. É evidente que não. Os grupos eram regionalizados, em muitos casos apenas grupos de debate, sem praticamente nenhuma experiência, nem na representação, nem no governo. No entanto, assumiram o poder em 15 de novembro, junto com políticos do Império, como Rui Barbosa. Republicanos da propaganda tornam-se ministros do Governo Provisório, tornam-se governo em vários estados, e são eleitos em grande número para o Congresso constituinte.²

A República significava para estes grupos mais que a liberação dos “instintos descentralizadores”, reprimidos pelo Império. Não parece possível compreender o período sem levar em conta a obsessão modernizadora dos diferentes movimentos influenciados pelo positivismo e pelo cientificismo e sem procurar os desdobramentos dessas concepções nas questões concretas colocadas na agenda decisória da época.

Da República esperava-se uma grande transformação - a ela se associavam as noções de modernidade, competência, progresso, austeridade, em oposição ao Império, visto como apático, estagnado, irracional, preso em laços pessoais e de hereditariedade. Parte (pequena) dos republicanos esperava até o começo de uma era de igualdade entre os cidadãos.

² Eram propagandistas os ministros Benjamim Constant (da Guerra), Quintino Bocaiúva (Relações Exteriores), Aristides Lobo (Interior), Campos Sales (Justiça), Demétrio Ribeiro (Agricultura), logo substituído por outro propagandista, Francisco Glicério.

Apesar do desencanto que tomou conta de boa parte dos republicanos do tempo da propaganda, já logo após a Proclamação, um grupo deles levou adiante um projeto transformador. Não o projeto igualitário, inspirado na Revolução Francesa, mas um projeto modernizante, autoritário, centrado em implementar novas práticas administrativas, baseadas na competência e no mérito.

A questão não é se a modernidade administrativa propalada era necessariamente praticada – o que merece registro é que essa concepção era muito forte para o movimento republicano, especialmente para as correntes que foram influenciadas pelo positivismo e outros cientificismos. A República vinha associada à idéia de um novo tipo de administração, competente, neutra e racional, mesmo que nem sempre presente além do discurso.

José Murilo de Carvalho, em artigo recente, analisa a correspondência de Rui Barbosa, para concluir que não havia diferenças entre as práticas clientelistas da República e do Império:

A análise dos pedidos feitos a Rui Barbosa deixa claros alguns pontos. Um deles é que houve perfeita continuidade entre o antigo e o novo regime no que se refere à abrangência da prática clientelista. A retórica republicana sobre igualdade e mérito era em grande parte isso: retórica. A correspondência revela ainda a convicção de quase todos, patronos e clientes, de que havia obrigação moral de ajudar parentes e amigos e de que era legítimo gastar o dinheiro público para promover essa ajuda. A obrigação transferia-se para o governo: a bandeira da República é muito grande, como disse um dos pedintes. A separação entre o público e o privado apenas começava a esboçar-se. (DADOS, 2001, vol. 43)

A escolha de Rui Barbosa como objeto talvez comprometa as conclusões sobre a continuidade, pois o parlamentar baiano não deixava de ser um político do velho regime. É possível que o autor colhesse resultados diferentes analisando a correspondência dos “republicanos puros”, formados na ética positivista, como Benjamim Constant.³

A análise do autor, contudo, indiretamente confirma a existência de uma diferença, pois evidencia que os republicanos introduziram essa nova retórica da igualdade e do mérito. A “necessidade de burocratizar e racionalizar o serviço público, libertando-o da prisão

³ As práticas clientelistas contudo certamente não caracterizam o Império ou a República, Velha, Nova ou Novíssima. O dilema entre a “grande política” e a pequena dos favores é encontrável provavelmente em qualquer sistema político, inclusive no de hoje (Bezerra, 1999). O que as pode diferenciar é como elas se inserem dentro do sistema político, qual a lógica que as aciona (Backes, 2002).

patrimonial”, que, segundo Carvalho, surgiu no século XIX, tomou corpo e teve como seu principal combatente o movimento republicano. Os propagandistas traziam para a política uma concepção de Estado diferente, com raízes no positivismo e cientificismo do século XIX.

As análises que enfatizam o comportamento regional dos grupos têm perdido de vista o conteúdo modernizador do grupo vencedor, do qual grande parte tivera alguma passagem pelo positivismo ou pelo spencerismo. Esse grupo não visava apenas à autonomia para seus estados e o fim do centralismo monárquico. Visava “à República”. No entanto, em que esta consistia? A questão não é simples, pois diferentes modelos de República disputavam as preferências: o jacobino, o norte-americano, o positivista, o militar-nacionalista.

Mas, se é verdade que era um conceito em disputa, não era, porém, um rótulo vazio, nova roupagem para os “mesmos grupos do Império”. A retórica de modernização não era mero disfarce para a política real, que era a regional. Esse discurso orientou uma nova prática, em diversos campos (isto tem sido comprovado em diversos estudos sobre hospícios, penitenciárias, a polícia, medicina, educação, etc).⁴

Os propagandistas convergiam na defesa de um “Estado moderno”, racional, independente da Igreja, com uma burocracia neutra, competente, austera, que criasse enfim as condições (uma ordem) para o progresso. Esse era o núcleo principal da idéia de modernização.

Divergiam em outros pontos: a proposta de uma república jacobina, de cidadãos, era amplamente minoritária. Para a maioria dos históricos, a República não tinha nada a ver com igualdade e participação. A concepção dominante era autoritária, cientificista e

⁴ Boa parte destes estudos segue orientação foucaultiana, o que talvez ajude a explicar por que a crítica à visão tradicional que eles introduzem não tenha produzido uma nova interpretação sobre o Pacto dos Governadores. O ponto de ataque não está voltado para questionar a interpretação predominante sobre o arranjo, mas a derrubar seus pressupostos: o importante nesta ótica não é desvendar os mecanismos do arranjo institucional, mas criticar a sobre-valorização do poder de Estado como a explicação última. Os estudos procuraram descobrir condições de emergência do discurso cientificista, como se expressou nas novas práticas, como se tornou dominante, etc.

Sem entrar na discussão sobre o que determina o que, parece necessário que a crítica se ocupe também de rever a interpretação dominante sobre o Pacto de governo, mesmo que este não seja a fonte necessária de todas as transformações. Seja quem for o “determinante”, é evidente que a imposição de um novo discurso está intimamente associada com um novo grupo no poder, e com as alianças políticas que estabelece para aí se manter.

A nova retórica cientificista, na administração dos hospitais, na polícia, nas escolas, etc., foi implementada por “novas autoridades”, empossadas pelos mecanismos políticos que consolidaram o grupo republicano no poder (ver Cunha, 2003).

moralista. Divergiram também quanto à política econômica – os jacobinos não aceitaram a política de reestruturação financeira ditada pelos parâmetros dos centros financeiros internacionais, como veremos mais adiante.

Conflitos entre Deodoro e os históricos exemplificam como a política da época era tensionada por estas idéias. No Governo Provisório ocorreu um desentendimento entre Benjamim Constant e Deodoro, que chegou ao enfrentamento físico em reunião de Ministério, quando Constant se recusou a aceitar indicações de Deodoro para nomeação de pessoal. Por trás da recusa, Constant, um dos grandes divulgadores do positivismo, defenderia o princípio da competência, da burocracia neutra, a idéia de que no “estado moderno” não havia lugar para indicações pessoais.⁵

Uma crise mais profunda foi o episódio de demissão coletiva do Ministério (em 21/1/1891): a demissão se deu quando Deodoro impôs a entrega de uma concessão para as obras do porto de Torres (RS) a um amigo pessoal seu, com garantia de juros. O princípio da neutralidade do Estado estava posto em jogo. O conflito levou à exclusão dos republicanos históricos do Ministério.⁶ Mesmo que a questão do porto de Torres fosse um pretexto para expor uma oposição, não era um ponto escolhido ao acaso, mas um tema que calava fundo nos republicanos, especialmente os de formação comtiana, para quem a moralidade dos governantes era um ponto central.

Os conflitos entre o grupo deodorista e os históricos não refletem apenas disputas regionais: no centro estão diferentes concepções de Estado e de política econômica. Veremos mais adiante que a maior parte dos históricos irá se opor à política emissionista de Rui Barbosa e do Barão de Lucena, num conflito que está na origem do fechamento do Congresso e da destituição de Deodoro. Os históricos, inicialmente sob o comando dos militares florianistas e, por fim, sob a direção dos republicanos paulistas, vencem as disputas. Sua vitória se consolida com o acordo dos governadores.

Assim, constata-se que existem muitos elementos a apontar para a idéia de que grupos republicanos construíram alianças nacionais em torno de pontos programáticos comuns, de conteúdo modernizador. Se o regionalismo era inegavelmente poderoso, é necessário contudo levar em conta esses outros fatores que polarizavam a organização política.

⁵ Esta é a versão da briga de Dunshee Abranches, 1998; José Maria Santos, 1960, dá outra, na qual Constant aparece como defensor de interesses corporativos – mas o enfoque desse último autor, em todo livro, é muito antimilitar.

⁶ O novo Ministério foi composto com a presença de apenas um republicano histórico. (Souza, 1968, p. 170)

2.2. O Governo provisório: conflitos entre deodoristas e os históricos

O Governo provisório foi uma ampla frente, que reuniu os republicanos históricos com várias figuras expressivas da política imperial, dispostas a abraçar a nova ordem, como Rui Barbosa. Na Constituinte, foi grande o número de estreantes, foram eleitos em todo o país grupos sem experiência de representação.

Essa heterogeneidade refletiu-se no governo dos estados: em alguns ascenderam ao poder propagandistas até então excluídos, como em São Paulo, ou no Rio Grande do Sul. Em outros, foram indicados para o governo pessoas da confiança do Marechal, como em Alagoas, para onde foi seu sobrinho (Santos J., 1960). E, ainda em outros, promoveram-se composições com as forças políticas anteriores, caso de Minas Gerais.

Dentre os inúmeros conflitos dessa época tormentosa, parece pouco explorado o fosso que foi se cavando entre os históricos e o grupo em torno de Deodoro, Rui Barbosa e Lucena - há indicadores importantes de que se delineou uma oposição clara entre esses dois grupos.

O Marechal não tinha aproximação maior com os propagandistas republicanos, nem com os positivistas – representava um grupo de oficiais superiores, sem compromisso com a luta republicana.⁷ Ao longo do governo, afasta-se cada vez mais dos históricos e aproxima-se de ex-monarquistas, como o Barão de Lucena. Simetricamente, a maior parte dos republicanos históricos foi se afastando dele, colocando-se, ao final, em franca oposição. A exceção são os republicanos do Rio Grande do Sul; os gaúchos, contudo, não apóiam a política econômica seguida pelo Marechal, a qual estará no centro das divergências.

A luta pelo poder entre Deodoro e o grupo que reunia a maioria dos “republicanos históricos” envolveu conflitos nas eleições para Presidente do país, conflitos entre Governo federal e estados (intervenções do Governo federal nos Governos estaduais) e conflitos entre o Executivo e o Legislativo, inclusive com golpes (o fechamento do Congresso e a imediata derrubada de Deodoro).

⁷ “Que representava o deodorismo? Ele foi defendido principalmente por setores militares desvinculados da propaganda republicana. Os deodoristas eram, sobretudo, os oficiais superiores que tinham lutado na guerra contra o Paraguai. (...) Esse grupo não tinha visão elaborada de República, buscava apenas posição de maior prestígio e poder, a que julgava ter o Exército direito após o esforço de guerra contra o Paraguai.” Carone (1977) p. 38-9

Um dos primeiros confrontos foi o que se deu em torno da política econômica de Rui Barbosa, já em janeiro de 1890. A resistência ao famoso decreto de 17/1/1890, que liberou as emissões de moeda, não foi apenas de gaúchos e paulistas, como muitos intérpretes sugerem. Positivistas de vários estados criticaram veementemente a política emissãoista adotada.⁸ Demétrio Ribeiro, positivista gaúcho, renuncia ao Ministério em protesto.

Em janeiro de 1891, ocorre uma grande crise no governo: a renúncia coletiva do Ministério, no dia 21, em protesto contra o favorecimento de um amigo do Generalíssimo na Concessão para o porto de Torres. Apesar da renúncia ter envolvido ministros que não faziam parte dos históricos, como Rui Barbosa, na formação do novo Ministério fica clara a polarização com este grupo: apenas um ministro vem dos tempos da propaganda (Souza, 1968, p. 170).

Esse confronto não foi muito alardeado na época, talvez por envolver desgaste para a República.⁹ Nas eleições para Presidente da República, contudo, a divergência entre os grupos expressa-se claramente, com a candidatura de Prudente de Moraes contra Deodoro. Júlio de Castilhos apóia Deodoro, mas parte dos republicanos gaúchos não segue sua orientação, originando uma cisão (Franco, 1966, p. 100). Floriano, candidato do grupo de Prudente, é eleito Vice, contra o candidato de Deodoro (Wandenkolk). Observe-se que “os militares” não se comportam como grupo homogêneo, mas estão divididos entre Deodoro e Floriano.

Os conflitos entre Deodoro e os históricos no Governo Federal vão repercutir nos estados: em muitos deles estão no poder grupos que passaram a estar em oposição ao governo central. Logo após sua eleição, o Marechal inicia as intervenções federais, removendo os governadores adeptos da candidatura oposicionista.

Em São Paulo, houve um esforço deliberado de Deodoro para anular a força dos republicanos paulistas. Américo Brasiliense, o governador por ele nomeado, embora

⁸ Ver discurso de Ramiro Barcelos. Anais SF, 14/1/1892

⁹ Na Assembléia Constituinte, alguns representantes vêm exigir explicações dos membros do Governo Provisório que renunciaram. Os históricos, no entanto, conservam-se quietos. É possível que, como o episódio da renúncia envolvia questão moral (a questão de concessão de garantia de juros para um amigo do Marechal), os republicanos não quisessem naquele momento desgastar “a República”, desgastando seu proclamador – o triunfo do movimento republicano ainda não estava garantido, e ainda há oposição grande no Congresso (ver 39ª e 40ª sessões dos Anais da Constituinte).

antigo membro do PRP, cerca-se de ex-monarquistas, afastando a maioria dos históricos (Love, 1982).

Apesar das intervenções nos estados, Deodoro não controla o Parlamento. Isto só seria possível a partir das novas eleições, quando os novos governadores elegeriam representantes afinados com a política nacional. Enquanto isto não se dá, a maioria do Congresso está em oposição.

Um dos principais campos de conflito é a política econômica, incessantemente criticada pela maioria dos velhos republicanos. Os enfrentamentos nessa área terminam em golpe, quando o Congresso rejeita o Plano econômico de Lucena, e é dissolvido. Analisando essa votação, observa-se que, dos históricos e positivistas que podemos identificar, nenhum votou com Deodoro.¹⁰

Ao fechar o Legislativo em 3 de novembro de 1891, Deodoro teve o apoio dos governadores por ele nomeados, com exceção de Lauro Sodré, do Pará, um militar, positivista declarado. Júlio de Castilhos teria dado um apoio contido ao Marechal (ver Love, 1971); mas a bancada gaúcha no Congresso votou unida contra o plano econômico do governo.

Logo a seguir, Deodoro é derrubado e assume Floriano Peixoto.

2.3. O governo de Floriano e a explosão do patriotismo republicano

O governo de Floriano começa enfrentando grandes resistências. Os setores afastados do poder não se conformam, e os conflitos passam para o terreno das armas. Eclodem várias revoltas militares, especialmente a da Armada, que dura vários meses.

Ao redor do Marechal de Ferro, impulsionado pela resistência firme que ele oferece às revoltas, forja-se um movimento novo, complexo, que ainda está a desafiar as interpretações. De um lado, identifica-se com ele o grupo que lutava pela República, e que irá sustentá-lo politicamente: para os históricos, construir a República passa naquele momento pela defesa de Floriano.

¹⁰ Talvez seja uma exceção José Mariano, parlamentar pernambucano de difícil caracterização: opõe-se a Floriano, polemiza constantemente com Seabra, é um dos poucos a votar contra a reforma do regimento de Campos Sales.

Dos parlamentares que segundo o estudo de Lins seriam próximos ao positivismo (ver Anexo III, ao final) nenhum votou com Lucena: em sua maioria votaram contra o plano econômico, e alguns se ausentaram.

De outro lado, o novo presidente imprime uma direção inovadora ao regime republicano, voltando-o para um forte nacionalismo - defender a República torna-se defender a Nação, cercada de ameaças. Forja-se um patriotismo militante, que expande as limitadas possibilidades de participação da política de então. A defesa da República empolga a população, especialmente a da capital, mas não apenas esta: se a Proclamação do regime republicano foi assistida por um povo “bestializado”, na conhecida expressão da época, sua consolidação, ao invés, contará com participação popular: o povo se engajou na defesa da República, integrando batalhões republicanos, participando de comícios e manifestações. Ainda que esta participação tenha sido em parte estimulada pelo Marechal e seus seguidores, houve uma mobilização espontânea, e parcelas importantes da população se identificaram com Floriano e passaram a defendê-lo.¹¹

Constitui-se, assim, um movimento florianista, caracterizado por um patriotismo exacerbado. Este movimento tensionou a política brasileira, fazendo emergir um projeto que envolveu não apenas a população que se mobilizou nos *meetings*, mas também boa parte das elites. Não parece que este fosse um projeto de “República cidadã”: a idéia que atraía os militares, os positivistas, todos estes grupos de formação autoritária, cientificista e elitista, era a idéia de uma Nação forte, soberana, altiva frente aos estrangeiros, governada por um Presidente forte, austero e capaz.

Seguramente o terreno no qual se desenvolveram os sentimentos patrióticos era fértil: durante o governo de Floriano, especialmente na Revolta da Armada, dão-se confrontos com países como França, Portugal e Inglaterra, os quais viam com desconfiança a República, militarista, em comparação com a pacífica monarquia (Queiroz, 1986, p. 20-1). Estas nações alarmam-se com os combates; ameaçam, o país, temendo pelos seus negócios; impõem às partes em luta um compromisso formal de preservar o Rio de Janeiro dos confrontos.

As ameaças de intervenção, como a da Inglaterra, são relatadas com veemência e indignação no Congresso e nos jornais. Que a idéia de invasão estrangeira no Brasil não era um delírio xenófobo será demonstrado já no ano de 1895, quando os ingleses

¹¹ “Seria ingenuidade achar que toda a mobilização popular, sobretudo a dos batalhões patrióticos, tenha sido espontânea. Houve muito recrutamento forçado, inclusive de estrangeiros, como denunciaram representantes diplomáticos. De outro lado, seria tolo negar que houve tal mobilização, sobretudo por parte de estudantes, militares e civis, de pequenos funcionários, artesãos, do povo miúdo em geral.” (José Murilo de Carvalho *in* Penna, 1997, Prefácio, p. iv)

invadem a ilha de Trindade e os franceses o Amapá. Essas invasões, aliás, inserem-se na conjuntura internacional, que era de expansão imperialista: em 1893, Daomé (Benin) foi incorporado à França e o Havai aos EUA. Em 1894, a Itália invade a Abissínia. Há também lutas de resistência, aqui mesmo na América Latina: em 1895, José Martí lidera revolução contra a Espanha em Cuba.

Floriano reagiu com energia às investidas estrangeiras, ameaçando “responder à bala” às ameaças de invasão (há inúmeros relatos a respeito). Sua atitude galvaniza a população. O ponto alto da indignação popular se dá quando Portugal transporta os derrotados revoltosos da Armada para o Sul, onde se juntam aos federalistas que combatem o governo de Júlio de Castilhos. O fato leva o Marechal a romper as relações diplomáticas com os portugueses.

Os revoltosos passam a ser acusados de monarquistas e restauradores. A clivagem que opõe “verdadeiros republicanos” a “monarquistas ou suspeitos de” passa a polarizar totalmente a política nacional. Multiplicam-se os batalhões de defesa da República, com comando militar mas com participação civil voluntária (Penna, 1997 e Queiroz, 1986).

Outro aspecto da atuação de Floriano que empolgou a população foram as medidas que tomou revelando preocupação com os mais pobres – intervém pessoalmente contra especuladores de gêneros alimentícios, determina medidas congelando aluguel de imóveis populares, toma medidas enérgicas para proteger a população em fuga da cidade ameaçada. Além disto, para seus admiradores, o Marechal encarnava a austeridade: na administração, é pintado como “o guardião do Tesouro”; na vida privada, homem simples, de hábitos modestos e espartanos. Delineia-se um novo tipo de governante, com atuação mais intervencionista, ultrapassando a tradição do formalismo liberal.

É muito difícil determinar o quanto Floriano determinou o florianismo e o quanto o movimento forjou Floriano; é um processo de mútua constituição:

Ao mesmo tempo em que a figura e a atuação de Floriano motivam e galvanizam alguns setores da população carioca, elas só adquirem a densidade e os contornos políticos reais na medida em que esses setores saem de seu tradicional apoliticismo e despertam para a ação política. (Carvalho, *in* Penna, 1997, Prefácio, p. iii)

A explosão popular na política tem expressão também nos “canais convencionais”. Vários parlamentares participam dos batalhões patrióticos, organizam e falam nos

meetings, trazem dos comícios petições e declarações para a tribuna. São os jacobinos do Congresso (Queiroz, 1986, p. 17 a 20).

Finalmente, o florianismo passa a hegemonizar também o Exército, derrotando outras correntes, como os 13 oficiais-generais que pediram a renúncia do Marechal, em abril de 1892.¹²

Ao redor do Marechal converge, pois, um amplo leque de forças heterogêneas.

2.4. A união dos históricos ao redor de Floriano

Se não encontramos na literatura uma base segura para afirmar que o golpe de Floriano foi liderado pelos republicanos históricos, é muito claro contudo que são eles que irão dar sustentação política ao governo, tão logo os desafios se apresentem. Forma-se ao redor do Marechal de Alagoas uma frente que reúne os republicanos mais organizados do tempo da propaganda (os de São Paulo, do Distrito Federal, do Rio de Janeiro e, por fim, os do Rio Grande do Sul), os positivistas e a maioria dos deputados militares (ver Morgado, 1997).

Dos governadores em exercício em 1891, todos, com exceção do positivista Lauro Sodré, apoiaram o golpe de Deodoro. Floriano, tão logo assume o comando, parte para intervenções nos governos dos estados, visando constituir uma base de apoio. Reconduz ou introduz vários históricos no poder: em Pernambuco (terra do Barão de Lucena, que controlara o estado durante o governo de Deodoro) Floriano nomeia um propagandista histórico, Barbosa Lima, um militar positivista; como também era o escolhido para o Ceará, Bezerril Fontenelle. Nem todos interventores, contudo, são militares. No Rio Grande do Sul, sustenta Júlio de Castilhos. No Espírito Santo, o governador escolhido é outro positivista conhecido, Moniz Freire, que implantou uma Constituição estadual de forte influência comtiana (Lins, p. 227) Em São Paulo, apóia o retorno ao poder dos republicanos históricos (Campos Sales, Bernardino, Glicério, Prudente). Após uma série de desordens violentas, em 15 de dezembro de 1891, é derrubado Américo Brasiliense, e são definitivamente afastados do controle do PRP os setores próximos à política imperial.

¹² Setores militares de oposição permanecem atuantes (p. ex. deputados militares que combatem Floriano, como Jacques Ourique, Belarmino Mendonça, João Retumba, Espírito Santo, Caetano Albuquerque). Morgado (1997) p. 164 e 169

Sedimenta-se, assim, uma ampla união ao redor de Floriano, que passa a ser defendido como o “guardião da República”. Mas, não é apropriado chamar esta união de “florianismo de governo”, como faz Penna – nem todos os republicanos identificam-se com a direção patriótico-militante imprimida pelo militar alagoano aos rumos da política. Especialmente distancia-se desta visão a ala dos republicanos paulistas identificada com Prudente de Moraes. Parece mais apropriado conceber a união como uma frente dos republicanos históricos.

É muito interessante analisar as relações entre Floriano e os republicanos paulistas: estes aderem decididamente a Floriano, e ainda lideram a construção de um partido nacional, destinado a “dar apoio à República”. Logo no início do governo de Floriano, o grupo do PRP que pode ser chamado de modernizador (Glicério, Bernardino, Campos Sales) volta a controlar o partido, permanecendo no poder por um longo período.

Os conflitos internos do partido haviam se intensificado com a intervenção de Deodoro no estado, logo após a disputa pela Presidência com Prudente de Moraes. Em março de 1891, Deodoro nomeara Américo Brasiliense para o governo, o qual aproximou-se de ex-monarquistas, marginalizando os modernizadores.¹³ Estes retomam o controle do partido em dezembro de 1891, logo após o contra-golpe vitorioso de Floriano de 23/11/1891. Os ex-monarquistas são definitivamente afastados do controle do partido, e o grupo modernizador fica no controle até 1907, quando são derrotados por Jorge Tibiriçá, num conflito que envolve a política de valorização do café.

O que unia este grupo modernizador? Não parece suficiente centrar a explicação nos “interesses de São Paulo” - é necessário entender a ação do grupo em dois níveis, o nacional e o regional.

O término do trabalho servil, o sucesso da política imigratória, a luta pela autonomia provincial e depois a adesão rápida ao regime republicano de muitos ex-monarquistas convergiram para que desaparecessem antigas divergências. No entanto, não se pode tomar a unidade na ação dos paulistas, em defesa de interesses comuns de São Paulo, como ausência de definições programáticas, pois, se o estado de São Paulo tornou-se uma “unidade política coesa”, isto ocorreu sob o comando de um grupo político

¹³ “Não há dúvida de que, entre as cisões provocadas pela dinâmica da política nacional, a mais importante foi a seqüência do triunfo e derrota de Américo Brasiliense, em 1891-92, que afastou a maioria dos ex-monarquistas do poder, de modo permanente. Esta foi a ruptura política mais radical.” Love, 1982, p. 162

específico, os republicanos históricos, que conseguiu o controle da política, afastando ou cooptando os principais adversários. O controle do grupo sobre a máquina partidária e sobre o acesso ao principal cargo do estado, anteriormente registrados, bem o demonstra.

Aqui parece ter havido diferenças de estratégia entre os republicanos de diferentes estados: os positivistas gaúchos, por exemplo, se isolaram num partido “puro”, procurando demarcar uma homogeneidade ideológica; já os modernizadores paulistas atraíram as outras forças para seu partido, numa grande frente. Talvez a diferença se deva a que os republicanos paulistas tinham naquele momento condições de procurar a hegemonia no país – mas, para isto, estabeleceram primeiro a união do estado (assim como Getúlio Vargas, o qual, antes de partir para “amarrar os cavalos no obelisco” em 1930, construiu a união do Rio Grande, superando antigas divergências).

Assim, se no nível estadual os modernizadores incorporam e subordinam as elites dos antigos partidos imperiais do estado, no nível nacional aliam-se com outros grupos modernizantes, combatendo as elites associadas com o Império. Procuram o comando da Nação, inclusive liderando a construção de um partido nacional.

Pode ser que muitos analistas tenham confundido o sucesso do grupo republicano em hegemonizar essa ampla coalizão em torno de interesses regionais com a ausência de um projeto diferenciado. No nível nacional, contudo, os republicanos paulistas se aproximam dos demais republicanos históricos nos momentos decisivos. No Governo Provisório, haviam se aproximado dos militares florianistas, lançando candidato comum para a Presidência da República (Prudente de Moraes). Na política econômica, uniram-se aos positivistas para resistir à política monetária proposta por Deodoro, resistência esta que levou ao fechamento do Congresso. O contra-golpe de Floriano recebeu seu apoio decidido. Primeiro, sustentaram a sua “legalidade” contra os deodoristas que questionavam a permanência do Vice no cargo, pressionando para a realização de novas eleições. Os republicanos paulistas defenderam o Marechal, na Câmara e no Senado (neste, é Campos Sales quem lidera o apoio).

Sustentaram, também, a resistência de Floriano contra as revoltas armadas, votando a favor da decretação do estado de sítio, e dos orçamentos de guerra, e apoiando decididamente a política de Floriano em apoio aos positivistas gaúchos, como é reconhecido por historiadores:

A política de Floriano Peixoto é de completo apoio a Júlio de Castilhos, e, para isto, ele tenta esmagar, por todas as formas, a revolução federalista. Às ponderações e tentativas de apaziguamento, Floriano responde com o envio de tropas ao Sul, e seu único desejo é destruir a revolta. Para isto, ele conta com a solidariedade de oficiais do Exército, que participam diretamente da luta, ou do próprio Ministro da Guerra, Marechal Francisco Antônio de Moura, que vai ao Sul dirigir as operações militares. Mas, o apoio fundamental é aquele oferecido pelo estado de São Paulo, que persistirá durante toda a campanha federalista, como também durante a revolta da Armada. Alfredo Ellis e Cunha Bueno são os intermediários entre Floriano e o governo de Bernardino de Campos. Apesar de uma ala do Partido Republicano Paulista não aceitar integralmente esta política – na qual estão Campos Sales e Prudente de Moraes – São Paulo importa armamentos, que cederá a Floriano. (Carone, 1977, p. 143)

O apoio paulista em vários momentos se revela decisivo, e se expressa em diferentes frentes:

Não obstante, São Paulo não negara solidariedade ao governo, na revolta federalista; auxílio financeiro e em homens, durante a revolta da Armada; alojamento e serviços prestados às tropas que retomam o Paraná e Santa Catarina; armamentos comprados para o Estado de São Paulo e cedidos ao governo federal; empréstimo feito pelo Tesouro paulista, em confiança, e que nunca retornou aos cofres do estado; e simpatia de seus membros no Congresso Federal, votando favoravelmente a todas as necessidades governamentais. (Ibidem, p. 146.)

O apoio no Congresso é fundamental, também para a aprovação dos créditos necessários aos gastos de guerra, que foram muito grandes:

O Tesouro da União estava exausto. O Rio Grande do Sul era o sorvedouro das rendas federais. Ali gastava-se com a manutenção em pé de guerra e com as gratificações, soldos e vantagens da paga militar em tempo de guerra. A União pagava ainda aos corpos de partidaristas recrutados pelo governo estadual e pagava-os sem verificação nem de folhas, nem de contas. Corriam por conta da União todos os suprimentos de munições e de armamentos para as forças estaduais e até o serviço telegráfico e os agentes do Governador do Rio Grande do sul em Montevidéu eram pagos pela Legação Brasileira, com dinheiro da União.” (Ibidem, p. 158-9).

Os revoltosos, por outro lado, tinham entre seus financiadores deodoristas e conhecidos monarquistas.¹⁴

O apoio paulista, portanto, foi essencial para o governo de Floriano Peixoto, e a derrota da resistência armada de deodoristas e monarquistas contou com o apoio firme do PRP.

¹⁴ Exemplo na Revolta da Armada: “O Conde de Leopoldina, rico banqueiro, que está ligado à Rui Barbosa e ao Encilhamento, e que se aproveita da amizade de Lucena para enriquecer, é um dos maiores responsáveis pelos gastos da revolta, garantindo ou pagando grande parte das despesas de armamentos e encarregando-se de entrar em contato com outros elementos dispostos a contribuir no financiamento.” Carone, 1977, p. 120

É interessante perceber que o apego à categoria de análise “os paulistas” dificulta que se percebam as diferenciações que vão ocorrendo no PRP. Apesar de o Partido Republicano Paulista defender unido o apoio ao governo do Marechal, vão se definindo clivagens internas: Glicério se torna um florianista, Prudente um anti-Florianista. Estas diferenças irão aparecendo após a derrota definitiva das correntes deodoristas e dos federalistas do Sul. É aí, com a República consolidada, durante o governo de Prudente, que vai se delinear claramente uma disputa pelo conteúdo da nova ordem.

Vimos que Floriano sustentou decididamente Castilhos contra os federalistas. Como entender essa aproximação entre os positivistas gaúchos e Floriano, já que num primeiro momento Castilhos apoiou o golpe de 3 de novembro de Deodoro?

Costuma ser apontado que Floriano necessitava de um governo forte no Sul e o PRP precisava de apoio federal para derrotar os federalistas. Mesmo isto sendo verdade, não há porque desistir de procurar identidade política entre os grupos. Os gaúchos votaram com os paulistas contra o plano econômico de Deodoro e Lucena, que levou ao golpe de 3 de novembro, numa identidade programática que se manifestará em diversas ocasiões, como veremos adiante.

Havia também uma afinidade via positivismo, pois os positivistas em geral convergiram para Floriano, que encarnava o modelo de governante firme e austero (o apoio de Castilhos a Deodoro é que é mais fácil de explicar por motivos pragmáticos, como a ligação pessoal entre os dois, ou a busca de apoio no Exército, sem maior afinidade ideológica). As atitudes do Marechal nos confrontos com a Armada, sua posição de “guardião do Tesouro”, contribuíram para reforçar as afinidades.

Assim, os movimentos republicanos históricos estavam unidos, na defesa da República. Essa união se expressa na constituição do partido da República, o PRF (Partido Republicano Federal), liderado pelos republicanos paulistas.

2.5. O PRF – o partido da República

Witter (1999), no (surpreendentemente) único estudo dedicado ao PRF que foi encontrado na literatura, defende a visão de que o partido era um aglomerado de grupos regionais, sem princípios programáticos definidos, unido por questões eleitorais. Essa é a visão que se consolidou sobre o partido, a de que era uma “catedral aberta a todos os credos” (a expressão, muito citada, é de um deputado da época, Belisario de Sousa).

Estudando as atas das reuniões de formação do partido, destaca Witter a heterogeneidade do grupo. Parece-lhe claro que a agremiação se formou tendo em vista as eleições de 1894 (Witter, 1999, p. 135). Não deixa porém de registrar o compromisso sempre reafirmado de consolidar as instituições republicanas.

Não se pode aqui perder o nexos com a conjuntura – o partido é fundado no meio de revoltas contra Floriano e expressa a união que se deu em torno dele. Certamente atraíu adesistas de toda ordem, inclusive ex-monarquistas. Mas, o controle, a direção, eram nitidamente do grupo histórico, dos propagandistas. A presença dos políticos do velho regime se dá de forma subordinada, já que eles foram derrotados nas sucessivas revoltas do período. E, se o partido foi fundado tendo em vista as eleições de 1894, foi para garantir que nelas se elegeassem políticos afinados com o governo republicano. Sua fundação expressava a percepção das elites de que, para governar, era necessário organizar uma base parlamentar sólida, sob o comando dos republicanos históricos; expressava assim também o reconhecimento de que o Congresso era uma arena decisória importante.

Ainda que o partido fosse extremamente heterogêneo, o que é inegável, o princípio que mais constantemente reafirmava, “a defesa da Constituição republicana”, significava a defesa da República, do presidencialismo e do federalismo, ameaçados pelos revoltosos – à revolta da Armada e dos federalistas do Sul associavam-se as bandeiras opostas de monarquia e parlamentarismo. Defender a Constituição não era uma “plataforma anódina”: expressava um compromisso com a construção de uma nova ordem.

O programa do PRF constituía-se de seis itens: além da defesa da Carta Constitucional de 1891, constavam dos princípios a luta pela liberdade eleitoral e pela difusão do ensino popular, a afirmação da autonomia dos estados e a defesa das liberdades constitucionais, e, interessadamente, o compromisso com o reerguimento do crédito público (Idem, p. 51). Este último ponto também não era “só para constar”, pois esteve na raiz de vários confrontos importantes: os golpes de Deodoro e Floriano, bem como a política dos governadores podem ser vinculados a este ponto programático.

O PRF expressava a união dos republicanos históricos, apesar de suas diferenças, num momento em que a luta política definiu-se em torno da consolidação da República. O PRF era o partido da República. Defendia uma nova ordem econômica e política, ainda que a definição dessa ordem estivesse em disputa entre suas diversas correntes.

Witter destaca o papel crucial que tiveram os paulistas na organização do PRF, o que destoaria, segundo ele próprio, daquela idéia de que os paulistas só se preocupavam com seu estado (p. 28). Os perrepistas já buscavam articulações com republicanos de outros estados há mais tempo. São relatados contatos com os cariocas, especialmente com Quintino Bocaiúva, e com os gaúchos (em 1887, por exemplo, como já foi dito, Glicério viajou ao Sul para contatar os republicanos de lá).

O partido acaba por atrair um grande número de ex-monarquistas, o que ajudou a eleger o Presidente e a maioria avassaladora das duas casas legislativas.¹⁵ Entretanto, ainda que houvesse divergências internas no partido, sua fundação expressava a união entre os diferentes grupos que sustentaram Floriano e a República, derrotando e subordinando as elites imperiais.

Concluindo, parece evidente que faz sentido buscar na política a ação dos “modernizadores”: os propagandistas da República, apesar de suas diferenças, convergiram para uma atuação conjunta nos momentos decisivos.

Os grupos históricos construíram uma união em torno “da República”, expressa nos vários conflitos armados e no Congresso, e procuraram consolidar esta união em um partido nacional, o PRF, fundado em 1893. Parcelas das elites imperiais foram incorporadas ao sistema republicano – mas nitidamente subordinadas.

A união dos históricos oculta divergências que aparecerão claramente durante o governo de Prudente. A oposição entre florianistas e prudentistas irá dividir o Partido Republicano Federal, levando-o à cisão.

¹⁵ Os gaúchos teriam ficado à margem no início, embora depois da cisão participem ativamente da ala dos “concentrados”, inclusive liderando-a, com Cassiano do Nascimento na Câmara e Pinheiro Machado no Senado.

Capítulo 3: Governo Prudente – o Congresso polarizado

Prudente de Moraes começa o governo contando com expressiva base de apoio no Congresso. Seu colega paulista, Francisco Glicério, havia organizado um grande partido nacional, o PRF, que elegeu o Presidente, o Vice, Manuel Vitorino, e a maioria da Câmara e do Senado.¹ A crônica política da época via nesse período uma grande afinidade entre o presidente e o líder do PRF:

Foi na primeira metade deste período presidencial que floresceu o Partido Republicano Federal, planejado e organizado, ao findar o governo do marechal Floriano Peixoto, pelo Sr. Glicério, que assumiu sua direção por aclamação quase unânime dos que a ele se filiaram. Chefe popular e cheio de prestígio pelos serviços e pela pasmosa atividade de ação que exercera entre os propagandistas da República, a sua autoridade política elevou-se ao ponto de se lhe atribuir imperiosa ascendência sobre o espírito do Sr. Prudente de Moraes durante a primeira fase do seu governo. As revistas ilustradas da época pintavam-no conduzido pela mão do Sr. Glicério na atitude automática do cego que obedece ao seu guia. (Campos Sales, p. 69)

Já desde a posse, em 15 de novembro de 1894, percebem-se hostilidades entre Prudente e os florianistas – o Marechal sequer lhe transmitiu o cargo. Logo que assume, o presidente paulista reage contra os florianistas, demitindo e removendo alguns de seus quadros conhecidos; corta também gastos militares.

Essas divergências têm sido muitas vezes interpretadas como “oposição civis-militares”. O primeiro presidente civil estaria tentando desarticular a estrutura de poder militar, visando “desmilitarizar” o país.² Esta interpretação perde de vista um aspecto fundamental: o combate ao “poder militar” era o combate ao poder dos florianistas, que eram hegemônicos no Exército, e que dele tiravam boa parte de sua força. Neste esforço, Prudente foi apoiado por boa parte dos militares da ala legalista, sob liderança de seu Ministro do Exército.

¹ Segundo Lessa (1999), o PRF teria eleito a totalidade da Câmara e o terço do Senado (ver p. 109) Nos Anais do período, contudo, encontramos afirmações de deputados que se diziam eleitos por outros partidos.

² Assim diz, por exemplo Sueli Queiroz (1986): “O presidente procede a uma lenta mas inexorável desarticulação dessa estrutura de poder ao longo de seu governo, tendo em vista principalmente a desmilitarização do país.” p. 31; é a linha que segue também Santos, J. (1960)

A corrente florianista era hegemônica no Exército nesse momento, mas este não era homogêneo. A dissertação de Morgado (1997) mostra a presença de divergências internas e de setores de resistência a Floriano.

É sabido que Floriano se opunha ao nome do paulista, e especula-se por que não impôs um candidato de seu grupo. É bom lembrar que a convenção do PRF que definiu as candidaturas se deu em 1893, em pleno estado de sítio, sem resultado da luta contra os revoltosos, nem da Armada, nem do Sul. São Paulo tinha um peso decisivo neste momento, tanto no Congresso quanto nas armas.

As hostilidades iniciais evoluem para uma franca oposição entre os florianistas e prudentistas, processo que culmina na cisão do PRF. Em 1897, o florianismo toma uma face definida, no grupo dos “concentrados” que surge da cisão.

Descreve-se, a seguir, essa cristalização das posições, com ênfase nos desdobramentos no Parlamento.

3.1. Os principais conflitos no Congresso

No começo de 1895, o PRF conta com a quase totalidade do Congresso. É uma grande frente: reúne a maior parte dos republicanos históricos, mas integra políticos advindos dos partidos liberal e conservador do Império.

O período das revoltas está se encerrando, e ao longo do ano por fim acaba a guerra no Sul, com mediação do governo federal. Os revoltosos são derrotados em todas as partes. Neste momento, aparecem diferenças internas do partido, perceptíveis nas discussões envolvendo a reintegração na vida pública dos participantes dos conflitos armados. Alcindo Guanabara assim descreve as três principais correntes que se formam no partido:

O observador menos perspicaz poderia ter percebido desde logo pelo menos três correntes: a dos radicais exaltados, que real e sinceramente haviam tomado parte ativa na resistência à revolta, e não tinham, nem queriam ter, contemplos com os vencidos; a dos que faziam da moderação e da clemência uma bandeira para dissimular o propósito que os animava de deslocarem o eixo da política e assumirem realmente a direção dela; e a corrente dos que, por assim dizer, representavam o centro, procurando conter o entusiasmo daqueles e reter o retrocesso destes. (Guanabara, 1983, p. 12)

Os radicais exaltados são os parlamentares que eram chamados de jacobinos; os “dissimulados”, também chamados por ele e por outros políticos da época de “reacionários”, são os políticos associados com os antigos partidos do Império; e o grupo dos moderados é constituído pela maior parte dos históricos, incluindo as elites republicanas mais tradicionais, especialmente a paulista.³

Se a classificação é um bom ponto de partida para entender as correntes, não ajuda contudo a distinguir a demarcação propriamente política que está ocorrendo no partido, e que é a que irá levar à cisão. É interessante perceber que, na cisão, os moderados irão se dividir, parte se aliando com os radicais, parte com os “reacionários”.

A cisão de 1897 vai demonstrar a formação de uma grande ala florianista, envolvendo não apenas os atuantes jacobinos, mas boa parte dos históricos, inclusive o líder Glicério. Contra os florianistas, aliam-se “os reacionários” com a outra parte dos históricos, sob a batuta de Prudente.

Procuramos estudar nos Anais do Congresso que questões poderiam explicar esta polarização. Encontramos três ordens de divergências, situadas, respectivamente:

- i) na estratégia de construção da ordem republicana,
- ii) na concepção de Estado: intervencionismo x liberalismo,
- iii) nas relações com as potências estrangeiras.

Estas diferenças de concepções aparecem claramente nas discussões e votações de vários projetos durante o governo de Prudente, como veremos a seguir.

i) Divergências de estratégia: legalidade x legitimidade

Em 1895, encerra-se o ciclo das revoltas armadas contra a nova ordem republicana, passando a ser debatida a questão da anistia aos revoltosos.

Campos Sales relata em seu livro sua grande preocupação com a pacificação do país, que em sua opinião passava pela reintegração dos setores que haviam pegado em armas. Procura o Presidente, que inicialmente teria concordado com a proposta de uma anistia ampla e irrestrita, mas posteriormente, pressionado por Glicério, retrocede parcialmente, procurando afastar o governo das negociações (Sales, 1998, p. 70-1).

³ Witter trabalha com a mesma divisão do PRF em 3 correntes, radicais, moderados e reacionários.

As discordâncias que então se revelam já trariam o germe da futura divisão do PRF, segundo Carone (1977, p. 159-61): Glicério e Quintino Bocaiúva se aliam com os gaúchos e com os jacobinos contra a proposta de pacificação de Prudente e Campos Sales.

Por trás da questão de “fidelidade à República” x “pacificação do país” estava em jogo uma questão de poder: a anistia ampla, incondicional, reforçaria a ala dos “reacionários” no Congresso e nas Forças Armadas, enfraquecendo os florianistas. No Exército, a discussão envolvia também cargos, pois a anistia significava a reintegração dos militares revoltosos nos antigos postos, deslocando os florianistas que haviam tomado seus lugares (Queiroz, 1986, p. 33).

A questão que emerge neste momento com toda a clareza é a estratégia a seguir para a construção da nova ordem republicana: o caminho da conciliação, incorporando as velhas elites, ou a aposta na mobilização popular e no Exército. Estava colocada uma disputa que Lincoln Penna, com muita propriedade, conceituou em termos de “legalidade” x “legitimidade”:

Dois foram os modelos que coexistiram conflitivamente com vistas ao progresso. Ambos centrados no pressuposto de que este objetivo passava pela reforma da ordem e, portanto, do poder público. Um destes modelos concebia que, pela via da legalidade constitucional, a República atingiria os propósitos para responder afirmativamente os imperativos do progresso. O outro, apelava para o princípio da legitimidade. Sem descartar os preceitos legais, entendiam que acima destes estava a própria sobrevivência das instituições republicanas, diante da ação subversiva de seus inimigos. A estes dois modelos vão se filiar civis e militares, históricos evolucionistas e radicais auto-proclamados jacobinos. (Penna, 1997, p. 14)

Essa distinção lança luz para um ponto que é crucial para esse grupo de republicanos que consolidou sua vitória com Floriano, derrotando as elites que defendiam o velho regime: quais as vias para “reformular a velha ordem”? Reformar dentro da legalidade (isto é, sem mudar demais as regras do jogo) ou apostar na legitimidade (construir um novo tipo de apoio, baseado em mobilização popular, ou no Exército)?

O caminho da “legalidade” exigia conciliação com as elites derrotadas, pois a manutenção dos mecanismos representativos estabelecidos na Constituição apontava para dificuldades no Congresso – nas eleições, os republicanos históricos corriam o risco de perder a maioria, pois não controlavam estados importantes, como Minas Gerais, Bahia e Pernambuco.

Apostar na legitimidade, em contraposição, envolvia uma aposta no Exército e no apoio popular, enfim, num recrudescimento das mobilizações patrióticas que acompanham o florianismo. Os defensores desta estratégia desconfiavam dos mecanismos legais da democracia liberal, acreditando na necessidade de um dirigente forte, competente, capaz de liderar para o progresso, argumentos típicos do positivismo.

A opção de Campos Sales e de Prudente foi claramente pelo primeiro caminho, “legalista”, buscando uma composição com as elites que não vinham da luta republicana. No âmbito do estado paulista, essa já tinha sido a estratégia adotada pelo PRP: incorporar os partidos derrotados. Já a estratégia dos republicanos gaúchos, por exemplo, havia sido bem distinta.

Se nitidamente os jacobinos podem ser identificados com a aposta na legitimidade e os reacionários com a estratégia da legalidade, o grande grupo dos moderados oscila entre as duas, não sendo possível visualizar uma posição clara.⁴ As oscilações dependem também de fatores conjunturais: veremos que após os desastres militares em Canudos e o fracasso do atentado contra Prudente, os moderados vão pender para o lado da legalidade.

A proposta de Campos Sales de anistia ampla é encampada pelo Senado Federal, mas derrotada na Câmara, tendo Francisco Glicério encaminhado contra (ANAIIS CD, 25/9/1895, p. 604). A Câmara elabora outra proposta, mais restrita, que é aprovada por unanimidade em 11 de outubro de 1895.

O líder Glicério procurava equilibrar-se entre jacobinos e castilhistas de um lado, e os moderados e anti-florianistas de outro. Mas, vai perdendo a confiança de setores importantes dos moderados. Crescia nestas elites a convicção de que era necessário conter os radicais, desmobilizá-los, tirar-lhes a força.

Por outro lado, o Presidente esbarrava com divergências programáticas de outra ordem, a impedir a tramitação tranqüila de algumas de suas propostas de governo.

⁴ Veja-se o exemplo de Serzedello Correia, que votou a favor da anistia ampla aos revoltosos. Este paraense tem uma história política complexa: considerado por Lincoln Penna como o “jacobino moderado que mais afinidade demonstrou em relação ao governo e ao legado de Floriano”(p. 26), havia sido preso por Floriano durante a Revolta da Armada, por ser próximo a Custódio de Mello; assim mesmo defendeu o governo do Marechal por toda sua vida; nacionalista radical, destacando-se nos debates em torno do nacionalismo, defende depois ardentemente a negociação do Funding Loan.

ii) Divergências na concepção de Estado: intervencionismo x liberalismo

Desde o início da República pode-se perceber nos debates do Congresso a tensão provocada pelo enfrentamento entre duas concepções divergentes sobre o papel do Estado: a concepção de um Estado que deve intervir nos serviços essenciais, “auxiliando, ilustrando, dirigindo e amparando os esforços da iniciativa privada”⁵, enfrentando a clássica concepção do *laissez-faire*, que dá primazia ao livre desenvolvimento das forças de mercado.

As divergências ficam muito claras nas discussões em torno do arrendamento das estradas de ferro da União, assunto que é debatido desde o início da República.⁶ Em 1896, foi votado no Senado um projeto sobre emissão e resgate de papel-moeda pelo Tesouro Nacional, tendo em vista criar mecanismos para enfrentar a crise financeira. Ao ser votado na Câmara, o projeto recebeu uma cláusula que permitia à União o arrendamento das estradas de ferro de sua propriedade, com o objetivo de dotar o Tesouro de recursos.

A discussão sobre esse projeto demarca claramente dois campos opostos: os que aceitam e propugnam a intervenção do Estado em setores essenciais e os que lhe são totalmente adversos, por princípio. Entre esses, há parlamentares preocupados antes que nada com as contas do Tesouro, e que defendem o arrendamento apenas para sanar os déficits. O Deputado Paula Ramos (SC) registra algumas posições nos debates:

Sr. Presidente, a questão do arrendamento das estradas de ferro do Brasil, para uns é uma questão de escola, como para o meu nobre colega e amigo, deputado por São Paulo, que tão brilhantemente ocupou a tribuna no sábado da semana passada, para ele é uma questão de princípio.

S. Ex. sustentou a incapacidade do Estado para gerir as indústrias, porque entende que o Estado não deve ser industrialista, e chegou à conclusão que não quer uma república industrialista, ou, na frase do autor do parecer do Senado sobre o arrendamento das estradas de ferro da União, não quer uma república socialista.

Para outros, Sr. Presidente, a questão do arrendamento das estradas de ferro da União é somente uma questão de momento, é imposta por motivos de ordem econômica e financeira. Acreditam estes que o arrendamento das estradas de ferro dará o produto

⁵ Palavras de Alcindo Guanabara, nos debates sobre a proteção ao café: “Crê, ao contrario, que isso tudo havemos de fazer pela acção continua e vigilante do Estado. O orador crê nos beneficios da protecção intelligente, na fecundidade maravilhosa da intervenção official, auxiliando, ilustrando, dirigindo e amparando os esforços da iniciativa privada que só farão sentir benefícios pela acção da solidariedade, da mutualidade”. (ANAIS CD, 20/11/1908, p. 91)

⁶ Deodoro propusera arrendamento da Estrada de Ferro Central do Brasil; o Congresso criticara a proposta; Floriano revogou decretos de Deodoro no próprio dia do golpe (23/11), entre os quais os de incorporação das ações da Companhia da Estradas de Ferro (ver Carone, 1977, p. 60 e 70; ANAIS CD, agosto-outubro de 1891)

necessário para que possamos melhorar as nossas condições econômicas e financeiras. (ANAIS CD, 2/12/1896, p. 33)

E outros, como ele próprio, defendem a intervenção do Estado em serviços essenciais. A história lhe ensina que:

(..) não há tal incapacidade do Estado para administrar estradas de ferro; ella me ensina que o custeio das estradas de ferro feito pelo Estado é muito menor, em igualdade de condições do que feito por empresas particulares, ella me ensina que o Estado não deve absolutamente se despreocupar do grande problema da despeza do seu território.

O Estado não tem somente a missão de dar inteira liberdade às empresas particulares para explorar as industrias: tem o dever de atender o desenvolvimento da agricultura, ao desenvolvimento da população, às condições de bem-estar desta mesma população, e ser obrigado a construir estradas de ferro até mesmo nos desertos, o que absolutamente não se fará por meio de empresas particulares, a construir estradas de ferro estratégicas para a defesa do seu território, as quaes absolutamente não visam o lucro sobre o capital empregado. (ANAIS CD, 2/12/1896, p. 41)

O deputado Cupertino Siqueira (MG) pronuncia-se no mesmo sentido:

O Estado não pode ser indiferente a serviço público de tamanha importância, de importância social e econômica capaz de afetar as suas rendas, a sua política e a sua defesa, interna e externa. (...) Provada, Sr. Presidente, a competência do Estado na exploração das estradas de ferro, a necessidade de sua intervenção, o problema se resume no modo por que o Estado deve intervir, na intensidade de sua ação. (ANAIS CD, 26/11/1896, p. 437)

Seu colega de bancada, Deputado Costa Machado, defende com convicção a opinião oposta, encadeando a defesa do arrendamento na defesa de uma República em que o Estado governe o menos possível:

As mesmas razões que ha muito tempo actuam no seu espírito para sustentar a conveniência da venda das estradas de ferro da União, actuam neste momento para votar o presente projecto. A sua opinião nesta questão obedece a um principio, às lições que tirou de um facto e mais a uma idéia politica de character econômico e financeiro.

Vae demonstrar aquilo que acabou de avançar. Conhece as cousas pela fôrma, como succede a todos nós. A fôrma indica a natureza diversa e as funcções diversas do objecto. A fôrma, pois, republicana, quer dizer que envolve um objecto de natureza diversa da fôrma monarchica.

Ora, sendo assim, ao orador parece uma verdade incontestável que o governo monarchico, sendo o poder que tem em si concentradas todas as faculdades no meio de um povo, a fôrma republicana é justamente o contrario. Em um caso, o privilegio é tudo; em um caso, o Poder Publico, concentrando todos os poderes e todas as responsabilidades é tudo; no outro caso, o cidadão é que é tudo.

Ora, sendo assim, qual é o ideal, a beleza do systema republicano democrático? Esse ideal consiste no seguinte: em formar um governo democrático onde o Poder Publico governe o menos possível.

Logo, como republicano fiel aos seus princípios, o que deve crer a respeito do governo do seu paiz, a respeito da constituição do governo republicano federativo? Que elle governe o menos possível.

Ora, si assim é, desde que as estradas de ferro da União constituem repartições publicas, como bom republicano devia sempre pugnar para que ellas fossem vendidas. Está de harmonia com seus princípios inconcussos. (ANAIS CD, 2/12/1896, p. 71)

Mas a pressão para que se alivie o déficit governamental é grande, sendo a proposta de arrendamento defendida neste momento mesmo por parlamentares que em outras ocasiões revelaram-se próximos à concepção intervencionista, como Serzedello Correia (ver ANAIS CD, 2/12/1896, p. 55). O projeto foi votado em 4/12/1896, transformando-se na Lei nº 427, de 9 de dezembro de 1896 (a votação não foi nominal).

Love relata que os gaúchos fizeram acirrada oposição ao arrendamento, sem sucesso (Love, 1971, p. 98). Em Mensagem Presidencial de 3 de maio de 1898, são descritas as providências tomadas pelo Executivo em relação ao arrendamento das estradas de ferro da União: a de Sobral fora arrendada para brasileiros e a principal ferrovia de propriedade federal no RS (Porto Alegre-Uruguaiana) transferida para uma companhia belga (cf. decreto nº 2830, de 12/3/1898). Relata ainda o Presidente que o arrendamento da Estrada de Ferro Central do Brasil não havia se efetivado, porque a única proposta, de Greenwood & Cia, de Londres, destoava completamente do edital.

O debate sobre o assunto continuava. Coelho Cintra menciona em discurso a existência de um grupo que fazia oposição acirrada ao arrendamento das estradas de ferro da União, em 8/7/1898. E a Mensagem de Campos Sales ao Congresso, em 3 de Maio de 1899, voltava ao tema:

Uma larga experiência tem demonstrado que não há vantagem real em manter empresas de estradas de ferro sob a administração do Estado. Além dos encargos que resultam para o Tesouro dos seus constantes *deficits*, não podem elas, sequer, adquirir, em virtude mesmo da deficiência dos recursos orçamentários, além dos obstáculos de outra natureza, a expansão e os melhoramentos que as necessidades do tráfego reclamam, circunstância esta que muito concorre para deter ou retardar o progresso das zonas que são por elas servidas. Entregá-las, pois, à atividade fecunda da gestão estimulada pelo interesse particular, é, não só desafrontar o Tesouro Federal, substituindo o regime do déficit pelo da renda segura, como alargar-lhe as condições de prosperidade em vantagem da indústria e do comércio.

A seguir, dá dados sobre déficits de várias empresas, as quais tão logo entregues à administração privada passaram a dar lucros, concluindo:

Aí está a eloqüente e irresistível propaganda das cifras. Em presença de tamanha evidência, estava indicada a direção a seguir quanto às demais estradas da União. Acha-se já aberta a concorrência pública para o arrendamento das estradas de ferro de São Francisco, Paulo Afonso e sul de Pernambuco.

Por considerações que são óbvias, não foi incluída nessa concorrência a mais importante de todas as estradas de ferro de propriedade da União – a Central do Brasil. O Governo reserva-se para fazer uso da autorização que lhe foi concedida pelo Congresso Federal, quando se lhe oferecer oportunidade para uma operação, que, atento o considerável valor deste importante próprio nacional, deverá exercer uma influência decisiva no nosso regime financeiro. (Brasil Presidente, 1978, p.219-20)

Erico Coelho critica a argumentação do Presidente, ao comentar a Mensagem:

O argumento, a contra-senso, do Presidente da República, é nada mais, nada menos, este:

as estradas de ferro da República, com garantias do Tesouro Nacional, tem dado déficit, enquanto administradas burocraticamente, malentendido, na qualidade de falanstérios de clientela eleitoral, aqui, ali e acolá. Mas, desde que essas estradas de ferro passam a ser administradas industrialmente, por outras palavras, à medida que são cedidas a baixo preço ou com indenizações pelo Governo Federal a sindicatos quaisquer, em vez de déficit as vias férreas de comunicação no Brasil dão renda progressiva de ano a ano.

A conclusão a tirar da experiência devia ser que mais vale a República guardar as ferrovias, que custaram sacrifícios ao Tesouro Federal, como propriedades que representam crédito real da Nação, e nessa conformidade administra-las industrialmente, em vez de burocraticamente; mais vale esta resolução econômica do que o expediente estúpido de aliena-las a mão beijada, a pretexto de evitar compromissos de dinheiro, ilusórios, está visto, do Tesouro Nacional. (ANAI CD, 23/5/1899, p. 36)

Constata-se assim a existência de concepções diferentes sobre o papel do Estado. Fonseca (1999) relaciona a posição do PRR com relação às estradas de ferro com a defesa de uma participação mais ativa do Estado no campo econômico. Não é uma intervenção oposta à iniciativa privada; ao contrário, o Estado a apóia, enfrentando as barreiras que, na visão positivista, se antepõem ao progresso. Os republicanos gaúchos levaram adiante inclusive a encampação de vários portos e da estrada de ferro Porto Alegre-Uruguaiana.⁷

⁷ Em 1912 e a seguir, foram encampados os portos de Porto Alegre, Pelotas, Torres e Rio Grande e em 1919 foi comprada a estrada de ferro para Uruguaiana. Fonseca relata os debates na Assembléia gaúcha sobre as encampações, onde os críticos da medida apóiam-se em Spencer. O deputado opositorista Gaspar Saldanha argumenta que mesmo Spencer seria contrário a tal ato, pois as tarefas do estado, tal como interpretava a obra do filósofo, deveriam ser apenas a “manutenção da ordem externa, a distribuição

Outro assunto em que se manifestaram claras divergências entre uma posição liberal e outra mais intervencionista foi nos debates para a regulamentação da navegação de cabotagem. O artigo 13 da Constituição de 1891 havia determinado que se voltasse ao sistema de exclusividade da navegação de cabotagem para os brasileiros (esta fora liberalizada no Império, pelo projeto Tavares Bastos, no ano de 1865).

A posição de Prudente na Assembléia Constituinte fora claramente contra a nacionalização. Sendo Presidente do Congresso, não podia votar: contudo, entregou declaração de voto, consignando sua posição contrária à “supressão dessa conquista liberal” (ver ANAIS CD, 5/2/1891, p. 489). Deve ser registrado, porém, que toda a bancada paulista fora contra a nacionalização, bem como a gaúcha.

A disposição constitucional necessitava de regulamentação para ser implementada, o que virá a suscitar discussões que demarcam dois campos: um nacionalista e protecionista, que se opõe a uma concepção claramente liberal do Estado e da economia. Os debates a respeito da regulamentação se iniciam no ano de 1892, e se prolongam por muitos anos. Apresentam-se a seguir os principais argumentos usados nos debates, não em ordem cronológica, mas visando ressaltar os dois campos opostos.

Em 1892, foi votado projeto estabelecendo as condições para que as empresas de navegação fossem consideradas nacionais. Os adversários desta regulamentação primeiro tentam impedi-la, sem sucesso, mas logram introduzir uma cláusula transitória (abrindo um prazo de dois anos para que as companhias estrangeiras se nacionalizassem).

Dois anos depois, quando estava terminando o prazo da disposição transitória, o assunto voltou à baila. Um projeto de lei do Senado estabelecera uma exceção, abrindo um prazo de dois anos para que as companhias estrangeiras que faziam serviços entre Rio e Amazonas se nacionalizassem. Na Câmara, foi proposto um substitutivo para que o prazo fosse estendido a todas companhias estrangeiras.

O principal opositor da nacionalização foi Moraes e Barros, irmão do Presidente Prudente; criticam a medida também Artur Rios (BA) e Eduardo Ramos (BA). O liberalismo é a fonte explícita da argumentação. Moraes e Barros por exemplo inicia uma de suas primeiras intervenções sobre o tema fazendo uma profissão de fé:

da justiça, o policiamento interno, a instrução pública, a saúde pública e a direção geral das finanças.” Vargas é quem responde, desdenhando da citação. Esta não seria representativa da obra do filósofo, pois escrita num momento de declínio mental em que “coloca o indivíduo numa posição de eterna luta com o Estado”; e conclui que “Em vez de luta, deve existir é a harmonia entre os indivíduos e o Estado.” Ver

Sr. Presidente, antes de ser republicano, já eu era liberal, no sentido verdadeiro e amplo da palavra; sonhava para o meu país um regime que fosse real e praticamente liberal, um regime de natureza tal que o homem pudesse desenvolver todas as suas faculdades em todas as expansões e em todos os sentidos. (ANAIS CD, 31/5/1892, p. 102)

Lamenta que a República tenha iniciado querendo ceifar uma das poucas liberdades conquistadas no Império. Dois anos após, reafirma os argumentos, acusando a regulamentação de ser prejudicial à Nação, pois o fim da livre concorrência acarretará o aumento dos fretes, prejudicando produtores e consumidores, e favorecendo a diminuta classe dos armadores nacionais.

Vós sacrificais a Nação a uma de suas classes, o todo a uma de suas partes, aliás não essencial, o principal ao acessório. Senhores, nós precisamos primeiramente criar esta Nação, precisamos faze-la crescer e prosperar, e, para isso é indispensável não violenta-la, não cercar-lhe os meios, que a conduzem à sua grandeza futura; mas sim dar-lhe todas as liberdades e garanti-las eficazmente, para que trabalhe e extraia desta terra tanta riqueza, que aí jaz desaproveitada. (ANAIS CD, 1/11/1894, p. 8)

Moraes e Barros afirma que o maior prejudicado seria a lavoura, da qual ele fala em causa própria, como lavrador que é. A lavoura é a riqueza verdadeira do país, que lhe dá uma posição sólida no mundo mais sólida que a da Inglaterra, graças às férteis terras, tão produtivas, que nunca perderão valor.⁸ Apresenta-se como um defensor da modernidade, pois a restrição nacionalista proposta implicaria retorno às velhas idéias e privilégios do tempo colonial, seria o sistema mais absurdo e atrasado que se poderia adotar. O protecionismo seria o passado, a liberdade plena é que seria o meio de desenvolver o país.

Artur Rios afirma que a navegação nacional é insuficiente para dar conta do escoamento da produção nacional. E critica a idéia de querer criar uma marinha por decreto: “O privilégio não fará surgir dentro de um ano, nem em muitos, estes estaleiros que o nobre Deputado supõe que brotarão por encanto das costas do Brasil (ANAIS CD, 3/6/1892, p. 37)

Os defensores da regulamentação, por seu lado, argumentam que os países mais desenvolvidos praticam o protecionismo. Apontam a necessidade de o país contar com marinha mercante forte, desenvolvendo argumentação marcada pelo nacionalismo. Vinhaes (DF) afirma que:

Fonseca (1999) p. 60-1 Assim, talvez no grau de intervencionismo do Estado houvesse uma diferença importante entre as concepções positivista e spencerista, ao menos do “velho Spencer”.

⁸ É aparteado por Alcindo Guanabara: “O nobre deputado representa perfeitamente os interesses tradicionais deste país, é simplesmente o café, nada mais que o café.” (ANAIS CD, 1/11/1894, p. 9)

tem feito um estudo de que a cabotagem nacional merece todos os cuidados dos poderes públicos para que em pouco tempo nos possa levar, no que diz respeito à navegação, ao mesmo grau que atingiu a navegação nos Estados Unidos. Os Estados Unidos, nesse ponto, e ainda mais previdente que nós, não cedeu nem uma linha, apesar da propaganda que fazem os partidários da livre navegação, apesar mesmo da lei inglesa de 1848. (ANAIS CD, 1/6/1892).

Mais adiante, defende explicitamente o protecionismo:

Acusam-no de protecionista; confessa que o é. O protecionismo é idéia que se contém no programa socialista do orador. Mas também o é a Inglaterra, que fez a campanha do livre-cambismo, que voltou a nacionalizar a navegação de cabotagem, depois de haver tentado a experiência do sistema contrário. (Idem, p. 7)

Outro Deputado, Baptista da Motta (RJ), afirma que “na América, onde todas as nações procuram proteger as suas indústrias, só o Brasil permite que navios estrangeiros façam navegação de cabotagem” (ANAIS CD, 3/6/1892, p. 33). A competição estrangeira durante os anos de livre navegação teria praticamente aniquilado com a marinha mercante brasileira. A navegação de longo curso quase desapareceu, após a lei de 1865 (estes argumentos, e dados a respeito, são apresentados no Parecer da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, em 22 de junho de 1892 e em várias intervenções, como a de Vinhaes em 1/6/1892). Nacionalismo não significa contudo repulsa ao capital estrangeiro, ao contrário, admite-se a necessidade de atraí-lo. O que se propõe não é expulsar o estrangeiro, mas nacionalizar as companhias, afirma Oiticica:

Os nobres deputados contrários ao projeto argumentam com a dificuldade de levantar estaleiros e construir navios que dentro de dois anos estejam prontos para fazer todo o serviço da cabotagem. Mas o projeto não determina que os navios sejam construídos aqui. O que o projeto diz é que todos eles deverão trazer arvorado o pavilhão nacional. (ANAIS CD, 3/6/1892)

Nilo Peçanha (RJ), por seu lado, responde aos que criticam o fim da livre concorrência, dizendo que é esta que acaba por se tornar em monopólio, aniquilando as empresas nacionais: “O que há sobre cabotagem é o monopólio estrangeiro, impossibilitando a concorrência, condição de equilíbrio da economia financeira” (ANAIS CD, 1/11/1894, p. 2). Evidencia-se também a defesa de interesses específicos, opostos ao da lavoura, pois Peçanha afirma que a representação do Rio de Janeiro não pode ficar indiferente à sorte dos capitais desenvolvidos à sombra da promessa constitucional da reserva da navegação de cabotagem para os navios brasileiros (Idem, *ibidem*).

Posição interessante de destacar no debate é a de Enéas Martins (PA). Inicia explicando os motivos pelos quais a representação de seu estado deu início ao projeto no Senado:

Sr. Presidente, a posição especial em que a representação do Pará se acha em face da representação nacional, a propósito da prorrogação do prazo marcado pela lei de 11 de novembro de 1892, para que se torne efetiva a disposição constitucional que nacionaliza a navegação de cabotagem me obriga, em nome desta mesma representação, a vir explicar ao Congresso as razões que teve o Pará para pedir, não como um meio de iludir aquela disposição, a medida que foi substituída nesta casa pelo projeto do honrado deputado por São Paulo, o Sr. Dr. Moraes Barros. (ANAIS CD, 1/11/1894, p. 3)

Explica os motivos que a seu ver justificavam uma disposição legal específica para o caso do Pará (que envolvia a salvaguarda de direitos de contratos determinados, com data marcada). Mas argumenta que a extensão dessa exceção para outros casos seria prejudicial aos interesses do país:

O que parece à primeira vista ao meu respeitável colega uma medida equitativa, é uma medida perniciosa, por qualquer ponto de vista que ela seja encarada. Nós não devemos talvez, de maneira nenhuma, com nosso voto, empenhar-nos para anular uma disposição constitucional estabelecendo um meio impróprio e ilegítimo de reformar a Constituição ou de adiar a execução das suas disposições; menos devemos talvez concorrer por qualquer modo se atente flagrantemente contra legítimos interesses nacionais que estão em jogo nesta questão. (ANAIS CD, 1/11/1894, p. 4)

E, mais interessante ainda, concretiza esta posição na votação do projeto, votando contra o substitutivo. Ou seja, confrontado entre os interesses do estado e os do país, fica com os últimos.

O embate relativo às concepções de Estado manifesta-se em outras questões, especialmente com relação à política econômica. Existe no Congresso uma corrente protecionista, industrialista, que freqüentemente intervém nos debates para defender que o Estado deve proteger e estimular os esforços de industrialização.

Entretanto, por importantes que fossem as disputas entre as concepções de Estado liberal e intervencionista, tudo sugere que as dificuldades maiores para o governo da época surgiram relacionadas ao nacionalismo.

iii) Conflitos em torno de política externa

Ao longo do governo Prudente, os parlamentares jacobinos polarizam os debates no Congresso, criticando constantemente o Presidente, apresentado como o “anti-Floriano” – fraco e subserviente às potências estrangeiras. Nos anos de 1895 e 1896 há vários momentos em que esta situação se aguça.

Em março de 1895, Prudente reata relações com Portugal, rompidas desde que em 1893 o país transportara os revoltosos da Armada para o Sul. Não só é criticado o reatamento, como há muita resistência contra o embaixador enviado, considerado um antigo “inimigo da República”. Prudente é criticado duramente, em manifestações de rua e no Congresso (Queiroz, 1986, p. 32).

No mesmo ano, a França invade o norte do país: o povoado do Amapá, habitado por três a quatro mil brasileiros, teria sido totalmente destruído por marinheiros de um navio francês, com cobertura da infantaria francesa de Caiena. Serzedello Correia denuncia o massacre (ver ANAIS CD, 13/7 e 7/8/1895). Em julho de 1895, ingleses invadem a ilha de Trindade, afirmando serem de ocupação inglesa desde 1700.

Os dois episódios causam grande revolta no Congresso. Nos debates, Nilo Peçanha relembra ofensa aos brios nacionais, publicada em jornal londrino por ocasião da Revolta da Armada:

Doe ainda a face do brasileiro a phrase do Standard de Londres reflectindo os interesses e a linha politica do governo inglez: ‘Estamos intervindo nos negócios do Brazil porque não estamos intervindo em casa estranha: lá temos 80 milhões de sterlinos’. (*Sensação.*) (ANAIS CD, 25/7/1895, p. 283)

É votada por unanimidade uma moção, condenando o governo inglês e aplaudindo a resistência oferecida pelo Poder Executivo do Brasil. A solução dos litígios, contudo, se arrasta. É aí que Prudente começa a ser mais duramente criticado, por ter atitude pusilânime frente as grandes potências.

Em 1896, desenvolve-se outro confronto entre Prudente e a maioria do Congresso: a questão dos protocolos italianos. O governo da Itália apresenta ao governo brasileiro uma petição, envolvendo reclamações de cidadãos italianos que se sentiram lesados em negócios privados: há desde queixas de danos causados pela revolução federalista até reclamos de quebra de contrato com a administração pública; há reclamações também quanto a expulsão de anarquistas.⁹ A questão interessava diretamente ao setor cafeeiro de São Paulo, pois a Itália ameaçava suspender a imigração de mão-de-obra, caso a petição não fosse atendida. Provavelmente são essas as causas que explicam o recuo do

⁹ Segundo Queiroz (1986), as reclamações italianas incluíam queixas sobre abusos a que teriam sido submetidos os colonos italianos em fazendas de café. Não encontrei menção a isto, mas talvez se deva a que a Itália após algumas negociações com o governo, refez a petição, retirando alguns itens (fato relatado por Lamenha Lins, nos ANAIS CD, em 28/7/1896).

governo: o ministro Carlos de Carvalho, havia inicialmente redigido um parecer recusando as pretensões italianas ao arbitramento internacional, mas acaba por mudar de posição.

Prudente submete o assunto à mediação dos Estados Unidos e em dezembro de 1895 atende às solicitações, firmando protocolos para a execução do acordo. Esse acordo deve ser votado pelo Congresso, o que causa alvoroço no ano de 1896. A intervenção de arbitragem internacional para solucionar queixas privadas é considerada um acinte, uma perda de soberania:

O Brazil não é porventura um povo policiado e que tem brio, Códigos e tribunaes, como um fructo, embora tardio, na evolução do direito?
 A que vem a intervenção accintosa de legação estrangeira, na solução de litígios particulares e sujeitos ao regimen das nossas leis civis?
 A arbitragem se impõe em questões políticas e jurídicas; querem até que ella influa em questões de honra.
 Mas poderá dizer alguém que entre o Brazil e a Itália si tenham suscitado questões internacionaes e de ordem a carecermos o remédio constitucional da arbitragem?
 (ANAIS CD, 4/12/1895)

Além da forma de resolução dos conflitos, são questionadas também algumas das reclamações, consideradas abusivas. É o caso das reclamações de Caminada & Comp., concessionária da Estrada de Ferro Metropolitana, que desde o Império exigia indenizações. O exemplo de Floriano, que resistira às pressões italianas por indenizações, é constantemente citado:

Floriano, neste grave negocio da Metropolitana, resistindo à indemnisação de alguns mil contos, disse; ‘A Itália que metralhe, que arrase a Cidade, mas não levará essa quantia do Thesouro do Brazil! (Muito bem, muito bem; o orador é muito felicitado).’
 (ANAIS CD, Nilo Peçanha, 4/12/1895, p. 31)

O líder do PRF, Francisco Glicério, começa encaminhando a favor da aprovação do acordo. No entanto, alega para fazê-lo, “razões de Estado”, ainda que possam ser contrárias a suas preferências. Após intervenção firme de Medeiros e Albuquerque criticando o acordo de indenização, Glicério inicia a defesa assim:

No cumprimento, porém, dos meus deveres políticos, venho submeter à Câmara umas considerações no sentido oposto do discurso do nobre deputado. A Câmara não procure conhecer dos meus sentimentos entre as palavras que vou proferir. Mas deve procurar nelas a razão de Estado que as está inspirando” (ANAIS CD, 3/8/1896).

Declara que não é “caso de partido”, como se chamava o “fechamento de questão” na época, mas lembra a responsabilidade de governo do PRF:

Atendendo à interpelação que me dirigem alguns deputados, declaro que não se trata de um caso de partido, ainda que o assunto seja profundamente político. A Câmara se pronuncie como entender, os meus amigos considerem que, apesar de estarmos exercendo uma atribuição privativa do Congresso, todavia não nos devemos esquecer da responsabilidade que cabe na solução de todas as questões que entendem com a ordem pública, ao partido que tem a responsabilidade da situação. (ANAIS CD, 3/8/1896)

Serzedelo critica duramente a posição de Glicério. Que razões de Estado são essas que não podem vir à luz? Só podem ser pressões ofensivas à honra nacional:

“Mas si estas razões são tão graves, si ellas são tão importantes, que não podem mesmo sahir da esphera governamental para virem nesse regimen de publicidade, para virem ao recinto da Camara, pergunto ao nobre Deputado por S. Paulo, que maior confissão, que maior declaração pode haver, de que esse protocollo nos é imposto pela humilhação?” (ANAIS CD, 6/8/1896)

A discussão é travada praticamente o tempo inteiro no terreno internacional, dos direitos da soberania. Os defensores do acordo procuram mostrar que ele segue os parâmetros do direito internacional na solução de litígios, enquanto que os adversários o consideram uma afronta.

A nota diplomática do governo italiano havia sido particularmente inábil, pois dava a entender que se questionava até onde ia o direito de soberania territorial do país.¹⁰ A defesa de Glicério, baseada em “razões de estado” para apoiar o acordo aumentou o desconforto, permitindo a interpretação de que as razões eram indefensáveis, de que o protocolo era imposto pela humilhação. Assim, não surpreende que, quando o cônsul italiano lidera manifestação anti-brasileira em São Paulo, (dando “morras ao Brasil”...) imediatamente Glicério aproveite para pedir que se rejeitem os protocolos:

Sr. Presidente, eu estava convencido de que a 3ª discussão do projeto que aprova o protocolo ítalo-brasileiro correria, como as anteriores, sob a ação exclusiva das impressões do debate parlamentar.

As ocorrências, porém, havidas na Capital de um dos estados da União, de que o Poder Executivo teve conhecimento oficial, que a imprensa tornou públicas desde ontem, e de que a Câmara tem informação exata, determinam, segundo sinto, profunda

¹⁰ Os termos da nota eram os seguintes: “La controversia involge la questione del limiti del dirito di sovranità territoriale nel consorrio dei popoli civili, tanto piú grave ed importante per l’Italia che ha affidato al Brasile cosi grande numero di cittadini.” Citado em italiano por Serzedello Correia, em ANAIS CD, 6/8/1896

modificação na nossa atitude. Refiro-me às ocorrências havidas na Capital do Estado de São Paulo, em que interveio o representante consular do reino da Itália. Nestas condições, peço licença à Câmara para pedir-lhe, sem mais discussão, a rejeição do projeto. (Bravos; aplausos prolongados; o autor é vivamente cumprimentado por todos os seus colegas). (ANAIS CD, 24/8/1896, p. 485)

Posto a votos, é unanimemente rejeitado o Projeto 63, de 1896. A questão, porém, ainda não se esgotara. Após o afastamento do Presidente por motivos de saúde, o Vice-Presidente, Manuel Vitorino, nomeia um novo Ministro das Relações Exteriores, o qual chega a um acordo com a Itália. Dionísio Cerqueira afasta o arbitramento internacional e a indenização é reduzida de 30.000:000\$ para 4.000.000\$. O tratado tramita em velocidade máxima, sendo os antigos opositores os primeiros a pedir urgência. Apenas um parlamentar contesta os termos estabelecidos pelo novo Ministro (ver pronunciamento de Anísio de Abreu, ANAIS CD, 24/11/1896).

Não foi essa a primeira vez que se manifestaram posições nacionalistas na discussão de tratados internacionais no Congresso brasileiro. Costa Franco comenta a oposição da bancada gaúcha na Assembléia Constituinte a um convênio sobre tarifas com os EUA aprovado por Lucena, em fevereiro de 1891, no qual se acertavam isenções para os produtos norte-americanos que seriam prejudiciais ao país:

Os representantes rio-grandenses, entre eles Castilhos, numa antecipação das posições nacionalistas a que sempre tendeu o Estado sulino, tiveram participação destacada no combate ao famigerado convênio tarifário. (...)

O convênio, que fora negociado em Washington pelo cônsul brasileiro Salvador Mendonça, e aprovado pelo suspeitíssimo Gabinete do Barão de Lucena, através de um de seus primeiros decretos, foi uma das tantas escandalosas conquistas do imperialismo americano, em suas relações diplomáticas com o Brasil Republicano. (Franco, 1967, p. 99-100).

Foi apresentada uma moção de protesto, assinada por vinte e nove parlamentares, entre Deputados e Senadores, dos quais quinze gaúchos e nove mineiros. A moção, apesar de vivamente debatida na Câmara e no Senado, não chegou a ser votada.

As divergências entre Prudente e os florianistas se aprofundaram ao longo de seu mandato. O presidente paulista era sempre retratado pelos seus inflamados opositores como o anti-Floriano; citavam-se invariavelmente os exemplos da bravura e firmeza com que Floriano resistiu às afrontas aos brios nacionais. Em 1896, Prudente escreve a Bernardino que sabe que jacobinos e seus chefes, generais Quintino e Glicério, têm-lhe ódio e não hesitariam em substituí-lo, tão logo tivessem oportunidade (Carone, p. 164).

A questão dos protocolos foi acompanhada com grande interesse pela opinião pública, que lotava as galerias do Congresso, aplaudindo os oradores que criticavam os protocolos (Queiroz, 1986, p. 39). Isto gerava pressão inusitada sobre os parlamentares, que eram cobrados por suas posições. No dia da votação, a Câmara é protegida por policiamento militar. Em grande *meeting* é aprovada uma petição popular contrária à aprovação dos protocolos, apresentada ao plenário da Câmara pelo parlamentar pernambucano Medeiros e Albuquerque, no momento da 1ª votação sobre o tratado (ANAIS CD, 7/8/1896, p. 118).

É a primeira moção deste tipo que a Câmara recebe. Glicério vem à Tribuna ponderar que, se é certo que a Mesa fez bem de inaugurar a praxe de receber essas representações, que são um produto natural da organização democrática, garantidas pela Constituição, por outro lado a Câmara não deve se intimidar e constranger pela manifestação de um grupo hostil ao tratado – o que parece indicar que constrangimento havia...

O que mobiliza a participação popular, o combustível da indignação, é o nacionalismo. Este não esconde, contudo, o conteúdo fortemente autoritário da proposta de grande parte dos jacobinos, possivelmente com raízes no positivismo. Na questão dos anarquistas isto é claro: a maior parte dos radicais indigna-se com o fato de que a Itália se atrevesse a levantar o ponto, pois seria essencial para a soberania o direito de expulsão. Ainda mais de elementos “perigosos” como os anarquistas, expulsos em todo mundo civilizado... É como enfoca a questão um dos mais inflamados parlamentares, o arauto dos *meetings* na Câmara, Medeiros e Albuquerque :

Si a Itália nos contesta o direito de expulsarmos anarchistas, como não contestará o de expulsarmos eleitores pacíficos? (*Apoiados*)
Tudo será possível, passado este protocollo...
Ao passo que outras nações movem uma caça feroz aos anarchistas, nós ficaremos sendo o seu escoadouro – a cloaca do mundo civilizado! (ANAIS CD, Medeiros e Albuquerque em 3/8/1896, p. 22)

A soberania ameaçada, os direitos da Nação ocupam todo o debate - não há lugar para direitos dos anarquistas nesta exposição (direitos de associação ou de consciência). A contraposição entre os direitos do Estado sobre o cidadão, de um lado, *versus* os direitos do cidadão perante o Estado, de outro, era um dos pontos chave do debate jurídico da

época, que separava positivistas de liberais.¹¹ A maior parte das intervenções no debate parece mais próxima da concepção positivista, que privilegia o Estado. Apenas Enéas Martins (paraense, do grupo dos “concentrados”) destaca em seu pronunciamento o reconhecimento de arbitrariedades. Ao iniciar o discurso, declara-se membro da ala jacobina do PRF, mas neste debate discorda de seus colegas. A ênfase de seu pronunciamento, na verdade, está em que o parlamento não pode negar apoio ao Presidente na política externa; assim mesmo, sua intervenção chama a atenção para os direitos dos indivíduos expulsos:

Não discute o acto da expulsão em si; a administração é soberana para expulsar, mas não tem o direito de faze-lo de modo injusto! E infelizmente as reclamações italianas só se fundam em arbitrariedades. Si se soubesse, por exemplo, que dos expulsos de S. Paulo vieram bens, haveres e livros, em uma confusão espantosa de cousas não arroladas, que foram atiradas na Secretaria do Exterior e lá permaneceram por tempo indeterminado, há de se concordar que isto justifica perfeitamente o damno allegado pelos queixosos e que a indenisação pedida não é pela expulsão, mas pelos danos causados e pelo modo violento, injusto e arbitrário por que ela foi feita.(ANAI CD, 4/8/1896, p. 68)

Encerrando o discurso, procura desfazer a idéia de que o protocolo é uma afronta à soberania, pois o que estaria em questão não seria o direito de expulsão, mas a proteção contra abusos:

Em relação a expulsão de estrangeiros, procurou demonstrar, não por si, mas com autores, que a Itália não vae liquidar si temos direito de expulsar estrangeiros de nosso solo, mas simplesmente si, quando protegidos por nossas leis estes estrangeiros, ainda assim temos o direito de expulsal-os e infligir-lhes violências e arbitrariedades. (ANAI CD, 4/8/1896, p. 70).

É difícil determinar se o parlamentar está defendendo princípios ou simplesmente buscando argumentos para defender o Presidente, pois inicia o discurso dizendo que não compreende que se sustente o presidente na política interna e se lhe negue apoio na externa. De qualquer forma, os argumentos de que lança mão no debate extraem sua força de uma compreensão fundada nos direitos dos indivíduos. Seu discurso é respondido por outro jacobino destacado, o pernambucano Martins Junior (parlamentar

¹¹ Para Cancelli, um dos principais debates a distinguir liberais de positivistas era o que se dava entre “o direito do Estado sobre o do cidadão, ou o direito do cidadão perante o Estado. Enfim, quais seriam os direitos pessoais de liberdade, o direito de segurança social, a liberdade pessoal (como mobilidade) e o direito à propriedade privada e à liberdade de ação? Onde e como deveriam ficar definidos os direitos relativos à privacidade e à liberdade de consciência, de associação política?” Cancelli (2003) p. 109.

positivista, segundo Lins, 1967, p. 128). Citando a nota diplomática dos italianos, contesta minimizando as arbitrariedades:

Vê-se, portanto, em face da nota da delegação italiana, que o que se pretende com a reclamação é exactamente estabelecer que o Brazil não pôde tomar as medidas que entender e como entender com relação à expulsão de estrangeiros.

Não se reclama quanto ao modo de expulsão, ou porque tenham sido maltratados os italianos expulsos, porque se tenha luxado o braço a um, ou metido em uma enxovia lôbrega a outro, ou ainda faltado com considerações a outros, não.

Reclama-se porque quer-se saber até onde o Brazil entende que deve chegar o seu direito de expulsar estrangeiros, e porque a Itália tem duvidas sobre a extensão dos nossos direitos de soberania. (ANAIS CD, 5/8/1896, Appendice, p. 14)

Vê-se que mesmo entre os chamados jacobinos não há uma concepção homogênea de República, havendo respostas e atitudes diferentes frente a questões como a indagação sobre quais os limites do poder do Estado.

Mas o ponto a ser ressaltado aqui é que a intensa atividade popular e as intervenções apaixonadas dos nacionalistas mais radicais tensionavam os debates na Câmara, forçando os posicionamentos de um parlamento até então pouco afeito a esse tipo de pressão.

Data dessa época missiva de Campos Sales a Bernardino, queixando-se da pouca influência sobre os radicais e do perigo de ser levados por eles a reboque; é expressa a percepção de que a ação dos “agitadores” afetava a governabilidade, impedindo a aprovação de determinadas matérias no Congresso. Campos Sales não irá ficar nas queixas, pois terá sucesso ao implementar uma estratégia para isolar os elementos jacobinos, como veremos adiante.

Chega o ano de 1897. Parcelas importantes do PRF resistem ao Presidente em questões importantes, como a aprovação dos tratados internacionais, o arrendamento das estradas de ferro, a liberação da navegação de cabotagem. Na liderança do PRF, o paulista Glicério tornara-se cada vez mais próximo dos florianistas. O germe da cisão estava instalado.

3.2. A Cisão do PRF

Em fins de 1896, Prudente tivera de se afastar do cargo por motivos de saúde; o Vice, Manuel Vitorino, aproximara-se dos florianistas. Prudente reassume bruscamente a presidência em março de 1897, procurando retomar também o controle do Congresso.

Em maio de 1897, apresenta-se a oportunidade. Através de uma manobra parlamentar, Prudente procura isolar o comando florianista do PRF, forçando uma cisão: os jacobinos, positivistas e castilhistas, que se identificavam com Floriano, vão para um lado; e os ex-monarquistas, deodoristas e a grande maioria dos paulistas, para o outro. Os moderados se dividem entre os dois pólos.

O instrumento escolhido para efetuar a cisão foi a apresentação no Congresso de uma moção de solidariedade ao Presidente pela pronta repressão a um ato de insurgência dos alunos da Escola Militar. A Escola Militar era um símbolo muito caro aos florianistas: era um reduto do pensamento positivista, tendo a maior parte dos deputados militares passado por lá; seu nome identificava-se com o do patriarca da República, Benjamim Constant; seus alunos participaram com bravura das mobilizações em defesa da República.

A moção era particularmente ofensiva aos brios florianistas por ter sido apresentada por um parlamentar recém anistiado por tomar parte na revolta da Armada, José Joaquim Seabra. A cúpula do partido vê-se assim num dilema: apoiar o requerimento era quase como ir contra a República, pois não era ele apresentado por um de seus destacados adversários, e ainda por cima contra o sagrado reduto de defesa dos valores republicanos?¹² Por outro lado, rejeitar o requerimento significava ir contra o Presidente, tornar públicas e evidentes divergências que eram até então internas. A opção da cúpula do PRF foi por reafirmar compromisso com o setor florianista do exército.

Num primeiro momento, Glicério consegue maioria para rejeitar o requerimento. O Presidente da Câmara, Artur Rios, renuncia imediatamente em solidariedade ao Presidente da República. Na eleição para a presidência da Casa que se segue, se enfrentam Artur Rios e Glicério. Prudente consegue obter maioria para seu candidato, jogando todo seu poder para reeleger Rios.

¹² O Deputado Luiz Domingues (MA), referindo-se ao autor do requerimento, Dep. Seabra, assim se expressava na sessão do dia 2/6/1897: “Não faz muito tempo que o honrado Deputado pela Bahia esteve em luta armada contra o Governo do Marechal Floriano Peixoto. Na estacada, ao lado do Marechal, diz o orador, estivemos nós, os do Partido Republicano Federal e seus companheiros de luta. *(Trocamos-se diversos apartes. O Sr. Presidente reclama atenção.)* A anistia não pode apagar a história, que é de ontem. Nessa ocasião, nós, que apoiávamos o governo constituído, tínhamos ao nosso lado, e tivemos sempre, a Escola Militar. Não era, pois, correto, que o nobre Deputado pela Bahia, prevalecendo-se de um movimento de insubordinação dessa escola, subscrevesse uma moção de felicitação ao governo pela manutenção da ordem e prestígio da Constituição, que eles alunos haviam há bem pouco tempo feito

A maior parte dos intérpretes considera que esta foi uma manobra premeditada, sob o comando de Prudente: a cisão foi operada exatamente para derrotar Glicério e retomar o controle sobre o Congresso e sobre o PRF (Bello, 1952; Faoro, 2000). Seus apoiadores passam a esgrimir a teoria de que “no presidencialismo, chefe do partido é o presidente”, defendida por vários parlamentares nos debates.

Na explicação das razões do confronto, muitos intérpretes enveredam pelo caminho das intrigas: os ex-monarquistas, os derrotados, tinham logrado influência sobre o presidente, a ponto de conseguir jogá-lo contra o partido. Intrigas palacianas sempre desempenham papel importante nas crônicas políticas. Também pode ter havido motivos pessoais para essa disputa (Campos Sales também registra dificuldades pessoais com Prudente; ver Sales, 1998, p. 40 e 170-1), Mas esse tipo de motivos não explica a arregimentação clara de blocos, com posições nítidas, como as que observamos na cisão e depois dela.

Não dá tampouco para visualizar o conflito como “os paulistas” x “o Exército”. O Exército está dividido, e também os paulistas: o líder dos florianistas é um dos mais tradicionais republicanos de São Paulo. Evidencia-se claramente uma oposição entre os que se identificavam com a figura de Floriano Peixoto e os que o criticavam. Rememorando a cisão de 1897, num discurso no Senado Federal na sessão de 27/10/1908, Glicério relembra os dois campos. De um lado os monarchistas, parlamentaristas, e mesmo republicanos liberais, com medo das intenções ditatoriais do marechal Floriano; de outro, os que decididamente se colocaram ao lado de Floriano, visando garantir a consolidação do novo regime (Glicério, 1982, p. 40). Republicanismo e nacionalismo se “encarnaram na figura heróica do marechal-Presidente, cuja tenacidade acendera o entusiasmo para a defesa das instituições” (Glicério, 1982, p. 41). Após a eleição de Prudente, os vencidos procuram virar o jogo, aproximando-se do Presidente:

“Empossado constitucionalmente o novo governo, o teatro político pareceu desde logo transformar-se, os vencidos se aproximando do Presidente à mercê da política de pacificação, e os vencedores, os que mais de perto se empenharam na guerra ao lado do marechal Floriano, se retirando à proporção em que a suspeita de haverem sido ludibriados cada vez mais lhes acudia o sentimento de divórcio com a nova situação” (Glicério, 1982, p. 41).

valer, com o seu contingente de dedicação ao governo constituído contra a revolta.” (Anais CD, 2/6/1897, p. 5)

O atrito entre estas duas correntes opostas dentro do Partido Republicano Federal, em torno da anistia e da defesa dos atos de Floriano, é o que, segundo Glicério, levou à cisão do partido (Idem, p.42).

Separaram-se nitidamente dois grupos opostos: num extremo, o que assume o nome de “concentrados”, o grupo dos florianistas; no outro, o que se auto-intitulará de “republicano”, incluindo os prudentistas, ex-deodoristas e monarquistas (como bem disse Glicério, o grupo se unia em grande parte pelo temor ao florianismo); para evitar confusões com os demais republicanos, chamaremos este grupo de “republicanos legalistas”. Campos Sales se posiciona ao lado de Prudente, mas em parte pressionado; Glicério ao lado dos jacobinos. Os moderados do PRF se dividiram.

É fundamental constatar que a cisão é claramente ideológica: o grupo dos “concentrados” reúne a maior parte dos parlamentares que defenderam as posições intervencionistas e nacionalistas nos debates do Congresso.

A demonstração desta hipótese não é facilmente quantificável, pois há poucas votações nominais que permitam delimitar claramente os grupos. No entanto, o exame das principais questões em que os parlamentares divergiram comprova uma demarcação dos campos. Examinando por exemplo os debates sobre a nacionalização da navegação de cabotagem, verifica-se que a maior parte de seus defensores optará pelos “concentrados” – em uma votação nominal, em novembro de 1894, pode-se constatar que 75% dos que votaram pela nacionalização imediata farão parte na legislatura seguinte do grupo dos “concentrados” (Ver Apêndice ao final do Capítulo); nos debates em torno do arrendamento das estradas de ferro não foi localizada votação nominal, mas listando os parlamentares que defenderam as posições intervencionistas, obtém-se que a maior parte era florianista¹³. Vale lembrar que Deodoro e Lucena emitiram decreto prevendo o arrendamento, que foi anulado por Floriano no contragolpe de 23 de novembro, como uma de suas primeiras medidas.

Outro indicador importante é que a totalidade dos jacobinos e positivistas citados por Queiroz e Lins se posicionaram ao lado dos “concentrados”: todos os parlamentares da legislatura identificados como positivistas ou como jacobinos que votaram, o fizeram com Glicério – nenhum com Prudente. E ainda deve-se registrar que os líderes mais

¹³ Dentre os críticos do arrendamento em 1896, Paula Ramos e Barros Franco Jr. votaram na cisão em 1897 com Glicério; Bricio Filho não foi reeleito em 1897, mas era integrante dos batalhões patrióticos

conhecidos das posições intervencionistas e nacionalistas, como Serzedelo Correia, Alcindo Guanabara, os positivistas gaúchos, também faziam parte do grupo concentrado. Não há como reduzir esta identificação aos interesses dos estados.

Por outro lado, pode ser constatado que do lado dos “republicanos legalistas” ficará a maior parte dos adeptos da reintegração para os revoltosos, nos debates sobre a anistia que ocuparam o Congresso nos anos de 1894 e 1895. Analisando os dados da votação nominal que rejeitou a proposta de Sales para a anistia ampla, observa-se que a maior parte dos que votaram pela reintegração em 1895 ficará ao lado de Prudente na cisão de 1897.¹⁴ Usando a distinção proposta por Penna (1997, p. 14), de que havia uma polarização entre duas estratégias para o progresso, uma centrada na legalidade e outra na legitimidade, constata-se entre os adeptos de Prudente uma clara preferência pela via da “legalidade”, sinalizando para uma composição com as elites do Império; já no grupo dos “concentrados” é nítida a preferência pela “legitimidade”.

Após a cisão, os dois grupos preparam-se para o combate nas próximas eleições presidenciais. Neste cenário altamente polarizado é conduzida a luta contra o Arraial de Canudos.

3.3. Jacobinos acuados, após triste vitória em Canudos e o fracassado atentado contra Prudente

A fundação de uma cidade no sertão que resiste aos “poderes constituídos” fornece combustível para a luta entre os grupos na Capital. O uso político da revolta é muito claro – o esforço de todos os republicanos é por manter acesa a chama da defesa patriótica da República. Os seguidores do Conselheiro são pintados como fanáticos da Monarquia, divulgam-se notícias de que seriam financiados por Portugal, pelo Conde d’Eu, de que teriam armamentos modernos.

florianistas; Antônio de Siqueira (DF), também não reeleito em 1897, era militar florianista. Erico Coelho era conhecido jacobino.

¹⁴ A proposta de anistia ampla foi derrotada por 116 a 59, no dia 25/9/1895. Dos 59 que votaram a favor da proposta de Campos Sales, apenas 37 se reelegeram em 1897, quando se deu a cisão do PRF. Analisando como esses 37 Deputados, que votaram a favor da proposta de anistia ampla, votaram no episódio da cisão do PRF, observamos o seguinte: 9 se ausentaram, 4 votaram com Glicério e contra Prudente, e 22 votaram com Prudente.

Não são só os jacobinos que acenam com o fantasma da restauração – a imprensa paulista (“O Estado de São Paulo”, p. ex.) também vê “a República em perigo”¹⁵. Como mostra Elisabeth Cancelli (2003), constroem-se duas apropriações diferentes da glória guerra, a dos jacobinos e a dos “legalistas”, ambas procurando fortalecer seu grupo como condutor das glórias republicanas. E cada uma defendendo seu próprio modelo de República.

As sucessivas derrotas das forças militares causam consternação. Prudente é responsabilizado pelos jacobinos, devido a suas aproximações com ex-revoltosos da Armada. O nacionalismo jacobino polariza a política: em manifestação organizada em seu apoio, em julho de 1897, Glicério declara-se jacobino: “Nesta eleição, o meu partido, que é o partido jacobino, porque o partido jacobino é o partido republicano, há de vencer” (Queiroz, 1986, p. 59)

A temperatura política está em ascensão, preparando-se uma campanha presidencial muito disputada: os “concentrados” lançam o positivista Lauro Sodré para Presidente. Nas festas do dia da independência,

(..) uma multidão calculada em 4.000 pessoas levanta entusiásticos vivas à memória do pranteado marechal Floriano, à do coronel Moreira César, e ao Dr. Júlio de Castilhos, isto num momento em que Prudente de Moraes e seu Ministério estão presentes na praça. (..)

Em outubro, o clima permanece o mesmo e os fatos cada vez mais complexos. A oposição não pensa somente em criar condições insuportáveis para o governo, mas também em eliminar fisicamente a pessoa que parece encarnar o anti-jacobinismo e até o saudosismo monárquico. A luta pelo poder, entre grupos oligárquicos chega neste momento ao seu apogeu. De um lado está grande parte do Partido Republicano paulista, que tem o apoio da ala legalista do Exército e de grupos estaduais; de outro, se enfileiram as alas paulistas partidárias de Francisco Glicério e republicanos históricos, com Quintino Bocaiúva, aliados aos grupos militares exaltados florianistas e positivistas do Rio Grande do Sul. Os Lauro Muller, Barbosa Lima, José Rodrigues Noya e outros militares estão ligados aos Quintino Bocaiúva, Francisco Glicério, Manoel Vitorino e outros civis. (Carone, 1977, p. 180)

Nesse momento de ânimos acirrados, ocorre o atentado contra a vida de Prudente, exatamente na chegada de destacamentos militares da Bahia. Apesar de fracassado o

¹⁵ “O momento não permite tolerância nem comporta condescendência, porque a guerra movida à República é sem tréguas. No Distrito Federal, em Minas e na Bahia há trabalhos revolucionários. (...) A Bahia foi o estado escolhido pelos monarquistas para o movimento restaurador. O que está se vendo é a concentração das forças restauradoras. (...) Aqui, nem é preciso discutir de onde vem o dinheiro para manter dez mil homens em Canudos: vem dos que têm interesse na volta do Império, vem dos monarquistas.” Estado de São Paulo, de 15.3.1897, p.1, editorial “Pela República”. Cit. In Queiroz (1896), p. 46.

golpe contra o Presidente, perde a vida seu Ministro da Guerra. Após o atentado de 5 de novembro, o apoio popular volta-se para Prudente. 30.000 pessoas acompanham o féretro do marechal assassinado; multidão empastela os jornais jacobinos (Carone, 1977, p. 182). Prudente explora o incidente para buscar o controle do Congresso e sobre sua sucessão, alijando adversários. A vitória sobre os sertanejos será apropriada por Prudente como a vitória da República “ordeira e legal”, sobre os sertanejos e sobre os jacobinos. Seus principais oponentes são culpabilizados, direta ou indiretamente – o inquérito responsabiliza especialmente o Vice, Manuel Vitorino, e os deputados Alcindo Guanabara, José Barbosa Lima, major Tomás Cavalcanti de Albuquerque, Frederico Sant’Ana e José de Albuquerque Maranhão, os quais são desterrados (Cancelli, 2003, p. 117-8).

O Presidente aproveita a reversão operada na opinião pública e as condições excepcionais do estado de sítio para fazer tramitar determinadas matérias (como o tratado de arbitramento da Suíça na questão do Amapá, aprovado em sessão secreta em dezembro de 1897, e a votação da Receita, em que são aceitas medidas que haviam sido combatidas no ano anterior)¹⁶. Mas, apesar de enfraquecida, a ala florianista continua atuante no Congresso e prepara-se para as eleições legislativas.

3.4. Concluindo: as dificuldades para a governabilidade

Neste Capítulo evidenciou-se que os debates no Parlamento eram tensionados por embates que não podem ser reduzidos aos interesses regionais - definições cruciais para o governo dependiam dos posicionamentos das facções em que se dividia o Congresso. Nem todas as divergências programáticas que aparecem, contudo, tomam forma de facções organizadas, não sendo sempre possível delimitar claramente os blocos a favor de uma ou outra posição.

O ponto que mais facilmente pode ser relacionado com a polarização dos grupos durante o governo Prudente é o nacionalismo: a pesquisa empírica sugere que o ponto central a galvanizar a definição dos grupos foi o comportamento a adotar quanto às intervenções estrangeiras e, especialmente, quanto à inserção do país na ordem internacional.

¹⁶ Ver referência ao Amapá nos ANAIS CD, 7/12/1897, p. 189-90; votação de medida polêmica da Receita em 30/11/1897

A atuação das potências estrangeiras na Revolta da Armada havia deixado a corda nacionalista muito sensível. Os parlamentares jacobinos, os florianistas, e também os positivistas, especialmente os militares, tocam nela incessante e indignadamente. A República é igualada à defesa aguerrida da Nação, simbolizada sobretudo por Floriano.

É importante perceber que a mobilização jacobina, trazendo sempre acesa a chama do nacionalismo, obrigava constantemente os parlamentares a se posicionarem como defensores ou traidores da Pátria. Isto dificultava sobretudo a atuação de um Presidente sob pressão internacional para executar “reformas”.

A situação financeira do país era delicada. O governo de Prudente havia pedido um grande empréstimo em 1895 (destinado a prover recursos para o serviço da dívida externa e evitar pressões sobre a taxa de câmbio) e se defronta com exigências dos banqueiros internacionais de mudanças nas leis orçamentárias, estabelecendo “condicionalidades”:

Em uma longa carta de 25 de janeiro, os banqueiros começam a explicitar o que em nossos dias recebe o nome de condicionalidade: ‘seria impossível para nós tentar colocar um grande empréstimo brasileiro, exceto se medidas forem tomadas ao mesmo tempo para se elevar as receitas e reduzir as despesas do Brasil.’ Algumas sugestões são propostas em torno da lei orçamentária para 1895, dentre as quais as de criar impostos adicionais em ouro sobre as importações, cuja receita seria publicamente alocada para o serviço dos compromissos externos existentes, e também para o serviço do novo empréstimo. Sugerem também que muito acrescentaria ao ‘efeito moral’ dessas medidas a declaração de que os recursos obtidos através do novo empréstimo ficariam nas mãos dos banqueiros. (Franco G, 1990, p.25)

Pode-se imaginar a dificuldade de aprovar as reformas exigidas pelos banqueiros estrangeiros num Congresso polarizado pelo nacionalismo. As dificuldades de Prudente parecem só ter um alívio durante o estado de sítio que se segue ao atentado contra sua vida, como sugere Manuel Vitorino. Segundo o Vice de Prudente, o estado de sítio tinha exatamente o interesse de dobrar a oposição do Congresso:

Dias depois, o próprio governo e seus amigos encarregavam-se de revelar as causas reais da medida. Jornais de Paris, que aí naturalmente recebiam informações oficiais, tão minuciosas eram elas, diziam, e essas notícias eram aqui traduzidas e transcritas pelos que mais privam com os ministros, que ‘não havia motivo para a má impressão que nas principais praças do mundo produzira o estado de sítio decretado na capital brasileira. Essa medida fora bem inspirada no interesse de conter, ou afastar a oposição do Congresso, que estava obstruindo com discussões violentas a passagem das leis financeiras que o estado do país reclamava e o tratado de arbitramento com a França. (Vitorino, 1981, p. 305)

Essa informação deve ser tomada com cuidado, pois consta do Manifesto à Nação que o Vice escreveu para se defender das acusações de ter participado da tentativa de assassinato de Prudente de Moraes. De qualquer forma, a necessidade de conter ou afastar a oposição jacobina dessas discussões era um fato reconhecido em mais de uma ocasião por políticos como Campos Sales e Guanabara. E o tratado de arbitramento com a França foi efetivamente aprovado durante o estado de sítio, em sessão secreta do mês de dezembro (ver ANAIS CD, 7/12/1897, p. 189-190).

A “agitação” do nacionalismo forçava a polarização do Congresso. Os jacobinos realizavam mobilizações populares e atos violentos, como o assassinato de Gentil de Castro, por ocasião dos protestos contra a derrota de Canudos. A necessidade de controlá-los para garantir “a ordem” parecia evidente para o governo de Prudente. No entanto, o problema maior que apresentavam para Prudente não era da ordem da segurança pública, mas da ordem de governo – eram as dificuldades que criavam para a “governabilidade”, ou seja, para a capacidade de o governo conquistar apoio legislativo.

Ainda que se suponha que estes episódios todos tivessem sido superestimados pelos florianistas, que os brandiam para desgastar Prudente (o exagero das ameaças de intervenção estrangeira é evidente nos episódios de Canudos, p. ex.), o fato é que a política ficava altamente polarizada pelo grupo, o que dificultava as negociações.

Para a discussão aqui abordada, não é o mais importante decidir se as ameaças à soberania eram reais ou exageradas – interessa é que o nacionalismo e a defesa firme da Nação eram um divisor de águas, e o grupo que se apresentava como o mais firme conseguia atrair grande parte dos representantes para o seu campo.

Além disto, se o jacobinismo tivera um refluxo em 1897, ele não desaparecera contudo da cena política. Os parlamentares ligados ao movimento continuaram atuantes, especialmente no Congresso. É importante reter que, apesar do sucesso em derrotar Glicério e do recuo momentâneo dos jacobinos, após o atentado, Prudente não consegue o controle sobre o Congresso, que continua dividido.

Adiante será mostrado que é só com o Pacto de Campos Sales que é superada a polarização do Legislativo. O novo presidente paulista procura direcionar o país para um lugar privilegiado na distribuição do fluxo internacional de capitais. Porém, para fazer isto, é necessário conter e isolar o patriotismo radical.

Como se deu este processo? Este é o tema dos próximos capítulos.

APÊNDICE

Posição das alas do PRF (“concentrados” x “republicanos”) nas votações sobre navegação de cabotagem

Foi localizada uma votação nominal sobre este assunto, no dia 5 de novembro de 1894. A Câmara aprovou o substitutivo de Moraes e Barros ao Projeto do Senado, introduzindo novo prazo de dois anos para as companhias estrangeiras regularizarem sua situação, por 66 votos a 49. O voto contrário ao substitutivo indica uma posição firme a favor da nacionalização de cabotagem; já o voto a favor tanto pode indicar uma posição liberal, contrária à restrição nacionalista, como uma posição mais conjuntural.

No teste abaixo, procurou-se estabelecer uma correspondência entre o voto contrário ao substitutivo e o grupo dos “concentrados”. Foram considerados aqui como pertencentes ao grupo dos “concentrados” os que votaram com Glicério, no requerimento de Seabra que originou a cisão do PRF em 1897. É necessário lembrar que essa cisão entre “concentrados” e “republicanos” deu-se na legislatura subsequente, portanto com um grupo de Deputados parcialmente distinto: no caso, dos 115 que votaram em 1894, apenas 49 votaram também em 1897.

Comparando os votos desses 49 Deputados nos dois episódios, obtém-se os seguintes resultados:

Votação do Substitutivo que previa um novo prazo para que as companhias estrangeiras se nacionalizassem (5/11/1894)	“Concentrados” (Votaram <u>contra</u> o requerimento Seabra em 28/5/1897)	Percentual	“Republicanos” (Votaram <u>a favor</u> do requerimento Seabra em 28/5/1897)	Percentual
Contra: 20	15	75 %	5	25 %
A favor: 29	14	51,7 %	15	48,3 %

Observe-se primeiramente que os parlamentares “concentrados” não haviam votado todos pela nacionalização imediata da navegação de cabotagem – praticamente a metade deles (14) votou a favor do Substitutivo liberalizador. Os argumentos usados na defesa indicam que muitos deles, ainda que defendendo o princípio constitucional da nacionalização, foram suscetíveis às pressões das Associações Comerciais de seus estados. Por esse ângulo, a tabela não indica conclusões a tirar.

Se examinarmos os votos contrários ao prazo para as companhias estrangeiras, contudo, temos um dado muito interessante: 75% dos que em 1894 assim votaram farão parte do grupo dos “concentrados” em 1897, o que reforça a idéia de que a Concentração atraiu os parlamentares mais nacionalistas e partidários de uma concepção mais intervencionista.

Examinando os votos da ala dos “republicanos legalistas”, é interessante constatar que apenas 25% dos que vieram a ser integrantes desse grupo se posicionou pela nacionalização imediata da navegação de cabotagem.

Capítulo 4: O desafio de Campos Sales - construir maioria em um Congresso dividido

Ao final do governo de Prudente, o PRF estava definitivamente cindido em duas facções: os “concentrados” (os florianistas) e os “republicanos legalistas” (parte dos históricos unidos aos “reacionários”). A cisão do partido e os esforços do Presidente para se aproximar dos governadores não anularam a articulação nacional entre os florianistas na facção dos “concentrados”, que continuavam atuantes, polarizando os debates no parlamento. Nas eleições para Presidente, a ala concorre com candidato próprio – o militar positivista Lauro Sodré, ex-governador do Pará. A ala “ex-monarquista”, que se aproximara de Prudente, por outro lado, sabe que não pode governar sozinha, e é obrigada a apoiar um candidato que vem da coalizão republicana que a derrotara nas revoltas militares: o paulista Campos Sales. Em outubro de 1897, são lançadas as candidaturas.

O atentado contra a vida do Presidente, contudo, muda violentamente o quadro político: a opinião pública, que ainda em setembro, no comício da Independência, dera vivas a Floriano e a Júlio de Castilhos, em presença de Prudente, vai às ruas em repúdio ao atentado. As correntes mais radicais (os jacobinos e os militares nacionalistas mais extremados) são responsabilizadas e ficam isoladas. Vários parlamentares são desterrados. É decretado o estado de sítio, que perdura até o pleito presidencial.

As eleições de março de 1898 dão vitória ampla a Campos Sales: 174.578 votos contra 16.534 de Lauro Sodré.¹ Apesar do recuo momentâneo da ala jacobina, porém, a política continua polarizada – o Congresso está praticamente dividido ao meio. O fim do PRF não levou à atomização regional, mas à divisão do Congresso em dois grupos fortes, que disputam seu controle.

A questão posta para o Presidente é: como governar e conquistar maioria neste quadro polarizado? Reunificar o PRF não parecia possível, e talvez nem fosse desejável.

Por outro lado, um apoio firme do Legislativo parecia mais necessário do que nunca. Campos Sales apenas eleito, antes de assumir, fez uma longa viagem à Europa para

¹ A população do país no último censo, o de 1890, havia sido recenseada em 14.333.915 habitantes. (Tabela 2.3, Anuário Estatístico do Brasil, 1996, IBGE.)

renegociar a dívida, onde assumiu compromissos com os credores do país. Estes compromissos deveriam ser respaldados no Congresso.

O relato que ele próprio fez dessa viagem é extremamente interessante - fica claro o quanto era importante para a elite da época evitar que o país fosse considerado mais uma republiqueta instável da América Latina (Sales, 1998). É necessário considerar que o país vinha de décadas de um estável governo imperial, destacando-se de certo modo de outros países da região, marcados por governos instáveis e golpes militares. Com a República, o país entrara num período turbulento, passando a ser visto com certa desconfiança pelos centros financeiros internacionais.

O objetivo central de governo dos republicanos paulistas será reerguer as finanças e reconquistar a credibilidade internacional. Necessitam para isto de apoio do Congresso, para aprovar orçamentos rígidos, mudanças nas leis financeiras e aumentos de impostos.

4.1. Um Congresso dividido: “concentrados” x “republicanos”

1899 é o último ano de mandato dos deputados que assumiram em 1897 - as eleições presidenciais não coincidiam com as legislativas e o mandato na Câmara era de três anos. Quando se inicia a sessão legislativa, em maio, o quadro de polarização entre “concentrados” e “republicanos” é nítido: os dois grupos que resultaram da cisão do PRF de 1897 se enfrentam, na eleição da Mesa e nos debates. O Congresso está praticamente cindido ao meio.

No entanto, algo mudou: parte dos “concentrados” passou a apoiar o presidente recém empossado. Os dois grupos permanecem organizados e em oposição, mas ambos declarando apoio ao presidente.

O enfrentamento entre as duas facções, “concentrados” e republicanos, se expressa logo no início dos trabalhos na Câmara dos Deputados. As articulações para a composição da mesa chegam a um impasse. Os líderes “concentrados” acusam os “republicanos” de estar pedindo a intervenção do Presidente na eleição da Mesa.² Qual é a posição de Campos Sales não está claro, mas os “republicanos” passam a boicotar as sessões.

A situação aparentemente perde a lógica: são os líderes da Concentração, a facção que concorreu contra o presidente paulista, os que pedem que se iniciem logo os trabalhos

legislativos, acusando aqueles que se dizem do partido do governo de não estar comparecendo.

Em 9 de maio de 1899, parece superado o conflito e se inicia a eleição: para Presidente da Câmara, o mineiro Vaz de Mello recebe 160 votos (contra 2 para outros candidatos e 3 em branco). No entanto, para os outros cargos, os “concentrados” comandam votação em branco, obtendo maioria:

- Votos para Vice-Presidente: Urbano Santos 75 e 88 em branco (2 para outros)
- Votos para 2º Vice-presidente: Júlio de Mello 74 e 89 em branco (2 para outros)

Com esta votação, o grupo concentrado mostra inequivocamente sua força: entre 88 e 89 deputados se alinham em suas hostes, atuando em conjunto. A partir daí, o grupo dos “republicanos” volta a boicotar a eleição da Mesa, negando *quorum* para prosseguir eleição (Sessões dos dias 10, 11, 12 e 15/5/1899).

Em 15 de maio, Cassiano do Nascimento, o castilhistas líder da Concentração, novamente faz um apelo à ala oposta para que compareça ao Congresso, e indica que a facção dos “concentrados”, à qual pertence (majoritária) teria votado em branco, para viabilizar o funcionamento da Câmara, sem disputar os cargos de direção. Diz que as listas de presença dos últimos dias indicam que praticamente apenas sua ala tem comparecido. O parlamentar gaúcho registra a divisão dos parlamentares em duas correntes de opinião:

Se é certo, Sr. Presidente, que toda a Câmara se acha disposta a colaborar com o Poder Executivo, no intuito de oferecer solução aos graves problemas nacionais, não é menos certo que duas correntes de opinião, embora não com origem no momento atual, mas com origem no passado, aqui se encontram e aqui se chocam. (ANAIS CD, 15/5/1899, p.75-6)

No mesmo dia, Seabra responde: “O partido da concentração quis mostrar ao Governo que tinha maioria, ainda que ocasional nesta Casa, e então fez mais do que se elegeisse a Mesa: quis humilhar os adversários”. Critica o apoio dos “concentrados” ao Presidente, questionando: se todos apóiam o governo, para que esta ostentação de força, de votar em branco? E por que os “concentrados”, tendo maioria, não elegem eles próprios a Mesa da casa? Ou é para humilhar os adversários ou para ameaçar o governo. Rodolpho

² Ver Cassiano do Nascimento em 5/5 e José Mariano em 8/5/1899, ANAIS CD.

Abreu, positivista mineiro, responde enigmaticamente que não é por ameaça, mas antes “por temor”.

O impasse no Legislativo tinha repercussões no estrangeiro. Érico Coelho, jacobino carioca, denuncia pressões diretas dos Rothschild sobre a eleição da mesa diretora do Congresso:

Srs. Deputados, durante o Governo do immortal Floriano Peixoto (note-se que o Marechal não foi financeiro na rigorosa accepção da palavra, mas soube defender a soberania nacional com as instituições de 24 de fevereiro) durante o governo do bravíssimo Marechal a quem me refiro, aconteceu que o Sr. Rothschild se animou a expedir um telegramma exigindo não sei que medida no tocante a nossa política interna.

Peço a atenção do digno representante do Rio Grande do Sul, a quem vejo presente, então o Ministro da Fazenda, e apelo para o testemunho do Sr. Cassiano do Nascimento, de que S. Ex. por ordem do Marechal Floriano Peixoto respondeu ao telegramma do primaz dos nossos credores londrinos no seguintes termos: *O Governo do Brazil não entretém relações com os Srs. N. M. Rothschild & Sons sinão como devedor em face dos credores.*

(...)

O nosso arremedo de Floriano Peixoto, de casaca, isto é, o Sr. Campos Salles respondeu a um telegramma do Sr. Rothschild em que este estranhava ao Presidente da Republica o facto de não ter maioria para constituir Mesa na nossa Assembléia de representantes do povo brasileiro; e demais, o Sr. Rothschild lastimava que na presidência da Republica o próprio Sr. Campos Sales estivesse já governando o Brazil com o apoio incondicional dos jacobinos...(ANAIS CD, 25/5/1899, p.52)

A acusação de que Campos Sales se submetera a prestar contas da política interna para os credores internacionais fica sem resposta por dois dias, até que, na sessão de 27/5/1899, quem comparece à tribuna para refutá-la é justamente o castilhista Cassiano do Nascimento. Este refuta a acusação de forma breve, negando que os Rothschild tivessem intervindo na eleição da direção da Câmara.

Sobre a existência do telegrama denunciado não foi encontrada confirmação na Bibliografia, mas o episódio sugere que havia uma preocupação de mostrar aos Rothschild que o governo não se baseava no apoio incondicional dos jacobinos. Poderia esta ser uma explicação para os impasses na eleição da Mesa (por esta razão os “concentrados”, embora majoritários no Congresso e em aliança com Campos Sales, não teriam eleito a Mesa). O que se torna evidente, de qualquer forma, é que o governo brasileiro estava sob pressão para mostrar que controlava o legislativo, para poder implementar mudanças na legislação econômica e aprovar medidas de cortes orçamentários (comprovam o ponto tanto o estudo da correspondência dos Rothschild,

por Gustavo Franco (1990, p. 27-8), como testemunhos de deputados e do próprio Campos Sales).

No Congresso é apontada a pressão dos banqueiros para reformas das leis financeiras, como por exemplo a exigência de revogação da lei 3623, de 18 de julho de 1875. Em sua primeira Mensagem Presidencial ao Congresso, em maio de 1899, Campos Sales solicita ao Congresso a revogação dessa lei, a qual facultava ao executivo a emissão de papel-moeda. Novamente Érico Coelho comenta o pedido:

Srs Deputados, muita atenção, o caso é gravissimo de offensa aos nossos brios nacionaes, porquanto se traduz em tutela impertinente dos credores estrangeiros sobre a pessoa dementada do Presidente da Republica, como vou frisar.

Os credores do Brazil não confiam na probidade do nosso Governo, compromisso do Sr. Prudente de Moraes, quando era Presidente da Republica, a respeito desse *Funding Loan*, a que o Poder Legislativo se dignou a referendar.

Vem d'ahi que os credores estrangeiros do Brazil não estão tranqüillos a respeito da alta do *funding bonds*, enquanto o Congresso não revogar a lei de 1875, que dá faculdade ao Sr. Campos Salles de emitir papel-moeda, em circumstancias de força maior.

Entendamos que os Sr. Rothschild, o mais interessado em fazer a alta dos títulos brasileiros na Europa, impõe ao Sr. Campos Salles, demente na Presidência da Republica, que inste com o Congresso para cassar a S. Ex. o Presidente da Republica a faculdade de emitir papel-moeda, isto é, a lei de autorização de 1875, em circumstâncias de salvação pública, e attentas às condições internas do paiz.

A faculdade de emitir papel-moeda, conforme a lei de 1875, elevada ao dobro por lei posterior, não me lembro do anno da Republica, é expediente que o Governo Federal pode usar ou pode não usar; é facultativa apenas. Fica isso ao arbítrio do Sr. Campos Salles na presidência da Republica. Pois, é justamente esse arbítrio de emitir papel-moeda, que o tutor das finanças do Brazil, o Sr. Rothschild, não quer que fique à discrição do governo federal; tão certo que, os credores estrangeiros do Brazil não confiam no critério do sr. Campos Salles, o arbitro dos destinos da Republica, sagrado e consagrado como o Messias das nossas finanças. (ANAIS CD, 25/5/1899, p.44)

Percebe-se nitidamente uma pressão internacional para um funcionamento da economia brasileira segundo padrões “confiáveis“, bem como a resistência de um pequeno grupo. Esta questão terá grande importância na construção do Pacto de consolidação da República: Campos Sales precisa mostrar que pode cumprir com as exigências dos credores internacionais, especialmente deve provar que controla o Congresso Nacional, tendo capacidade de implementar determinadas mudanças.

O interessante é que no início do governo são principalmente os líderes “concentrados” que defendem Campos Sales, evidenciando uma aproximação entre eles. Em maio, vários “concentrados” declaram apoio à política econômica (Serzedelo Correia, Enéas Martins).

Essa aproximação é bombardeada de dois lados. De um, pelos jacobinos, onde vários deles se afastam da Concentração. Érico Coelho é o mais crítico ao apoio, fazendo várias denúncias (chega a afirmar que Campos Sales estaria demente, por ter traído seus velhos compromissos republicanos; apresenta projeto de decreto para declarar o Presidente incapacitado para o cargo por demência). É apartado principalmente por seus antigos companheiros da Concentração, os quais procuram mostrar as razões para apoiar o Presidente.

De outro, a aproximação é criticada pelos neo-republicanos, que com ela perdem espaço. Um de seus mais destacados líderes, o baiano José Joaquim Seabra, procura isolar os “concentrados”, levantando pontos que seriam incompatíveis com os republicanos moderados, especialmente os paulistas, visando dificultar a evidente aproximação entre os dois grupos. Uma das apontadas é a Constituição positivista, que designava ao Legislativo um papel restrito aos orçamentos: “O SR. SEABRA - Vejo propagar-se a idéia de ter a Constituição Republicana Federal de se amoldar à Constituição do Rio Grande do Sul, porque a missão dos parlamentos deve ser simplesmente orçamentária”(ANAIS CD, 17/5/1899, p. 80).

Especialmente esse ponto era muito polêmico, demarcava claramente os positivistas dos demais republicanos. Não é a Constituição rio-grandense a melhor das Constituições, indaga o baiano? Vários parlamentares castilhistas confirmam que sim, com entusiasmo. Então, prossegue Seabra, por que não pretender aplicá-la ao país como um todo? A arrogância gaúcha cai na armadilha baiana, e Cassiano do Nascimento acaba por declarar que: “Para aplicar o princípio da Constituição do Rio Grande à nação brasileira, seria preciso que em toda a sociedade brasileira houvesse um povo preparado para ela, como há no Rio Grande do Sul”... (Idem, p. 80). Na sessão seguinte, ele é obrigado a retratar-se, pois a Constituição positivista não era consenso entre os “concentrados” (e muito menos a superioridade do povo gaúcho...).

Observe-se, contudo, que a Constituição positivista é defendida também por um deputado mineiro, o Sr. Rodolpho Abreu, que contesta Seabra: “É o que o povo brasileiro deseja, é que nos limitemos a dar orçamentos” (Idem, ibidem).

Outra diferença apontada é o nacionalismo. A política de Campos Sales em relação às potências estrangeiras havia sido criticada pelos “concentrados” durante a campanha presidencial. Seabra lê trechos de crítica publicada no jornal “República”, em 1º de

novembro de 1897 (do qual eram editores Alcindo Guanabara, Francisco Glicério e Lauro Muller):

O SR. SEABRA – Vou ler essas preciosidades. O República de 1 de novembro, sob o título *Programa* traz um artigo do qual lerei alguns trechos: ‘A política do candidato oficial em relação às demais potências está claramente definida: excluir a ação da América do Norte, esmagar as demais potências da América do Sul, curvar-se submissamente à Europa. Não foi outra a política do Segundo Império. (...) Estamos diante de uma evocação de toda a condenada política do Império: a mesma submissão colonial ao mais forte; a mesma arrogância insensata ao reputado o mais fraco. Nada que alumie o caminho da independência material ou econômica; nada que acentue esse sentimento generoso e fecundo da amizade fraternal; nada que nos sugira sequer a esperança de que seremos, não uma feitoria explorada e tutelada, mas uma Nação forte no seu direito, confiante na sua força, serena, grande e generosa... (ANAIS CD, 17/5/1899, p.96)

E, no entanto, prossegue Seabra, apesar das fortes críticas, agora Campos Sales é elogiado e apoiado. O parlamentar baiano ironiza: o partido da concentração arrependeu-se e é na verdade o partido da “contrição”...

Apesar da indignação dos “republicanos”, a história política de qualquer país registra alianças e aproximações entre grupos ou partidos diferenciados, sem que as alianças necessariamente apaguem as distinções entre eles. O fato de os “concentrados” apoiarem Campos Sales não significa que as diferenças e polarizações entre as facções fossem irrelevantes ou fruto de personalismos. A questão a clarear é qual o acordo entre os grupos, o que foi negociado.

Campos Sales conseguiu o apoio do Congresso, já no início de seu governo. Aprova sem dificuldades uma série de reformas, aumento de impostos, cortes no orçamento, mudança do regimento, com quase unanimidade. Como observa Lessa, “as relações iniciais do governo com o Congresso são idílicas, fato interessante, pois a composição daquele poder era a mesma do período final do governo Prudente, quando a confusão parlamentar imperava. O Congresso continuava dividido em duas facções – “concentrados” e “republicanos” – ambas apoiando o novo Presidente. Percebendo que a confusão também gera harmonia, Campos Sales obteve tudo o que queria do Congresso” (Lessa, 1999, p.144-5).

Como Campos Sales conseguiu apoio das duas facções? Através de que mecanismos construiu maioria? A explicação tradicional para o apoio obtido põe o peso na questão regional: foi feito um acordo com os governadores. Estes pressionaram suas bancadas, e

os frágeis elos nacionais que uniam as duas facções do Congresso se desfizeram. Os interesses reais eram os estaduais, e foram eles que acabaram por predominar.

Esta explicação pretende sustentar-se factualmente: são documentados contatos de Campos Sales com os dirigentes dos grandes estados, a correspondência trocada por ocasião da reforma do regimento é bem conhecida e estudada. São registradas também pressões diretas sobre os governos estaduais, como as sobre o Rio Grande do Sul: a neutralidade de Castilhos no pleito presidencial de 1898, por exemplo, teria sido conseguida com a promessa de reabertura da Alfândega de Porto Alegre e da nomeação para a região de comandantes do exército simpáticos aos castilhistas (Love, 1971, p. 98-100).

A pesquisa nos anais da Câmara, contudo, revelou fortes evidências de que a construção de apoio legislativo não foi negociada apenas com os governadores, houve um acordo com o conjunto das forças que controlavam o Congresso. As alianças nacionais estabelecidas entre os grupos de republicanos no Congresso Nacional não podem ser ignoradas – antes da reforma do Regimento, as bancadas estaduais não obedeciam uniformemente ao comando dos governadores. Era necessário para o Presidente costurar sua aliança não apenas no nível regional, mas também nacionalmente, atraindo os “concentrados”. Procurarei demonstrar este ponto analisando como foi aprovada a famosa reforma do regimento.

4.2. A reforma do Regimento

Apesar do sucesso legislativo de Campos Sales, logrando obter aprovação para seus principais projetos, o Congresso continuava dividido. A expectativa era de uma guerra entre as duas facções nas eleições que se aproximavam, o que geraria um novo surto entrópico (sob o silêncio das votações unânimes, ouvia-se o surdo rumor de sabres, na expressiva imagem traçada por Alcindo Guanabara).

A solução para evitar o caos que se anunciava foi a reforma do Regimento, mudando as regras de reconhecimento dos deputados. Essa reforma envolvia dois pontos: a) uma mudança no critério de escolha do Presidente das Sessões Preparatórias (aquelas nas quais se processava o reconhecimento dos eleitos): este cargo decisivo deveria ser preenchido pelo Deputado que fora Presidente no final da legislatura anterior, e não

mais pelo mais idoso dentre os candidatos³; b) uma alteração no critério de reconhecimento dos diplomas - passam a ser reconhecidos apenas os candidatos com as assinaturas das mesas oficiais de recolhimento dos votos, isto é, aquelas compostas por indicação dos governadores. Estes dois pontos assentaram os fundamentos da política dos governadores: o controle sobre o reconhecimento dos diplomas permanece na mão da maioria que controlava a Câmara na legislatura anterior, mas esta se compromete a respeitar o poder dos governadores na indicação dos eleitos.

Observe-se assim que é apenas após a reforma que os governadores passam a ter o controle sobre os representantes dos estados; antes era possível e acontecia o reconhecimento de representantes das minorias estaduais, desde que tivessem a articulação nacional necessária.

As mudanças foram aprovadas por um Congresso polarizado entre “concentrados” e “republicanos”. O ponto interessante a esclarecer é como foi negociada esta reforma, aprovada em outubro de 1899 praticamente sem oposição (a votação, no dia 24/10/1899 não foi nominal, por isto não é possível quantificar os opositores; nos debates foi criticada por Glicério e por José Mariano (PE), o qual tentou sem sucesso emendá-la).

Em geral aceita-se que o acordo para a aprovação destas alterações foi conseguido regionalmente, e não congressionalmente – Campos Sales teria articulado o apoio dos governadores, principalmente os dos grandes estados (MG, BA, SP e PE). É a interpretação de Faoro, reafirmada por Lessa:

A montagem da reforma do regimento, com suas implicações para a dinâmica dos conflitos, demandou negociação e busca de apoio político. Antecipando o padrão de articulação política que desejava impor, a negociação não foi congressional. Campos Sales dirigiu-se diretamente aos chefes estaduais mais importantes para tornar a modificação do regimento efetiva” (Lessa, 1999, p. 149).

Continua mais adiante:

³ O processo de reconhecimento na Câmara dos Deputados funcionava da seguinte maneira: após a eleição, todos os candidatos que se pretendiam eleitos apresentavam seus diplomas no Rio de Janeiro. Dentre estes, era escolhido um Presidente, para dirigir os trabalhos – antes da reforma, o presidente era o mais idoso dos candidatos; após a reforma, passa a ser o último Presidente da Câmara, na legislatura anterior. O Presidente escolhido controla o processo todo, pois escolhe cinco dentre todos os candidatos para comporem a Comissão de reconhecimento, encarregada de elaborar a primeira triagem dos diplomas – esses Deputados decidem em primeira instância quais diplomas tem valor e quais não. A Câmara composta a partir dessa lista inicial tomava posse e começava a funcionar em sessões preparatórias, aprovando então oficialmente os eleitos em cada estado, julgando as impugnações e as disputas. É evidente que o poder de decidir sobre a composição do órgão que terá a decisão final era um poder fundamental.

O ciclo de consultas encerra-se com a correspondência entre Campos Sales e Rodrigues Alves, senador por São Paulo. O tom é idêntico ao das cartas aos presidentes de Minas Gerais e Bahia: aparecem também as referências à necessidade de uma Câmara legítima, a urgência de se eliminar os mecanismos de duplicidade de diplomas e a teoria da presunção. Fechado o ciclo, o governo pode contar, no mínimo, com o apoio das bancadas desses estados: 37 deputados mineiros, 22 paulistas e 22 baianos. Como notou Faoro, a adesão dos pequenos estados é quase automática, pois constituem o lado oculto da autonomia estadual. (Idem, P.151).

É verdade que houve negociação com os governadores, como as citadas por Lessa, e relatadas pelo próprio Campos Sales. Houve também negociações que ele não relatou, como as com os gaúchos, em que foi negociada a nomeação do Comandante Militar da região e a reabertura da Alfândega de Porto Alegre (Love, 1971, p. 100).

Entretanto, há que considerar um fator crucial: antes da reforma do regimento, os dirigentes dos estados não controlavam totalmente as bancadas. O grupo dos “concentrados” era muito forte, e além de ser governo em alguns estados, especialmente os do Sul, tinha representantes em vários outros (em São Paulo, em Minas Gerais, em vários estados do Nordeste).

A explicação regional “pura” apresenta, portanto, dois problemas:

- a maior parte das grandes bancadas estava dividida entre “concentrados” e “republicanos” (excetuando-se Bahia e Rio Grande do Sul);
- os representantes dos pequenos estados não se alinhavam todos automaticamente: a bancada florianista atuava com razoável coesão nacional.

Assim, parece necessário supor que tenha havido negociações com o grupo dos “concentrados” no Congresso. O padrão de representantes totalmente fiéis aos governadores apenas se consolida depois da reforma do regimento, que estadualiza a representação política.

Vejamos alguns dados que indicam que, no momento em que é negociada a reforma do regimento, nem os governadores mineiros nem os paulistas controlavam o voto dos representantes de seus estados – a ala dos “concentrados” não obedecia a seu comando.

Os membros da Câmara dos Deputados que votam a reforma do regimento em outubro de 1899 são os mesmos que em 1897 votaram o requerimento de Seabra que originou a cisão do PRF nos 2 grupos (era a mesma legislatura, eleita em 1897 com mandato de três anos). A votação do requerimento fora crucial, o Presidente Prudente havia jogado

toda sua força para sua aprovação, inclusive acionando os governadores para pressionarem as bancadas.

Examinando os votos por estado, vemos que os maiores estavam divididos: votaram com Prudente 5 paulistas (6 votaram contra e 11 se ausentaram) e 18 mineiros (10 votaram contra e 9 se ausentaram). Do Rio de Janeiro, foram 6 com Prudente e 5 com os “concentrados”; do Pernambuco foram 9 a favor e 4 contra. O Sul em peso e o Distrito Federal votam contra Prudente; no Norte e Nordeste destacam-se o CE, PA e AM com os “concentrados” e a Bahia em peso apoiando o Presidente:

Tabela 4.1
Votação Seabra por estado
(28/5/1897)

UF	Contra	A favor	Ausentes	Nº de representantes da UF
PA	4	1	2	7
MA	4	1	3	8
AM	4	0	0	4
AL	4	2	1	7
PI	4	0	5	9
CE	8	0	3	11
RN	3	0	2	5
PB	4	0	1	5
PE	4	9	5	18
SE	0	0	5	5
BA	0	14	9	23
ES	0	0	5	5
DF	6	1	4	11
RJ	5	6	8	19
MG	10	18	12	40
SP	6	5	15	26
GO	1	2	1	4
MT	2	1	1	4
RS	9	0	8	17
PR	4	0	0	4
SC	4	0	0	4
TOTAL	86	60	90	236

É interessante constatar que, dois anos depois, nas sessões iniciais de 1899, quando os “republicanos” boicotavam as sessões, e os “concentrados” compareciam, a dispersão pelos estados seguia um padrão semelhante ao observado na votação Seabra, indicando que os concentrados ainda atuava conjuntamente. Analisando por exemplo a lista de presenças do dia 15/5/1899, constata-se a seguinte distribuição por estado:

Tabela 4.2
Presenças na Câmara: DIA 15/5/1899

UF	Presentes	Ausentes	Nº de representantes da UF
PA	3	4	7
MA	-	8	8
AM	3	1	4
AL	1	6	7
PI	2	7	9
CE	5	4	11
RN	3	2	5
PB	1	4	5
PE	4	14	18
SE	-	5	5
BA	1	22	23
ES	1	4	5
DF	5	6	11
RJ	7	12	19
MG	14	26	40
SP	14	12	26
GO	1	3	4
MT	1	3	4
RS	7	10	17
PR	3	1	4
SC	3	1	4
TOTAL	79	157	236

Presumindo-se que a maioria desses parlamentares realmente fosse do grupo concentrado, (embora certamente não todos, pois líderes “republicanos” comparecem para sustentar o debate em plenário), podemos constatar que a distribuição estadual de forças continua semelhante à observada na votação Seabra: os “concentrados” têm raízes nos estados do Sul, no Distrito Federal, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, e em vários estados do Norte e Nordeste (CE, PA, AM, PI, RN, PE). Dos estados de maior representação, apenas a Bahia e o Rio Grande do Sul não estão divididos - nos outros, parte considerável se alinha com a Concentração.

Ou seja, a divisão dos grupos permanece constante, de 1897 para 1899, com o mesmo padrão de distribuição estadual das forças. Os “concentrados” controlam parte considerável da Câmara, com representação forte, porém, em apenas alguns estados, sendo em vários outros minoritários. Sua força advém de uma convergência nacional de representações de vários estados.

Em geral é argumentado que esta situação de polarização foi mudada por pressão dos governadores: os elos dos representantes com os governos de seus estados seriam mais fortes que os laços que uniam os “concentrados” nacionalmente. Campos Sales teria promovido um acordo com os chefes estaduais, e assim terminado com a oposição no Congresso. Sem desconhecer a força que tinha a política estadual, é necessário considerar, contudo, que sob o governo de Prudente de Moraes, havia sido acionados os governadores, sem sucesso: sua pressão não logrou dissolver o grupo dos “concentrados”. Este ponto fica muito claro se observarmos as eleições para a Mesa da Câmara, em 1897, onde Prudente força a intervenção dos governadores no Congresso.

As eleições para a direção da Casa se seguiram à derrota das forças presidenciais na votação do requerimento de Seabra, pois o Presidente da Casa, o baiano Artur Rios, alegando que não mais representava a maioria da Câmara, havia renunciado. A manobra visava rearticular o apoio ao Presidente no Congresso. Na votação do requerimento de Seabra sobre a Escola Militar, que foi a primeira votação em que se expressou a cisão do PRF, anteriormente comentada, o grupo de Glicério, dos “concentrados”, tivera maioria dos votos: o requerimento considerado ofensivo à Escola Militar fora rejeitado por 86 a 60.

Nas eleições para a Mesa que se seguem, Prudente explicitou suas divergências com Glicério e exerceu forte pressão sobre os chefes dos governos estaduais, para que fizessem suas bancadas apoiarem seu candidato, de novo Artur Rios, que concorreu à

reeleição. Este ponto é comprovável por vários protestos de Deputados, queixando-se da intrusão do Presidente no Poder Legislativo e das pressões exercidas sobre os governadores. Várias manifestações consideram que assim rompe-se com o presidencialismo da Constituição, caindo no velho parlamentarismo imperial (o parlamentarismo no caso é entendido como a intervenção do Executivo no Legislativo, típica do Império). Um exemplo:

O SR. TIMOTHEO DA COSTA – Vim aqui como Deputado, mas não como galopim, e protesto contra um governo que acaba de romper a Constituição (*apoiados e não apoiados; apartes; tumulto; o Sr Presidente reclama energicamente atenção*), fazendo um parlamentarismo condenado pela opinião pública nacional, já manifestada em toda a sua maioria (*continuam os apartes com intervenção das galerias. O Sr. Presidente reclama atenção*).

Que me importam retratações de voto, que me importam pronunciamentos de Deputados, se sei que o cidadão Presidente da República abusou da posição de primeiro magistrado da Nação, descendo a mandar telegramas circulares aos governadores dos Estados (trocam-se muitos apartes, tumulto, o Sr. Presidente reclama atenção), recomendando-lhes que pedissem aos representantes da Nação a retratação de voto? (Trocam-se violentos apartes entre os Srs. Frederico Borges, Barros Franco, Timotheo da Costa e muitos outros) Quem for capaz que me conteste!

O SR BARROS FRANCO – Contesto! É falso! (Há muitos apartes. O Sr. Presidente reclama fortemente atenção)

O SR TIMOTHEO DA COSTA – Não é falso! Afirmo: é verdade. (ANAIS CD, 4/6/1897, p. 73-4)

A existência de telegramas é confirmada ao menos por Campos Sales, que em seu livro inclusive cita o texto por ele recebido, na qualidade de governador de São Paulo da época.⁴

Prudente consegue maioria: Artur Rios conquista 88 votos contra 76 de Glicério. Apesar de todo esforço do Presidente, observe-se, contudo, que a mudança numérica entre uma eleição e outra é relativamente pequena: o apoio a Glicério reduz-se dos 86 obtidos na votação do requerimento Seabra, para 76 na votação como candidato à Mesa.⁵ O grupo dos “concentrados” continua unido. A pressão dos governadores, ainda que produzindo resultados, não foi suficiente para dissolver a agremiação. E, no início de 1899, eles não só continuam organizados como ainda são maioria.

⁴ Veja-se o seguinte trecho do telegrama de Prudente para Sales: “Deputados paulistas votaram cinco com o governo e cinco com Glicério. Representação SP precisa escolher entre governo com a ordem e Glicério com anarquia militar. Peço a sua intervenção para que deputados paulistas apóiem governo, fazendo vir já Rubião, Flaquer e outros que lá estão.” Cit. in Sales, p.79.

⁵ Infelizmente não é possível identificar os 76, pois a eleição para a presidência não foi nominal

Por que a pressão de Prudente sobre os governadores não foi suficiente para acabar com a oposição a seu governo? Por que Campos Sales teve sucesso onde seu conterrâneo falhou retumbantemente?

A resposta a essa indagação passa por incorporar à análise as articulações nacionais. Não se trata de negar o acordo com os governadores, ou de desprezar a componente regional – o que é necessário é incorporar à análise a existência dessas agregações nacionais, que em determinados momentos foram capazes de atuar coordenadamente no nível nacional. Se havia fatores dispersantes na ordem política, havia também fatores que levavam à convergência entre os grupos.

Além disto, a interpretação centrada nos fatores regionais passa ao largo das importantes questões decisórias que polarizavam o Congresso. Analisar o Pacto exige que se procure entender como os grupos se posicionavam quanto a essas questões, especialmente quanto à questão econômica, que adquire no momento total centralidade. O sucesso de Campos Sales só pode ser compreendido em relação com a política econômica que ele propôs, como veremos no último capítulo.

4.3. A regionalização parcial da política

A mudança no Regimento praticamente impôs a regionalização das eleições para a Câmara: antes da reforma, os candidatos de minorias estaduais podiam contar com articulações nacionais para reverter “degolas”⁶ nos estados. As eleições eram decididas em votações do Congresso, e havia vários exemplos de representantes eleitos no Congresso contra a política dominante no seu estado.⁷ A partir da reforma, o acordo é que o Congresso reconhecerá quem vier referendado pela oligarquia dominante no estado, acabando com as chances das minorias estaduais. É exatamente o que aponta Glicério, no momento da votação das novas normas regimentais de reconhecimento dos Deputados:

O orador pensa, porém, que S. Ex. e os seus amigos sacrificam ao interesse meramente partidário a doutrina essencialmente democrática e o preceito imperativo da Constituição, no que respeita à representação das minorias.

⁶ “Degolar” um Deputado significava não reconhecer sua eleição.

⁷ Exemplo interessantíssimo das articulações nacionais para reconhecimento de Deputados é o da eleição em Mato Grosso, em 1894, em que o PRF fecha a questão sobre a eleição. Alguns Deputados registram declaração de voto junto à Mesa, consignando que votavam contra suas convicções no reconhecimento da representação mato-grossense, devido a ter sido declarado “caso de partido”, isto é, de ter sido imposta disciplina partidária. (Ver ANAIS CD, dias 5 a 8/6/1894, votação do Parecer 53 – relator Érico Coelho).

Em verdade, a combinação repousa essencialmente na resolução tomada e já executada pelo Sr. Presidente, de fazer toda a sua política com os governadores e presidentes dos estados, outorgando a estes e aos seus amigos locais todos os favores e meios que os partidos auferem quando se acham em posse do poder.

Isso significa, em termos claros e sem equívocos possíveis, que as oposições locais nos estados, sem resistências municipais imagináveis e fora das mais insignificantes posições oficiais, serão cruelmente esmagadas pela invencível coligação do Governo federal com os governos estaduais. (ANAIS CD, 20/10/1899, p. 488)

Assim, ao contrário da interpretação consagrada por Carone, de que a reforma “apenas oficializa a situação de fato”⁸, o que se vê é uma regionalização criada, imposta de cima. Nas palavras de Lessa (1999, p. 157), a Política dos Governadores promoveu a desnacionalização da competição política. Essa afirmação pode ser aceita, mas com ressalvas - é necessário frisar um aspecto que parece escapar a muitas interpretações que enfatizam o fator regional. A representação nacional não se regionaliza porque a política “era de fato regional”: o Presidente da República, apoiado em uma maioria nacional, faz um acordo para congelar uma dada distribuição de poder, garantindo fatias a determinados grupos, de forma a poder implementar uma política nacional.

É fundamental perceber que a mudança instituída não foi simplesmente uma desnacionalização – se o acordo prevê, de um lado, que serão reconhecidos os diplomas “oficiais” de cada estado, de outro estabelece que o Presidente da nova Câmara, que é quem dirige o processo de reconhecimento, será o mesmo Presidente da legislatura anterior. Este mecanismo garante o controle final do processo para aquela maioria nacional que controlava o Congresso, afinada com o Executivo. A desnacionalização, portanto, é parcial.

Que a regionalização encontra seu limite no poder do Presidente ficará claro já na primeira eleição em que se testaram os novos mecanismos, a de 1900. No estado de Mato Grosso a oligarquia dominante foi apeada do poder com extrema violência pelo grupo ligado a Joaquim Murinho, o poderoso Ministro da Fazenda de Campos Sales. Alegando respeito à autonomia dos estados, o Presidente não defendeu o governo constituído – as forças federais assistiram impassíveis à derrubada do governador e da Assembléia legislativa eleita, e a execuções de partidários do governador deposto

⁸ “É só através do conhecimento desta situação geral – coronelismo e oligarquia - que se pode compreender o jogo entre realidade e sistema jurídico, formas pragmáticas e sistema constitucional. A dualidade é norma fundamental da sociedade brasileira, pois, num país onde imperam descentralização geográfica e poderes locais, torna-se impossível o funcionamento de formas representativas modernas. Daí, o uso da força, o domínio do mais forte, apesar do sistema eleitoral e jurídico. A realidade é tão premente que acaba se impondo e Campos Sales oficializa a situação de fato, através da chamada Política dos Estados (Política dos Governadores).” (Carone, 1977, p. 11)

(Carone, 1977, p. 194 a 199). Houve denúncias de que o Exército teria cedido fuzis e canhões aos revoltosos. A intervenção do governo federal foi criticada no Congresso:

Está visto que nesta Assembléa, não há ninguém que reclame contra os actos do Sr. Campos Salles, a respeito da ordem no Estado de Matto Grosso e suas garantias constitucionaes, na forma do art. 6º do estatuto fundamental da Republica. Ah, na agonia há a maior calma.

(...) O Sr. Campos Salles não é, reconheçam os Srs. Deputados, não é S.Ex. intervencionista a respeito da *política particularista* em Estado qualquer...Deixa S.Ex. que os partidos cheguem às vias de facto, com armas na mão, apoderando-se de fuzis e canhões do exercito, até obstar que uma Assembléa Legislativa de Estado qualquer apure a eleição de presidente do mesmo Estado. Ah! não; intervencionista é que o Presidente da Republica não é.

UM SR. DEPUTADO – Entretanto, até hoje a representação de Matto Grosso ainda não tratou desse facto.

O SR. ERICO COELHO – Pois trato eu, porque eu não sou o representante *particularista* do estado do Rio de Janeiro, mas, por ficção, sou o Deputado eleito pelo povo para o Congresso, e portanto, a mim também incumbe zelar na guarda da Constituição e das leis. (...)

Srs. Deputados, o caso de Matto Grosso é o mais clamoroso de intervenção do Governo Federal nos estados de quantos temos assistido. (...) Sr. Presidente, temos assistido à intervenção indebita do Governo Federal nos Estados, às escancaras; mas este caso de intervenção às occultas, do Sr. Campos Salles na Presidência da Republica, é mais lastimável que nenhum outro anterior. A hypocrisia do Governo Federal affirmando que não influiu no constrangimento da Assembléa Legislativa, no remoto Estado de Matto Grosso é mais grave do que nenhum outro caso.

Digamos com franqueza, que a não intervenção é a burla do systema federal do Brazil, pois a verdade apurada é que não se comprehende que as forças do exercito, destacadas em Cuyabá, ficassem de braços cruzados, depois de emprestar fuzis e canhões aos sediciosos, à espera que uma malta eleitoral constrangesse a Assembléa Legislativa do Estado, em pleno exercício de suas funções. Não há precedentes: o facto é novo. (ANAIS CD, 23/5/1899, p. 34)

Em 1900, Sales determina o reconhecimento na Câmara dos Deputados da eleição do novo grupo de Murinho. Constata-se que a conservação das elites dominantes no poder dependia em última instância do aval do Presidente. O controle do Presidente sobre os estados é o padrão que predominou ao longo de toda a Primeira República, como não deixa de reconhecer Love:

Depois que o novo sistema federal se consolidou, sob o controle civil, no final da década de 1890, a intervenção do governo central nos estados tornou-se freqüente, com exceção dos três grandes e suas respectivas máquinas políticas. (...) A intervenção federal era o caminho mais seguro de se efetuar alguma mudança de governo nos 17 estados satélites – o único caminho, excetuando-se a guerra civil, que, não obstante, eclodiu ocasionalmente. (Love, 1997, p. 144).

Para entender os objetivos e as implicações das mudanças que foram efetuadas por Campos Sales, é necessário aprofundar a análise da nova ordem constitucional e dos mecanismos que irão fazê-la funcionar.

Capítulo 5 – O novo sistema institucional

Até aqui, procurou-se delimitar as forças políticas e seus principais conflitos. Foram destacadas, inicialmente, as lutas entre republicanos históricos e deodoristas, e depois as que dividiram o grupo dos históricos em florianistas e republicanos legalistas. Procuramos ressaltar a importância de questões que passavam pelo Congresso, como a política econômica, a posição frente às potências estrangeiras nos tratados internacionais sobre divisas e na negociação da dívida externa, e as definições sobre a constituição do corpo político (normas como as leis eleitorais, regimento do Congresso, leis de anistia), em torno das quais definiam-se as posições políticas e as articulações nacionais.

Agora, há o ingresso em novo terreno: o das normas e mecanismos que irão disciplinar os conflitos, estabelecendo os meios de construção de governo. A República desmontou os mecanismos estabelecidos durante o Império, adotando o federalismo e o presidencialismo. O novo regime constitucional exige o estabelecimento de outros parâmetros para o jogo político, iniciando-se um período de redefinição da estrutura institucional. Neste capítulo, procuraremos definir quais os desafios postos pelas novas instituições políticas.

Foi assinalado na revisão bibliográfica que boa parte dos estudos sobre os primórdios da República tende a enfatizar como mudança principal o federalismo. Esta opção tem direcionado o foco da análise para os governadores, considerados as figuras-chave do novo sistema político; aqui se procura, em contraponto, destacar o papel do Presidente no jogo que está iniciando. Será argumentado que aspectos importantes do arranjo político de Campos Sales são melhor compreendidos tendo em conta que o sistema era presidencialista.

5.1. Do Império à República : o fim do Poder Moderador

Das escolhas institucionais consagradas na Constituição de 1891, o presidencialismo e o federalismo, não derivava automaticamente uma nova ordem política - era necessário definir novos procedimentos para canalizar os conflitos e dar-lhes forma institucional. A

análise de Lessa (1999) traz elementos muito instigantes para a reflexão sobre as mudanças, definindo em que níveis estão postos os principais desafios para a invenção da ordem republicana. Partiremos dos termos com que o autor caracteriza os impasses, buscando contudo sublinhar relações que parecem ainda pouco exploradas; em alguns pontos, serão apontadas divergências com as conclusões do autor.

O período que se segue à Proclamação é caracterizado por Lessa como entrópico, caótico, marcado pela ausência de rotinização: romperam-se os canais de integração entre *polis*, *demos* e governo que funcionavam no Império, e ainda não se sedimentou uma nova ordem.¹

A escolha da Constituição de 1891 pelo presidencialismo e pelo federalismo não resolvia variáveis cruciais para a organização política:

Fechado o ciclo militar, com o término do governo Floriano Peixoto, a experiência republicana não havia gerado respostas às questões institucionais deixadas em aberto com a queda do Império. Permaneciam sob a sombra da incerteza as *três variáveis cruciais* para a sobrevivência do regime: *os critérios de geração de atores políticos coletivos; as relações entre Poder central e poderes regionais e os procedimentos de interação entre Executivo e Legislativo*. Pode-se ponderar que a incerteza com relação a esses pontos é recorrente nos chamados momentos de transição. O singular neste caso é o fato de que ela não foi aplacada pelo ingresso da república brasileira na ordem constitucional. Ao contrário, a incerteza sobrevive à carta de 1891 e, em certo sentido, é ampliada, pois a definição de mecanismos constitucionais não implica obrigatoriamente a existência de fórmulas políticas pacíficas, que dependem menos de Direito Constitucional do que de arranjos informais. Ao instituir um sistema político baseado no presidencialismo, na autonomia dos Estados e no alargamento das prerrogativas do Legislativo, a Constituição de 1891 certamente inovou, tendo em vista a tradição imperial. Mas, a acomodação entre esses aspectos, não sendo matéria constitucional, dependeu do desempenho dos atores políticos e de sua capacidade de gerar um pacto não escrito. A construção deste pacto, otimizada no governo Campos Sales, por sua vez, tinha como condição necessária a erradicação da incerteza na resposta ao que defini como sendo as três variáveis cruciais. (Lessa, 1999, p. 106).

A República inaugura assim uma fase de experimentações institucionais, buscando gerar mecanismos de organização política capazes de consolidar o novo regime.

¹ *Polis*: conjunto de atores que, além dos direitos políticos, detém posições privilegiadas na estrutura de poder (executivos estaduais, burocracias, legislativos estaduais e nacional). *Demos*: representa a diminuta parcela da população que possui direitos políticos formais. (Lessa, 1999, p. 27)

Para entender as mudanças, o autor nos conduz a refletir sobre como as questões cruciais da organização política eram equacionadas no regime anterior. O sistema institucional do Império assentava-se sobre quatro poderes ao invés de três: além dos tradicionais três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), existia um quarto, o Poder Moderador. Este consistia de um conjunto de atribuições exclusivas do Imperador, entre as quais as de nomear o Poder Executivo, dissolver a Câmara de Deputados e controlar a administração das províncias.

Com estas atribuições, o Poder Moderador resolvia as três variáveis cruciais apontadas por Lessa. Vejamos uma a uma:

- a) Geração de atores políticos legítimos: o Poder Moderador nomeava o governo que fazia as eleições que elegiam seus apoiadores no Legislativo. Com este sistema, havia em verdade apenas um “único eleitor”, o Imperador²;
- b) Dinâmica Executivo-Legislativo: o Executivo nomeado pelo Imperador é quem conduzia o processo eleitoral, o que garantia a seu partido automaticamente a maioria no parlamento; assim mesmo, caso o governo ficasse em minoria, a Câmara era dissolvida e realizavam-se novas eleições. Este mecanismo foi muito usado - entre 1868 e 1889, todas as legislaturas, com exceção de uma, foram interrompidas pelo Poder Moderador (cf. Lessa, 1999, p. 52);
- c) Relação entre centro e periferias: o sistema é altamente centralizado – cabe ao poder central a nomeação dos presidentes de províncias, os quais tem entre suas atribuições centrais a organização do apoio ao governo e das eleições³ (observe-se que as relações entre centro e periferia são assim indissociáveis das relações Executivo-Legislativo).

² O sistema é sintetizado no famoso sorites de Nabuco de Araújo: “O Poder Moderador pode chamar a quem quiser para organizar ministérios; esta pessoa faz a eleição porque há de fazê-la; esta eleição faz a maioria. Aí está o sistema representativo em nosso país.”

³ “Uma das principais macrocaracterísticas do Modelo Imperial foi a hipercentralização administrativa. Esta se manifestava, entre outras formas, no controle que o Poder Moderador, via Executivo, exercia sobre as administrações provinciais. Como notaram Francisco Iglesias e Sérgio Buarque de Holanda, as administrações das províncias, exercidas por prepostos do governo central, eram marcadas por uma extrema rotatividade: ‘os presidentes de províncias mandados pela Cortes só ficavam geralmente o tempo preciso para garantir o predomínio da orientação partidária do ministério no poder’. Suas tarefas básicas eram: escolha de chefes políticos ‘hábeis’, capazes de garantir resultados eleitorais, manobrar postos da Guarda Nacional e nomear as autoridades policiais.” Lessa, p. 78-9. A citação interna ao texto foi retirada pelo autor da obra de Sérgio Buarque de Holanda, *História Geral da Civilização Brasileira*, t. II, Vol. 7, São Paulo: Difel, 1972.

A intervenção do Imperador gerava o que Lessa batizou de o “paradoxo da representação”, definido por uma inversão - não é a representação eleita que constitui o governo, é o governo indicado pelo Poder Moderador que elege a representação. O governo, assim, sempre tem maioria:

o Imperador escolhe o governo e este invariavelmente faz das eleições um ritual para obtenção de apoio majoritário. Esta seqüência, instituída em 1847, inverte as regras do parlamentarismo clássico, no qual o governo é, em alguma medida, expressão de maiorias parlamentares. No caso imperial ocorreu o contrário: as maiorias eram, na verdade, expressões da orientação do Poder Executivo, instalado por iniciativa do Poder Moderador. A ausência de mecanismos capazes de alterar essa direção, para que as eleições fossem anteriores aos governos, fez com que a única forma de acesso dos partidos ao poder fosse a escolha imperial, irresponsável em termos constitucionais. (Lessa, 1999, p. 52-3)

O sistema imperial caracterizava-se além disto pelo que Lessa batizou de “verticalização da ordem”. Esta noção parte de um esquema baseado em Robert Dahl e Samuel Huntington, distinguindo duas dimensões teóricas dos processos de mudança política: a liberalização e a participação. A primeira dimensão diz respeito aos níveis de pluralismo e de aceitação da competição política; a segunda corresponde à extensão da participação popular. As duas dimensões são representadas graficamente, sendo o eixo vertical o da liberalização, e o horizontal o da participação (Lessa, 1999, p. 54-5).

Lessa procura demonstrar que o sistema político imperial só se expandia no eixo vertical, o da liberalização, sem incorporar a população ao *demos* – a parcela da população que participava da política era muito pequena. No eixo da participação, há inclusive retrocesso, pois a última reforma eleitoral do Império reduziu drasticamente o eleitorado – a lei Saraiva, de 1881, elevou a renda exigida para que o cidadão pudesse votar e excluiu do voto os analfabetos, com o que o percentual dos cidadãos com direitos políticos caiu de 11% para 1% da população (Lessa, 1999, p. 47 e 88).

O regime republicano praticamente não promoveu alterações nesse eixo - as restrições censitárias, que haviam sido estabelecidas pela famosa lei Saraiva, foram abolidas logo após a proclamação, mas a proibição do voto aos analfabetos permaneceu, mantendo

reduzidíssimo o número de votantes.⁴ A parcela com direito a voto aumentou para apenas 2% da população; a República, pois, sequer conseguiu restabelecer o patamar de 11%, alcançado no Império antes da reforma eleitoral de 1881.⁵ A extrema elitização do regime republicano é um ponto muito claro, sobre o qual há pouco a acrescentar.

A grande mudança do novo regime foi acabar com o Poder Moderador:

O Brasil amanheceu no dia 16 de novembro de 1889 sem Poder Moderador. O sistema político brasileiro abriu-se para uma experiência, nos dez anos que se seguiram à proclamação, na qual ficou desprovido da ‘chave’ de sua organização institucional. Segundo a tradição do Império, as atribuições do Poder Moderador eram fundamentais para estabelecer os limites e a dinâmica do corpo político. (Lessa, 1999, p.67).

Os primeiros anos do regime serão marcados assim pela busca de um substituto confiável ao Quarto Poder do Império. Como será constituída a *polis*? Quem serão os atores relevantes? Como se resolvem os conflitos que se abrem entre Executivo e Legislativo? Como serão reguladas as relações entre Poder Central e estados?

Para Lessa, a resposta da República a esses três problemas será fornecida pela política dos governadores. As soluções podem ser assim sintetizadas:

a) A geração dos atores legítimos foi estadualizada – a reforma do regimento, promovida por Sales em 1999, entrega aos estados a constituição da *polis*:

A rigor não cabe mais nesse modelo falar da relação entre uma *polis* e um *demos* nacionais. Na medida em que cada estado foi assignado a um ‘grupo de exploradores privilegiados’, sem que o governo federal se preocupasse com os métodos utilizados para a perpetuação dessas facções no poder, as relações entre *demos* e *polis* saem da esfera nacional e se realizam no plano das políticas estaduais. As relações estabelecidas são, pois, entre as diversas parcelas estaduais daqueles dois conjuntos. A nova *polis*, estadualizada, é agora dotada de plena autonomia para definir métodos de obtenção de apoio eleitoral.” (Idem, p. 157-8)

b) As relações entre poder central e poder local são resolvidas pela doutrina da não-intervenção nos estados, que implica no congelamento das facções estaduais no poder – o acordo garante que essas facções se autoperpetuem, pois praticamente inviabiliza a existência de oposição.

⁴ Cf. decreto presidencial de 19/11/1889.

⁵. “A nova lei propicia um acréscimo do eleitorado, se levamos em conta o número de eleitores definido pela última lei eleitoral do Império. Se a memória, contudo, alcançar o contingente eleitoral brasileiro quantificado no censo de 1872 em torno de 1.100.000 eleitores, ou 11% da população – o decreto republicano é tímido. Enquanto que, com a lei Saraiva o eleitorado passa a representar cerca de 1% da população, com a República, levando em conta as eleições presidenciais de 1894, o percentual alcança 2%.” (Lessa, 1999, pg. 88)

c) O sistema de regionalização da representação garante a solidariedade das bancadas estaduais com o poder central: “Do ponto de vista do governo federal, relevante é o resultado daquelas relações: não importa por qual procedimentos as bancadas e os governos estaduais são eleitos se, no plano federal, eles agem em consonância com o poder central.” (Idem, p. 158)

O Pacto regula assim a dinâmica Executivo e Legislativo, obtendo no plano nacional uma maioria de apoio ao governo, que é, contudo, gerada no nível estadual.

Sintetizando, segundo o autor, o sistema republicano produz a desnacionalização da política, mantém a verticalização da ordem e aprofunda o esvaziamento das instituições representativas.

Lessa define com precisão os níveis em que estavam postos os desafios. Entretanto, existem aspectos da reorganização institucional cujas implicações podem ser melhor exploradas. Especialmente faz falta considerar as relações de interdependência entre as três variáveis, sob pena de perder de vista os objetivos fundamentais dos procedimentos que foram adotados.

Já a análise de Fernando Henrique Cardoso remete diretamente para o ponto fulcral da nova ordem republicana: o Pacto é concebido como uma fórmula pela qual o Presidente procura produzir maioria legislativa. O autor estabelece claramente uma hierarquia entre as variáveis, destacando os seguintes elementos:

1º) Em matéria de teoria do Estado, ‘independência entre os poderes’, mas preeminência presidencial. Sequer se aceitavam Conselhos de Ministros como norma administrativa, para marcar que o Presidente delibera responsabilmente, como chefe, ‘cuja autoridade legal e moral jamais deverá desaparecer atrás dos seus ministros’.

2º) O Legislativo não governa nem administra. ‘O poder, que pela natureza de suas prerrogativas, se acha em condições de esclarecer e dirigir é o Executivo’, e o Congresso tem necessidade de que sua maioria seja esclarecida e sob certos assuntos dirigida.

3º) Conseqüentemente, é preciso buscar uma fórmula que solidarize as maiorias com os Executivos. Esta, no plano formal e na expressão de Campos Sales, decorreria de que o mesmo sufrágio que elege a um deve eleger a outro poder. Na prática, o Presidente propôs que se reconhecesse automaticamente a ‘legitimidade’ das maiorias estaduais.

4º) Com isso, ou seja, com a promessa (que não foi cumprida em todos os casos por Campos Sales) de que o Governo Federal não apoiaria dissidências locais, as situações se obrigariam a apoiar a política do Presidente.

5º) O mecanismo prático para isto foi a alteração na maneira pela qual se fazia o reconhecimento da ‘lisura’ das atas eleitorais. Até então, como era habitual a fraude e

como as dissidências apresentavam resultados eleitorais diversos dos resultados oficiais locais, as oposições podiam, com apoio federal, fazer representantes seus. Daí por diante, por acordo aprovado na Câmara, a ‘Comissão de Verificação de Poderes’, que deveria resolver as dúvidas sobre quem havia sido eleito, passaria a aceitar as atas assinadas pela maioria das Câmaras municipais (que eram as competentes para isto) e o sistema de controle seria supervisionado pelo presidente da Câmara anterior, de tal maneira que se evitassem surpresas que a praxe então vigente de dar ao mais idoso eleito (nunca se sabe de que facção seria o mais idoso) poderia acarretar. (...)

Assim, sem criar um Partido único, deixou que a multiplicidade das oligarquias locais consolidassem o poder em seu âmbito, e chamou à Presidência a condução das grandes questões, para as quais contava com o apoio incondicional do localismo. (Cardoso, 1975, pg. 48. As aspas internas do texto indicam citações de Campos Sales.)

A entrega do poder de definição da *polis* aos governadores foi, nessa ótica, o mecanismo prático pelo qual Campos Sales conseguiu chamar para si a condução das grandes questões nacionais. O sistema gerado pelo pacto oligárquico não pode ser reduzido a uma entrega do poder aos governadores, pois esta delegação está subordinada à constituição de apoio à política do Presidente no plano federal. Observe-se que o próprio mecanismo de reconhecimento dos deputados reflete esta dinâmica de subordinação – se o acordo é que serão reconhecidos os candidatos indicados pelos governadores, por outro lado a supervisão final sobre o processo fica nas mãos do Presidente da Câmara, que representa uma articulação nacional (em geral, controlada pelo Presidente da República).

A “estadualização” da *polis* é, pois, um elemento dependente da dinâmica nacional das relações Executivo-Legislativo, de forma análoga ao que sucedia no Império com a hipercentralização administrativa, onde a nomeação das administrações provinciais buscava principalmente garantir o predomínio da orientação partidária do ministério no poder: as relações do Poder Central com as províncias, nos dois casos, visam principalmente estabelecer formas de sustentação deste no Legislativo central. À sombra deste arranjo, desenvolve-se o coronelismo, cujas bases de interpretação foram lançadas por Vitor Nunes Leal (1980). Vale a pena recuperar o conceito desenvolvido por esse autor, pois permite pensar as relações entre poder central e poder local como integrando um sistema nacional, que envolve as relações Executivo-Legislativo.

5.2. O sistema coronelista

A tendência a enfatizar o regionalismo e a força das oligarquias regionais faz com que seja subestimada a dinâmica nacional, e o coronelismo seja visto como um sistema em que predomina o coronel. Mas não é esta a definição de Leal, nem de José Murilo de Carvalho, os quais apontam para as diferenças entre coronelismo e mandonismo: o coronel é uma peça no sistema que se constrói através do voto e da representação.⁶

O coronelismo foi definido por Leal como um sistema nacional, de intermediação entre poder local e poder central, que gera o governismo. Como aponta Antônio Octávio Cintra (1974, p. 46-9), o âmbito da análise de Leal é o país – as relações que ele se propõe a analisar não são apreensíveis a partir dum enfoque meramente local, é necessário analisar os mecanismos e efeitos operantes na escala maior do sistema político⁷. José Murilo de Carvalho enfatiza o mesmo ponto:

Nesta concepção, o coronelismo é então, um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao governo, em troca do reconhecimento deste de seu domínio no estado. (Carvalho, 1997, p. 230)

As relações coronelistas vão desde o coronel até o Presidente da República, o qual reconhece o domínio dos Governadores nos estados em troca de apoio no nível federal.

É verdade que, como o próprio Leal admite, seu interesse maior na obra era compreender o funcionamento do sistema no nível local (Leal, 1980, pg. 12). Não perdeu de vista, contudo, que as relações que operam no nível local são em grande parte definidas fora dele: as normas legais e constitucionais que definem os mecanismos de representação e de distribuição de competências e de recursos entre as esferas da federação são decididas no

⁶ “Ora, não há uma palavra no meu livro pela qual se pudesse atribuir o *status* de senhor absoluto ao coronel, ou às expressões pessoais de mando do sistema coronelista, pois o que procurei examinar foi sobretudo o sistema. O coronel entrou na análise por ser parte do sistema, mas o que mais me preocupava era o sistema, a estrutura e a maneira pela qual as relações de poder se desenvolviam na Primeira República, a partir do município.” (Leal, 1980) . Ver também Cardoso (1975) e Carvalho (1993)

⁷ Outros autores vêem o âmbito da análise de Leal como sendo estadual, centrado nas relações entre lideranças locais e o governo do estado. Ver Bezerra, pgs. 118 e 184.

nível federal, no Congresso; a distribuição de cargos, por sua vez, depende em grande medida do Executivo federal. Assim, Leal compreendia seu sistema nacionalmente, embora centrasse o foco nos Municípios.

É possível, porém, examinar o mesmo sistema desde outros ângulos: as relações entre o Presidente e o Congresso Nacional, por exemplo, podem ser entendidas como parte do sistema coronelista, embora uma componente até hoje menos estudada.

A idéia de sistema nacional evidentemente não significa que seus elementos tenham sido estabelecidos deliberadamente, como um conjunto pronto; mas, antes que, para serem compreendidos, têm de ser vistos em relação uns com os outros.

O traço que nos interessa destacar aqui é o governismo – o sistema descrito por Leal se caracteriza essencialmente por ser governista (Leal, *Considerações Finais*, p. 250; Backes, 2002). A base do sistema coronelista é o compromisso recíproco entre o poder central e o poder local: o coronel dá ao Presidente e ao Governador apoio em votos; em troca, recebe recursos e nomeação de autoridades. Os votos são necessários para eleger o Executivo e o Legislativo, já que são eleições separadas.⁸

O resultado favorece as forças que controlam o governo: dota-as de mecanismos com os quais eleger seus representantes e cimentar maiorias no Legislativo. Este é o traço essencial para explicá-lo, é ele que dá sentido ao conjunto. O acordo regionaliza a geração dos atores legítimos, mas deixa ao Executivo a condução do Legislativo nacional. O ponto fulcral do sistema é produzir o governismo, especialmente o apoio do Legislativo.⁹

⁸ Não compromete este raciocínio considerar que o voto em si tinha pouco valor como mercadoria política, pois como mostra Carvalho, interessa é que a estabilidade do sistema coronelista como um todo exigia que a maioria dos coronéis apoiasse o governo. Não interessa o total de votos, interessa ter maioria. (Carvalho, 1997, p. 235-6)

⁹ O governismo nasce da pobreza e dependência dos Municípios. É evidente que esta carência não foi inventada pelo sistema. Mas a forma de acesso das localidades aos recursos depende das intermediações definidas tanto pelo sistema representativo como pelos canais de influência:

- de um lado, do ponto de vista das normas legais e constitucionais, o sistema se caracteriza pela submissão dos municípios: sem receita suficiente, atadas por vários tipos de tutelas, as comunas dependem para tudo do poder central.

- de outro lado, se estabelece um sistema informal em que os chefes leais ao governo conseguem acesso a verbas, serviços e cargos públicos.

A face formal é constituída pelos mecanismos do sistema representativo que delimitam os poderes e as competências; a informal pelos laços de compromisso, que costuram as lealdades. (Ver Cintra, pg. 56 e Backes, 2002)

A interpretação acima exposta sobre o coronelismo como sistema é baseada em Leal e em autores que contribuíram muito para desenvolver o conceito, estabelecendo seus principais nexos (Cintra 1974, Cardoso 1975, Carvalho 1997). Mas cabe refletir mais sobre seu surgimento: quais as condições que fizeram do coronelismo uma forma peculiar, distinta de outras formas de mandonismo e clientelismo? Por que o sistema se desenvolve com o regime republicano, como aponta Leal?¹⁰

Na visão deste autor, o fenômeno surgiu na República, da confluência de um fato político com uma conjuntura econômica de decadência dos senhores de terra tradicionais, que vai se aprofundando ao longo do período republicano. O fato político central, na interpretação de José Murilo de Carvalho, seria o federalismo da Primeira República, que propicia o surgimento de um novo ator, com amplos poderes, o governador de estado:

O fato político é o federalismo implantado pela República em substituição ao centralismo imperial. O federalismo criou um novo ator político com amplos poderes, o governador de estado. O antigo Presidente da Província, durante o Império, era um homem de confiança do Ministério, não tinha poder próprio, podia a qualquer momento ser removido, não tinha condições de construir suas bases de poder na Província, à qual era, muitas vezes, alheio. (...) O governador de estado, ao contrário, era eleito pelas máquinas dos partidos únicos estaduais, era o chefe da política estadual. Em torno dele se arregimentavam as oligarquias locais, das quais os coronéis eram os principais representantes. Seu poder consolidou-se após a política dos estados implantada por Campos Sales em 1898, quando este decidiu apoiar os candidatos eleitos pela 'política dominante no respectivo estado'. (Carvalho, 1997, p. 230)

Sem dúvida, do ponto de vista de Leal, o novo papel do governador do estado é um fator central da explicação. Essa descrição, no entanto, apesar de destacar aspecto importante do sistema, parece incompleta. Falta considerar a importância decisiva de outro ator surgido com as novas instituições republicanas: o Presidente da República. Embora seu papel no sistema coronelista não tenha sido desenvolvido por nenhum dos autores, não seria

¹⁰ “Qualquer absorção conceitual do coronelismo por formas anteriores de liderança política local, ou qualquer simplista identificação com elas, parecia-me duvidosa, porque deixaria de explicar um fenômeno peculiar à Primeira República. A ênfase em aspectos que eu tinha por secundários – como o mandonismo de um lado, e o clientelismo de outro – não permitiria discernir, no tipo de liderança estudado, as características políticas de um determinado período de nossa história. Sempre houve mandonismo, sempre houve clientelismo, não só no Brasil, como nos demais países. Haveríamos, então, de confundir também o coronelismo brasileiro com as demais formas de clientelismo dos outros países?” Leal (1980), pg. 12
E ainda: “Por tudo isso, o fenômeno estudado é característico do regime republicano, embora diversos dos elementos que ajudam a compor o quadro do coronelismo fossem de observação freqüente durante o Império e alguns deles no próprio período colonial.” (Idem, pg. 254)

incompatível com os demais elementos arrolados, estando mesmo implícito em algumas das suposições trabalhadas.

A idéia que aqui se introduz é que, para compreender as feições apresentadas pelo coronelismo brasileiro, é um dado decisivo levar em conta que a República introduziu não apenas o federalismo, mas também o presidencialismo. A separação dos poderes Executivo e Legislativo obrigava, pelas características do sistema, que os Presidentes tivessem que buscar mecanismos para garantir um Legislativo confiável, que lhes permitisse governar, isto é, aprovar leis. Talvez este aspecto seja subestimado em muitos estudos sobre o período devido ao grande poder atribuído aos governadores, por muitos considerados os atores decisivos no período¹¹. Assim, não é destacada, por nenhum dos autores citados, a importância do regime de separação de poderes, nem é desenvolvida a questão, apenas sugerida, das relações entre Executivo e Legislativo. Mas não se pode subestimar o papel do Presidente, nem esquecer que a força das oligarquias se consolidou em um arranjo patrocinado desde o alto: a política dos estados foi implantada por um Presidente, Campos Sales, que precisava construir apoio no Congresso, em um período turbulento de luta pelo poder.

É necessário por isso considerar, além das conseqüências geradas pelo federalismo, também aquelas associadas com a adoção do sistema presidencial.

5.3. O presidencialismo: principais traços

A necessidade de gerar maiorias legislativas ganha na República especificidades devido à opção pelo presidencialismo.

¹¹ Outros exemplos de análises que vêem a preponderância do governador na Primeira República são as de Souza (1968) e mais recentemente Abrucio (1998). No Capítulo intitulado “A formação do federalismo brasileiro”, este último destaca os pontos que seriam os fundamentais do arranjo da política dos governadores: a) Governadores seriam os atores mais importantes, tanto no âmbito nacional como no estadual; b) Poder nacional seria controlado por Minas e São Paulo; c) Presidente seria fraco, especialmente contra os grandes estados. Possuiria uma função importante, a de garantir a supremacia das oligarquias estaduais no Congresso Nacional, através da “verificação dos poderes”; d) Inexistência de partidos nacionais, contrastando com o período do Império; e) Perpetuam-se todas as oligarquias estaduais que estavam no poder no governo Campos Salles.

No Império, o Poder Moderador escolhia o partido que iria construir a maioria – a solidariedade entre Legislativo e Executivo estava garantida pelos mecanismos do parlamentarismo, mesmo que invertidos. Mas, no presidencialismo, a constituição de governo se torna mais complexa, é preciso criar os mecanismos que irão gerar o “governismo”.

O ponto essencial está em que, no regime presidencialista, os poderes Executivo e Legislativo têm origem e sobrevivência independentes. Exatamente esse é o ponto que resume a definição do sistema, como aponta Limongi:

Presidencialismo é uma forma de governo em que há uma clara separação entre os poderes Executivo e Legislativo, expressa na independência da origem e da sobrevivência destes dois poderes. Por contraste, sob o parlamentarismo, a origem e a sobrevivência dos dois poderes se encontra associada. Desta distinção, segue que a cooperação entre o Executivo e o Legislativo está na origem e na sobrevivência do próprio governo no parlamentarismo, enquanto sob o presidencialismo não há qualquer garantia de que esta cooperação venha a ocorrer. Contudo, se é verdade que sob o presidencialismo a cooperação não é necessária para a existência dos dois poderes, a cooperação é necessária para que o governo governe. Governar significa aprovar leis, e, a não ser em condições muito especiais, estas não serão aprovadas sem o concurso dos dois poderes. (Limongi, 1996, pgs. 27-8)¹²

Nos termos das relações Executivo-Legislativo, o Poder Moderador no Império só precisava resolver um problema – escolher o Executivo. A dinâmica do parlamentarismo encarregava-se de gerar a harmonia entre os dois poderes, pois o partido eleito confirmaria formalmente o Executivo, um era necessariamente solidário com o outro. Só havia uma escolha importante, que era a do Executivo (o mecanismo de formação de governo não deixa de ser parlamentarista, ainda que invertido, no “paradoxo” em que é o governo que elege o partido, e não o partido que elege o governo). É verdade que a Câmara podia derrubar governos, recusando apoio a medidas legislativas, fato, aliás, que ocorreu várias vezes – mas o impasse era solucionado pelo Poder Moderador, que reiniciava o processo, escolhendo novo Executivo, o qual elegia nova Câmara para apoiá-lo.

Na República, não apenas a escolha do Executivo passa a depender de um processo mais amplo do que a simples indicação pelo Poder Moderador, passando por eleições (não

¹² É a mesma definição usada em Mainwaring & Shugart (1997), p. 22.

interessa o grau de participação e de verdade eleitoral, existe um processo eleitoral que é necessário vencer), como o sistema não garante a harmonia entre os dois poderes. Torna-se necessário não apenas forjar um acordo para fazer o Executivo, como também um outro para ter maioria no Legislativo: são duas eleições.

O presidencialismo abre a possibilidade de disputa entre os dois poderes - se há um confronto entre forças distintas, e essas forças conseguem representação diferenciada nos poderes, o conflito entre elas pode tomar forma institucional, sem solução legítima. Esse é o caso na República dos primeiros conflitos entre Executivo e Legislativo: inicialmente os deodoristas no Executivo opõem-se aos históricos que conseguem maioria no Legislativo; depois, Prudente e os republicanos legalistas enfrentam um Legislativo polarizado pelos nacionalistas florianistas.

Assim, as tensões institucionais do período não decorrem apenas da passagem do centralismo monárquico para a autonomia desenfreada. O novo desenho institucional prevê um Executivo forte, representando a vontade da Nação e um Legislativo independente, que não pode ser dissolvido e que controla sua própria eleição (através do reconhecimento de poderes). Os primeiros anos são de adaptação a este novo modelo, em que as forças políticas, ao mesmo tempo em que sedimentam alianças, também buscam definir mecanismos que lhes permitam conquistar estabilidade dentro do novo jogo institucional. A questão crucial a resolver será como forjar acordo entre os dois poderes.

É importante registrar que a forma de governo não era um ponto secundário naquele momento: para a maior parte dos republicanos históricos, a República só seria digna deste nome sob um regime federativo e presidencialista. A importância da disputa entre parlamentarismo e presidencialismo talvez tenha sido subestimada nas análises porque não chegou a polarizar os debates na Constituinte, uma Assembléia que era “compactamente republicana, federativa e presidencialista” (cf. Bello, 1952, p. 101). Os embates sobre a forma de governo não tiveram como principal palco o parlamento, mas surgiram como bandeira nas principais lutas armadas do período: tanto a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, como boa parte dos revoltosos contra Floriano, pregavam a volta ao parlamentarismo. O PRF, fundado neste contexto, tinha como ponto essencial do programa

a defesa da Constituição de 1891, da qual um dos principais conteúdos era o presidencialismo.

Lincoln Penna registra um ponto até hoje pouco valorizado: a relação entre florianismo e o regime presidencialista. Nos tempos de Floriano, teria sido forjada uma convergência entre positivismo e radicais, na defesa de um presidencialismo forte:

No Brasil, a convergência entre positivistas e os radicais do republicanismo antiliberal teve seu ponto de encontro no primado absoluto da república sobre não importa que outro regime. Para ambos, era este o modelo capaz de gerar o progresso material e espiritual, e sua adoção era incondicional. Subordiná-lo a expedientes que o desfigurassem era impensável, mais ainda: impatriótico. Mas somente nos tempos de Floriano ocorreria esta aproximação, centrada na premissa da supremacia do Executivo, e, portanto, de um presidencialismo forte, não suscetível a controle de outros poderes. Era a idéia de uma república pura, a *res publica*, na qual o primeiro de seus cidadãos, o Presidente, não podia ter seu poder dividido. (Penna, 1997, p. 113)

O autor vai mais longe: em seu entender, teriam sido as forças florianistas, especialmente as que ele chama “de rua”, que “deram à República a forma presidencialista”, introjetando “a idéia segundo a qual a República tem como função assegurar o poder absoluto ao exercício presidencial, para que este, expressando uma delegação do povo, promova o progresso da coisa pública e integre os cidadãos comuns no âmbito das decisões que atendam às suas expectativas” (Penna, 1997, p.15).

Apesar de tocar numa questão muito importante, essa conceituação não parece resolver bem as complexas relações entre republicanos, florianistas e o presidencialismo. A maioria compacta de republicanos históricos que controlava a Assembléia Constituinte de 1891 adotou o presidencialismo com poucas divergências – as maiores foram quanto ao sistema de voto a adotar e quanto ao grau de federalismo que seria consagrado. Tem sido apontada a grande influência do modelo norte-americano, que era “a coqueluche da época”, e que o modelo foi defendido por parlamentares influentes como Rui Barbosa (Ver Franco, 1967, p. 88; Roure, 1979, p. 234); menos destaque tem recebido, contudo, um ponto que é essencial: República equivalia a federalismo e a presidencialismo, para a maior parte dos propagandistas. Essa vinculação é claramente estabelecida por Guanabara:

Assim, na ordem política o que a revolução de 1889 tinha em mente era a substituição do parlamentarismo e do unitarismo pelo regime presidencial e pela Federação. Combater esses dois pontos capitais do pensamento republicano é combater a própria República, que

não é certamente um rótulo que se possa aplicar indiferentemente a estas ou aquelas instituições, senão que é a expressão política em que se concretiza exatamente o regime presidencial federativo. Os que o combatem renegam por conseguinte todo o passado da propaganda republicana e implicitamente reconhecem a inconveniência ou a desnecessidade da revolução que implantou a nova ordem de coisas. (Guanabara, 1983, p. 111).

Talvez não se deva aceitar prontamente a afirmação do autor de que todo republicano fosse necessariamente presidencialista – alguns escapavam a esse rótulo, como Sílvio Romero. Mas, parece que se pode aceitar que a maioria dos históricos defendia o sistema presidencial.¹³ Há muito ainda por investigar para estabelecer claramente as raízes e determinantes destas escolhas. Para o momento, algumas razões podem ser sugeridas para a reflexão.

O positivismo certamente contribuiu para definir os rumos do presidencialismo no Brasil. No plano político, esta corrente tem sido mais comumente associada com a defesa da ditadura republicana, pregada pelos membros do Apostolado positivista. No entanto, poucos positivistas brasileiros permaneceram presos à visão mais ortodoxa do Apostolado, que desde o início da República ficou totalmente isolado.¹⁴ Benjamim Constant, uma das principais figuras associadas ao movimento de 15 de novembro, e o grande divulgador do positivismo no Exército, desenvolveu posição divergente na questão da “ditadura republicana”; teria uma visão mais pragmática, constatável na correspondência trocada com Lafitte, dirigente do positivismo ortodoxo na França, defendendo a Assembléia Constituinte e a busca de legitimação nas urnas para o novo regime (Lins, p. 330).

A marca dos seguidores de Comte seria perceptível na concepção orgânica da sociedade, em que o Estado é o cérebro, com papel de direção e de exemplo à coletividade. Fonseca assinala que os positivistas criticavam a separação dos poderes e a limitação do Executivo, típicas do liberalismo, optando pelo fortalecimento do poder Executivo e pela

¹³ Outro exemplo da ligação entre República e presidencialismo foi recolhido por Love. Comentando o testamento político de Pinheiro Machado, após sua morte, afirma:

“Atrás da retórica, repousa a visão de Pinheiro a respeito de seu papel na história brasileira: a de um guardião da República. Em princípio, e num sentido literal, ele havia lutado com parlamentaristas e monarquistas para preservar a pureza do regime republicano, segundo sua visão: uma forma presidencial de governo, com poderes amplos aos Estados”. (Love, 1971, pg. 186)

transformação do Legislativo em órgão meramente fiscalizador (Fonseca, 1999, p. 53). Essa concepção desenvolveu claras afinidades com um presidencialismo forte, em que o Presidente é que expressa a vontade do povo, com competência para dirigi-lo.

A defesa do Executivo forte era reforçada por uma arraigada desconfiança do parlamento e da democracia representativa – era muito forte a idéia de que a República não teria sido implantada se dependesse do voto popular. Exemplo típico desse raciocínio pode-se ver nos debates da Constituinte. Badaró, católico mineiro, criticava medidas que estavam sendo propostas contra a Igreja Católica, dizendo que estas medidas não correspondiam ao pensamento do povo, sabidamente religioso. Barbosa Lima, positivista conhecido, contesta: “Si a República tivesse sido posta a votos, triunfaria?” Logo a seguir, Badaró prossegue:

Nós, os catholicos brasileiros, dizemos com todo o entusiasmo: nunca, em caso algum fugiremos a um julgamento popular. Em todas as nossas causas, queremos o povo para juiz. Vêde bem onde está a verdadeira democracia...(Apartes) O eleitorado atual não aprovaria este iniquo projecto de Constituição.” Ao que é atalhado por “um Sr. Representante”, que pergunta: “E teria competência?” (Anais da Constituinte, novembro de 1890, p. 948-50).¹⁵

É necessário considerar que essa convicção da impossibilidade de conquistar o poder através do voto certamente refletia a dura experiência de exclusão nas eleições imperiais, em que, ao longo de quase vinte anos disputando eleições em vários estados, o movimento republicano só conseguiu duas cadeiras na Câmara dos Deputados, em 1886, em São Paulo.

Havia assim, especialmente por parte dos militares, mas não apenas deles, uma desconfiança dos mecanismos representativos, vulneráveis às manipulações das elites tradicionais para controlar os resultados eleitorais.

Parece lógico supor que as correntes com uma proposta republicana mais radical, nacionalistas, influenciadas pelo positivismo, visualizassem como o único caminho a seguir

¹⁴ Há relatos descrevendo que, no dia 15 de novembro, Teixeira Mendes, um dos mais conhecidos dirigentes do Apostolado positivista, bradava na rua para os líderes do movimento: “Proclamem a ditadura! Proclamem a ditadura!”, os quais dão uma boa imagem deste isolamento. Ver Carvalho, 1997, p. 41.

¹⁵ Outro exemplo é dado pelo positivista Demétrio Ribeiro, discursando em sua posse como Ministro da Agricultura do Governo Provisório, em 11/12/1889: “Senhores, consideremos que as urnas se pronunciaram contra a República (Apoiados) e a República se fez (Apoiados). Um dos defeitos do regime eletivo está justamente nisto: em que cada cidadão, desde que leva seu voto à urna, supõe ter por este modo dado todas as manifestações de sua opinião, e não mais intervém em fiscalizar a marcha dos negócios públicos.” (cit. in Lins, 1961, p. 327)

a aposta em um dirigente forte, capaz de representar a “vontade do povo” contra as elites¹⁶; ainda mais depois dos episódios das revoltas armadas, magnetizadas pelo comportamento enérgico do Marechal Floriano em defesa das instituições republicanas.

Não parece totalmente correto, contudo, supor que foram essas correntes florianistas que imprimiram a forma ao regime presidencialista que se consolidou. É certo que, como se verá adiante, o Pacto que consolidou a República teve como um de seus pontos programáticos centrais a defesa do presidencialismo – para atrair a corrente florianista do Congresso, Campos Sales comprometeu-se com a defesa do regime presidencial. Entretanto, o republicano paulista consolidou sua própria visão do presidencialismo, derrotando outras concepções, como as que queriam presidencialismo com partido forte.

Como se deu a luta entre estas diferentes concepções e como Campos Sales conseguiu definir os parâmetros do funcionamento do novo modelo é surpreendentemente pouco estudado. Este será o objeto do próximo Capítulo.

¹⁶ Esta estratégia não é incomum para as correntes nacionalistas e esquerdistas na América Latina. Traços semelhantes podem ser identificados por exemplo nos argumentos que defenderam o presidencialismo nos debates em torno do plebiscito pela forma de governo no Brasil em 1993 e nas propostas de Chávez, na Venezuela.

Cap. 6º Alternativas institucionais em disputa

Estabelecidas as linhas mestras do sistema institucional gerado pelo Pacto de Sales, é necessário discutir como e por que esse arranjo tomou a forma que tomou. Especialmente neste ponto as explicações vigentes parecem rudimentares: partindo, em sua maioria, da idéia de que o Pacto simplesmente consagra no sistema político a regionalização de fato existente, pouco lhes resta a explicar – Campos Sales simplesmente teria reconhecido a “distribuição natural de poder”, e se aliado com os governadores. Esta concepção elimina da história as outras alternativas, que disputaram com a de Sales a definição da nova ordem republicana.

Os confrontos entre as correntes, apontados anteriormente, tiveram desdobramentos institucionais, expressando-se em diferentes propostas organizativas. As relações entre partido e governo, entre Presidente e Congresso, desafiavam as noções desenvolvidas sob o regime imperial. Neste capítulo, procuramos recuperar como os impasses da criação de uma nova ordem institucional eram percebidos pelas lideranças da época e como elas procuraram resolvê-los. A pesquisa sobre os conflitos entre Executivo e Legislativo revelou que foram tentadas várias alternativas de substituição ao Poder Moderador (o poder sobre os três pontos cruciais antes apontados - a geração dos atores políticos, as relações entre poder central e poder local, a solução da dinâmica Executivo-Legislativo). As principais foram as seguintes:

- a) o Presidente é quem substitui o Poder Moderador : os estados e o Legislativo devem subordinar-se ao Presidente. O ponto central desta concepção é a doutrina da intervenção nos estados, que Deodoro e Floriano desenvolveram na prática, com grande desgaste e resistências; Prudente busca sua legalização, pedindo ao Congresso a regulamentação do art. 6º da Constituição (o qual definia os casos em que a intervenção seria legítima). Durante o governo de Prudente, com o surgimento do PRF, desenvolve-se a idéia de que também o partido deve subordinar-se ao presidente;
- b) o partido substitui o Poder Moderador: presidente, parlamentares e estados devem subordinar-se ao mesmo partido, que controla a geração de atores e a dinâmica Executivo-Legislativo. É a alternativa defendida por Glicério e por Serzedello;

c) o Presidente divide com os governadores as atribuições do Poder Moderador: a geração dos atores políticos legítimos passa à esfera estadual, sob o controle dos governadores; mas, a dinâmica Executivo-Legislativo subordina-se ao Presidente. Ele “orienta o Legislativo”, mas não mais através de um partido. Os partidos não são mais necessários: o Presidente encarna a Nação, e seu programa expressa a maioria – a mesma maioria que elege o Congresso; deve, portanto, dirigi-lo. Mas, em acordo com os governadores (portanto, sem intervenção nos estados, a não ser em casos excepcionais).

Havia ainda as alternativas positivista “pura” e a jacobina, mas estas não chegaram a se viabilizar no plano nacional; a concepção positivista foi implantada em alguns estados.¹ É interessante que a cada uma das alternativas acima pode ser relacionado um republicano paulista – a alternativa de “todo o poder ao Presidente” é defendida por Prudente de Moraes; a centralidade do partido é a bandeira de Glicério; e o condomínio com os governadores foi organizado por Campos Sales, indicando mais uma vez que entre os principais grupos regionais não havia homogeneidade nem de concepções nem de estratégias.

A alternativa de Campos Sales, para se impor, teve que derrotar as outras, que não foram apenas idéias soltas, mas conquistaram adeptos, determinando o comportamento dos atores em momentos decisivos. Vejamos como se deram as disputas ao longo dos primeiros governos republicanos.

6.1. As intervenções nos estados como estratégia

Os primeiros anos do regime republicano são marcados por conflitos nos estados, intervenções federais, uma constante troca dos grupos no poder. Interpretar esse quadro simplesmente como a “liberação das energias centrífugas longamente represadas pela centralização imperial” tem levado a perder de vista o papel do poder central. Muitos dos

¹ Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Espírito Santo adotaram Constituições positivistas (cf. Lins, 1961). No Rio Grande do Sul, foi completamente reduzido o papel do Legislativo, o qual ficou limitado a aprovar orçamentos. Os positivistas gaúchos organizaram um partido forte e coeso, mas não admitiam oposição. Além disto, o partido gaúcho era altamente centralizado em torno de Castilhos e depois de Borges: o PRR praticamente não realizava congressos partidários (ver Love, 1971). A proposta jacobina, descrita por Carvalho (1990), de igualdade e poder ao povo, não chegou a ser implantada e teve pouca relevância nos debates no Congresso, não chegando a significar uma alternativa concreta.

efeitos atribuídos pelos analistas à autonomização das províncias só são explicáveis em relação com o jogo presidencialista: as disputas republicanas pelos governos dos estados são indissociáveis dos esforços dos Presidentes para obter maioria no Legislativo.

A idéia de que com o fim do Poder Moderador se amplia o poder dos coronéis (expressa por Carone, por exemplo)² perde de vista que, se os estados passam a eleger diretamente os governadores, nem por isto o Executivo deixa de intervir na política estadual tendo em vista a política nacional: os primeiros presidentes usaram o mesmo mecanismo de nomear “organizadores das eleições estaduais”, só que não legitimado: eram intervenções nos estados, pura e simplesmente. As reivindicações de autonomia estadual refletiam em grande parte a resistência a esse intervencionismo central.

Como governar com a Câmara em oposição? Este foi o dilema de Deodoro. Logo após sua eleição, que teve oposição de parte significativa do Congresso Nacional, começaram as intervenções nos estados. Como vimos no capítulo 2, estas não foram “anárquicas” como sugere Lessa (1999, p. 101), mas podem ser interpretadas à luz do conflito entre históricos e deodoristas: Deodoro apeou do poder os históricos que lhe faziam oposição, Floriano os reconduziu ao poder, nomeando especialmente positivistas e militares nacionalistas para os governo estaduais.

Apesar das intervenções nos estados, a maioria no Congresso, comandada pelos históricos, fez oposição ao Marechal Deodoro em vários pontos importantes, votando uma lei de incompatibilidades que afastava ministros nomeados pelo Marechal, e uma lei de responsabilidades criminais e de processo do Presidente da República, que introduzia o *impeachment*³. De especial importância foram as medidas econômicas propostas pelo gabinete Lucena, que foram rejeitadas. A solução de Deodoro foi dissolver a Câmara, o típico recurso do parlamentarismo imperial. Assim, observa-se nitidamente que o Presidente procura reter em suas mãos as atribuições do Poder Moderador, intervindo tanto nos estados como no Legislativo para gerar atores confiáveis.

² “Desde a Colônia os ‘coronéis’ comandam a política. A República é uma ampliação de seu domínio, pois a quebra do Poder Moderador permite que eles próprios escolham seus representantes em todos os graus”. (Carone, 1970, p. 151-2)

³ O projeto foi vetado por Deodoro em outubro de 1891, mas em 2 de novembro o Senado o aprova, por cima do veto presidencial, devolvendo-o à Câmara; no dia seguinte, dá-se o golpe de dissolução do Congresso. Ver Carone, 1977, p.61.

O governo do Marechal Floriano começa com harmonia entre o Executivo e o Legislativo, pois o contragolpe foi feito em acordo com a maioria do Congresso dissolvido por Deodoro. Nesse momento existe uma situação excepcional, em que se dá uma união em defesa da República: os republicanos históricos controlam o Congresso, e as divergências entre os dois poderes não geram impasses; nos momentos decisivos o Congresso respaldou o Presidente. Nos estados, são reconduzidos ao poder os históricos que haviam sido depostos; em vários outros, são nomeados militares positivistas como interventores. O Marechal continua, portanto, com a estratégia de intervenção nos estados para garantir o apoio à política nacional, no caso a política dos históricos contra a dos deodoristas. A oposição passa para as armas.

A grande novidade no período foi a fundação de um partido de defesa da República, expressando a percepção das elites de que o jogo legislativo necessitava de um partido nacional: baseados na experiência imperial, os políticos apostaram na constituição de um grande partido, como canal privilegiado para a formação de governo.

6.2. A disputa pelo controle do partido nacional

Pode-se presumir que, para as elites dirigentes, no início de 1894 os principais problemas institucionais estavam bem equacionados: Executivo e Legislativo haviam sido indicados em sua quase totalidade pelo partido da República, o PRF, expressando não apenas o acordo entre os poderes, como a vitória do movimento republicano: o PRF teve uma grande vitória nas eleições, tanto presidenciais como parlamentares.

As divergências políticas sobre a direção a imprimir ao novo regime, contudo, logo dissolveram as certezas – os episódios da votação da anistia, dos protocolos italianos, dos tratados internacionais, cavaram um fosso entre o Presidente e a cúpula florianista do PRF.

Emergem então questões essenciais: qual o papel do partido? Qual o do presidente? Pode o partido discordar do presidente? Pode o Congresso? Essas questões estavam na ordem do dia, e eram freqüentemente discutidas pelos parlamentares.

No caso dos protocolos italianos aparece muito claramente um debate sobre o papel do Legislativo. Na votação da proposta governamental, Enéas Martins, paraense que será mais

tarde do grupo dos “concentrados”, defendeu a aprovação, por entender que o PRF tinha obrigação de sustentar o governo:

O Poder Público com quem nós temos que nos entender é representado pela pessoa de S.Ex., o Presidente da República. E desde que o Partido Republicano Federal sustenta o governo, si o governo do Presidente da Republica é o representante directo, sinão exclusivo, deste partido na alta administração do paiz, não comprehende como essa questão do protocollo possa ser uma questão aberta, porque si o governo serve para a política interna, deve servir para a política externa (*apoiados*) e o voto que o partido exprimir nesta Câmara contra S. Ex. nesta questão, que entende com a política externa, manifesta falta de confiança e falta de solidariedade política (*Apoiados e não apoiados; apartes vivos*). (ANAIS CD, 4/8/1896)

Serzedello contesta seu colega de bancada estadual, discordando da tese de que a Câmara devia aprovar os protocolos para não se divorciar do Presidente:

“Não, Senhores. O nobre Deputado está errado. Si o Sr. Presidente governa com um partido, elle deve ouvir as inspirações desse partido. E si a Nação e o partido não querem os protocollos. S. Ex. deve abandonal-os para não divorciar-se da Pátria, para não trahir o seu partido! (*Apoiados, muito bem*).

A não ser assim, S. Ex. deve renunciar o cargo. Mas não; felizmente o presidente não precisa renunciar o cargo deante da votação da Câmara, e não precisa fazel-o porque estamos em pleno regimen presidencial, consagrado pela Constituição de 24 de fevereiro, e esta dita a cada poder a esphera de sua acção harmônica, mas independente. (*Apoiados*). O que diz a Constituição é que o presidente da República deve entabolar as negociações, deve entrar em ajustes, convenções e acordos, mas que é o Legislativo que em ultima analyse vem claramente positivar a lei e dar-lhe realidade effectiva, vem concretisar e fazer afinal o tratado. (*Apoiados*)

Si é assim, nós, a não ser que se entenda que só temos o direito *ad referendum* para os tratados que o Presidente da Republica achar bons, embora o paiz entenda de modo contrario, temos o direito e o dever de examinar e de recusar todo e qualquer tratado celebrado pelo Executivo sem melindrar o chefe da Nação, exactamente como S.Ex. não offende, não melindra o Congresso, todas as vezes que exerce o direito de veto às leis que fazemos. (*Apoiados.*)

Si assim não fosse, nada mais haveria do que a annullação do Legislativo, a não existência da independência de poderes e o desaparecimento completo da Constituição de 24 de fevereiro.” (ANAIS CD, 4/8/1896)

Na sessão seguinte, prossegue o debate:

“O SR. ENÉAS MARTINS - V. Ex. dá-me licença para uma rectificação? Eu não argumentei em favor da aprovação dos protocollos, dizendo que o partido devia approval-os simplesmente porque apóia o Presidente da República na política interna. O que quis dizer e claramente foi que, si o Partido Republicano Federal, que tem maioria, recusar os protocollos, recusa apoio ao Sr. Presidente da Republica, e portanto está em opposição. Este foi o meu pensamento.

O SR. SERZEDELLO CORREIA – Perdão, foi a esta argumentação que respondi, dizendo que neste regimen, si o Presidente tem maioria com que governe, cada poder tem sua esphera de ação e age dentro dos limites que lhe são traçados dentro da Constituição. (*Apertes*)

O mais seria realmente termos o parlamentarismo durante quatro annos, isto é, durante a vigência de uma presidência; seria o parlamentarismo claro, e ainda mais perigoso que o outro, que ao menos trazia limitações que eram uma satisfação aos reclamos mais urgentes da opinião em questões como esta.”⁴ (ANAIS CD, 6/8/1896, p. 50-1 do Apêndice)

Em suma, é a questão crucial em um regime presidencial: pode o Legislativo divergir do Executivo? Quais as conseqüências das divergências? Como produzir a harmonia entre os poderes?

Na votação do requerimento de Seabra sobre a Escola Militar, episódio em que se efetuou a cisão do PRF, tornou-se evidente e inescapável para todo o Congresso o fato: o líder do partido estava em oposição ao Presidente da República. Como proceder? Mesmo líderes afinados com o florianismo, como Enéas Martins, não viam como sustentável que o partido negasse apoio ao Presidente. Este é um debate fundamental, e nele se colocam claramente as alternativas organizacionais em disputa. Vejamos primeiramente a do líder Glicério:

Desde o período presidencial do Sr. Marechal Floriano Peixoto, até hoje, isto é, desde 1892 em que pela primeira vez os meus amigos me investiram das funções de *leader* da maioria, tenho declarado reiteradas vezes que não sou *leader* do governo; que sou *leader* do meu partido. E seria ridículo, injustificável, que no regime presidencial, em que a maioria pode ser adversa ao governo, houvesse um *leader* do governo e da maioria. (ANAIS CD, 28/5/1897 p. 462)

Observe-se que ele procura estabelecer uma distinção entre o governo e o partido. Argumenta que o partido é a fonte do poder, não apenas dele, mas do cargo de presidente da Câmara e do de presidente da República.

O SR FRANCISCO GLICÉRIO - O nobre deputado pela Bahia, Sr. Presidente, o Sr. Artur Rios, deu a demissão do seu elevado cargo, colocando-a no terreno da confiança política. S.Ex., e esta é a primeira observação que tenho a honra de submeter ao critério da Câmara, S.Ex. não é um eleito, nem um preposto do Poder Executivo, mas um representante da confiança da maioria.

O SR. ARTUR RIOS – Mas que deve estar de acordo com o pensamento da mesma.

⁴ “Parlamentarismo” é entendido aqui, como era freqüente na época, como a intervenção do Executivo no parlamento, dissolvendo-o e “fabricando” novos representantes.

O SR FRANCISCO GLICÉRIO - Sem dúvida. O Presidente da Câmara é eventualmente o Presidente da República. Quem elegeu o Presidente da República foi o mesmo partido que elegeu o nobre Deputado Presidente da Câmara. Este é, na ordem constitucional, o seu substituto eventual.

S. Ex. é um delegado do seu partido tanto quanto o Presidente da República o é em outra esfera.

O SR. ARTUR RIOS – Logo deve entre nós reinar a máxima solidariedade.

O SR. FRANCISCO GLICÉRIO – Entre S. Ex. e o Presidente da República deve haver a maior harmonia de vistas em presença de uma só entidade, que é o Partido Republicano Federal que elegeu a ambos. Quando S. Ex. estiver de acordo com o partido, é mister que o Presidente da República também o esteja. Nós derivamos de uma única fonte: é o partido que nos elegeu. Enquanto o regime dos partidos for uma necessidade, este dever deve ser preenchido por nós todos. (Idem, p. 465)

A concepção de Glicério parecia de um presidencialismo de partido único, ao qual se subordinariam tanto o Executivo quanto o Legislativo. Imediatamente a seguir, examina a hipótese de discordância entre o partido e o presidente:

O SR FRANCISCO GLICÉRIO - Suponha o nobre Deputado que o Partido Republicano Federal se declara em franca hostilidade ao Presidente da República: qual é o papel do nobre Deputado?

O SR. ARTUR RIOS – Há de ser determinado pelas minhas idéias.

O SR. FRANCISCO GLICÉRIO – Seguir o partido e o seu *leader*. A comunhão de idéias deve ser verificada pelo partido a que todos pertencemos e ao qual devemos prestar obediência.

Mas, em relação à hipótese de que se trata, não houve dissentimento; foi um incidente, que devera ter passado. O partido que ontem fez maioria contra a proposta do nobre Deputado pela Bahia é o mesmo que presta o seu mais completo apoio ao Presidente da República. (ANAIS CD, 29/5/1897 p. 465)

Em toda sua argumentação, Glicério procura demonstrar que a rejeição do requerimento Seabra (o requerimento que detonou a divisão do PRF) não significava discordância, enfraquecimento do Presidente, já que o partido o apoiava e sustentava. Mas defende que, em caso de discordância, o partido deveria prevalecer. Glicério resiste a votar a medida por não querer que o partido se curve ao Presidente. E mantém sua posição, dizendo que não pode voltar atrás sem “sacrifício do decoro da direção do partido que me está confiada” (Idem, p. 467). Está em jogo a autonomia do partido com relação ao Presidente.

Os prudentistas, por sua vez, desenvolvem a teoria de que no presidencialismo o partido deve necessariamente obedecer ao Presidente. Um Deputado expressa claramente essa idéia chave:

O SR JOÃO DANTAS FILHO – Com este regime, o verdadeiro chefe é o Presidente da República. Nos Estados Unidos, o chefe que está no governo é o do partido. Isso que é do regime presidencial. (ANAIS CD, 2/6/1897 p. 6)

Na sessão de 4 de junho, outro Deputado estende-se sobre o tema:

O SR. BARROS FRANCO JÚNIOR – Dentro do meu Estado, na imprensa, nos seus clubes e reuniões partidárias, mais de uma vez tenho me batido por esta idéia: no sistema presidencial, chefe do partido que está no poder é o chefe do Governo, é o chefe do Estado.

São estas as tradições históricas do governo norte-americano, desde o seu início. E si ainda não bastasse esse fato, bastava lembrar que no último período da história americana, quando Blaine pretendeu ser mais chefe que o presidente da República, ele foi apeado da chefia do partido.

(...) Temos que respeitar a Constituição, dentro da qual os poderes são distintos, independentes, embora harmônicos.

A história política do grande povo americano é o atestado mais completo do que venho de dizer, pois lá o Presidente da República é considerado como chefe do partido que o elegeu, superior, portanto, às sugestões de quem quer que seja.

Eu pergunto, Sr, Presidente, consignada a doutrina de que o partido que tenha seu chefe mais proeminente ocupando a Presidência da República, pode ter um outro chefe com poder maior do que o daquele ao qual compete a responsabilidade única do poder? Absolutamente, não.

Das duas uma: ou o presidente da República aceitava a direção do chefe do partido e não podia dignamente permanecer no poder, porque deixaria de ser chefe de uma Nação para ser títere nas mãos de terceiros, ou não se submetia, e abandonando o partido que o elegeu, iria fazer uma política incolor, o que não está na índole de nenhum sistema de governo. (ANAIS CD, 4/6/1897 p. 85-6)

As tentativas de Prudente de controlar o partido não deram resultado, contudo, e efetuou-se a cisão. O desafio de conseguir o controle do Legislativo continuava em pé.

O caminho escolhido por Prudente, em aliança com antigos monarquistas, será retomar a doutrina de intervenção nos estados. Essa opção foi perfeitamente percebida por seus opositores:

Alguns princípios eram, todavia, proclamados pelos reacionários triunfantes, como pedras de sua Igreja. Era dogma entre eles que ao presidente da República cabia o exercício das funções de chefe de partido, aliando assim a qualidade de Papa à condição de rei. Outro ponto, sobre que o acordo era perfeito visava mais gravemente à essência das próprias instituições: pretendiam eles que o Congresso devia por lei ordinária, a pretexto de interpretar o art. 6º da Constituição, abrir a porta por onde o governo central poderia intervir nos Estados, anuladas praticamente destarte, como a lei de interpretação ao ato adicional já o fizera, as franquias que a Constituição sabiamente assegurara às antigas províncias. Sob o ponto de vista propriamente político, pode-se dizer que esta foi a questão dominante no governo do Sr. Prudente de Moraes. (Guanabara, 1983, p. 15).

Essa proposta para solucionar os conflitos com o Legislativo retoma o caminho dos primeiros presidentes militares: a intervenção nos estados, para gerar representantes confiáveis; apenas, como convinha a um governante civil, irá procurar legitimar o mecanismo, tornando-o “legal”. É desta maneira que se podem entender os incessantes pedidos do presidente paulista ao Congresso para que regulamentasse o art. 6º da Constituição Federal, estabelecendo os casos em que a intervenção seria permitida (ver Mensagens de Prudente ao Congresso Nacional). Foi, por isto, muito combatido.

Prudente procurou, de um lado, retirar o controle do partido da mão dos florianistas; de outro, retomar um direito de intervenção nos estados, legalizado pela Constituição. Acabou por abrir, desta forma, confrontos com o PRF, com o Congresso, e com os estados.

A posição de Campos Sales no confronto entre partido e Presidente foi também expressa muito claramente. Comentando a cisão, convergia com os prudentistas ao defender que a maioria partidária deveria necessariamente ser uma maioria governamental:

Embalde tentara o Sr. Glicério, por um supremo esforço, aparar o formidável golpe, procurando, nas sutilezas de uma distinção, entre *leader* do governo e *leader* do seu partido, o ponto de apoio que lhe fugia dos pés, como das mãos lhe escapara o bastão de comando. O que ele chamava o seu partido era, e não podia deixar de ser, um instrumento de governo, tal como se compreende no regime representativo: a maioria, que a sua personalidade encarnava, era necessariamente uma maioria governamental, representando no seio do Congresso o pensamento do governo, e agindo com este em perfeita uniformidade de vistas. (Sales, 1998, p. 78-9)

Esta formulação anula a distinção entre governo e partido, o partido só faz sentido como instrumento do governo. A grande diferença da proposta de Sales para a de Prudente, contudo, é que Sales irá abandonar a tentativa de governar através de um partido, desenvolvendo outros mecanismos de controle sobre o Legislativo, que não passam nem pelo partido nem pela intervenção nos estados.

6.3. A proposta vencedora

O Pacto dos Governadores surge como alternativa expressa aos dilemas trazidos pelas novas instituições. A necessidade de estabelecer novos procedimentos era claramente

percebida, e foi enfrentada por Sales em seu programa eleitoral e nas mensagens que dirigiu ao Congresso enquanto Presidente. Guanabara, em seu livro de defesa do governo de Sales, formulou o impasse com precisão:

Até então, o regime federal e presidencial havia sido praticado de modo tão imperfeito, tão eivado de usos e costumes derivados do anterior regime unitário e parlamentar, que, em verdade, se poderia dizer que dele não tivéramos senão uma burlesca caricatura. A geração atual, educada nos últimos trinta anos do regime imperial, afeiçoara-se a formar do governo central a idéia de que ele deveria ser uma coletividade, cuja ação seria a resultante das deliberações tomadas em conjunto; e que, se, por um lado, esse corpo governativo deveria ter uma existência precária por estar continuamente dependente da vontade e dos caprichos da Câmara dos Deputados, por outro representaria tamanha soma de poder e tão extensa autoridade, que nenhuma parcela do território nacional escapasse à sua ação e influência. Em balde, a Constituição arrasou pela base essa construção política e em seu lugar erigiu um governo federal de natureza, ação e temperamento profundamente diferentes: pode-se dizer, sem risco de exagero, que muitos dos mesmos que a votaram continuaram instintivamente a ver nesse ‘Governo Federal’ o antigo governo central do Império e a reclamar dos incumbidos de exercê-lo a prática de atos e a observância de normas que totalmente o desnaturavam. (Guanabara, 1983, p. 51)

Observe-se quais são os dois problemas apontados como práticas parlamentaristas e centralistas, que deveriam ser evitadas: as deliberações coletivas (o controle do governo pela Câmara dos Deputados) e a centralização, entendida como uma autoridade que se exercia sobre todo o território nacional, sem limite:

“A autonomia conferida aos Estados transformou-se numa verdadeira burla: viu-se que a própria escolha, substituição e demissão de seus governadores eram atos decididos e executados pelo governo central, que os consumava às vezes por simples injunções aos que desempenhavam tais cargos, às vezes pelo braço forte de seus delegados militares nos Estados.” (Guanabara, 1983, p. 52)

A proposta de Sales surge como resposta a esses dois problemas. De imediato, garante a não-intervenção nos estados; no entanto, se o Presidente concorda em abrir mão deste mecanismo importante de garantir solidariedade congressual, como irá forjar a maioria legislativa necessária para governar? A junção do presidencialismo com o federalismo necessitava de uma nova interpretação que resolvesse também os dilemas de governo. A nova estratégia foi estabelecida com firmeza pelo novo Presidente e seus aliados. Guanabara destaca seus três pontos centrais:

i) governo unipessoal, abolindo as decisões coletivas e concentrando o poder no Presidente

É defendido que toda responsabilidade de governo é do Presidente:

“o governo concentra-se no depositário único do Executivo, que assim se caracteriza pela responsabilidade direta e pessoal do Presidente da República, cuja autoridade legal ou moral jamais deverá desaparecer atrás de seus ministros. Porque nesse regime, o governo não é exercido por uma comissão delegada pelo parlamento, nem tampouco é constituído por um Conselho, deliberando e agindo em comum, o Sr. Campos Sales declarava que o Presidente devia ouvir os ministros sobre assuntos de seus departamentos administrativos separadamente, ressaltando assim a autonomia de cada ministro, que não teria senão que se conformar com o pensamento do Presidente, centro e ação da unidade do governo de cuja responsabilidade é o depositário único” (Guanabara, 1983, p. 26-7).

ii) subordinação do poder Legislativo ao Executivo

Nos termos de Sales e Guanabara, é proposta a “harmonia necessária entre os poderes”. É claramente observável, contudo, que se retira do Legislativo o direito de discordar do Presidente.

“Pretender o Congresso que sua missão é votar leis e a do Executivo cumpri-las seria estabelecer a supremacia absoluta daquele poder sobre o outro, como reciprocamente o seria se o Executivo pretendesse impor ao voto e sanção do Congresso as medidas que lhe parecessem convenientes. (...) Esclarecendo esse ponto de doutrina no Manifesto Eleitoral, o Sr. Campos Sales reproduziu o que disse em 1896: que em todos os regimes de sistema representativo, Monarquia ou Republica, presidencial ou parlamentar, o governo não pode dispensar a colaboração de uma maioria parlamentar, por meio da qual se estabeleçam e se firmem as relações de harmonia e cordialidade entre os dois poderes que se caracterizam por sua índole essencialmente política.”(Idem, p. 54)

A exorbitância de qualquer dos poderes de suas atribuições levaria à crise nacional, alertava o presidente em seu Manifesto Eleitoral:

“Desde que, sob a influência de funestas tendências e dominado por mal entendida aspiração de supremacia, algum dos poderes tentar levar a sua ação além das fronteiras demarcadas, em manifesto detrimento das prerrogativas de outro, estará nesse momento substancialmente transformada e invertida a ordem constitucional e aberto o mais perigoso conflito, do qual poderá surgir uma crise cujos efeitos venham a afetar o próprio organismo nacional.” (Campos Sales cit. in Guanabara, p. 54)

A colaboração do Legislativo era, pois, imprescindível ao funcionamento do sistema:

“Tratando mais especialmente das relações entre Executivo e Legislativo, afirmou de modo geral que a esses poderes compete manter no desdobramento de sua comum atividade ‘uma contínua e harmônica convergência de esforços a bem da República’. É da natureza do regime que ao Executivo caiba a iniciativa das medidas legislativas de caráter administrativo, afirmava ele; mas, observava, de nada serviria esta iniciativa se o Legislativo recusasse o seu acordo, tomando orientação diversa. Se, em tese, o acordo entre os dois poderes é indispensável ao bem do país, no momento em que o Presidente falava, ele era ainda, porventura, mais necessário. ‘O atual momento, dizia nitidamente o Presidente assinala-se pela *imprescindível* necessidade de franca e resoluta cooperação do Legislativo para que seja adotada e posta em execução uma política financeira, rigorosamente adequada às urgentes exigências do Tesouro” (Guanabara, p. 55).

O Legislativo não pode, portanto, recusar seu apoio ao Executivo.

iii) respeito da União às competências específicas dos estados

É proposta uma divisão de competências entre a União e os estados, estabelecendo uma diferença entre os interesses de uma e dos outros. A partir daí, Sales pode garantir que: “A autoridade federal não se fará sentir no território do Estado, senão por motivo pertinente aos interesses gerais da União” (Guanabara, 1983, p. 56). É necessário perceber que são estabelecidos também claramente os âmbitos nos quais é o Presidente que manda – especialmente o Legislativo nacional.

Eis por fim como Guanabara sintetiza a solução que Campos Sales deu aos dilemas do novo regime definido pela Constituição de 1891:

“Assim, a interpretação que o Presidente deu a pontos cardeais do regime constitucional foi completa e profundamente diversa da que até então lhe havia sido dada; mas todos reconheceram que, se até então havia predominado o sentimento, talvez inconsciente, da essência e das fórmulas do regime decaído, o que agora se implantava no governo do país era o puro espírito das instituições políticas criadas pela revolução de 1889 e reguladas pela Constituição de 24 de fevereiro. Nestes três pontos, governo de responsabilidade unipessoal, acordo entre o Executivo e Legislativo e respeito de cada poder à competência e à autoridade constitucionais dos outros, concepção dos Estados não como circunscrições administrativas submetidas à União, mas como partes autônomas constitutivas dela, assenta de fato todo o mecanismo institucional que a revolução de 1889 implantou no Brasil em substituição da forma monárquica e parlamentar.” (Idem, p. 56)

Assim, Campos Sales implementou sua própria visão do sistema presidencialista⁵. O dilema essencial do novo regime, ou seja, como produzir a harmonia entre os poderes, foi resolvido pela subordinação do Legislativo nacional.

6.4. Conseqüências do modelo adotado

A fórmula de Sales e Guanabara consolidou-se, derrotando suas opositoras, e estabelecendo as bases do sistema coronelista. A regionalização do poder que daí resultou é um ponto que já foi bastante frisado na literatura: eternizam-se as facções dominantes no nível local, desde que permaneçam governistas. Serão explorados a seguir dois pontos que permanecem pouco desenvolvidos: o esvaziamento do Legislativo e a dissolução dos partidos nacionais. É interessante que essas conseqüências foram perfeitamente percebidas à época.

i) O esvaziamento do poder legislativo

O modelo de Campos Sales não se consolidou sem resistências – na imprensa e no Congresso eram apontadas conseqüências funestas para os partidos, para o Legislativo, para a República. Muitas destas críticas foram registradas por Sales (1998, Cap. 7) e por Guanabara (1983, p. 30-3 e 110-4) – aliás, pode-se considerar que, em grande parte, as duas obras foram escritas exatamente para responder aos críticos, seus antigos companheiros.

O enfraquecimento do Legislativo foi demonstrado brilhantemente à época pelo jacobino Erico Coelho. Comentando a Mensagem Presidencial de 15 de novembro de 1898, em que Campos Sales se estendia sobre a necessária harmonia entre os três poderes, o parlamentar carioca desvenda com ironia a preponderância do Poder Executivo (reproduzo extensa passagem do discurso, por saborosa):

⁵ É impossível não se perguntar o quanto essa concepção, de governo unipessoal e de um Legislativo condicionado a apoiar as iniciativas do Executivo, foi influenciada pelo positivismo. Vejam-se as semelhanças com a interpretação que Pierre Lafitte, chefe do positivismo ortodoxo na França, dá ao conceito de ditadura republicana, em correspondência pessoal com Benjamim Constant, após a Proclamação: “Em primeiro lugar, Augusto Comte não atribui de modo algum à palavra *ditadura* o sentido de poder pessoal absoluto que lhe querem conferir, porquanto chama à Luís XVIII ‘*o melhor dos ditadores surgidos em França desde Danton*’, e a Luís Felipe ‘*o mais imperfeito*’. Por conseguinte, a palavra *ditadura* designa, a seu ver, a preponderância do Governo sobre as Assembléias, preponderância que se caracteriza sobretudo pela

Os Srs. Deputados ficam sabendo que, no conceito do Sr. Campos Sales não há solução constitucional para a contenda entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário: mas crise nacional...

Entendamo-nos a respeito da função que o Sr. Campos Salles se attribue no Poder Executivo, em face do Legislativo e Judiciário, afim de evitarmos a crise nacional (*Prossegue na leitura da Mensagem*):

‘O papel do Judiciário no jogo das funções constitucionaes...’

o Judiciário no jogo!

‘...no jogo das funções constitucionaes, torna mais remotas as suas relações com os outros poderes.’

O Judiciário joga de longe com os outros poderes, mas como?

‘É um poder (o Judiciário) que não luta, não ataca e não se defende...’

Que fará esse espantinho de Poder Judiciário, si não luta, não ataca, não se defende? (*Risos*)

Julga, diz a mensagem presidencial de 15 de novembro do anno passado, *julga!*

E, como julga apenas, é claro que não luta em defesa de direitos de alguém; e, por conseguinte, não ataca, o Judiciário, ao desmando de outro poder que leve a sua arrogância de supremacia até as fronteiras da Justiça Federal...(*lendo*) *‘região de paz e pureza, fora da qual o prestígio moral desfaz-se ao sopro das paixões.’*

Está dito que o Poder Judiciário não luta, não ataca, nem se defende. Quanto ao Poder Legislativo, entende o Sr. Campos Salles, na Presidência da Republica, o seguinte (*torna a ler*):

‘São mais directas e frequentes as relações entre o Executivo e Legislativo. Estes são os poderes que collaboram em estreita aliança na dupla esphera do governo e administração...’

Ahi está uma incumbência constitucional, que cabe aos Srs. Deputados, a de administrar, da qual eu nunca me apercebi.

‘...a elles, pois, Executivo e Legislativo, compete manter, no desdobraimento de sua commum actividade, uma continua e harmoniosa convergencia de esforços pelo bem da Republica.’

Logo depois de ter attribuido ao Poder Legislativo a collaboração de administrar, o Sr. Campos Salles recusa-nos, já não digo essa sua extravagância, mas a prerrogativa de iniciar medidas de governo (*continuando a ler*):

‘É indiscutivel, pois é da natureza do regimen, que ao Executivo cabe a iniciativa das medidas legislativas de character administrativo.’

É evidente a deploravel confusão de entendimento em que o Sr. Campos Salles labora.

Quando o Executivo sanciona as resoluções do Legislativo, por outras palavras, as medidas governamentais, é claro que o Presidente da Republica collabora com o Congresso, a respeito das normas de governo. Mas dahi, a regulamentação das leis, digamos resoluções do Congresso, uma vez promulgadas, é incumbência do presidente da Republica e do seu encargo exclusivo a execução das medidas governamentais do ramo administrativo.

O Sr. Campos Salles, na presidência da Republica, com arrogar-se a iniciativa das medidas governamentais, cogita do acordo que o Legislativo deve prestar ao Executivo, sem o que... (*lendo*):

‘E claro, porém, que de nada serviria essa iniciativa (a do Executivo) cujo fim é preparar e facilitar a acção conjuncta dos demais poderes, si o Legislativo recusasse o seu accordo, tomando orientação diversa.’

iniciativa; e, em segundo lugar, pela concentração, numa só pessoa, dessa acção governamental.” (Carta de 26 de março de 1890, citada em Lins, 1961, p. 331)

Que acontecerá si o Legislativo recusar o seu accordo às medidas governamentais de lembrança do Executivo?

'*Uma crise nacional!*' É claro como o dia.

Em summa, Srs. Deputados, a doutrina constitucional do sr. Campos Salles, doente na presidência da república, é esta:

O Poder Judiciário não luta, não ataca e não se defende, conquanto esteja obrigado a velar na guarda da Constituição e das leis federaes.

O Poder Legislativo não tem a iniciativa das medidas de governo, mas está na contingência, para evitar crise nacional, de dar o seu accordo às mesmas medidas, de iniciativa do Poder Executivo, tanto mais quanto o Poder Judiciário não luta pelas prerrogativas constitucionaes do Poder Legislativo, e não ataca o Poder Executivo, nem quando faz valer as resoluções do Congresso, ainda quando o governo desobedece as suas sentenças de qualquer alcance constitucional ou legal! (*Pausa*)

Que resta, pois do organismo constitucional por mandato da Nação soberana?

Um só órgão, o Executivo pletorico⁶. (23/5/1899, p. 21-22, Appendice ANAIS CD)

A legitimidade do Executivo é vista por Sales como superior a do Legislativo, um argumento típico do presidencialismo, como mostrou Linz (1990). O Legislativo fica assim praticamente coagido a aprovar as medidas de governo do Presidente eleito. Este ponto também é evidenciado por Coelho:

Peço toda a atenção da Câmara para a conclusão que o Sr. Campos Sales vai tirar das premissas. Vejamos:

- a plataforma eleitoral de S. Ex. preparou a opinião pública nacional a respeito do seu programa de presidir os destinos da República;
- ora, S. Ex. foi o mais votado a presidente da República em eleição, em forma da lei, que o Congresso aprovou;
- logo, o Congresso homologou as doutrinas constitucionais e programa de governo, constantes da plataforma eleitoral do Sr. Campos Sales;
- e, visto como o eleitorado sancionou ponto por ponto doutrinas e programa do candidato a presidência da república, e o Congresso aprovou a eleição, e *ipso facto* homologou a plataforma do Sr. Campos Sales, é claro que o Poder Legislativo não pode fugir à obrigação de aprovar todo e qualquer ato do presidente da República, com referência a este padrão de governo que entrou e saiu das urnas populares. (Idem, p. 26)

A dinâmica proposta por Sales retira poder do Legislativo, mesmo em comparação com o regime imperial – pois, se o Parlamento no Império não tinha poder de escolher o Executivo, ao menos tinha o de derrubar os governos, recusando apoio aos gabinetes.

⁶ Verbete: pletórico [Do gr. plethorikós, 'que regurgita sangue ou humores'.] Adj.

1. Que tem pletora; 2. Relativo a pletora. 3. Estuante, exuberante.

Verbetes: pletora (ó)[Do gr. plethóra, 'grande quantidade'.] S. f.

Tentando rebater às críticas dos censores do regime, Guanabara nega o despotismo do Presidente:

Também o que eles afirmavam é que o Presidente para assegurar a maioria no Congresso, na ausência dos partidos, fez um pacto com os governadores dos estados, em virtude do qual respeitou-lhes plenamente a autoridade e deles recebeu por intermédio dos representantes do Congresso todo o apoio. Ora, efetivamente houve no Brasil um pacto pelo qual o Presidente federal obrigou-se a reconhecer e respeitar a soberania dos estados, e para esse pacto o Presidente cooperou com esforço, com tenacidade, com entusiasmo: foi o que se assinou a 24 de fevereiro de 1891 e chama-se a Constituição Federal. Os censores do regime afirmam contraditoriamente que ele gerou o despotismo do presidente e a tirania das oligarquias estaduais, coisas que se excluem, porque não se pode conceber um despotismo que para nas fronteiras dos Estados, nem se pode admitir que os estados estejam submetidos à tirania de oligarquias, se à testa do governo central existe um déspota. (Guanabara, p. 119)

No entanto, o tempo demonstrou inequivocamente que com a “divisão das competências” entre a União e os estados, Campos Sales havia achado a fórmula para conciliar as duas “tirantias”, subordinando os tiranos estaduais ao despotismo central.

ii) O abandono do partido nacional

O Partido Republicano Federal dividiu-se em duas frações de nítido corte ideológico – a dos “concentrados”, reunindo os parlamentares florianistas, e a dos “republicanos legalistas”. Após a posse de Campos Sales, contudo, as duas frações convergem no apoio ao Presidente. No início da sessão legislativa de 1899, pode-se ouvir na Câmara a idéia de que os partidos estavam dissolvidos, já que um “verdadeiro republicano” fora eleito para a Presidência⁷.

A tradição imperial de funcionamento partidário do Legislativo começa a ser desconstituída. Esse é um aspecto muito interessante de analisar – como e por que desaparecem do cenário parlamentar o PRF e as correntes em que se dividiu, deixando os

1. Med. Congestão generalizada; aumento do volume sanguíneo, que provoca distensão anormal dos vasos sanguíneos; 2. Fig. Indisposição ou mal-estar de quem tem excesso de vida, de atividade; 3. Superabundância qualquer, que produz efeito nocivo. 4. Fig. Superabundância, exuberância (Dicionário Aurélio Eletrônico)

⁷ Seabra, representando os “republicanos”, critica com veemência a idéia de que ouvira de que não há mais partidos:

“O SR. SEABRA – Sr. Presidente, os partidos estão dissolvidos? Mas por que os partidos estão dissolvidos? Que fenômeno, que fato anormal, extraordinário se praticou no cenário político que desmanchasse aquilo que o Sr. Campos Sales declarou necessário e indispensável?”

partidos de ser uma referência decisiva nos debates. As mudanças na vida partidária foram perfeitamente percebidas àquela época, sendo interpretadas por alguns de seus protagonistas. A movimentação dos adversários do Presidente na eleição, que passam a apoiá-lo no governo, é criticada por Coelho, para quem esta “virada de casaca” seria impensável no Império:

Pois bem, justiça se faça ao regimen democratico do Imperio; sim, nessa época as lutas de palavra na Assembléia geral não eram estéreis; ora a rivalidade, ora a emulação partidaria alcançavam victorias: honra seja feita aos estadistas da época imperial e igualmente aos partidos políticos.

Quando no Império um homem virava a casaca pelo avesso, isto é, bandeava-se de um partido para outro, cahia sob o domínio do dedo; era apontado ao desprezo do eleitorado. Os partidos batiam-se com todas as armas e as deserções das fileiras eram raras por escandalosas. (ANAIS CD, 23/5/1899, p. 29 do Appendice)

Do lado dos defensores do Presidente, ergue-se a tese de que não era propriamente deserção, pois os partidos seriam frágeis e artificiais. Guanabara entra nesse debate, lançando, talvez pela primeira vez, a clássica interpretação de que a República liberou os instintos federativos, impossibilitando a formação de um partido nacional (seu livro é de 1902).

A cisão do PRF não teria significado mais do que o natural corolário para um ajuntamento de elites regionais, díspares, divergentes. Ressalta a inconsistência programática e a força dos interesses regionais, que deixavam a política federal sem unidade:

Adotados os lineamentos do regime federativo, dissolvida toda a antiga organização partidária, livre do freio que os chefes punham às ambições locais, subordinando-as aos interesses gerais da comunidade partidária, foram as províncias o teatro dos combates e o seu domínio o prêmio opimo do vencedor. Ao invés dos dois grandes partidos nacionais, regendo uniformemente todos os departamentos administrativos do país, apareceram em cada um deles agremiações diversas, compostas de elementos colhidos indiferentemente nos seus remanescentes, pleiteando ardentemente a posse do poder que, uma vez obtida, era defendida com ardor e intolerância que raiava pela ferocidade. A política federal ficou destarte sem unidade. (Guanabara, 1910, p. 10)

O PRF é descrito como um agrupamento extremamente heterogêneo:

Não podia, entretanto, haver agrupamento político mais heterogêneo. Os personagens que o formavam vinham de procedências políticas as mais diversas, mantinham aspirações, e, sobretudo, sentimentos os mais diferentes. Ali encontravam-se todos os matizes da opinião: desde o republicano da propaganda até o antigo conselheiro da coroa; desde o

radical mais exaltado até o ultramontano ferrenho; desde o constitucionalista ferrenho até o adepto do regime parlamentar; desde, finalmente, o legalista (como então se chamavam os adversários da revolta) até o próprio adepto da revolta. (Idem, p. 11)

O que os unia era “o interesse da conservação do poder e da influência nos Estados”. O Governo central ficava à mercê desses agrupamentos sem ideologia, o que o impedia de governar:

O Governo central, tendo de viver em relação com o Congresso, onde não se encontrava um pensamento político adotado por um dos partidos, era obrigado a reagir, a ameaçar ou lisonjear as facções que dominavam nos Estados para obter de seus representantes no poder legislativo os elementos necessários para se manter. (...) toda a energia, todo o espírito de combatividade sempre em vigília, toda a atividade e toda a inteligência não eram empregados senão no contínuo duelo travado entre os que estavam de posse do governo dos estados e os que dele se queriam apoderar. O governo central era coagido a tomar parte nesse duelo, favorecendo ora a uns, ora a outros; e nesta ímproba, fatigante e improdutiva tarefa, perdia o tempo que devia ser dedicado a administração. (Idem, p. 10)

Dessa heterogeneidade, o autor tira a duvidosa conclusão de que não havia e nem era possível um partido:

Era evidente que um agrupamento político, assim retalhado, estava longe de constituir um partido: a sua unidade era de fato puramente acidental e apenas aparente, destinada a desaparecer no momento em que fosse possível à corrente dos moderados garantir a sua própria conservação e o seu exclusivo domínio nos estados. (Idem, p. 12)

Campos Sales apresenta interpretação em tudo e por tudo semelhante. As duas facções em que se dividira o PRF não teriam legitimidade – por trás das divergências, não haveria aspirações definidas:

Os agrupamentos políticos que encontrei, já o disse, eram frações do Partido Republicano Federal, que não era propriamente um partido político, senão apenas uma grande agregação de elementos antagônicos. Aí estava o *morbus* que lhe corroeu a existência. Desconexo, sem direção e sem aspirações definidas, não era nas divergências desta natureza que se encontrava a causa das suas novas lutas. Não me achei, portanto, entre partidos opostos, mas simplesmente entre facções rivais, que se haviam desagregado com o objetivo no governo da República. (Sales, 1998, p. 119)

A força dessa análise está em que se apóia em fatos incontestáveis: sim, os grupos políticos passam a ter como centro importante a luta pelo cargo de governador; sim, o PRF abriu os braços às mais diversas correntes; sim, o governo central para ter maioria precisava

negociar com grupos regionais. Significa isto, no entanto, que se pode aceitar que os partidos fracassaram devido à impossibilidade de unificar os interesses regionais em torno de uma política nacional, como é sugerido?

Esta interpretação de Campos Sales e de Guanabara deve ser melhor examinada. É necessário considerar, em primeiro lugar, que os dois estão respondendo à acusação de que acabaram com os partidos – grande parte de seus conterrâneos atribuiu à estratégia por eles implementada, de associação com os governadores, o fracasso do PRF e dos partidos em geral. O paulista está se defendendo, quando argumenta que na verdade não havia partidos no sentido próprio da palavra:

Acusaram-me de ter dissolvido os partidos. Houve, porém, quem formulasse a minha defesa nesta síntese: não se dissolve o que não existe. (...) Entre nós, a única agremiação que havia aparecido, pretendendo influir no governo do país foi a que tomou denominação de Partido Republicano Federal. Mas este, sem rumo certo, de tendências indefinidas, não revestia nenhuma das condições essenciais aos altos fins a que se destina um partido bem constituído. (Sales, 1998, p. 115-6)

E quais seria essas condições? Campos Sales cita o irmão, Alberto Sales:

A primeira condição para a existência de um partido, a garantia única da sua eficácia, como instrumento indispensável à realização da evolução social, é a perfeita uniformidade da sua doutrina. Um partido sem doutrina é um organismo incompleto e defeituoso, a que faltam as faculdades de orientação; é um partido sem responsabilidade e sem escrúpulos, uma verdadeira comandita exploradora do poder. (Idem, p. 116)

O “partido republicano”, do tempo da propaganda, era o único que nesta ótica faria sentido – mas ele não era mais necessário, uma vez que a República estava consolidada e um “verdadeiro republicano” a presidia. A vitória de Campos Sales, apresentado como um antigo republicano, combatente da propaganda desde a primeira hora, deveria esvaziar a principal polarização entre os grupos: a que opunha os republicanos históricos, ardorosamente identificados com a defesa da República, aos “neo-republicanos, monarquistas convertidos”. O discurso de união procura ocultar as divergências, tornando Sales o legítimo representante dos históricos. No próximo capítulo, examinaremos os passos dessa estratégia.

Para garantir a união dos republicanos, contudo, Sales não mais procura construir um partido – prefere um Pacto com os Governadores. Procurou justificar sua opção

argumentando que ela era uma imposição dos fatos, dada a dispersão de interesses com que se deparava. Ao justificar sua opção estratégica, tanto Sales como Guanabara procuram anular as demais, reduzindo-as a disputas regionais ou inconsistentes, personalistas, apresentando seu caminho como o único possível. Parece que esta interpretação vem sendo facilmente aceita, sem ter sido bem examinada.

Em primeiro lugar, é necessário reconhecer que, com o regime federativo, a disputa estadual passa a ser um dos palcos da luta nacional, e tem que ser considerada. Mas, se o governo central necessita desse fatigante jogo de negociação com as elites estaduais é para aprovar políticas nacionais, derrotando articulações nacionais adversárias. Foi assim com Deodoro, com Floriano, com Prudente, e também com Campos Sales. Sem as disputas nacionais não se compreendem as lutas nos estados.

Em segundo lugar, da própria descrição do jornalista carioca se depreende claramente que o PRF se inviabilizou não porque houvesse apenas interesses estaduais, ou personalistas, e sim porque havia correntes nacionais divergentes.

É nítido o esforço de Guanabara por reduzir a importância das correntes nacionais; mas ele não pode, contudo, deixar de registrar sua existência: percorre toda sua exposição o reconhecimento de um grupo de “republicanos” oposto aos “reacionários”. Veja-se como ele descreve a formação de um grupo nacional que apoiou o marechal Floriano:

O perigo iminente que ameaçou não só o governo legal, mas as próprias instituições republicanas, suscitou a resistência fria, mas decidida e enérgica do Marechal Floriano Peixoto, que se achou subitamente apoiado pela varonil dedicação da mocidade e por um grupo parlamentar que abstraía, no momento, dos interesses locais para armar o governo dos recursos indispensáveis à sua defesa e conservação. O desastre completo da aventura de 1893 trouxe como consequência natural e forçada a entrega do país a esse grupo parlamentar. (Idem, p. 11)

Esse grupo sofria oposição dos apoiadores do antigo regime:

Pretender que esse grupo de homens políticos, que tomou a denominação de Partido Republicano Federal, havia avassalado a União de modo tal, que com ela se houvesse confundido, seria pretender o absurdo e sustentar uma falsidade: a verdade era que havia no país uma forte corrente de oposição e de combate a ele, caracterizada, no início da presidência do Sr. Prudente de Moraes, sobretudo pelos remanescentes da revolta, que viam nele o partido vencedor. Aparentemente, então, havia lógica na situação: os descontentes de todo o gênero, que haviam apelado para as armas e tinham sofrido o decisivo revés, recorriam aos elementos naturais da política, à imprensa, à tribuna, às reuniões e aos *meetings* para forçarem o partido adverso, que endossava a

responsabilidade do combate que lhes fora dado e dominava plenamente a Nação, a lhes reconhecer o direito à existência legal, concedendo-lhes a anistia e garantindo-lhes a liberdade de viverem em sua pátria à sombra dos benefícios e da proteção que a lei a todos assegura. (Idem, p. 11)

No PRF, apesar de sua heterogeneidade, o autor distinguia claramente três correntes, como já citamos ao discutir as votações sobre a anistia: os radicais republicanos, os reacionários que queriam retomar o poder, e os moderados de centro.

A única divisão partidária que faria sentido, diz, seria aquela entre os republicanos e os reacionários, que é a que se opera em 1897, na cisão. Observe-se que, até este momento, o autor reconhece substrato ideológico às correntes partidárias; no entanto, a partir da candidatura de Campos Sales, o substrato é negado. Campos Sales anula a polarização, pois representa a vitória dos princípios republicanos.

O argumento é o de que, com a eleição de um Presidente comprometido com o programa republicano, perderia o sentido a oposição entre os dois grupos partidários demarcados pela cisão, e os verdadeiros republicanos teriam de convergir em torno de Sales. Os partidos naufragam, sem base que lhes dê consistência:

“Os elementos republicanos cediam afinal, à lógica da situação: concentravam-se em torno do presidente eleito, que desfraldava o programa republicano. A tentativa de organização de partidos dentro da república havia, pois, nesta época, naufragado completamente. (...) E, posteriormente, quando o acusavam de “haver destruído os partidos”, S. Ex^a havia de se ter surpreendido com um sorriso de mofa nos lábios, ao lembrar-se desta época e desta confusão babélica.” (Idem, p. 33)

Mas observe-se que na base do raciocínio está o reconhecimento da existência de uma base programática, em torno da qual deveriam se unir os “elementos republicanos”: o programa dos republicanos históricos. O substrato ideológico que tanto Sales quanto Guanabara procuram negar que exista, é a pedra fundamental à qual recorrem para estruturar sua plataforma; apenas, ao invés de construírem um partido para defender as tradições republicanas, optam por encarregar o Presidente da sua defesa.

Assim, a análise parece confirmar a observação dos contemporâneos de Sales, de que seu arranjo “acabou com os partidos políticos”. A questão mais interessante e mais difícil de

responder, naturalmente, é o por que desta opção. Procurando abrir esse debate, sugerem-se a seguir algumas explicações.

Por que não foi retomado o projeto de um partido republicano? Uma razão certamente foi o esforço para construir um grande consenso nacional em torno do programa de combate à crise, ao qual era difícil dar forma partidária – após a cisão, não era possível reunir os reacionários e os jacobinos na mesma agremiação. Um grande partido nacional, sob o comando dos republicanos, como fora o projeto inicial do PRF, não era mais possível. Observe-se, contudo, que o que inviabiliza a aglutinação partidária dessa ótica não são os interesses regionais, mas a existência de correntes ideológicas que se opõem.

Outra possível alternativa, a de construir um partido que unificasse apenas os republicanos históricos, excluindo os “reacionários”, apresentava um dilema: como controlar os radicais nacionalistas, que inviabilizavam os acordos internacionais de financiamento da dívida? Por ocasião do conflito em torno dos protocolos italianos, Campos Sales já sentenciava: ou se controlam os radicais, ou se renuncia à aspiração de um partido ordeiro. É assim que ele enunciava o dilema do PRF:

O que V. Me diz confirma minha velha opinião. A nossa política carece de firmeza e orientação clara, e isso vai-nos enfraquecendo e perturbando a nossa marcha. Os elementos agitadores, que se aninham em nosso seio, comprometem-nos, pois que, à sombra da nossa condescendência, vão acarretando a nossa responsabilidade na sua ação, francamente e calculadamente anarquizadora. Isto nos enfraquece, porque nos desacredita, apresentando-nos como incapazes para o governo. Os últimos sucessos, se não produziram desastres, deverão servir-nos de advertência. Está claro que não podemos dirigir o elemento agitador e nem devemos presumir que ele chegue a subordinar-se à nossa direção. Ao contrário, os exaltados é que nos vão levando, a reboque nas suas arruaças, *meetings* de indignação, etc. Eles arranjam as crises, e nós agüentamos com as responsabilidades delas. Penso que temos a escolher: ou os declaramos adversários e lhes damos combate decisivo, ou renunciemos à aspiração de formar um partido conservador, ordeiro, governamental e orgânico. Ficamos nisto que aí está, que é a anarquia, no meio da qual os nossos homens vão se perdendo como incapazes, e a desconfiança que se forma em torno de nós. Este é o elemento perverso em todas as democracias.

Cassagnac nunca encontrou melhor aliado do que Clemenceau, o purista republicano, devorador de gabinetes. O que V. me conta do Rio é a reprodução desta extravagância. Diga a Glicério que um chefe não pode condescender em pontos fundamentais, sem enfraquecer a sua autoridade; e o chefe que enfraquece está no risco de perder o comando, aliás impossível diante de vontades intransigentes. Basta de Câmaras agitadoras. Precisamos governar com ordem para governar bem. (Carta de Campos Sales a Bernardino em agosto de 1896, cit. in Sales, p. 72).

Mas como constituir um “partido da República” que não incluísse estes setores? Talvez não fosse impossível, mas certamente seria desgastante, obrigaria a polarizar com as posições nacionalistas, e assumir uma “capitulação” frente às potências estrangeiras. O risco de um partido nacional era grande, como avaliava Sales: os partidos acabam sendo os condutores de “paixões partidárias”, palco para tribunos e embates de idéias que dificultam a ação governamental.

Por outro lado, seria possível para este grupo de republicanos históricos que lidera o Pacto adotar a opção oposta, isto é, construir um partido com os antigos monarquistas? Pensemos o quanto isto seria difícil para Guanabara, por exemplo, que vinha do grupo dos “concentrados”, tendo construído sua carreira em oposição à ala que ele mesmo chamava de os “reacionários”. E mesmo para grande parte do PRP, que defendeu a República, nas armas e nas lutas do Congresso, essa união devia ser quase impossível. Fundar um partido com os antigos adversários seria como renegar os ideais republicanos. Além disto, essa estratégia manteria acesa a polarização entre “verdadeiros e falsos” republicanos, que inflamava os ânimos àquela época.

A solução era um arranjo com as diversas elites regionais, sob o comando do “verdadeiro republicano”. Ao invés de organizar um partido, é preferível buscar construir uma maioria controlada por governadores, dependentes eles mesmos em grande parte do Governo federal. Esse caminho tem a grande vantagem de empurrar a política para os estados, “é de lá que se governa a república, por cima das multidões que tumultuam, agitadas, nas ruas da capital da União”(Sales, 1998, p. 127).

Assim, ao final, a opção foi por efetivamente renunciar à aspiração de formar um partido “conservador, ordeiro, governamental e orgânico”: Campos Sales e Rosa, o velho político monarquista, encontraram outra forma de “governar com ordem”. Nos termos propostos por Penna, podemos dizer que a ala “legalista” dos republicanos derrotou a ala que apostava na “via da legitimidade” para o novo regime, compondo com as elites republicanas e com as imperiais um “condomínio de oligarquias”.

Resta, contudo, um ponto essencial a explicar: como o Presidente conseguiu forjar a maioria no Congresso para aprovar as reformas necessárias para concretizar esse Pacto? Tanto mais considerando as pressões a que estava submetido nas negociações da dívida

externa, onde era necessário não apenas ter maioria mas também demonstrar controle sobre o Congresso e capacidade de afastar o fantasma da moratória? Viu-se no capítulo 4 que as negociações que levaram ao Pacto não foram apenas estaduais, pois grande parte das bancadas dos grandes estados respondia ao comando dos “concentrados” e não ao de seus governadores – as negociações foram também congressuais. Era necessário, portanto, atrair os “concentrados”.

Restabelecer a importância das negociações com os grupos em que se dividia o Congresso não elide, contudo, um fato inescapável: a maior parte dos “concentrados” concordou com regionalizar, isto é, aceitou dissolver as articulações nacionais e entregar o poder de geração da *polis* aos governadores. Isto não demonstra que, em verdade, o que determinava as opções desses políticos eram os interesses regionais?

Há elementos muito importantes apontando para uma resposta negativa. Para que a política fosse regionalizada, foi necessário primeiramente derrotar a articulação nacional de jacobinos e positivistas, e depois construir uma aproximação programática com os florianistas moderados. O exemplo dos positivistas gaúchos é esclarecedor a respeito. Em 1900, pouco antes de iniciarem os trabalhos de reconhecimento da nova Câmara conforme o novo Regimento, Pinheiro Machado telegrafava a Borges de Medeiros, explicando que Campos Sales fazia questão que fossem reconhecidos os representantes oficiais dos governos dos estados. E comenta:

Organizada Camara assim, partidos ficarão dissolvidos, imperando Salles e Rosa, alma desse accordo, cuja modificação somos impotentes para conseguir. Aceitando magoaremos innumerous amigos, repellindo nos divorciaremos Salles.⁸

A opção dos positivistas gaúchos foi por “magoar os amigos” jacobinos, participando ativamente da constituição da Câmara pelas novas regras.⁹ A percepção dos gaúchos era de que “eram impotentes para modificar o acordo”, como destaca Pinheiro Machado. É necessário lembrar que a aposta na via da “legitimidade”, baseada no Exército, em

⁸ Telegrama de Pinheiro Machado a Borges de Medeiros em 11/4/1900. Arquivado no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

⁹ A bancada gaúcha não deixa, contudo, de cultivar seus laços nacionais: acolhe por exemplo o positivista Barbosa Lima, pernambucano cuja eleição era totalmente impossível em seu estado de origem, controlado pelo ex-monarquista Rosa (Vice-Presidente na chapa de Campos Sales).

mobilizações populares do tipo dos batalhões patrióticos, e na constituição de um partido nacional havia sido derrotada, ou pelo menos se encontrava bastante enfraquecida, após o triste episódio de Canudos e o malogro do atentado contra o Presidente. Os “amigos” estavam muito fracos, fosse no Exército, onde a ala legalista passara a predominar, fosse nas ruas, onde houve um refluxo.

O exame da correspondência dos dois líderes rio-grandenses ajuda a compreender outra determinante de sua opção: os telegramas quase diários, trocados entre Borges e Pinheiro em abril e maio de 1900, tratam, em sua maior parte, não da “reforma política”, mas de pleitos do governo estadual junto ao governo nacional, como os que envolviam a nomeação de diretores da Alfândega de Porto Alegre e de Livramento. Percebe-se claramente que “divorciar-se” do Presidente poderia ter implicações amargas para os negócios do estado.

Ignorar essas determinantes regionais do comportamento dos republicanos gaúchos seria evidentemente um erro. O ponto a ressaltar, contudo, é que seus interesses regionais podiam compor com os diferentes projetos nacionais – no caso, aceitam a composição nacional com Sales, porque o projeto nacional de suas preferências, projeto talvez até mais conveniente para os interesses do estado, está enfraquecido e não tem chances. É necessário constatar que os projetos nacionais a disputarem a condução da política nacional eram capazes de articular os interesses regionais, e vice-versa, o jogo não pode ser compreendido apenas a partir dos estados. O projeto nacional de Sales só teve sucesso em articular um amplo leque de apoios regionais após derrotar o projeto nacional adverso, o florianista.

O Pacto de Campos Sales foi uma articulação nacional, dos republicanos, inclusive os de origem positivista, em torno da política econômica ortodoxa, e dos mesmos pontos antes assinalados que formavam o consenso do PRF: a concepção administrativa do estado, o presidencialismo e o federalismo.

A união em torno destes pontos não sepulta as divergências, como as que havia por exemplo entre os positivistas gaúchos e Campos Sales. Mas, a convivência pacífica foi garantida pela não intervenção nos estados.

Veja-se a seguir como foi construído o acordo programático dessas forças.

Capítulo 7: O programa do Pacto

Ao assumir a Presidência, em 15 de novembro de 1898, Campos Sales adota estratégia totalmente distinta da de seu antecessor, que se afastara dos velhos republicanos: apresenta-se como o candidato “da República”. Distancia-se parcialmente do grupo que o apoiou como candidato, em que estava a maior parte dos antigos monarquistas. E consegue atrair para sua base de governo grande parte dos adversários de Prudente, acabando com a polarização do Congresso entre “concentrados” e republicanos legalistas. Este movimento foi assim descrito por Guanabara:

Efetivamente, a cisão de 1897 extremara em campos opostos os que eram por natureza e temperamento fiéis ao espírito e à letra da Constituição, os que estavam imbuídos dos sentimentos que presidiram à proclamação e à organização da República e os que para ela vieram com os mesmos sentimentos e o mesmo temperamento com que serviram ao Império e tendiam naturalmente a transformar a república numa “monarquia sem monarquia e sem conselho de Estado”. Se esses tivessem apresentado a candidatura de um dos seus à presidência da República, se essa candidatura fosse viável, se os republicanos se submetessem à mascarada eleitoral que seria uma verdadeira *journée de dupes*, os campos partidários ficariam bem demarcados, não pelo fato de estarem neste ou aquele, esta ou aquela individualidade, mas pela circunstância fatal de que cada um dos lados seria radicalmente diferente no modo de considerar e de resolver problemas capitais da vida e modos de ser da República. A candidatura do sr. Campos Sales anulou por completo, para felicidade da República, a reação no seu início; não porque S. Ex^a se tivesse manifestado favorável a um dos grupos contra o outro, mas porque desdenhou considerar o problema como pretendiam impô-lo e ofereceu a sua candidatura á Nação em nome do partido republicano histórico, pedindo-lhe a ratificação do programa com o qual e em nome do qual a República foi proclamada e organizada. (Guanabara, 1912, p.31-2)

Aí se apresenta um dos grandes desafios para a interpretação do período: explicar como Campos Sales conseguiu dissolver o grupo dos “concentrados” e atrair essa parcela dos históricos que havia se aproximado dos jacobinos. Para o sucesso desta manobra, foi fundamental sua capacidade de se apresentar como legítimo representante do movimento republicano.

7.1. O discurso de união dos republicanos históricos

A aproximação com os “concentrados” forjou-se em torno da referência à luta republicana, onde os republicanos paulistas haviam cerrado fileiras com os florianistas, positivistas e jacobinos, em defesa da República. Ainda como candidato, o paulista

procurou ganhar certa distância dos recém-convertidos à República, apresentando-se como um velho propagandista.

No famoso discurso no banquete de apresentação de sua candidatura, em 31 de outubro de 1897, Campos Sales reafirma seus compromissos com o velho partido republicano, com o presidencialismo, com o federalismo e com a austeridade econômica. É um discurso de unidade dos republicanos, que procura sepultar e ocultar as divergências.

Este esforço passou para a história em duas obras famosas, o livro de Alcindo Guanabara, intitulado “A Presidência Campos Sales” e o de Campos Sales, que recebeu o significativo título de “Da propaganda à Presidência”: nos dois livros é nítido o objetivo de defender o governo do presidente paulista como um governo republicano, destacando o íntimo comprometimento de Campos Sales com a causa, desde os tempos da propaganda¹.

A obra de Guanabara merece especial atenção, pois seu autor vinha da linha de frente do florianismo, com atuação destacada na defesa do protecionismo à indústria e da nacionalização da navegação de cabotagem; em 1897, sofrera as penas do desterro, acusado de participação no atentado contra Prudente; e não obstante, em 1902, escreveu livro de defesa de Sales, apresentando seu governo como a vitória dos republicanos contra os reacionários.

A trajetória de Guanabara não foi um caso individual, mas expressa a aproximação do Presidente com muitos velhos republicanos que estavam no grupo da Concentração – nas primeiras sessões do Congresso, logo após sua posse, vários “concentrados” vêm à tribuna hipotecar apoio a Campos Sales, lembrando a identificação de seu programa

¹ No livro de Guanabara, por exemplo, pode-se ler que “O Sr. Campos Sales não se submeteu a ser candidato por conta de um partido que havia apenas surgido: declarou que era candidato do *partido republicano* – não o que então se formara – mas o tradicional, o histórico, aquele a que sempre pertencera. O seu Manifesto Eleitoral, lido no banquete político que lhe foi oferecido no dia 31 de outubro de 1897, conclui por estas eloqüentes e expressivas palavras: ‘Não conheço senão uma família em que o direito do nascimento não é nada, em que o direito de conquista é tudo, em que o homem é julgado por suas próprias ações e não pelas de seus pais, em que cada um faz o seu próprio nome em vez de recebe-lo já feito. Esta família é o *partido republicano*; A ELA PERTENÇO, VIVO NO SEU SEIO, AÍ TENHO LUTADO, AÍ TENHO SOFRIDO, AÍ MORREREI.’ Não se poderia exigir em nenhuma outra época, e ainda menos naquela em que estas palavras foram proferidas, declaração mais categórica. O partido republicano histórico não havia, certo, desaparecido no seio das dissensões da época; ao contrário, subsistia mais forte e mais alto que os grupos que se digladiavam; era a esse partido que o sr. Campos Sales sempre pertencera, era em seu seio que então vivia, era nele que tinha lutado e sofrido e – inútil esperar que dele se apartasse - era nele que morreria! (p. 20)

E mais adiante: “O programa com que S. Exa. Se apresentou às urnas não era de modo algum o da cisão; era o do Partido Republicano Histórico, era o programa que o propagandista, deputado provincial, o constituinte, o senador, o ministro da Justiça, o Presidente de São Paulo havia sempre defendido e sustentado.” (p. 23)

com sua velha plataforma. Essas manifestações não devem ser tomadas como simples hipocrisias habituais de políticos aferrados ao poder – para compreender o apoio a Sales, vale comparar sua estratégia com a de seu antecessor.

Prudente havia se apoiado em parlamentares do velho regime, muitos dos quais haviam pegado em armas contra Floriano; acionara, assim, contra si as lealdades dos republicanos históricos, identificados com a defesa enérgica do Marechal das novas instituições.

Campos Sales, ao contrário, retoma a plataforma de defesa da Constituição de 1891, especialmente do presidencialismo e do federalismo. Ainda candidato à Presidência, Sales fez questão de estabelecer estes pontos como centrais em seu programa, o que é destacado por Guanabara:

Duas questões políticas haviam agitado o quadriênio do Sr. Prudente de Moraes, uma no terreno da luta armada, outra no das deliberações parlamentares: o regresso ao regime parlamentar, que fora a bandeira da sublevação federalista no Rio Grande do Sul e de boa parte dos revolucionários de setembro; e a interpretação do art. 6º da Constituição para permitir a intervenção federal nos Estados, que, como vimos, foi a bandeira política dos reacionários, que determinaram a cisão de 1897. Contra ambas, os republicanos se pronunciaram com decisão e com energia; contra ambas, se pronunciou do mesmo modo e no mesmo tom o Sr. Campos Sales no seu Manifesto Eleitoral. ‘Apresso-me a declarar’, dizia S. Exa., ‘apoiado nas mais remotas reminiscências de meu passado político, que oponho resolutamente, intransigentemente, a república federativa à república unitária; a república presidencial à república parlamentar. (Guanabara, p. 24)

A defesa do presidencialismo apóia-se em seu passado político, resgatando a importância desse ponto para os republicanos históricos. Sua vitória é apresentada como a derrota do retorno ao passado e a subordinação das forças ligadas ao Império, que ficam relegadas a alguns estados (Pernambuco, Bahia).

É importante sublinhar que o conteúdo modernizador, administrativo, do discurso de Sales não é simplesmente uma utopia, sem eficácia na “verdadeira luta política” que seria aquela travada entre os interesses estaduais: seu discurso só é compreensível à luz da clivagem entre “republicanos” e “reacionários” que marcou a primeira década do novo regime. O esforço de Sales é por recuperar no plano simbólico a plataforma modernizadora dos propagandistas, visando a uma aproximação concreta, que lhe garantisse apoio no Congresso. Essa estratégia tem impacto, impossibilitando que a polarização entre os candidatos à Presidência tome a forma da oposição “republicanos” x “monarquistas”.

É necessário considerar, entretanto, que não é apenas no passado republicano que se enraíza a união. Prudente também era um velho republicano, e, no entanto, não foi capaz de liderar um acordo. O sucesso de Campos Sales só é compreensível levando em conta seu programa: ele foi capaz de propor ao país uma plataforma de governo com condições de hegemonia, isto é, com condições de levar em conta os interesses dos grupos sobre os quais a hegemonia seria exercida, inclusive se isto significasse sacrifícios de ordem econômico-corporativa (Fritsch, p. 342). Conseguiu atrair os positivistas e outros grupos modernizadores com a proposta de primeiro sanear as finanças para depois crescer – criar a ordem para o progresso. De outro lado, conseguiu derrotar a ala mais corporativa dos cafeicultores do PRP, representada por Prudente de Moraes, impondo-lhe perdas.

Em seu livro, procura demonstrar o quanto levou a sério seu programa financeiro, mesmo quando pressionado pelas “classes produtoras”. Relata críticas e ameaças, e como resistiu a elas, sugerindo que seus antecessores, ao contrário, teriam sucumbido às pressões, gerando o descalabro financeiro (Sales, p. 134-5). Seu programa de governo é apresentado como “administrativo”, “acima das classes”, “meramente de saneamento financeiro”, “acima dos partidos”. Um programa para enfrentar a crise financeira.

A plataforma vitoriosa foi a mesma do PRP: defesa da Constituição de 1891 (federalismo e presidencialismo), governo técnico e administrativo, valorização do crédito nacional e saneamento financeiro. Com essa estratégia, obtém o apoio das duas alas em que se havia dividido o PRP, isolando os jacobinos; mas Campos Sales não procura formalizar essa aproximação: ao invés de reconstruir o partido republicano, acomoda as forças nos estados em um acordo regional, que incorpora outras forças, como ex-monarquistas. A hegemonia desta frente, contudo, é claramente republicana.

7.2. Deslocamento do debate: o central passa a ser o “combate à crise”

O momento era de grande desgaste das propostas industrialistas e protecionistas, após a crise do Encilhamento; estas eram associadas à inflação e à manutenção de privilégios; vistas, enfim, como medidas que oneravam a Nação (ver Luz, 1961, p. 109-10 e 122-4). Após o atentado fracassado e a derrota de Canudos, os militares nacionalistas estão

enfraquecidos – no Exército passa a predominar a ala legalista. A mobilização patriótica também está em refluxo.

Como se deram esses desgastes, o quanto foram produzidos pela imprensa ou em outros espaços de opinião pública, é questão importante, a qual não se deve perder de vista. Todavia, interessa aqui analisar os mecanismos de governo.

Um primeiro fato a levar em conta é que, nesta conjuntura desfavorável ao florianismo radical, a elite dirigente opera um deslocamento fundamental nas discussões no Congresso: o eixo central do debate deixa de ser o nacionalismo, e passa a ser a crise econômica.

Se o discurso modernizador já vinha de longe (necessidade de um governo administrativo, acima dos partidos, reerguimento do crédito público como prioridade), o reerguimento *à la* Campos Sales tinha um ingrediente novo em relação a austeridade florianista: a centralidade do crédito do país. Guanabara assinala este ponto:

O Sr. Campos Sales ascendia ao governo no momento em que o problema que se impunha ineludivelmente à sua atenção era exatamente o da reparação dos desastres que esses sucessos determinaram na ordem financeira. O restabelecimento do crédito era o seu objetivo principal. Ora, nada mais difícil do que a restauração do crédito material, em meio à falência do crédito moral. Era, antes de tudo, a restauração do bom nome da República que cumpria promover; era a necessidade de demonstrar que a República não era uma aventura militar, mas a forma definitiva do governo do Brasil, que funcionava calma e seguramente, que importava atender. (p. 36).

Para parte dos nacionalistas, a defesa da Nação se converte na defesa de seu crédito, que está acima de partidos e facções. Essa posição passa a ser adotada também por Serzedello, no ano de 1899:

O orador deixa de lado as considerações políticas do discurso do seu colega. Deve, porém, dizer que o honrado Presidente da Republica não baralhou a situação política. O momento não é de cogitações partidárias. S. Ex., patriota, e compreendendo as suas responsabilidades de chefe da Nação, acima dos ódios dos partidos, acima das facções, acima dos interesses partidários, acima da luta dos homens, das queixas, dos desejos de represálias, S. Ex. colocou o culto santo da Republica, ameaçada em seus créditos, da nação ameaçada de ser maculada em sua honra, do estado do povo, enfim, que pede o bem-estar e a tranquillidade e está ahi sereno e calmo a cumprir o seu dever e a aceitar a collaboração dos bons. (ANAIS CD, 19/10/1899, p. 484).

Nos debates de 1899, observa-se claramente que parte dos florianistas muda o discurso, passando a apoiar o Presidente. Esta mudança tática, contudo, não significa que a ideologia desses setores fosse a agrária, tradicional, ou que seu móvel fossem as lutas

estaduais. Os republicanos gaúchos novamente são um bom exemplo – se nesse momento, negociam acordos com o Presidente, não é porque sua plataforma não se diferenciava claramente da de Campos Sales e do liberalismo. Numa conjuntura desfavorável ao projeto nacional de suas preferências, são capazes de negociar pontos programáticos e garantir não apenas os interesses de seu estado, mas a vitória do projeto positivista em seu território (preferem garantir o “positivismo num só país”, o Rio Grande...).

No Capítulo 4, demonstrou-se que, para conseguir maioria no Congresso, era necessário obter o apoio de parte do grupo dos “concentrados”, não bastava um acordo com os governadores. Campos Sales conseguiu dissolver a polarização do Congresso entre “concentrados” e “republicanos”, e as duas alas que anteriormente formavam o PRF apoiaram seu governo. Ambas apoiaram a reforma do regimento, que lançou as bases da chamada política dos governadores.

O Pacto de não-intervenção nos estados só era possível em troca do apoio das representações estaduais para as políticas decisivas do governo, especialmente para a política econômica. Essa troca Prudente não era capaz de negociar: ele não era capaz de propor uma política econômica que pudesse atrair os “concentrados” e obter maioria no Congresso, nem aos olhos de seus correligionários.² Mas Campos Sales foi capaz de juntar ao apoio dos governadores o dos “concentrados”, inclusive dos dois líderes industrialistas mais conhecidos do período, Serzedello Correia e Guanabara³; e justamente em torno da política de austeridade, de coloração ortodoxa. Esse acordo é de certo modo surpreendente, pois rompe com a interpretação consagrada de que os liberais são conservadores e ortodoxos em matéria de política econômica, enquanto que os industrialistas seriam mais tolerantes em questões como expansão monetária e políticas fiscais e cambiais ativas, pró-industrialização.

Constatou-se nas pesquisas que o acordo com os “concentrados” foi construído em torno de dois pontos: primeiro, ao redor de uma plataforma econômica centrada na valorização da moeda, no saneamento financeiro e na recuperação da credibilidade internacional do país; segundo, essa união foi cimentada com um discurso

² Campos Sales critica a falta de programa e de definição de Prudente, chegando a afirmar que seu governo se caracterizava por uma “inaudita esterilidade administrativa, que no fim do quadriênio havia abismado o país na moratória.” Sales, p. 68.

³ Cardoso (1975) p. 35 e também Luz (1961) destacam a liderança desses dois políticos na defesa das teses industrialistas e protecionistas.

“republicano”, que descreve o programa de Sales como a realização do projeto de modernização que era defendido pelos propagandistas.

Certamente foi um fator fundamental para o sucesso da estratégia o consenso que se estabeleceu quanto à centralidade da crise financeira. Os pronunciamentos de parlamentares das mais diversas correntes passam a convergir no reconhecimento de que o saneamento da moeda e o restabelecimento do crédito internacional devem ser a prioridade absoluta da agenda de governo (discordam vozes solitárias, como Erico Coelho⁴ e Rui Barbosa, que neste momento está isolado).

O nacionalismo, que polarizou os debates e os grupos no Congresso durante o governo Prudente, cedeu o lugar de destaque à crise econômica – o consenso sobre a prioridade do reerguimento das finanças chegou ao ponto de forçar os “concentrados” a admitir a necessidade de ceder, ao menos em parte, às pressões internacionais sobre a regulamentação financeira.

Não vem ao caso, neste momento, analisar o quanto esta convicção representava uma avaliação “correta” da realidade econômica da época, ou o quanto pode ter sido “construída” (estudar como se estabeleceu a idéia da crise, nos jornais p. ex., seria certamente um estudo muito interessante). O que se quer deixar claro é que não é possível estudar o acordo político estabelecido por Sales sem levar em conta o consenso que se estabeleceu em torno de seu programa.

Para a defesa desse ponto é necessário desfazer-se de alguns mitos – por exemplo, o de que a política econômica de Sales refletia simplesmente os interesses do café ou o apego

⁴ O polêmico médico carioca colocava o debate em termos surpreendentemente atuais. Érico Coelho afirma que inicialmente a questão central para o presidente paulista era resolver o problema da produção, o problema econômico; mal começa o governo, o problema central passa a ser o financeiro.

“Na sua Mensagem presidencial de 15 de novembro do anno passado, o Sr. Campos Salles disse... (Lendo.)

‘O estado monetário de um paiz qualquer depende menos de sua legislação do que da sua situação econômica.’

Agora, em mensagem de 3 de maio deste anno, o Sr. Campos Salles disse...

‘A solução financeira depende menos das forças naturaes do paiz do que do acerto das medidas financeiras que o poder publico tiver que adoptar.’ (...)

Há seis mezes, no parecer do Sr. Campos Salles, era o mais a produção do paiz, independente de medidas legislativas de governo, era o mais para valorizar o papel-moeda em circulação, e seis mezes depois S. Ex. é de opinião que o menos é a produção do paiz para valorizar o mesmo meio circulante.” (ANAIS CD, 25/5/1899, p. 48)

Mais adiante um pouco o parlamentar acrescenta:

“E da mesma sorte S. Ex. perdeu os conhecimentos rudimentares da economia política, tanto que está na persuasão de que a golpes de decretos presidenciaes, com aparas dos orçamentos da Republica, conseguirá resolver a crise financeira, independentemente da solução do problema econômico do paiz.” P.

a um liberalismo oriundo do Império. Ou o de que os positivistas e os principais líderes industrialistas do início da República defendiam políticas monetárias de cunho emissionista.

7.3. A política econômica do Pacto – mais que simples defesa do café

As principais lideranças do PRP nos primeiros anos da República e nos governos de Campos Sales e Rodrigues Alves defenderam o rígido equilíbrio orçamentário e o saneamento da moeda.

A quem interessava essa política? Era a política econômica da República Velha simples reflexo da total preponderância do café na economia? A posição dos grupos republicanos (especialmente o paulista) com relação à política financeira chamada de “ortodoxa” precisa ser melhor explicada.

Faoro constatou o paradoxo: essa política econômica dos paulistas não servia diretamente aos interesses do café. Ele criticou explicitamente a visão “tradicional”, de Carone, por exemplo, para quem política emissionista e câmbio baixo serviriam aos interesses exportadores dos cafeeiros (Faoro, 2000, p. 129 e 188). Comentando a queda acentuada do preço do café no fim do século, pergunta: “Indicarão os números que a situação cafeeira terá sido responsável pela virada financeira, anti-emissionista? Em favor de que e por quê? Nas respostas, poderá estar a chave capaz de explicar todo o curso republicano, até 1930, bem como suas correspondências políticas” (Idem, p. 129).

Na seqüência pergunta-se: por que os políticos paulistas não defendiam o câmbio baixo e a desvalorização? E a resposta:

As circunstâncias em curso – o encilhamento urbano e a exacerbação rural - poderiam sugerir que os estadistas se uniriam numa reivindicação comum, a baixa cambial e a desvalorização da moeda, instrumentos de maior proveito em favor dos produtores. Nada disso entretanto aconteceu. Os paulistas – numa linha que vai de Rodrigues Alves, ministro da Fazenda de Floriano, a Rodrigues Alves, presidente da República (1891-1906), impuseram porfiado combate às emissões e ao aviltamento cambial, no aparente paradoxo de uma política anti-exportadora. (Idem, p. 130)

Essa linha “paulista” se explicaria pela defesa dos interesses da fazenda cafeeira articulada com o comércio exterior:

A vitória desta corrente, consagrada na presidência Campos Sales (1898-1902), dará o tônus e marcará o ritmo da primeira quadra da chamada República Velha, malgrado os

desafios, as contestações, os recuos que lhe sombreiam a trajetória. (...) O país essencialmente agrícola que eles defendem e estimulam, não será o dos comissários e o dos banqueiros, mas o sólido, estável, da fazenda solvável, articulada ao comércio exterior” (Idem, p. 130-1).

A política econômica defendida pelos republicanos gaúchos e paulistas seria compreensível como uma política essencialmente “agrícola”. Aqui há que cuidar com a tendência muito comum de opor agrário a capitalista, como se burguesia necessariamente pressupusesse indústria. A discussão remete à conceituação das relações de trabalho no campo brasileiro, mas não parece de excluir que elites de origem agrária pudessem ter um projeto “burguês“, de relações jurídicas não escravistas e de administração burocrática do Estado. E inclusive de expansão industrial, ainda que subordinada aos rígidos critérios de saneamento monetário (nota-se que esta era a posição de políticos importantes do período).

A conceituação de política “agrícola”, portanto, não esclarece o problema. Pois, a política econômica de Campos Sales, Rodrigues Alves, de Bernardino de Campos quando governador, contrariou os interesses diretos, “agrícolas”, dos cafeicultores, gerando conflitos que levaram a cisões partidárias. Em nome de quê?

Para Love, esses conflitos nasciam da necessidade de gerir a máquina federal. O autor também criticou a visão tradicional do controle dos cafeicultores sobre a política econômica:

“Porém, a celebrada tese defendida por Celso Furtado e aceita por tantos outros, segundo a qual os cafeicultores (e, por extensão, o estado de São Paulo) tinham pleno controle sobre a política econômica e financeira do governo federal durante a Primeira República não dá a devida importância ao fato de que o executivo enfrentava problemas que, em várias ocasiões, provocaram conflitos diretos entre o governo e os interesses cafeeiros. O pagamento de juros e a amortização de empréstimos externos, que cada vez pesavam mais na balança de pagamentos, implicavam a necessidade de controlar decisões políticas em três áreas: a taxa cambial, que precisava ser fortalecida, ou, pelo menos, impedida de maior deterioração; o orçamento público, que devia ser estabilizado, evitando-se a emissão de moeda sem lastro; a aquisição continuada de reservas cambiais destinadas ao serviço da dívida externa, devendo-se evitar uma balança comercial negativa. As duas primeiras exigências naturalmente geravam conflitos entre o governo federal e os interesses dos cafeicultores. (Love, 1982, p. 250)

Estes conflitos expressaram-se claramente na presidência de Campos Sales:

No final de contas, no entanto, seus bem sucedidos esforços no sentido de moeda nacional irritaram os fazendeiros tanto quanto sua política de contenção dos gastos públicos o indispos com a população do Rio de Janeiro. A presidência Campos Sales

constituiu uma primeira e vívida demonstração dos conflitos estruturais que opunham o governo federal e os interesses cafeeiros. E tal desfecho não pôde ser evitado, apesar de o próprio Campos Sales ser fazendeiro e antigo defensor da legislação de proteção ao café. (Idem, p. 253).

Nessa visão, os conflitos entre governo federal e os interesses cafeeiros são compreendidos como clássicas diferenças “posicionais”, ou seja, quando as elites cafeiras estão no governo federal, têm que manejar a máquina, o que significa em parte contradizer seus interesses diretos de fazendeiros. Num momento de crise, como aquele em que assumiu Campos Sales, tratava-se até de uma questão de sobrevivência, evitar a bancarrota do Estado.

No entanto, parece-me que apesar da força da crise, os desafios de gerir a máquina estatal não são suficientes para explicar a forma ortodoxa como foram enfrentados os problemas, e muito menos as alianças que permitiram que esta política fosse posta em prática. A reconstrução financeira em padrões ortodoxos foi não apenas dirigida pelos paulistas, mas sustentada no Congresso em inúmeras votações, com o apoio decidido de políticos de diversos estados, especialmente dos positivistas.

Fritsch, em artigo da década de 1980, avançou a importante idéia de que a política econômica do início da República não era simples reflexo dos interesses corporativos do café, mas expressava um esforço por parte da elite paulista de conquistar uma posição hegemônica, isto é, capaz de distanciar-se da simples imposição de seus interesses (ver Fritsch, p. 342).

Assim, ele também criticou a visão tradicional de que se pode explicar a política econômica da Primeira República como sendo diretamente determinada pelos interesses corporativos da cafeicultura (p. 346). São contestados os dois suportes factuais dessa tese (o de que o governo federal sempre se curvou às pressões da cafeicultura e de que sistematicamente favoreceu a depreciação cambial), argumentando que: 1º) o governo só concedeu apoio direto à cafeicultura em momentos críticos, em que não agir poderia causar sérios desequilíbrios externos; e 2º) o suposto viés cambial em favor da cafeicultura também não se comprova, sendo a política cambial desvalorizadora dependente de fatores fora do controle governamental, como os colapsos cambiais do início da República e nos anos vinte.⁵ A adoção ocasional do padrão-ouro também não

⁵ “Os argumentos acima mostram, portanto, que a idéia de que a tendência à depreciação do mil-réis ao longo da Primeira república foi consequência intencional de decisões de política, também precisa ser

foi motivada pelos interesses da cafeicultura, levando mesmo em determinados momentos a efeitos desastrosos para os produtores de café (Idem, p. 343).

Parece muito importante a idéia de que parte da elite paulista percebia a necessidade de ultrapassar seus interesses diretos para poder exercer a hegemonia política, propondo um projeto para o país. Nesse caminho, se distancia de alguns dos interesses mais imediatos dos setores ligados à cafeicultura.

Viu-se anteriormente que teve sucesso a estratégia do PRP de atrair os remanescentes dos partidos imperiais, e formar um grande partido de defesa dos interesses paulistas. No entanto, se os republicanos construíram um amplo consenso no estado em torno de uma defesa de São Paulo, expresso na defesa da máxima autonomia para a província, não significa que o federalismo fosse para essa elite o aspecto mais importante do novo regime, como não cansa de enfatizar a visão mais tradicional. E nem seu objetivo era a defesa pura e simples do café.

Registram-se em vários momentos divergências no PRP quanto à política cafeeira. Se dificilmente um grupo político faria política na época, em SP ou no Brasil, sem levar em conta o produto que dominava totalmente a economia, não significa que o PRP como um todo representasse diretamente os interesses cafeeiros, ou os de sua simples reprodução. Ao contrário. Houve várias disputas internas no partido, no centro das quais estava a política do café.

Em 1901, organiza-se uma dissidência, capitaneada por Prudente de Moraes, que expressa o descontentamento dos cafeicultores com o governo de Campos Sales.⁶ Este relata queixas e pressões das classes produtoras, que consideravam seu governo “opressor”.⁷

qualificada. A queda secular do mil-réis é totalmente explicada pelos colapsos cambiais do início da última década do século XIX e do início dos anos vinte, que resultaram de severos choques externos cujos efeitos sobre o valor externo do mil-réis o governo *não conseguiu* evitar.” Fritsch, p. 344-5

⁶ Comentando as reclamações da lavoura de café, diz Kugelmas: “Já em 1896, a diminuição dos preços externos provocou inquietude, debates pela imprensa e no legislativo estadual e a realização de congressos de lavradores; mas é em 1899, com o início da aplicação da severíssima política contencionista de Joaquim Murinho, ministro da Fazenda de Campos Sales, e a perspectiva de uma inversão à tendência de depreciação cambial que se intensifica o descontentamento. Chega a surgir uma tentativa de organizar o “partido da lavoura”, já que esta, segundo os insatisfeitos, não estaria sendo adequadamente representada pelo PRP.” P. 113

⁷ Em seu livro, Campos Sales queixa-se das críticas das classes produtoras: “Ao governo atribuíam-se tendências opressoras e até o intuito de sobrecarregar de inúteis encargos as classes produtoras. Foi este o tema fecundo de uma série infinita de escritos publicados na imprensa diária, nos quais os supostos interesses das ‘classes laboriosas’ serviam de incitamento a um movimento de antipatia contra a administração, que apenas se inaugurava. A retórica apaixonada dos escritores

Bernardino, quando governador de São Paulo, enfrentou oposição por resistir às políticas de valorização do café. Assinou na época um decreto que limitava a expansão dos cafezais, medida que teria sido duramente criticada pelos cafeicultores na Assembléia. (Love, 1982, p. 254).

As divergências prosseguem, e em 1907, em um conflito interno do PRP que o próprio Love reconheceu como ideológico, registraram-se “grandes diferenças de opinião dentro do partido no que se referia ao programa de valorização e às suas conseqüências para as finanças estaduais e federais.” Dá-se uma mudança na direção do partido, sendo derrotado o grupo de Campos Sales, Glicério, Dino Bueno, Rodolfo Miranda e Álvaro da Costa Carvalho, que resistia à política de valorização do café proposta pelos fazendeiros. A vitória de Tibiriçá no conflito, contra o grupo de Campos Sales, teria sido “bem recebida pela maioria dos fazendeiros e dos grupos comerciais e bancários associados à economia cafeeira” (Love, 1982, p. 161).

Talvez haja uma distinção entre o grande capital cafeeiro e o pequeno e médio, como sugere Kugelmas, baseando-se em Flávio Saes (o grande capital é que apoiaria a política ortodoxa).⁸ Pode ser que parte dos cafeicultores estivesse diversificando seus investimentos, percebendo a fragilidade de assentar a produção em um único produto agrícola. A idéia de complexo cafeeiro é sugestiva – em torno do café foram surgindo diversas atividades urbanas, serviços públicos, comércio, bancos, indústrias de exportação e importação.⁹

De qualquer maneira, seja qual for a base econômica da disputa, constata-se que o PRP não era simplesmente “o café”, nem simplesmente “os paulistas”. Havia uma disputa em torno da concepção econômica e mesmo da concepção de Estado. Os republicanos modernizadores venceram as disputas com o setor mais corporativo cafeeiro no período de Sales e foram capazes de construir uma aliança com outros setores republicanos.

Como foi construída a hegemonia paulista? Em torno de que concepções e propostas foi construído o pacto nacional? Para muitos autores, a concepção que orientava a política econômica de Campos Sales e Rodrigues Alves seria o liberalismo. Em sua tese de

detinha-se calculadamente ante o frisante contraste que apresentava a ‘dureza’ do governo de então, comparada com as ‘magnanimidades’ dos que o antecederam, sem querer confessar que era precisamente à fraqueza de tais condescendências que se devia, em boa parte, o tremendo descalabro, que reclamava agora do poder público ação firme e enérgica.” Campos Sales, P. 134-5

⁸ Kugelmas, p. 114

⁹ Ver Silva, Sérgio (1976) **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo, Alfa-Ômega.

doutorado sobre a “difícil hegemonia” dos paulistas no primeiro período republicano, Kugelmas mostra que a concretização de políticas que interessavam aos setores cafeeiros era muito complexa, dependendo de outros fatores que não simplesmente a presença de “paulistas” na Presidência. Para que a política de valorização se impusesse, foi necessário romper a resistência de dois presidentes paulistas, Campos Sales e Rodrigues Alves e seus ministros da Fazenda. A resistência seria devida a um apego ao liberalismo.

São analisadas detidamente pelo autor as políticas de valorização do café empreendidas por São Paulo, e contra as quais a União (comandada por peerrepistas) resistiu muito. Representantes paulistas lutaram no Congresso de 1903 até 1907, buscando apoio para a proteção de seu principal produto. Só tiveram sucesso em 1908, na forma de um aval da União para um empréstimo de 15 milhões negociado pelo governo paulista junto a credores internacionais, para financiar a valorização.

Neste caminho, delinear-se-ia, segundo Kugelmas, a oposição entre intervencionismo e liberalismo:

Ia amadurecendo progressivamente uma polarização entre liberais e intervencionistas: também em 1903, que parece ter sido um momento estratégico desta decantação de posições, o deputado paulista Cândido Rodrigues apresentou na Câmara Federal um projeto autorizando o executivo federal a tomar medidas pela valorização do café. Embora apoiado pela maioria da bancada federal de São Paulo, este projeto foi criticado por outro deputado paulista, Galeão Carvalho, que negou a necessidade e a conveniência da atuação governamental. Por seu turno, o senador paulista Alfredo Ellis, conhecido pelo tom apaixonado de seus discursos em defesa dos cafeicultores sugeriu a retenção pelo governo federal de quatro a cinco milhões de sacas. Todas as sugestões e iniciativas desta natureza no plano federal esbarravam na inequívoca postura do presidente da república e do ministro Bulhões, zelosos defensores dos princípios do *laissez faire*; os pronunciamentos destes subordinavam a questão cafeeira à recuperação plena do equilíbrio financeiro, visto por eles como de pleno restabelecimento graças à continuidade que vinha sendo dada à orientação de seus antecessores, Campos Sales e Murinho. (p. 118-9)

Este enfrentamento teria começado no próprio PRP – a virada de 1907, com a derrota do grupo de Campos Sales, significaria um rompimento com a ortodoxia liberal em direção ao intervencionismo, uma mudança drástica.

Bernardino Campos, no governo do Estado, teria resistido às mudanças, com “tocante devoção ao liberalismo”. Rodrigues Alves e seu Ministro da Fazenda Leopoldo Bulhões teriam rejeitado o “intervencionismo”, apoiados por Bernardino de Campos e por apenas um Deputado do estado, Galeões Carvalho.

No entanto, creio que esta conceituação de Kugelmas não apreende bem as posições – nem a defesa da valorização do café equivale a uma posição ideológica de ruptura, de evolução para uma posição “intervencionista”, nem a defesa da ortodoxia fiscal e da austeridade financeira implica necessariamente um apego ao laissez-faire. A defesa da absoluta centralidade da questão financeira, o profundo comprometimento com o reerguimento do crédito e com o saneamento financeiro eram pontos que aproximavam os positivistas e outros líderes republicanos dos paulistas.

Para defender este ponto, é necessário voltar no tempo, recuperando os confrontos havidos em torno da política econômica na década de 1890.

7.4. Austeridade econômica: um ponto programático que unia os republicanos históricos

Os conflitos em torno da política monetária e fiscal foram dos mais importantes do início da República, estando na raiz de crises como a do fechamento do Congresso em 1891 e do contra-golpe de deposição de Deodoro.

A maior parte dos republicanos históricos se opôs à política emissionista. Não é uma posição momentânea, mas um compromisso programático a favor da austeridade econômica, que se manifestará em diversas oportunidades.

Quando Rui Barbosa, em janeiro de 1890, emite o decreto de reforma financeira, há resistência não apenas dos paulistas e dos gaúchos, como registrado por Faoro, mas dos positivistas de vários estados, como Benjamim Constant (DF), Bevilacqua (CE) e Oiticica (AL) etc. (ver discurso de Ramiro Barcellos, ANAIS SF, em 14/1/1892). Para Castilhos e Demétrio Ribeiro, era imoral dar-se o privilégio de emissões a estabelecimentos particulares de crédito, e ainda atribuir-se a bilhetes de banco o benefício do curso forçado. Demétrio exonerou-se do Ministério em protesto contra a reforma econômica.¹⁰ Apesar das resistências, o projeto é implementado, mas a política econômica emissionista é duramente criticada no Congresso.

¹⁰ “Demétrio Ribeiro, o único gaúcho do Ministério, em discordância total com seu colega da Fazenda, por esse e talvez por outros motivos, exonerou-se incontinenti. Tanto ele como Castilhos entendiam imoral e ilegítimo outorgar-se o privilégio de emissões a estabelecimentos particulares de crédito e atribuir-se a bilhetes de bancos o benefício do curso forçado. Temiam ademais o incremento da inflação, que assoberbava o País desde o Ministério do Visconde de Ouro Preto.” Franco, 1967, p. 71

As divergências explodem com toda força em 1891. O governo de Deodoro, através do Ministro Lucena, envia mensagem presidencial ao Congresso com projeto de reestruturação do sistema bancário, especialmente do Banco da República, aumentando grandemente seu poder de emissão.

O Congresso cria uma comissão mista para discutir o assunto, e a proposta do governo é profundamente alterada: o Congresso não apenas não aprova o projeto de Lucena, como restringe radicalmente a emissão monetária. O relator da proposta na Câmara é Serzedello Correia, militar paraense que irá se destacar como defensor do industrialismo.

As discussões que se dão evidenciam claramente concepções programáticas opostas sobre finanças. Prevalece a concepção, defendida veementemente por Serzedello, de que existe excesso de moeda circulante, e que se deve restringir a emissão do Banco da República.

Na discussão aparece também a clássica oposição federalismo x centralização. Entre os combatentes do projeto governamental, vários criticam sua centralização, e defendem que se restrinja o poder de emissão do Banco da República mas não o dos bancos regionais. E é esta a tese que vence.

Bernardino de Campos (SP) por exemplo intervém várias vezes para evitar que se restrinjam os bancos regionais. Sua posição, porém, não é simplesmente “defender São Paulo”, e faz uma defesa do princípio do equilíbrio orçamentário. Inicia avaliando a crise financeira, suas causas e fazendo o balanço de intervenções do estado em crises anteriores, como a de 1864. Naquela crise, a intervenção do governo nos bancos teria sido negativa. Mas, apesar das dúvidas, o Estado não deve cruzar os braços:

Portanto, não sei o que deva fazer o governo deante da actual crise comercial; mas não desconheço que si for ella, como seria justo, entregue às suas proprias forças de reconstituição, isto é, si se deixar que todos quantos se envolveram em aventuras e em negócios sem base carreguem sós com a responsabilidade das especulações criminosas, é possível que os desastres se propaguem. Que poderá acontecer?

Pela solidariedade íntima que liga as instituições commerciaes e de crédito, que liga intimamente toda a respectiva série de phenomenos, poder-se-á dar a queda daqueles que não tem, siquer sombra de responsabilidade nos acontecimentos. Pode acontecer que a propagação da crise chegue ao ponto de prejudicar os interesses financeiros do país e mais profundamente a sua constituição econômica.

E inquestionavelmente seria da maior sabedoria e do mais acendrado patriotismo evitar tais calamidades. Creio que, para isso devem convergir os legítimos esforços dos que teem em mão a direção social. (ANAIS CD, 22/09/1891, p. 468)

Defende a conversibilidade em ouro como um objetivo a atingir. Mas, o que fazer: o equilíbrio financeiro depende de causas complexas, ligadas ao comércio internacional (como o enorme ágio do ouro) que só o crescimento da indústria e da agricultura no longo prazo permitirão superar. No curto prazo, contudo, existe um objetivo claro a perseguir: o equilíbrio orçamentário:

Mas este *desideratum* (a normalidade financeira) só poderá realizar-se mediante a modificação dos nossos encargos nas relações do commercio externo e quando conseguirmos o equilíbrio orçamentário. Só então, desaparecendo a necessidade de satisfazer no exterior maior somma de compromissos do que correspondente a nosso favor e habilitado o Estado, pelo seu orçamento, a operar livre e seguramente, contando com os saldos, poderá com firmeza, por empréstimo ou como melhor convier, effectuar a conversão do meio circulante.

Vê-se, portanto, que de prompto não há meio a que recorramos para immediato resultado. São providencias de alcance seguro, mas demorado.

Só uma cousa importante podemos e devemos obter desde já: é o equilíbrio orçamentário; deve ser este o nosso primeiro passo, e convencemo-nos que o conseguirá o esforço e dedicação da illustrada commissão de orçamento, de cujas luzes e patriotismo o paiz tudo espera.

O SR. SERZEDELLO – Que ha de corresponder a este dever. (Idem, p. 469)

Serzedelo Correia (PA) é o relator do projeto e o principal defensor em plenário da restrição das emissões. Defende a adoção da conversibilidade, mas não imediata:

Sou partidario da convertibilidade; mas não posso estar de accordo com aquelles que querem já e já este regimen. Não. Acredito na lição de todos grandes financeiros que entendem que é absolutamente impossível abolir-se o curso forçado, quando não se possui um ágio de ouro elevado por longo tempo; quando não se tem o equilíbrio dos orçamentos; quando não se tem um câmbio em condições mais ou menos favoráveis; indicando tudo isso o augmento da riqueza e desenvolvimento em que se acha o país. (ANAIS CD, 13/10/1891, p. 319).

Recorre ao exemplo da Itália, que reergueu o crédito público, iniciando por equilibrar o orçamento:

Sr. Presidente, na Itália davam-se justamente as mesmas condições que dão-se no nosso paiz; repetiram-se os mesmos argumentos, sustentaram-se as mesmas theorias. Lá como aqui havia os praticos e os visionarios. Quando se discutiu no parlamento italiano a abolição do curso forçado, financeiros emeritos vieram à tribuna, e affirmaram a impossibilidade de estabelecer a convertibilidade, porque este regimen só era compativel com a riqueza publica, com o desenvolvimento do trabalho e da industria. Mas no entanto, estadistas notaveis, patriotas distintos, empreenderam esta campanha de levantar o crédito público, e começaram a empreza pelo equilibrio dos orçamentos. (ANAIS CD, 13/10/1891, p. 319)

Defende que se deve adotar as medidas para preparar a adoção da conversibilidade desde já:

Mas, si não podemos mudar o sistema actual, não se segue que não cogitemos da adoção de todas aquellas providências que forem necessárias para preparar o advento desse grande *desideratum*. E uma das condições é desde já corrigir os grandes erros que commetemos; é levantar o credito público; é estabelecer o regimen da confiança; é valorisar a moeda extraordinariamente depreciada; é, finalmente, affastar todas aquellas causas que vão influir directamente nas grandes fluctuações cambiais a que temos ultimamente assistido, e que só tem iguais em Vienna, quando se achou a Áustria no mesmo regimen em que nós estamos atualmente. (ANAIS CD, 13/10/1891, p.321)

E então defende uma idéia fundamental do projeto: a de que a abolição do curso forçado poderia ser decretada por lei (na legislação anterior, estabelecia-se como mecanismo automático para a adoção da conversibilidade o câmbio permanecer estacionado a 27 pence por mil réis ou mais por pelo menos um ano). O que está em jogo, ressalta, é a capacidade de intervenção do Estado na economia:

O nobre Deputado que me precedeu na tribuna passou ligeiramente sobre esse ponto capital do projecto, ponto que encerra na minha opinião a maior conquista que poderíamos obter, porque por lei o Estado se havia despojado dessa attribuição, por lei a Nação autorisando emissão inconvertível e estabelecendo o prazo de um ano de câmbio a 27, consecutivamente, como condição para a conversibilidade, havia decretado de facto o curso forçado para as notas do banco pelo prazo de sua existência, tornando a conversibilidade dependente do próprio banco. Não assim pelo projecto!

Pelo parágrafo único do art.... o banco será obrigado à conversibilidade, quando por lei for decretada a abolição do curso forçado. É o Estado armado de sua importante attribuição: é o banco na dependência da Nação, quando o que temos até hoje é a Nação subordinada ao banco. (ANAIS CD, 13/10/1891, p.321)

Veja-se que a defesa da política ortodoxa distancia-se de argumentos liberais clássicos, enfatizando a intervenção do Estado, respaldada na ciência econômica:

Não comprehendo, Sr. Presidente, os receios do illustre banqueiro a quem respondo, em relação a conversibilidade. S. Ex. supõe que haja um ministro da fazenda bastante idiota e um Congresso bastante ignorante, para decretarem a esmo, sem o menor exame, sem accordo com os bancos emissores, restituindo-lhes o seu lastro, a conversão da noite para o dia. S. Ex. acredita isso possível, e está, como explico que S. Ex. só procura assegurar ao seu banco o monopolio e privilegio da inconvertibilidade, affirmando que a conversão, o regimen metallico só será possível quando, em virtude do desenvolvimento da riqueza pública e do augmento da produção, o câmbio mantiver-se a 27 durante um anno inteiro, a despeito da moeda inconvertível que tenhamos, a despeito de todas as especulações que puderem ser feitas a custa da maior ou menor depreciação dessa moeda fiduciária.

Realmente, Sr. Presidente, nessas condições, deante dos recursos do tempo, do calor e da umidade, a conversibilidade se impõe, ella é fatal, ella existirá contra a vontade de quem quer que seja; mas triste seria a condição do homem de Estado si elle não pudesse apressar esta época e si não pudesse precisar em um dado momento, si um país si acha ou não em condições de entrar no regime da conversibilidade.

Não, a sciencia economica, a sciencia das finanças, está mais adiantada do que supõe o meu colega, o Sr.Mayrink. (ANAIS CD, 13/10/1891, p. 322)

A seguir, revela que foi vencido quanto aos bancos regionais, pois defendera na Comissão que seu poder de emissão fosse também cortado. Mas, argumenta que não apenas eles não haviam praticado abusos até o momento, como que diferentes disposições do projeto dificultam novas emissões de sua parte (ver Anais de 13/10/1891, p. 323).

Logo a seguir, quando é votada a disposição que restringe a circulação da moeda, o Deputado Barbosa Lima (PE), positivista, declara que: “o voto que a Câmara vae proferir constitue, a meu ver, a mais grave de quantas deliberações tenha jamais firmado” (ANAIS CD, 19/10/1891, p. 442). Esta votação é citada por vários parlamentares, nos anos posteriores, como tendo sido uma votação histórica. O projeto da Comissão mista foi aprovado na Câmara em 27 de outubro de 1891, sendo o governo fragorosamente derrotado.¹¹ Em 3 de novembro de 1891, Deodoro fecha o Congresso.¹²

Floriano expressa seu compromisso com o orçamento equilibrado, no Manifesto à Nação do contra-golpe de 23/11/1891: “A administração da Fazenda com a mais severa economia e a maior fiscalização no emprego da renda do estado será uma das minhas maiores preocupações. Povos novos e onerados de dívidas nunca foram felizes, e nada aumenta mais as dívidas do estado do que as despesas sem proporção com os recursos econômicos da Nação, com as forças vivas do trabalho das indústrias e do comércio, o que produz o desequilíbrio dos orçamentos, o mal-estar social, a miséria” (cit. in Carone, 1969, p. 24).

A maioria do Congresso vota pela restrição das emissões e pela busca do equilíbrio orçamentário – mas quais as razões? Atribuir essa votação a interesses regionais ou a um rancor anti-Deodoro seria um erro – os principais defensores desta proposta seguiram linha coerente com ela ao longo de sua vida política.

¹¹ Dia 19/10/1891: Votação do art. 1º: 100 votos contra 36 (p. 444-5); dia 27/10/1891, votação do Substitutivo de Pires Ferreira: 109 votos contra 26 (p. 666)

¹²“No documento em que Deodoro justifica o ato de fechamento do Congresso, aparece claramente que, além das razões políticas, o governo não tolera as restrições impostas às reformas econômicas, como a do Banco do Brasil.” Carone, 1977, p. 62. Faoro também interpreta que a atitude de Deodoro foi impulsionada por este motivo.

A posição dos republicanos gaúchos, por exemplo, amplamente favoráveis à restrição das emissões, não foi momentânea. O apego do PRR às políticas de equilíbrio orçamentário é registrado por vários autores.¹³ Love cita declarações nos jornais e cartas de Borges em que este declara seu apoio à austeridade financeira de Campos Sales e critica seu abandono posterior, em 1910.¹⁴ Segundo Carone, é do Rio Grande do Sul que vem o maior apoio ao governo de Campos Sales. Borges defende a política econômica de Campos Sales mesmo frente a críticas dos comerciantes de Porto Alegre. Pinheiro Machado torna-se o líder da maioria e é quem vai coordenar a política dos governadores (Carone, p. 193).

A mesma constância na defesa do orçamento equilibrado e da valorização da moeda pode ser observada em outros políticos. Serzedelo Correia, ao longo do governo Campos Sales, expressou apoio decidido à sua política econômica.¹⁵ Bernardino de Campos também defendeu sempre a austeridade fiscal, o que inclusive lhe teria custado a indicação à Presidência na sucessão de Rodrigues Alves.¹⁶ Campos Sales, Rodrigues Alves e seus ministros da fazenda também permaneceram fiéis à doutrina ortodoxa, mesmo quando pressionados pelos interesses cafeeiros (ver Kugelmas). O equilíbrio orçamentário aparece como programa de campanha do candidato positivista à Presidência, Lauro Sodré, que concorreu contra Campos Sales em 1898.¹⁷ E de novo, muitos anos mais tarde, em 1921, quando Nilo Peçanha concorre a Presidente apoiado pelo PRR:

¹³ “A política financeira conservadora do partido republicano riograndense, parcialmente de inspiração ideológica, tendia a coincidir com os objetivos do Tesouro Nacional, especialmente quando os interesses do Executivo Federal conflitavam com o dos cafeicultores, a respeito da depreciação externa da moeda.” Love, 1971, p. 143. Ver também Bosi, 1992, p. 293 e Fonseca, 1987, p. 67 a 70.

¹⁴ “Ao longo de toda a República Velha, o PRR insistiu numa política de preços estáveis e de conservadorismo fiscal. (...) Pouco antes de Hermes entrar em exercício, Borges escrevia a Pinheiro que os recentes desvios do rigoroso conservadorismo financeiro deixado pelo governo Campos Sales tinham sido um erro flagrante.” Love, P. 163

¹⁵ Campos Sales em seu livro consigna o apoio recebido por parte do deputado paraense (p. 153); ver também os discursos de Serzedello nos Anais do período (1899-1903).

¹⁶ “O nome que em princípio se impunha aos paulistas era o de Bernardino de Campos, duas vezes governador, ex-ministro e ex-presidente da Câmara Federal. Mas, apegava-se dogmaticamente à linha de austeridade traçada por Campos Sales.” Love, p. 253

¹⁷ “As nossas mais sérias e graves preocupações do momento são as que se prendem à vida econômica e financeira do país. É preciso levantar o crédito público, e habilitar a produção nacional a multiplicar as suas formas e a remunerar os que a ela se entregam, ou a ela devem ser atraídos por conveniência própria e interesse-geral da Nação. (...) O imperio foi o *deficit*, a República não deve ser o *deficit*. O Imperio foi o regimen das emissões e dos empréstimos, a República é ainda, infelizmente o regimen das emissões e dos empréstimos. (...) A grande depreciação do meio circulante, agravando ainda mais a

Por sugestão de Nilo, Borges escreveu o manifesto dos candidatos “rebeldes”, cuja campanha foi batizada de “Reação republicana”. O chefe gaúcho reivindicava um programa monetário e fiscal que terminaria com a inflação e restauraria a conversão do mil-réis em ouro. Ele também se batia por um orçamento equilibrado, citando a prática rio-grandense como modelo de comportamento financeiro. Durante a campanha, Nilo elogiou a austeridade orçamentária do Rio Grande e citou Borges e até Comte, na demonstração da supremacia do problema orçamentário, embora ninguém o tivesse acusado, antes disto, de positivista. (Em conversas particulares, ele chegou ao ponto de referir-se ao líder do PRR como “nosso chefe”). Nilo sugeriu igualmente que a política fiscal de Campos Sales, há muito favorecida por Borges, fosse reinstituída. (Love, p. 206)

Não levar em conta esse compromisso programático de grande parte dos republicanos pode levar a equívocos. A pesquisa historiográfica talvez não tenha identificado essa questão porque procurava nos conflitos a expressão de outras contradições (“burguesia x feudalismo”, ou “mercado interno x setor exportador”). Por mais que a questão do mercado interno seja importante, os conflitos entre republicanos, deodoristas e ex-monarquistas, as cisões do PRF e as alianças entre paulistas e gaúchos que estamos analisando não são explicáveis por ela.

Na análise da política econômica da época parece entrar em ação outro tipo de equívoco, quando se tenta explicar os conflitos políticos a partir da oposição metalistas x papelistas, que vinha desde o Império. Para alguns autores, o próprio confronto entre os partidos conservador e liberal no período imperial expressavam esta oposição na política econômica.¹⁸ Sem dúvida o embate entre estas concepções econômicas

deficiência dos recursos orçamentários, mais complica a solução dos graves problemas.” (Jornal „A República” de Curitiba, Manifesto apoiando Lauro Sodré, em 5/11/1897)

¹⁸ “Na verdade os conflitos desses dois grupos eram melhor expressados pela sua visão de política financeira, isto é, no conflito metalistas e papelistas.” p. 3 “Os debates na Câmara dos Deputados durante este período mostravam duas tendências que influenciavam a política econômica no Brasil. De um lado os comerciantes, e uns poucos empresários com interesses em manufaturas, que operavam no negócio de importação e no comércio doméstico e que tendiam a apoiar uma política econômica mais liberal, assim com liberdade de organização para sociedades anônimas. A maioria dessas pessoas pertenciam a chamada corrente papelista. Eles apoiavam o direito de emissão de bancos privados e sustentavam que os estoques de meios de pagamentos deveriam ser determinados pela demanda doméstica por transações e não pelo estoque de metais preciosos no sistema bancário. Entretanto, nessa época mesmo a escola papelista entendia que deveria haver alguns grau de correspondência entre estoque de ouro e meios de pagamento. Os seus oponentes eram os políticos mais tradicionais, os bacharéis, isto é, aqueles formados em direito, que eram educados com a idéia de austeridade e cautela. Sua ideologia era mais próxima daqueles proprietários de fazendas e de rentistas que temiam a inflação e a instabilidade econômica, mas eram também apoiados por alguns intelectuais que pregavam doutrinas liberais, e cujas visões refletiam o debate econômico na Europa, particularmente o debate na Inglaterra e na França. Esses, conhecidos como metalistas, defendiam um controle monetário rígido e sustentavam que quando houvesse condições materiais para o crescimento econômico, metais preciosos iriam naturalmente fluir para a economia sustentando o progresso, sem que esse crescimento implicasse em inflação ou crise econômica.” p. 6 Prado (2001)

continuou na República.¹⁹ O problema começa quando se procura identificar um grupo progressista, industrialista, com a política emissionista.

O período principia com o predomínio do papelismo, com Rui Barbosa à frente do Ministério da Fazenda. Este acaba logo, e após avanços e recuos, consolida-se a ortodoxia metalista com Joaquim Murinho no comando da economia.

Dado que hoje se constata, baixada a poeira dos séculos, que a política emissionista de Rui Barbosa propiciou um efetivo crescimento industrial, mesmo que posteriormente tenha sido em parte abortado, sua derrota só pode significar o atraso, obra “das oligarquias”, dos grupos regionais, liberais, bacharelescos, etc., capitaneados por São Paulo – em suma, a volta do conservadorismo.

Vale lembrar, contudo, que, se o início da República consagrou teses papelistas, foi seguindo políticas já traçadas no Império.²⁰ Essa política foi recebida com grande desconfiança e rejeição por parte dos republicanos históricos. Atrás do emissionismo de Rui, era identificado o benefício a indústrias e especialmente bancos determinados, de grupos ligados à elite imperial - o governo Deodoro tinha entre seus quadros figuras proeminentes do Império, como o Barão de Lucena, Ministro da Fazenda após Rui (ver discurso de Ramiro Barcellos em 14/1/1892, ANAIS SF, acusando a política de Rui Barbosa de favorecer os bancos, em detrimento do Estado).

¹⁹ A oscilação da política econômica é assim descrita por Gustavo Franco:

“A década de 90 seria memorável em seus debates entre metalistas e papelistas em torno da orientação a ser dada à política macro-econômica. Nos primeiros anos a balança tenderia para estes, pois a República teria como seu primeiro ministro da Fazenda um campeão papalista de indisputado talento, ninguém menos que Rui Barbosa. Todavia, a necessidade de se flexibilizar a política monetária geraria excessos, assim multiplicando resistências, de modo que o experimento papalista teria curta duração. A depreciação cambial de 1891, por outro lado, haveria de inaugurar um período de hesitações e de progressiva deterioração das contas externas. A reação conservadora a partir de meados da década seria avassaladora: a partir de 1890, o país levaria um plano conservador de saneamento monetário e fiscal às últimas conseqüências.” (p. 11)

²⁰ Ao menos esta é a posição de Nícia Luz sobre a política emissionista de Rui Barbosa:

“A política financeira de Rui Barbosa, como a sua política alfandegária, fora unicamente imposta pelas contingências do momento – a retração da moeda metálica por ocasião da transformação do regime, retração particularmente inconveniente numa fase de expansão econômica, como a que o país atravessava. A crise sobreviria, afirmava o ministro, “se o governo não decretasse remédio pronto à escassez do meio circulante”. Nesse ponto, como no relativo à quota-ouro, Rui Barbosa seguia o caminho já trilhado pelo Império. Convém lembrar, com efeito, que a origem das emissões republicanas encontra-se no decreto imperial concedendo faculdade emissora a vários bancos, a fim de fazer face às dificuldades financeiras decorrentes da abolição da escravatura. Com o golpe de Estado substituindo o regime imperial pelo republicano, a medida não chegou a ser efetivada. Será, entretanto, utilizada e ampliada mesmo pelo governo republicano provisório.” Luz, p. 164

Talvez os defensores da política emissionista, como Rui Barbosa, ainda que paladino do industrialismo, fossem próximos demais à elite imperial para convencer uma elite que queria “uma nova ordem austera”. Além disso, a crise financeira do Encilhamento certamente levou a que o grupo dos republicanos quisesse se distanciar dessa política e das práticas políticas imperiais, como as negociatas e o favorecimento dos “amigos do rei”. Veremos também que as pressões internacionais por uma “economia saneada” tiveram também grande importância nesse processo.

A dificuldade de interpretar os conflitos na República pela clivagem metalismo x papelismo é que a partir dela tende-se a fazer uma associação de metalismo com agrarismo e Império, opondo-se a industrialismo, papelismo e República. Exemplo claro dessa associação está em Faoro, para quem a reação dos gaúchos e paulistas à política financeira emissionista de Rui Barbosa e sua posterior vitória com a política de Murtinho significa um retorno ao “agrarismo”:

Não defendiam São Paulo e Rio Grande do Sul, com o protesto, apenas a incolumidade federal, mas a política agrária e pecuária, notoriamente preocupada com a inflação, que projetará interesses cafeeiros espúrios e encarecerá os produtos gaúchos voltados para o mercado interno, como demonstrará a conduta dos dois Estados, sempre ortodoxa em matéria de finanças, suspeitosos de que a prosperidade industrial e o apoio à economia se fariam a sua custa, com o agigantamento da União. Esta reação, abonada pelo mal-estar econômico proveniente da inflação, seria o elemento básico do retorno à normalidade financeira, consagrada no governo Campos Sales. A República caminharia, daí por diante, na órbita federal – embora sob um federalismo hegemônico – com a restauração dos interesses agrários. O encilhamento será o estertor dos resíduos monárquicos, desintegrado juntamente com seu centralismo financeiro.” (Faoro, p. 122-3, baseado nas Atas de Dunshee Abranches)

O apego dos republicanos históricos à política ortodoxa equivaleria nessa ótica a uma “restauração dos interesses agrários”. A diferença com relação ao Império estaria no regime: ao invés da centralização monárquica, o federalismo hegemônico. Mas, parece-me ao contrário que, ainda que a posição dos republicanos gaúchos e paulistas pudesse refletir a defesa dos interesses agrários predominantes em seus estados, não seria como “restauração”. O modelo de Estado e de economia que eles defendem não é o imperial.

A interpretação de Fernando Henrique Cardoso sobre as duas correntes que se defrontam na República incorre em problema semelhante: a corrente industrializante é

associada com a política emissionista e com o positivismo e a conservadora com a política ortodoxa.²¹ Esta dicotomia absolutamente não corresponde à realidade.

Nem a austeridade financeira dos republicanos equivale ao agrarismo nem muito menos existe um elo necessário entre industrialismo e papelismo: os dois conhecidos líderes dos industrialistas, Alcindo Guanabara e Serzedello Corrêa, são defensores apaixonados do equilíbrio orçamentário e do saneamento e valorização da moeda. Existe no início da República uma corrente industrializante que não é emissionista, mas que, ao contrário, irá prestar apoio decidido à política ortodoxa de Campos Sales.

O problema está em perder de vista o conteúdo modernizante da proposta ortodoxa, que irá juntar positivistas com o grupo paulista de Bernardino e Campos Sales. Esse grupo tem formação e concepções diferentes da elite imperial. E sua ação na política não é compreensível a partir da polarização anterior, trazem novas questões. A identificação de República com modernidade e austeridade, a busca da ordem (relações jurídicas e econômicas estáveis e impessoais) para o progresso.

Afirmar que a defesa da ortodoxia não implicava uma política anti-industrializante não significa evidentemente assumir o inverso, ou seja, que os ortodoxos fossem todos pró-indústria. O grupo de republicanos históricos, que em diferentes momentos encontramos unido em torno das políticas de valorização da moeda, não é homogêneo – diferenciaram-se uns dos outros em várias questões programáticas. As diferenças devem ser buscadas na concepção de Estado, no intervencionismo e no nacionalismo (para uns, o progresso viria da livre ação das forças de mercado; para outros, era necessária ação decidida do Estado para proteger os interesses nacionais do ataque das potências estrangeiras e para desenvolver a indústria nacional – protecionismo, estímulo econômico, intervencionismo em áreas essenciais ao desenvolvimento, como as estradas de ferro, por exemplo).

²¹ “Vêm-se pois delineadas e confrontadas desde o início da República duas correntes distintas. À primeira, industrializante – e freqüentemente especulativa, inflacionista e cavadora de negócios, embora no fundamental portadora de valores de progresso tão ao gosto da época e afim, até certo ponto, com o reformismo positivista – contrapunha-se uma segunda corrente, mais sólida e conservadora. A crítica ao encilhamento, aos deficits crescentes, à “artificialidade” da indústria nacional, que importava insumos e, diziam os opositores, onerava o consumidor nacional, opunham-se os bem pensantes porta-vozes da “fonte da riqueza nacional”: os cafeicultores. Homens como Rangel Pestana, Bernardino de Campos ou Morais de Barros viam com suspeição o favoritismo á indústria e a repercussão de tudo isso no que havia de mais sagrado para o equilíbrio geral das consciências: o crédito externo e a política de câmbio.” Cardoso, p. 35

A partir dessas evidências, pode-se questionar a tese de Kugelmas de que, no debate em torno da valorização do café, em 1908, o apoio do governo e do Congresso ao empréstimo paulista significasse uma virada em direção ao intervencionismo.

Os defensores do empréstimo a São Paulo não necessitaram “abandonar o laissez-faire”. Entre os mais destacados defensores do empréstimo a SP estão justamente Alcindo Guanabara e Serzedello Correa. Os dois foram adversários ferrenhos da política emissionista de Rui Barbosa e de Lucena; eram também dos mais importantes líderes do grupo dos “concentrados”, fazendo dura oposição a Prudente de Moraes no Congresso; e se uniram na linha de frente da defesa da austeridade econômica de Campos Sales. Serzedello declara seu apoio ao saneamento da moeda logo no início do governo de Sales, basta ver seus discursos do período; Guanabara escreveu um livro bastante conhecido de defesa de Campos Sales, metade do qual é dedicada à defesa da linha econômica adotada.

A posição industrialista e intervencionista desses líderes não era incompatível com a ortodoxia financeira e orçamentária – o mesmo, aliás, ocorria com os positivistas gaúchos, como se verá ao final deste Capítulo.

Serzedello foi relator do pedido de empréstimo de São Paulo à União, em 1908. Ao defender a aprovação do pedido, destaca a centralidade do café para a economia brasileira:

O café entra em mais de metade, em muitos annos, por cerca de tres quartos do valor exportavel com que todo o nosso vasto paiz adquire essa serie de utilidade que carecemos para viver e paga essa serie de despezas que fazemos no exterior. Quer isso dizer que mais da metade da renda total de nossas alfandegas, quasi tres quartas partes dos recursos que temos para a vida interna e externa da União, o temos por causa da exportação do café. (ANAIS CD, 23/11/1908, p. 152)

Assim, o Poder público não pode se desinteressar do café:

Si da desvalorização da producção do café resultam males que affectam a toda a nação, a toda a federação, a todas as cellulas do nosso organismo social, desinteressar o estado Federal dessa questão não é um erro – é um crime; não é o esquecimento do dever e da missão que no Estado moderno todos os aggregados humanos, sob a égide da civilização, entregam ao Poder público – é a confissão de que esse Poder Publico é uma inutilidade, porque nem a missão do *gendarme* póde ter e é capaz de ter, qual a de defender a propriedade e as condições de vida que cada povo, como cada cidadão, precisa de ter para trabalhar, viver e aperfeiçoar-se. (ANAIS CD, 23/11/1908, p. 152)

Reafirma sua convicção no poder da Ciência para dirigir a intervenção pública, expressa desde os debates de 1891:

“Não pensa como o eminente Deputado por Minas, o Sr. Calogeras, que as crises economicas ou financeiras, na sua fatalidade e nos seus resultados, sejam como os terremotos, revoluções que abalam as entranhas da terra. Estes escapam à ação do homem, estes são gerados por causas geológicas e forças que o homem não creou, que elle não domina, que elle não e capaz de reproduzir. As primeiras não: são factos de sua vida, de sua acção, da direção de seu trabalho e é hoje, graças à sciencia, é hoje possivel preve-las, medir-lhes a extensão, acompanhar-lhes a direcção, circumscrever o seu raio de acção, dominar e dar direcção às forças que os crearam, de modo a evitar males e perigos, exactamente como, dirigindo as correntes da agua que cahem sob a acção da gravidade, se evitam a inundação dos valles e a destruição das plantações.” (ANAIS CD, 23/11/1908, p. 152)

Guanabara, ao defender o projeto, também defende o intervencionismo. Procura responder aos argumentos liberais clássicos, mostrando que os governos constantemente intervêm na economia, auxiliando organizações comerciais e bancárias. Dá exemplos dos EUA, em favor do algodão; da Alemanha, em favor da beterraba; da França, em favor do trigo:

Assim, o grande argumento theorico contrário ao Convênio de Taubaté rue por completo; evidencia-se que combinações semelhantes são de uso vulgar no mundo, e que em regra se liquidam com exito; evidencia-se que os Estados entram frequentemente nellas, auxiliando os productores, quando carecem desse auxilio; evidencia-se afinal que quando se trata de objecto que afeta a própria vida da Nação, os Governos não teem hesitação em se coligarem elles mesmos para estabelecerem um preço, um resultado de valor, puramente arbitrario, em face da producção. (Anais CD, 20/11/1908, p. 82)

Esses não são argumentos novos: são os mesmos que foram usados por ele na década anterior, para defender o protecionismo à indústria. Em discurso proferido na Câmara dos Deputados em 16 de julho de 1892, por exemplo, defendia projeto que concedia empréstimo à indústria afirmando:

Si habilitar as nossas industrias a se desenvolverem é socialismo do Estado, pagar os immigrantes que vão servir à lavoura também não é? (*Trocam-se diversos apartes*) (...)

Temos sido até hoje o paiz essencialmente agrícola, e da agricultura e do café temos fiado todos os recursos de que carecemos para enfrentar as nossas despezas; mas os factos demonstram que o café, nem por terem sido grandes as colheitas, não basta para esse efeito. Como se há de, pois, reduzir o *deficit*? Cortando despezas, responde o nobre deputado. Concordo e comprometto-me a votar por quantos cortes a honrada commissão de orçamentos propuzer. Mas isso é, porventura, um programma político? Pois esse comeseinho expediente de occasiões apertadas pode erigir-se em norma de governo de um paiz novo que quer progredir e tem elementos de progresso? Pois havemos de proceder com o desalento de um velho arruinado, quando somos uma

Nação nova, que para ser verdadeiramente rica não requer sinão actividade e critério? Volvamos, Sr. Presidente, os olhos para a lição da história. Lá veremos que todas as nações empenharam-se sempre por desenvolver suas fontes de produção e de riqueza, protegendo abertamente suas fontes de produção e de riqueza, protegendo abertamente as suas industrias e intervindo directamente por abrir cada vez mais e sempre novos mercados aos seus productos. (ANAIS CD, 16/7/1892, p.335)

Para defender o empréstimo ao setor cafeeiro em 1908, portanto, não era necessário para Serzedello e Guanabara romperem com o liberalismo. Ao contrário, os dois parlamentares reafirmam em 1908 princípios que já defendiam antes, como a intervenção do Estado na economia, protegendo ora o café, ora o desenvolvimento das indústrias.

Por outro lado, a política de valorização resultou de uma mobilização intensa dos cafeicultores. Como mostrou Kugelmas, estes conseguem primeiro conquistar a liderança do PRP no estado, para que este defendesse diretamente seus interesses, partindo depois para articulações nacionais que lhes garantissem apoio no Congresso. A idéia, contudo, de que a política econômica do governo federal seria o simples reflexo da supremacia política e econômica da cafeicultura é convincentemente rejeitada por Fritsch (1985). O autor sublinha que o governo negou apoio à valorização em situações críticas como 1906 e 1929, resistindo à constituição de uma instituição federal permanentemente dedicada ao café, como demandavam os paulistas. E, quando cedeu às demandas do setor, foi em circunstâncias em que a defesa do café se confundia com a defesa da economia nacional.²²

A relutante aceitação do endosso ao empréstimo em 1908 foi embasada nas garantias que SP oferecia – a União entrava apenas como avalista, com a segurança de que não teria prejuízo. São estes os argumentos de Guanabara:

A União deve ir em auxilio de S.Paulo, protegendo a lavoura do café, ou melhor, salvando-a de um tremendo desastre? Responde, terminantemente, pela affirmativa. Tem a União garantias para as responsabilidades que vae assumir, endossando o emprestimo de 15 milhões?

Tem. Faz o estudo da produção e de consumo mundiaes do café, dos *stocks* existentes, das safras previstas, no sentido de demonstrar que os milhões de saccas que vão ser dadas em penhor terão de ser exigidas pelo consumo, devendo ser vendidas

²² “Por outro lado, as ocasiões em que o governo federal efetivamente concedeu apoio direto à cafeicultura foram circunstâncias em que havia sinais evidentes de que adviria severo desequilíbrio externo caso os preços do café fossem deixados ao sabor das forças de mercado. Por isso, mesmo as eventuais operações federais de valorização do café não podem ser apresentadas como evidência de que o apoio concedido pelo governo tenha sido motivado pela intenção de dar tratamento preferencial a este setor.” Fritsch, p. 342

por bom preço e cobrindo assim as responsabilidades assumidas. (Anais CD, 20/11/1908, p. 89)

É interessante considerar que o parlamentar carioca tinha credibilidade para defender a seriedade das garantias paulistas, por ser conhecido crítico do atrelamento do país aos interesses do café.

Nos debates sobre a nacionalização da navegação de cabotagem em 1894, Moraes e Barros (irmão de Prudente), declarando-se um fazendeiro de café, se opunha ao projeto, justificando-se por seus interesses de ter um transporte barato. Guanabara, que defendia a nacionalização, o aparteia, criticando: “O nobre deputado representou perfeitamente os interesses tradicionaes deste paiz, é simplesmente o café, nada mais do que o café” (Anais CD, 1/11 / 1894, p. 9).

Aliás, conforme registra Love (1982, p. 161), na plataforma dos dissidentes do PRP de 1901 (entre os quais estão Prudente de Moraes e seu irmão) estava a desnacionalização da navegação de cabotagem – este foi outro ponto em que os cafeicultores não conseguiram se impor, nem mesmo conseguiram a unanimidade da representação paulista (em 1894, 4 deputados paulistas, entre os quais o líder Glicério, votaram pela cabotagem nacional, enquanto 5 votaram contra; ver ANAIS CD, 5/11/1894, p. 64-5).

Nos debates de 1908 sobre o empréstimo de São Paulo, Guanabara procura destacar que não se trata de simples defesa do café:

Examinando se a União tem interesse em dar o seu endosso a esse empréstimo, mostra o orador que esse interesse é de várias ordens: é interesse de ordem moral, de ordem política, de ordem econômica e financeira.

Não está soffrendo da visão, a ponto de não ver no Brazil sinão o café.

Não pensa que todos os esforços e sacrificios devam convergir para a boa collocação no mercado desse nosso principal producto, com exclusão de tudo mais.

Crê que estamos em uma situação a que cumpre dar remedio immediatamente. Dirá até que é uma situação em que não temos a liberdade de escolha e em que havemos de aceitar a solução que nos é imposta.

Mas acredita que, si tomarmos esse como ponto de partida para desenvolvimento de outras fontes de producção do paiz, não devemos ficar escravizados a dous unicos productos exportáveis. (ANAIS CD, 20/11/1908)

A adoção de políticas para beneficiar o café por parte desses líderes da “concentração” é conjuntural: os dois se batem por medidas protecionistas e industrializantes ao longo de toda sua vida parlamentar, votam a favor da nacionalização da navegação de cabotagem

contra os cafeicultores, propugnam o desenvolvimento de outros setores da economia; mas são realistas o suficiente para não ignorar a crise da rubiácea e suas conseqüências.

Suas posições a favor do estímulo à indústria nacional não foram em nenhum momento incompatíveis com a defesa do equilíbrio orçamentário e do saneamento da moeda. A posição ortodoxa foi expressa nas posições contrárias ao emissionismo de Rui Barbosa e de Lucena, foi reafirmada no apoio ao programa econômico de Campos Sales e volta a ser reforçada nos debates de 1908:

Sente, que agora que se vae fazer uma tão grande operação de credito, não haja um espirito financeiro que saiba aproveitar os recursos de que assim poderemos dispor, para dar mais um passo avançado no caminho do saneamento do meio circulante. (...)

Pensa que, effectivamente, devemos sahir da situação de vacillação e enfrentar o problema do saneamento do meio circulante, a extincção e resgate do papel-moeda, dando outra expansão à organização arbitraria que creamos em 1896.

Não crê que devemos ficar parados em face do problema financeiro, como não crê que devemos ficar fakirisados deante do café!

Pensa que devemos assentar nesta base essencial para valorizar a nossa produção, augmentar a nossa população, augmentar os meios de transportes terrestres e maritimos, incrementar a lavoura, consolidar a industria e explorar as nossas minas.

O orador crê que nisso está a solução definitiva e real da situação que atravessamos; mas não confia, nem espera, como o nobre Deputado, que isso tudo venha a ser feito expontaneamente, ou naturalmente pelos efeitos mirificos do *laissez-faire, laissez passer*.

Crê, ao contrario, que isso tudo havemos de fazer pela acção continua e vigilante do Estado. O orador crê nos beneficios da protecção intelligente, na fecundidade maravilhosa da intervenção official, auxiliando, illustrando, dirigindo e amparando os esforços da iniciativa privada que só farão sentir beneficios pela acção da solidariedade, da mutualidade.

Crê finalmente que as forças vivas do paiz, libertas de preconceitos doutrinarios, hão de marchar animadas da fé que abala montanhas, para o progresso, o engrandecimento e prosperidade da sua patria. (Idem, p. 91)

Assim, parece simplesmente errado tomar a defesa da ortodoxia monetária como pura manifestação da ideologia do *laissez-faire*.

O apoio dessa ala industrialista à política de austeridade e de saneamento da moeda adotada por Campos Sales não significa que não houvesse diferenças entre eles e o Presidente. Serzedello e os “concentrados” que subiram às tribunas da Câmara para apoiar a política financeira de Sales e Murinho frisaram que era um apoio “crítico”. Especialmente, vários parlamentares insistiram em se diferenciar em teses nacionalistas: Enéas Martins critica concessões à companhia inglesa; Serzedello critica projeto sobre o fundo de garantia, que exige que o depósito seja feito em bancos estrangeiros.

Em 18 de maio, por exemplo, Enéas Martins explica o apoio ao governo. Diz que não há oposição absoluta entre o governo e a “concentração”, a qual “não quer o monopólio do governo, mas aplaude-lhe a política de tolerância e o dedicado empenho pela salvação do nome do país e da República, o esquecimento dos ódios, a abolição de partidarismo sem ideal e o reerguimento das finanças” (ANAIS CD, 18/5/1899, p. 102). A seguir, continua o pronunciamento criticando privilégios recebidos por companhia inglesa (Amazon Company) na navegação fluvial do Amazonas, por lei de 1896, agravado por decretos de Prudente, e agora por concessão de elevação de suas tarifas pelo Ministério do comércio.

Em 26 de maio é a vez de Serzedello. Após declarar apoio condicional à política financeira, critica medida defendida pelo líder do governo, Augusto Montenegro:

Recorda que atendendo à situação precária do país, hipotecou apoio à política financeira do Sr. Presidente da República; mas este apoio não será incondicional, não será um apoio absoluto e completo a todas as providências que S. Ex. julgar necessárias; será, sim, uma colaboração sincera e inteligente para melhorar a situação da República.

Assim, protesta contra uma das partes do projeto apresentado pelo seu nobre colega de bancada, a que estabelece que o fundo de garantia, que o dinheiro em ouro que deve produzir a estabilidade e valorização da nossa moeda, seja depositado, não dentro do país, nos nossos bancos ou no nosso Tesouro, mas nos bancos de Londres. (ANAIS CD, 26/5/1899, p. 166)

O depósito no exterior havia sido sugerido pelos Rothschild, em correspondência anteriormente citada, como medida que teria grande “efeito moral” sobre os banqueiros a quem se solicitavam os empréstimos (ver Gustavo Franco, 1990, p. 25).

Existia assim um debate em torno do *quanto* ceder às pressões internacionais, no qual a ala dos “concentrados” defendia uma posição mais nacionalista. Mas não parece correto supor que a ala de Campos Sales representasse a simples submissão ao comando imperialista. A nova elite no poder pretende “modernizar” o país, mostrando seriedade e competência para atrair o capital estrangeiro. No entanto, é ela quem comanda, os dirigentes não são títeres do capital internacional. A política econômica é decorrente de um projeto de modernização conservadora, que procurou promover o desenvolvimento do país com o auxílio do fluxo internacional de capitais.

Serzedello e Guanabara são considerados os grandes representantes do industrialismo; além disto, são dos líderes mais nacionalistas do período, no que tange à defesa da soberania do país. Mas seus pronunciamentos sugerem que seus projetos de construção

nacional não são contra o capital estrangeiro. É ilustrativo um discurso de Serzedello sobre projeto da receita, que começa nacionalista (criticando veementemente intervenção inglesa e francesa no Amapá e em Trindade); defende valorização da moeda e defende a redução de papel-moeda na economia; e, por fim, critica empréstimos externos e a dependência econômica do país:

Sr. Presidente, os nossos antepassados fizeram a nossa independência política e nos legaram o problema da nossa independência econômica, que temos comprometido e não sabemos resolver. Não é combatendo o estrangeiro, não é mantendo o fermento de ódios que nos dividem que o conseguiremos. É entrando em concorrência com ele, mas pelo trabalho inteligente. A nossa situação é de colônia – da colônia estrangeira.

O Sr. ALCINDO GUANABARA – Nunca fomos outra coisa.

O Sr. SERZEDELLO CORRÊA – É de colônia, porque o estrangeiro monopoliza o comércio e a indústria, de modo que nós, como a Rússia, com uma exportação que excede o valor da importação, nós com uma balança comercial que nos é favorável, temos uma balança econômica profundamente desfavorável, apesar de termos o monopólio da produção do café e da borracha.

Sim, temos a balança econômica desfavorável porque não temos equilíbrio orçamentário, porque temos vivido no regime difícil do papel-moeda, depreciado, porque não temos comércio nacional, porque não temos indústria nacional, porque o próprio salário emigra para o estrangeiro, porque não temos navegação marítima mercante nacional, de modo que não temos economias e nada, lucro algum fica no país, mas tudo emigra para fora. (*Apoiados. Muito bem*).

Eis porque não me canso de dizer que a nossa situação é de colônia. (ANAIS CD, 4/10/1895, p. 131)

Sua posição nacionalista não significava, contudo, repulsa ao capital estrangeiro. Ou como explicar a sustentação decidida que os parlamentares oferecem ao programa financeiro de Campos Sales? A compreensão de que o capital estrangeiro pode contribuir para o desenvolvimento do país seria característica do processo histórico de desenvolvimento capitalista no Brasil.²³

Nem os positivistas gaúchos eram contra o capital estrangeiro: sua posição quanto ao capital internacional seria muito mais de atração do que repulsa, segundo Fonseca. Os castilhistas no Congresso sustentaram as posições econômicas de Sales.

Talvez houvesse, por parte de membros do grupo da Concentração (especialmente os positivistas), um projeto econômico austero, não subordinado ao café, de primeiro sanear a economia para depois, a partir de um Estado saneado, ver facilitada a atração

²³ Comentando acordos entre o governo do RS e empresas estrangeiras, Fonseca salienta que:

“Esses fatos mostram, embora embrionariamente, uma das características da Revolução burguesa brasileira, e que mais tarde vai marcar o comportamento de parte significativa dos industriais: o de entender que o capital estrangeiro, antes de tomar lugar da indústria nacional, contribui para o desenvolvimento capitalista (na linguagem positivista, para o *progresso*), de forma alguma considerando-o empecilho ou obstáculo.” (Fonseca, 1987, p. 63)

de capital estrangeiro, promovendo a industrialização e uma diversificação da economia.

Há que se estudar melhor as diferenças com o projeto da elite paulista, provavelmente muito mais próxima ao capital estrangeiro. Rodrigues Alves seria tão próximo aos banqueiros britânicos que renunciou ao Ministério da Fazenda em 1892, quando Floriano não aceitou um plano de recuperação financeira proposto pelos Rotschields (Love, 1982, p. 253)

Divergências importantes quanto às políticas protecionistas e industrialistas ainda não foram bem estudadas. Floriano e Serzedello emitiram decreto de concessão de ajuda econômica à indústria (17/12/1892), contra o qual houve ameaça direta dos centros financeiros internacionais (Carone, 1970, p. 89).

O importante neste momento, contudo, é constatar que as divergências que havia entre os líderes da concentração e os republicanos paulistas não impediram que se chegasse a uma aliança para um programa de modernização nacional, baseado no saneamento das finanças e na atração de capitais estrangeiros.

A convergência dos políticos do grupo da “concentração” com os modernizadores paulistas se deu no terreno da política econômica austera e do reerguimento das finanças públicas. Parece ter se estabelecido a convicção de que para o progresso era fundamental a atração de capitais internacionais.

7.5. Pacto isola os jacobinos

O Pacto vitorioso foi construído sob o signo do medo da crise econômica, buscando reunir esforços para a “restauração do bom nome da República”. Esta tarefa irá exigir a derrota e o isolamento da corrente nacionalista e militarista mais radical; que era parte importante e tradicional do movimento republicano da propaganda, que tinha se fortalecido no momento das revoltas armadas contra Floriano, que contava com alguns dos mais destacados líderes do Congresso, mas que criticava de forma veemente os Rothschild e congêneres e queria um governante de pulso firme com os estrangeiros.

A atuação desse grupo dificultava as negociações internacionais, como registra Sales:

De outro lado, a idéia da suspensão de pagamentos, insinuada por certos órgãos da nossa imprensa, produziu em Londres, como em todos os mercados europeus, penosíssimo desgosto. Causou verdadeiro pânico, e com razão. (Sales, 1998, p. 95)

Nas negociações com os Rotschild e com outros banqueiros, Sales relata que a idéia de suspensão do serviço da dívida foi imediatamente afastada, “como uma medida espoliadora, que levaria o Brasil a uma situação igual àquela em que se achavam Honduras e outras repúblicas da América Central. Chegavam até a conjecturar que, além da perda total do crédito do país, essa medida poderia afetar gravemente a própria soberania nacional, suscitando reclamações que talvez chegassem ao extremo da intervenção estrangeira” (Idem, p. 96). Para ter sucesso, o governo Campos Sales estava sob forte pressão de controlar esses grupos nacionalistas extremados, afastar as propostas de moratória e expurgar o fantasma das rebeliões militares.

A necessidade de isolar essas correntes radicais era pregada pelo Presidente paulista já de longa data. Por ocasião dos tumultos de rua e das resistências do Congresso em apoiar o acordo com a Itália no caso dos protocolos italianos, viu-se que o então Presidente do Estado de São Paulo escrevera a Bernardino de Campos sobre a necessidade de controlar os radicais e isolá-los de um ordeiro partido republicano. Era necessário não apenas isolá-los: urgia mostrar que os “concentrados” não mandavam no governo, como se evidenciou no episódio da denúncia de Érico Coelho (o telegrama dos Rothschild sobre a eleição da Mesa); contudo, a manobra não podia se dar a partir de um ataque ao nacionalismo, não interessava aos republicanos serem vistos como anti-patriotas.

A estratégia de isolamento tem total sucesso: os jacobinos praticamente desaparecem do Congresso. É significativo de seu enfraquecimento que em 1899, por ocasião da reforma do regimento, o conhecido pernambucano Barbosa Lima ache a oportunidade de negar ser jacobino, “mostrando como, pelas idéias que prega e tem pregado sempre, se manifesta cada dia um intransigente conservador na Republica, e não o jacobino que o julgam, e que não é.” (ANAIS CD, 19/10/1899, p. 483)

Os pronunciamentos de Erico Coelho em 1899 dão uma boa medida desse isolamento. Seus apelos nacionalistas ecoam no vazio, suas acusações são rebatidas pelos seus antigos colegas da concentração, sua tentativa de inquirir o presidente de demência parece um gesto desesperado; o parlamentar distancia-se não só de Sales, mas de seus velhos companheiros, acusando-os de abandonarem a defesa da Nação:

Eu, para bem dizer, actualmente não pertenco a nenhum dos partidos em que se dividem os dignos representantes da Nação, tanto na Câmara como no Senado, pela razão de que não quero mudar de ideaes...

O SR. BUENO DE ANDRADA – Muito bem.

O SR. ERICO COELHO – Mas, si me fosse licito escolher entre tão dignos personagens, como os que constituem o partido da concentração por um lado e da

reconcentração por outro lado, eu diria que prefiro romper com elles neste momento, em que se me afigura a pátria ameaçada moralmente, visto como o apoio incondicional que SS. EEx. Prestam à pessoa do Presidente da Republica é um perigo. Conheço este partido de longa data, vim com elle desde a Constituinte da Republica e sei de que sacrificios é capaz para salvar as instituições de 24 de fevereiro.

Este partido, a que pertenci até hontem, digamos até hoje, porque só agora me deram passaporte – este partido tem tragado carros e carretas, bayonetas e canhões, e porque, Sr. Presidente²⁴?

Por vilania? Não, mas sim para apoiar o chefe do executivo pelo governo da Republica, ideal, burlado, embora, que SS. EEx. trazem da propaganda. Hoje, porém, que o chefe da nação está alienado, por isso que a Pátria corre perigo, suspeito que esse grupo que trouxe comigo carros e carretas, fuzis e canhões, só para não contrariar o Governo da Republica, tenha ainda capacidade de acomodar-se à tutela estrangeira que deprime a Republica, para não perturbar o demente que está à testa da Nação. (ANAIS CD, 27/5/1899, p. 194)

Apesar das tentativas dos jacobinos de reavivar a chama nacionalista, os “concentrados” acomodaram-se à “tutela estrangeira” nas negociações da dívida, dando apoio ao plano financeiro do governo. Campos Sales teve assim sucesso em construir a maioria “arregimentada e resoluta” que declarava necessária.²⁵ Nas sessões preparatórias da Câmara eleita em 1900, quando é feito o reconhecimento dos eleitos, pela primeira vez dentro das novas regras, fica evidente que as novas regras são obedecidas à risca.

Na sessão de 26 de abril, Bueno de Andrada (SP), respondendo às críticas quanto à forma como se estava procedendo à verificação dos poderes, com prazos muito menores do que os das legislaturas anteriores, sem ouvir as contestações, declara que a Comissão de Reconhecimento “tomou como norma fazer conhecer aos Srs. Candidatos que estávamos em um país de moratória. Desta Câmara depende a votação dos orçamentos, desta Câmara depende o pagamento das nossas dívidas...Não queremos absolutamente que a constituição da Câmara demore, que o dever que lhe cabe de desempenhar os

²⁴ A referência aos “carros e carretas, bayonetas e canhões” tragados pelos concentrados refere-se à derrubada do governo do Mato Grosso, com apoio de Murinho e Sales – havia denúncias de que as forças federais teriam cedido fuzis e um canhão do Exército nacional para o grupo golpista. Os “concentrados” defenderam o governo federal também neste episódio (Cassiano do Nascimento, então o líder da concentração, contesta Coelho dizendo que as denúncias não estão provadas; ANAIS CD, 27/5/1899, p. 34 – Appendice).

²⁵“O que é indispensável é organizar desde logo, no início dos trabalhos, uma maioria arregimentada e resoluta, que não tenha outra preocupação que não a de constituir uma Câmara nas melhores condições de legitimidade. Esta maioria, para bem desempenhar-se de sua missão, não deverá olhar para os dois lados da antiga Câmara, não deverá distinguir entre os antigos matizes – republicanos e concentrados – tendo em vista somente as condições de legalidade, ou, pelo menos, da maior presunção de legitimidade do diploma de cada um dos candidatos. Como tenho dito, a presunção, salvo prova em contrário, é a favor daquele que se diz eleito pela política dominante no respectivo Estado.” Campos Sales, p. 125-6, citando correspondência com Rodrigues Alves.

compromissos constitucionais, de satisfazer os pagamentos em que o país está comprometido, seja retardado” (ANAIS CD, Sessão de 26/4/1900).

O acordo entre os “concentrados” e Sales foi bem cimentado, e se impôs sem resistências. A Comissão de Reconhecimento dos diplomas teve entre seus integrantes líderes do grupo, como o gaúcho Cassiano do Nascimento. Francisco Glicério foi “degolado” por seus antigos comandados; Erico Coelho não foi reeleito.

A política de reerguimento do crédito e de atração de capitais implantada teve resultados, a julgar pelos dados de Gustavo Franco:

Já a pouco notada participação estrangeira no tocante ao investimento internacional é bem mais substancial. O valor do estoque de capital estrangeiro no Brasil em 1913, incluindo-se aí investimentos ingleses, franceses, alemães e norte-americanos, diretos e de carteira, atingia a cifra de 514 milhões de libras, o que representava cerca de 30% do total para a América latina e 5,4% do total mundial. É importante observar que o grosso desses investimentos teria lugar durante o período 1902-1913: o valor da dívida externa federal, por exemplo, cresceria de 30,9 milhões de libras em 1900, mas em 1913 atingiria a cifra de 144,3 milhões de libras. No tocante ao investimento direto, note-se que de 1860 a 1902 o capital das firmas estrangeiras estabelecidas no país atinge 105 milhões de libras, ao passo que o total para as companhias constituídas durante 1903-1913 é da ordem de 190 milhões de libras. (Franco, 1990, p. 12)

Assim, parece possível concluir que os republicanos paulistas conseguiram construir um projeto hegemônico, fundado no seu predomínio econômico, mas com capacidade de atrair grupos de todo país para uma política nacional que não era a simples submissão ao café.

As reformas exigidas pela City, contudo, não eram incompatíveis com a ideologia econômica dessa elite modernizadora, ao contrário. O que não significa que seus princípios econômicos fossem todos extraídos do liberalismo.

7.6. Positivismo ou *laissez-faire*?

A influência das teses positivistas na formulação da política econômica não pode ser desprezada. Existe uma tendência a associar a aplicação de princípios ortodoxos de política monetária, fiscal e cambial com o liberalismo, especialmente com o *laissez-faire*. Em alguns casos, essa associação pode levar a equívocos.

Fonseca destacou que o apego ao dogma do orçamento equilibrado caracterizava o positivismo gaúcho:

A questão tributária associa-se ainda ao princípio do orçamento equilibrado, também inspirado no ‘positivismo político’. O governo sempre procurou segui-lo à risca, e, com exceção dos primeiros anos da República (devido aos déficits advindos do Império e aos gastos com a Revolução Federalista, sem contar a própria crise que abrangeu toda a economia brasileira), pode-se dizer que o conseguiu. Borges de Medeiros em suas várias mensagens anuais à Assembléia dos Representantes exaltava a austeridade e a probidade de seus sucessivos períodos governamentais, contrastando-as com a situação deficitária “permanente” do Império; “só gastava o que podia”, dando um exemplo moral à sociedade.

A rigidez no cumprimento do orçamento e a busca de superávits como norma de política econômica podem ser considerados os aspectos mais conservadores do governo gaúcho. Se, de um lado, procurava-se afastar do liberalismo, aceitando a ampliação das atividades econômicas do Estado, e criticando o *laissez-faire*, por outro atrelava-se ao dogma do orçamento equilibrado: com isso, para cada aumento de despesa deveria corresponder outro na carga tributária – anulando, na prática, qualquer pretensão de ampliar a agenda do Estado. (Fonseca, 1999, p. 69).²⁶

Bosi corroborou esta visão: segundo o autor, tratar a austeridade do PRR no trato das finanças públicas e seu apego ao equilíbrio orçamentário como liberais seria um erro de perspectiva, por não considerar o peso da doutrina comtiana.²⁷ Parece que o mesmo cuidado com rotulações apressadas deve ser tomado quanto à política econômica nacional do período inicial da República.

Love vê na ortodoxia financeira dos gaúchos a influência de Comte, mas a relativiza pelos interesses econômicos dos gaúchos (cuja produção era voltada para o mercado interno).²⁸ No caso dos peerrepistas como Bernardino, Rodrigues Alves e Campos Sales, porém, é mais difícil argumentar que esta fosse a política de preços que mais convinha aos interesses diretos dos cafeicultores.

Não se trata de atribuir as políticas concretas adotadas por estes dirigentes às suas posições ideológicas, pois estas dependiam de vários fatores, desde a necessidade de financiamento do estado, até as fortes pressões da comunidade financeira internacional.

²⁶ Nesta análise, Fonseca baseia-se na idéia de Kalecki, de que o dogma das “finanças sadias” é um dos fundamentos da política econômica liberal, sendo o rompimento com este princípio um ponto chave da política econômica não ortodoxa.

²⁷ “Convém lembrar que o pendor industrializante dos homens de 30 era temperado por um respeito igualmente comtiano, pelo ideal do *equilíbrio orçamentário*. De Castilhos a Borges de Medeiros e deste ao primeiro Vargas, a austeridade no trato das finanças públicas e o lema “Nenhuma despesa sem receita” eram tomados como título de honra das administrações republicanas. Essa atitude, que neles se devia a um imperativo doutrinário, explica as suas medidas econômicas, sempre cautelosas, que podem ser interpretadas, fora desse contexto, como simplesmente clássico-liberais: o que seria um erro de perspectiva.” Bosi, p. 293

²⁸ “Ao longo de toda a República Velha, o PRR insistiu numa política de preços estáveis e de conservadorismo fiscal. Conquanto esta opinião encontrasse um suporte nos escritos de Comte, também

A ortodoxia financeira aparecia como necessária, naquele contexto, para viabilizar qualquer projeto modernizador. Mas, os princípios econômicos professados, bem como as concepções adotadas, são importantes para entender que problemas esses líderes procuravam resolver. No caso, o desafio de promover a modernização parece ter sido compreendido de uma forma muito mais influenciada pelo positivismo do que em geral se acredita (vale lembrar que os dois personagens anteriormente apontados por Kugelmas como defensores de uma política econômica liberal, o ministro da Fazenda, Leopoldo Bulhões, e o deputado paulista Galeão Carvalhal, são considerados positivistas por Lins (1967, p. 152 e 160).

Enfim, valeria a pena estudar melhor a aproximação que aqui foi detectada, pesquisando o quanto o grupo que consolidou a República construiu sua união nesse terreno ideológico onde se juntam as duas facções, positivistas e spenceristas. As evidências apontam para a existência de um projeto em parte coincidente, centrado na modernização do Estado. A proximidade dos paulistas com os castilhistas, a despeito de suas divergências, não seria explicável apenas pelos interesses regionais, nem pela defesa do federalismo, mas por uma plataforma modernizadora que era em parte compatível.

se ajustava perfeitamente à política de preços que mais convinha aos interesses dos gaúchos.” Love, 1971, p. 163

CONCLUSÃO

O exame dos principais conflitos políticos do início da República evidenciou que, apesar da inegável força dos governadores e dos interesses regionais, não se pode subestimar a arena nacional como definidora de políticas e alianças no período. É nesse terreno que foi estudado o Pacto de Campos Sales, com ênfase nas relações entre o Presidente e o Congresso.

A abordagem adotada nesta tese privilegiou dois ângulos – de um lado, foram identificadas questões decisórias que passavam pelo Congresso Nacional, ao redor das quais formavam-se correntes parlamentares diferenciadas, com as quais o Presidente tinha de negociar; de outro, foram analisados os mecanismos institucionais através dos quais se formalizavam os acordos entre os grupos e se constituía apoio parlamentar.

A análise dos debates e votações, especialmente da Câmara dos Deputados, permitiu identificar pontos cruciais do debate político, como as relações com as potências internacionais, o grau de intervencionismo do Estado, as relações entre os vencedores e os vencidos a partir da vitória definitiva do movimento republicano. As posições dos grupos quanto a essas questões orientaram a estruturação das principais correntes políticas que polarizaram o Congresso nos anos que antecedem o Pacto (os “concentrados” e os “republicanos”).

Nas movimentações parlamentares apareceu também muito nitidamente a importância da questão republicana: em torno da defesa da República uniram-se representantes de vários estados, em uma corrente nacional, com um programa identificável. Reconhecer sua existência ajuda a perceber a lógica dos principais confrontos políticos; ignorando-a, fica difícil recuperar o sentido das principais articulações do período: a fundação de um partido nacional dos republicanos (o PRF), e o próprio Pacto de Campos Sales.

Para articular o Pacto, foi fundamental que o Presidente paulista conseguisse recompor a união dos republicanos históricos, os quais haviam unido esforços para defender Floriano Peixoto e para construir o PRF. O programa desfraldado por Sales foi em grande parte o mesmo que havia sido o do PRF (austeridade econômica, administração moderna, baseada

na competência, e defesa da Constituição de 1891, ou seja, da República, do presidencialismo e do federalismo); sua eleição para a Presidência, contudo, operou significativas alterações: o comando dessa grande articulação ficou nas mãos dos republicanos legalistas, e não mais nas dos florianistas; e o centro do acordo passou a ser voltado para “combater a crise econômica”, e não mais para “defender a Nação”.

Foi surpreendente constatar que a política econômica de Campos Sales contou com o apoio decidido de parlamentares que se destacavam no Congresso como defensores do protecionismo, do industrialismo e do intervencionismo do Estado. A defesa da austeridade financeira, do saneamento da moeda e do orçamento equilibrado, naquele contexto, não era incompatível com plataformas industrializantes ou modernizadoras.

A união dos republicanos históricos liderada por Campos Sales irá tomar corpo em nova forma organizacional: a partir do Pacto, a sustentação desse projeto no Congresso será mediada pelos governadores, e não mais por um partido de defesa da República.

Esse aspecto foi explorado nos capítulos dedicados aos mecanismos institucionais inaugurados no período. A luta política ganhou especificidades próprias com o novo sistema adotado pela Constituição de 1891: os problemas de formação de governo, em um regime que introduziu o federalismo e o presidencialismo, exigiram um novo tipo de solução organizativa. Após um período de indefinição sobre os rumos a seguir, e marcado por disputas entre as forças políticas, Campos Sales conseguiu estabelecer os novos eixos de funcionamento do sistema.

Recapitulando, o modelo adotado pode ser caracterizado pelos seguintes traços:

- 1) geração de atores legítimos – passa a ser controlada pelos governadores, mas a eleição do Legislativo nacional é supervisionada pelo Presidente da Câmara da sessão legislativa anterior; a Reforma do Regimento, de 1899, estabelece a estadualização da política, mas não como uma face independente do sistema: a regionalização é estimulada para resolver o problema nacional de construção de maioria;
- 2) dinâmica Legislativo-Executivo: o acordo com os governadores gera apoio para o Executivo nacional; o Legislativo é esvaziado, perdendo importância os partidos nacionais; a tônica do regime é o “governismo”;

3) relação poder local-poder central – o poder central respeita as competências específicas dos estados, mas são claramente estabelecidas as esferas nas quais manda o Presidente; em especial, o Legislativo nacional, ao qual fica vedado recusar acordo às medidas do Executivo.

Resolve-se assim o nó crucial dos regimes presidencialistas – o sistema possibilita reduzir a magnitude dos conflitos potenciais entre os poderes Executivo e Legislativo.

O Presidente impulsionou a regionalização da representação congressional, estimulando um federalismo pelo alto. Sales teve sucesso em articular um amplo leque de apoios regionais para executar sua política, ponto que é assente na literatura. Mas, não porque essa fosse a única alternativa possível – sua opção derrotou as outras que disputavam as preferências.

Nesta tese, esperamos ter contribuído para uma compreensão mais complexa da alternativa implantada por Campos Sales, mostrando que o sucesso da articulação regional liderada pelos republicanos legalistas tinha algumas condições. Era necessário:

- * derrotar o outro projeto nacional que poderia articular apoios regionais – o projeto florianista;
- * apresentar seu candidato, Campos Sales, como candidato dos republicanos históricos, atraindo assim parte do bloco florianista e rompendo com a polarização entre “falsos e verdadeiros” republicanos;
- *estabelecer um acordo nacional sólido sobre a política considerada central, a política econômica.

Discussões que se abrem a seguir

As conclusões apresentadas podem estabelecer pontos de diálogo com temáticas clássicas da Ciência Política, especialmente a que investiga as relações entre presidencialismo e sistema partidário.

Os elementos históricos apontados sobre o surgimento do regime presidencial no Brasil sugerem que vale a pena investigar o quanto os partidos, as regras eleitorais e a definição

do tipo de federalismo desenvolvem-se sob o império dos desafios próprios ao presidencialismo, não podendo ser compreendidos como variáveis independentes.

Viu-se anteriormente que o Pacto de Campos Sales foi associado com um enfraquecimento dos partidos políticos nacionais – ao menos, essa era a percepção de importantes atores da época. O sistema que enfraqueceu os partidos, contudo, não pode ser explicado a partir da “força das oligarquias”. As regras eleitorais e regimentais que asseguraram poder aos governadores faziam parte de um sistema mais amplo, voltado para resolver a necessidade básica do presidencialismo: produzir o acordo entre Executivo e Legislativo.

É interessante perceber que, apesar de o Presidente da República, já desde a época de Campos Sales, pretender se queixar das dificuldades que a atomização regional dos interesses causava para a governabilidade, o sistema que estadualizou a representação foi de fato montado a partir da Presidência. As regras eleitorais que delegaram poder aos governadores para constituir a *polis* faziam parte de um sistema integrado, que é necessário compreender em seu conjunto.

Assim, se nem na Primeira República, pode-se tomar a existência de regras que consagraram poder eleitoral às oligarquias estaduais como derivadas de seu controle sobre o sistema, muito menos deve-se fazê-lo hoje - parece temerário tomar a manutenção dos mecanismos eleitorais que enfraquecem os partidos como o reflexo do poder das elites regionais ou como a simples indicação da força do federalismo na nossa ordem política.

Tudo indica que a compreensão do funcionamento do presidencialismo hoje teria muito a ganhar com o desenvolvimento de uma compreensão sistêmica desses elementos, apreendendo as relações de força entre eles.

Outro ponto que parece interessante de ser desenvolvido são as relações com a temática da revolução burguesa no Brasil. Nesta tese é enfatizado que, mesmo reconhecendo que se perpetuou um acordo de elites (e como seria possível duvidar disso?), o comando mudou de mãos a partir da República: os novos dirigentes são uma camada de republicanos, com um discurso modernizador. Parece interessante refletir sobre até que ponto o projeto dessa elite republicana pode ser considerado como o clássico projeto burguês, explorando os pontos em que a ordem republicana significou uma efetiva ruptura com a ordem imperial.

A incorporação das tradicionais elites imperiais no Pacto de Campos Sales, ainda que de forma subordinada, também sugere interessantes questões, especialmente no momento atual: qual a lógica que leva projetos transformadores a se associar com as elites derrotadas, fazendo com que todas as “repúblicas” pareçam nascer velhas?

De qualquer forma, o reconhecimento da existência de diferentes projetos e estratégias (nacionalismo x integração com a City londrina, ou legalidade x legitimidade) pode ajudar a construir interpretações mais aprofundadas sobre esse momento histórico do que a idéia de que a Proclamação da República nada mudou, perpetuando apenas e mais uma vez os “velhos donos” no poder.

BIBLIOGRAFIA

ABRANCHES, Dunshee de. **Actas e actos do governo provisório**: introdução de Octaciano Nogueira.. Ed. fac-similar. Brasília: Senado Federal, 1998. 402 p.

ABRUCIO, Fernando Luiz. **Os barões da federação**: os governadores e a redemocratização brasileira. São Paulo: Hucitec, USP, Departamento de Ciência Política, 1998. 253 p. (Coleção Comentário).

BACKES, Ana Luiza. **Clientelismo como sistema “governista”**: aproveitando a contribuição de Vitor Nunes Leal. Trabalho apresentado no I Congresso de Ciência política latino-americana, em Salamanca, 2002.

BELLO, José Maria. **História da República, 1889-1930**: síntese de quarenta anos de vida brasileira. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1952. 343 p. (Coleção Rodolfo Garcia, v. 1).

BEZERRA, Marcos Otávio. **Em nome das bases**: Política, favor e dependência pessoal. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999. 275 p. (Coleção Antropologia da Política, v. 3)

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. 404 p.

BRASIL. Presidente. **Mensagens presidenciais, 1890–1910**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1978. 737 p. (Documentos parlamentares, v. 9)

BRESCIANI, Maria Stella. Brasil: liberalismo, república e cidadania. In: SILVA, Fernando T. ; NAXARA, Márcia R. C. ; CAMILOTTI, Virgínia C. (Orgs.). **República, liberalismo, cidadania**. p. 17-30. Piracicaba: Unimep, 2003. 217 p.

CANCELLI, Elisabeth. Os significados de um crime e a apropriação de Canudos. In: SILVA, Fernando T., NAXARA, Márcia R. C. e CAMILOTTI, Virgínia C. (orgs.) **República, liberalismo, cidadania**. p. 109-118. Piracicaba: Unimep, 2003. 217 p.

CARDOSO, Fernando Henrique. Dos governos militares a Prudente – Campos Sales. In: **O Brasil Republicano**. São Paulo: DIFEL, 1975. v. 3. Estrutura de poder e economia. Cap. 1. (História geral da civilização brasileira, v. 8).

CARONE, Edgard. **A República Velha**: instituições e classes sociais (1889-1930). 3. ed. São Paulo: DIFEL, 1970. 392 p. (Corpo e alma do Brasil, v. 31).

_____. **A República Velha**: evolução política (1889-1930). 3. ed. São Paulo: DIFEL, 1977. 508 p. (Corpo e alma do Brasil, v. 34).

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a república que nunca foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. 196 p.

_____. Federalismo y centralización en el Imperio brasileño: historia y argumento. In: CARMAGNANI, Marcelo (org.). **Federalismos latino-americanos: México, Brasil, Argentina**. México: Colegio de Mexico, Fondo de Cultura Económica, 1993. 416 p.

_____. **A formação das almas. O imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 166 p. il.

_____. Mandonismo, Coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 229-250, 1997.

_____. Rui Barbosa e a razão clientelista. **Dados: Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 43, n.1, p. 83-117, 2000.

CINTRA, Antônio Octávio. A política tradicional brasileira: uma interpretação das relações entre o centro e a periferia. In: BALÁN, Jorge (org.). **CENTRO e periferia no desenvolvimento brasileiro**. São Paulo: DIFEL, 1974. 251 p. (Corpo e alma do Brasil).

COROVTCHEK, Lílían. **Dunshee de Abranches: jornalista da Primeira República**. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

CORREA, Serzedello. **Uma figura da República: páginas do passado**. S. l.: s. ed., 1959. 101 p.

_____. **O problema econômico do Brasil 1903**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1980. 326 p. (Coleção Bernardo Pereira de Vasconcellos, v. 24).

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999. 490 p.

CUNHA, Maria C. P. Os bacamartes da República: saberes e poderes no Brasil da virada do século. In: SILVA, Fernando T. ; NAXARA, Márcia R. C. ; CAMILOTTI, Virgínia C. (orgs.) **República, liberalismo, cidadania**. Piracicaba: Unimep, 2003. 217 p. p. 119-137.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 10 ed. São Paulo: Globo Publifolha, 2000. 2 v. v. 1 (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930: historiografia e história**. 16 ed. rev. e ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 160 p.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

FIORI, José Luís. **O vôo da coruja: uma leitura não liberal da crise do Estado desenvolvimentista**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1995. 133 p.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Vargas: o capitalismo em construção**. São Paulo: Brasiliense, 1999. 482 p.

FRANCO, Gustavo. A primeira década republicana. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). **A ordem do progresso. Cem anos de política econômica republicana (1889-1989)**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Júlio de Castilhos e sua época**. Porto Alegre: Globo, 1966. 204 p.

FRITSCH, Winston. Sobre as interpretações tradicionais da lógica política da política econômica na Primeira República. **Estudos econômicos**, São Paulo, IPÊ/USP, v. 15, n. 2, p. 339-346, maio/ago. 1985.

GLICÉRIO, Francisco. **Idéias políticas de Francisco Glicério**. Cronologia, introdução, notas bibliográficas e textos selecionados por José Sebastião Witter. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa ; Brasília: Senado Federal, 1982. 2 v. il. (Ação e pensamento na República, 7-A).

GOMES, Ângela de Castro ; FERREIRA, Marieta de Moraes. Primeira República: um balanço historiográfico. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 244-280, 1989.

GUANABARA, Alcindo. **A Presidência Campos Sales**. Brasília: UnB, 1983. 278 p. (Coleção Temas Brasileiros, v. 47).

HARDMAN, Francisco Foot. Memória, ruínas e imaginação utópica: sobre algumas raízes românticas da modernidade no Brasil. In: **Anos 90. Revista do curso de pós-graduação em história**. Porto Alegre: UFRGS, 1983.

KUGELMAS, Eduardo. **Difícil Hegemonia. Um estudo sobre São Paulo na Primeira República**. Tese de Doutorado em Ciência Política na USP, 1986. 192 p.

LANG, Alice Beatriz S. G. **Adolpho Gordo, senador da primeira república: representação e sociedade**. Tese de doutorado em Sociologia. USP, 1986.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 5 ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.

LESSA, Renato. **A invenção republicana**. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999. 235p.

LIJPHART, Arendt. **As Democracias contemporâneas**. Lisboa: Ed. Gradiva, 1984.

LIMONGI, Fernando. Presidencialismo e apoio partidário no Congresso. **Monitor Público**, v. 3, n. 8, p. 27 – 36, jan./mar. 1996.

LINS, Ivan. **História do positivismo no Brasil**. São Paulo: Nacional, 1967. 572 p.

LINZ, Juan. The perils of presidentialism. **The Journal of Democracy**, v. 1, n. 1, p. 51-69, 1990.

LOVE, Joseph. **O regionalismo gaúcho**. São Paulo: Perspectiva, 1971.

_____. **A Locomotiva. São Paulo na Federação Brasileira. 1889-1937.** São Paulo: Paz e Terra, 1982. 471 p. (Coleção Estudos Brasileiros; v. 57)

_____. Federalismo y regionalismo en Brasil, 1889-1937. In: CARMAGNANI, Marcelo (org.) **Federalismos latino-americanos: México, Brasil, Argentina.** México: Colegio de Mexico, Fondo de Cultura Econômica, 1993.

_____. A República brasileira: federalismo e regionalismo (1889-1937). In:

LUZ, Nícia Vilela. **A luta pela industrialização no Brasil.** São Paulo: DIFEL, 1961. 224 p.

MAINWARING, Scott ; SHUGART, Matthew Soberg. **Presidentialism and democracy in Latin America.** Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

MORGADO, Zenaide A. **A busca de um espaço político: mobilização dos militares no início da República (1889-1906).** Dissertação (Mestrado)-Departamento de História, Universidade de Brasília, 1996.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República.** São Paulo: Brasiliense, 1990. 208 p.

PENNA, Lincoln de Abreu. **O progresso da ordem.** Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997. 214 p.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Positivismo: um projeto político alternativo : 1889-1930.** Porto Alegre: L & Pm, 1986. 111 p. (Coleção Universidade Livre).

PORTO, Walter Costa. **História eleitoral do Brasil.** Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1989. v. il. v. 1. **O voto no Brasil: da Colônia à 5. República.**

PRADO, Luiz Carlos Delorme. **A economia política das reformas econômicas da primeira década republicana.** Mimeo, 2001.

QUEIROZ, Suely Robles Reis. **Os radicais da República.** São Paulo: Brasiliense, 1986. 279 p.

REIS, Fábio Wanderley. **Política e racionalidade: problemas de teoria e método de uma sociologia crítica e política.** Belo Horizonte: Revista Brasileira de Estudos Políticos, 1984. 185 p. (Estudos sociais e políticos, 37).

RODRIGUEZ, Ricardo Vélez. **Castilhismo: uma filosofia da República.** Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1980. 160 p.

ROURE, Agenor. **A Constituinte Republicana.** Brasília: Senado Federal, 1979. 576 p. v. 1.

SAES, Décio. **A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)**. São Paulo: Paz e Terra, 1990. 364 p.

_____. Florestan Fernandes e a revolução burguesa no Brasil. In: SAES, Décio. **República do capital**: capitalismo e processo político no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2001. 135 p.

SALES, Manuel Ferraz de Campos. **Da propaganda à Presidência**. Introdução de Renato Lessa. Ed. fac-similar. Brasília: Senado Federal, 1998. 232 p.

SANTOS, José Maria dos. **Bernardino de Campos e o Partido Republicano Paulista**. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1960. 285 p.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. A práxis liberal no Brasil. In: **DÉCADAS de espanto e uma apologia democrática**. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1998. 192 p.

SHUGART, Matthew ; CAREY, John. **Presidents and Assemblies**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

SINGER, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo internacional. In: O BRASIL Republicano. São Paulo: DIFEL, 1975. v. 3. Estrutura de poder e economia. Cap. 1. (História geral da civilização brasileira, v. 8).

SOUZA, Maria do Carmo Campello. **Estado e partidos políticos no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. 178 p.

_____. O processo político-partidário na Primeira República. IN: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Brasil em perspectiva**. São Paulo: DIFEL, 1968.

TRINDADE, Hégio. Bases da democracia brasileira: Lógica liberal e práxis autoritária: 1822/1945. In: ROUQUIE, Alain ; LAMOUNIER, Bolivar ; SCHVARZER, Jorge (Orgs.). **Como renascem as democracias**. São Paulo: Brasiliense, 1985. 273 p. (Leituras afins).

VIANA, Luiz Werneck. O sistema partidário e o partido democrata-cristão. In: FLEISCHER, David. (Org.). **Os partidos políticos no Brasil**. Brasília: UnB, 1981. 2 v. il. (Cadernos da UnB).

VITORINO, Manuel. **Idéias Políticas de Manuel Vitorino**. Cronologia, introdução, notas bibliográficas e textos selecionados por Luiz Henrique Dias Tavares. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; Brasília: Senado Federal, 1981. 2 v. il. (Ação e pensamento na República, 6-A).

WIRTH, John. Minas e Nação – um estudo de poder e dependência regional. In: O BRASIL Republicano. São Paulo: DIFEL, 1975. v. 3. Estrutura de poder e economia. Cap. 1. (História geral da civilização brasileira, v. 8).

WITTER, José Sebastião. **República, política e partido: o PRF e a política dos governadores**. Prefácio de José de Souza Martins. Bauru: EDUSP, 1999. 255 p. il. (Coleção História).

ANEXO I

ÍNDICE CRONOLÓGICO DOS PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

1889

15 de novembro – Proclamação da República.

Formação do Governo Provisório, uma ampla frente com participação relevante dos republicanos históricos.

1891

janeiro – renúncia do gabinete (próximo gabinete tem só um histórico, e é chefiado pelo Barão de Lucena)

fevereiro – eleição de Deodoro para Presidente, pela Assembléia Constituinte; Prudente de Moraes é derrotado, mas seu Vice, Floriano Peixoto, é eleito (a eleição de Presidente e Vice era separada)

a partir de março – Deodoro intervém nos estados que apoiaram Prudente

27 de outubro – rejeição pela Câmara do plano econômico de Lucena (republicanos históricos votam contra)

3 de novembro – Deodoro fecha o Congresso

23 de novembro – Floriano depõe Deodoro.

Dezembro – ala histórica do PRP (Campos Sales, Glicério, Bernardino) retoma o controle do partido em SP.

1893

fevereiro – revolta federalista no RS

abril: Manifesto de 13 generais pedindo renúncia de Floriano e novas eleições. Os 13 são exonerados.

PRP sustenta Floriano no Congresso e nas armas

30 de julho – é fundado o Partido Republicano Federal, sob liderança dos paulistas

Setembro - Revolta da armada. Decretado estado de sítio.

Batalhões patrióticos (voluntários) se multiplicam por todo o país

Nações estrangeiras ameaçam intervir na Revolta; Portugal abriga revoltosos e os transporta para o Sul; Floriano rompe relações diplomáticas com Portugal

25/9 - Prudente de Moraes é escolhido candidato pelo PRF, ainda durante a revolta

1894

1º de março - eleição de Prudente

15 de novembro – posse de Prudente

1895

Reatamento das relações diplomáticas com Portugal; protestos jacobinos

Fim da guerra civil no Sul; em torno da anistia aparecem divergências entre Glicério e Prudente (anistia foi votada pelo Congresso em outubro de 1895)

Invasão da ilha de Trindade (pela Inglaterra) e do Amapá (pela França)

Forte reação nacionalista, no Congresso e nas ruas

1896

Itália exige indenizações por diferentes motivos e ameaça impedir a emigração de colonos; Governo concorda com exigências, firmando os “protocolos italianos”

Julho/agosto – intensa mobilização popular contra a aprovação dos protocolos

agosto – proposta do governo é aprovada em primeira votação em, mas, após passeata liderada pelo cônsul italiano, considerada ofensiva aos brasileiros, é rejeitada em 25/8

outubro - Prudente se afasta do cargo por motivos de saúde; assume o Vice, Manuel Vitorino

novembro – novo Ministro do exterior faz acordo com a Itália, aprovado imediatamente pelo Congresso

Intensificam-se combates em Canudos; imprensa jacobina e paulista (o jornal “O estado de São Paulo”) acenam com o fantasma da restauração.

1897

5 de março - Prudente reassume

março – grande derrota em Canudos; morte do general florianista Moreira César; consternação popular, manifestações, inclusive com assassinatos (Gentil de Castro, monarquista)

Enfrentamentos entre Prudente e Escola Militar

28 de maio – votação do requerimento Seabra, que origina a cisão do PRF em duas alas (“concentrados” e “republicanos”)

setembro – lançamento da candidatura do positivista Lauro Sodré, pelos “concentrados”

outubro – lançamento da candidatura de Campos Sales pelos “republicanos”

5 de novembro – atentado contra Prudente, na volta de soldados de Canudos

12 de novembro - decretado estado de sítio por 30 dias, prorrogado depois até 23/02/1898

1898

março – eleição de Campos Sales, que derrota Lauro Sodré

abril – viagem de Sales à Europa, para renegociar a dívida externa

15 de novembro – posse de Campos Sales

1899

maio – eleição da Mesa da Câmara; denúncia de intervenção dos Rothschild nessa eleição; “concentrados” apóiam Presidente

maio a agosto – forças ligadas ao Ministro da Fazenda Joaquim Murinho derrubam com violência o governo do Mato Grosso; Campos Sales não intervém

outubro – aprovada reforma do Regimento, praticamente sem oposição

1900

maio – assume novo Congresso, sendo reconhecidos os indicados pelos governadores

ANEXO II

Parlamentares citados como jacobinos ou próximos a eles por Sueli Queiroz (1986)

Enéas Martins (PA)
Lauro Sodré (PA)
Serzedello Correa (PA)
Tomaz Cavalcanti(CE)
Frederico Borges (CE)
Medeiros e Albuquerque (PE)
Barbosa Lima (PE)
Coelho Lisboa (PB)
Leite e Oiticica (AL)
Torquato Moreira(ES)
Erico Coelho (RJ)
Nilo Peçanha(RJ)
Urbano Marcondes(RJ)
Irineu Machado (DF)
Alcindo Guanabara(DF)
Timóteo da Costa(DF)
Maurício Vinhais(DF)
Sampaio Ferraz(DF)
Amorim Figueira
Quintino Bocaiúva

Ramiro Barcellos (RS) (senador)

ANEXO III

Parlamentares citados como positivistas ou próximos por Lins (1967)
(nas 3 primeiras legislaturas republicanas - 1891 a 1899)

Lauro Sodré (PA)	Alberto Salles (SP)
José Bevilacqua (CE)	Cezario Motta (SP)
João Lopes (CE)	Galeão Carvalhal (SP)
Bezerril Fontenelle (CE)	Martinho Prado Jr. (SP)
Tomás Cavalcanti (CE)	Rodolpho Miranda (SP)
Amaro Cavalcanti (RN)	Lauro Müller (SC)
Annibal Falcão (PE)	
Artur Orlando (PE)	Bancada gaúcha ¹ :
Barbosa Lima (PE)	
Martins Junior (PE)	Júlio de Castilhos
Anísio de Abreu (PI)	Homero Batista
Nelson de Vasconcellos (PI)	Antão de Faria
Leopoldo de Bulhões (GO)	Borges de Medeiros
Benedito Leite (MA)	Joaquim Pereira da Costa
Viveiros (MA)	Vitorino Monteiro
Moniz Freire (ES)	Cassiano do Nascimento
Cleto Nunes (ES)	Fernando Abbott
Antonio Olyntho (MG)	Rivadávia Correia
Aristides Maia (MG)	Aparício Mariense
Domingos Porto (MG)	Menna Barreto
Domingos Rocha (MG)	Ernesto Alves
João Pinheiro (MG)	Júlio Frota
Viotti (MG)	
Rangel Pestana (RJ)	
Urbano Marcondes (RJ)	

¹ Se presume que toda a bancada gaúcha no período estudado fosse positivista; mas nesta Tabela estão listados apenas os que foram citados nominalmente por Lins, para manter o mesmo critério usado para os outros estados.